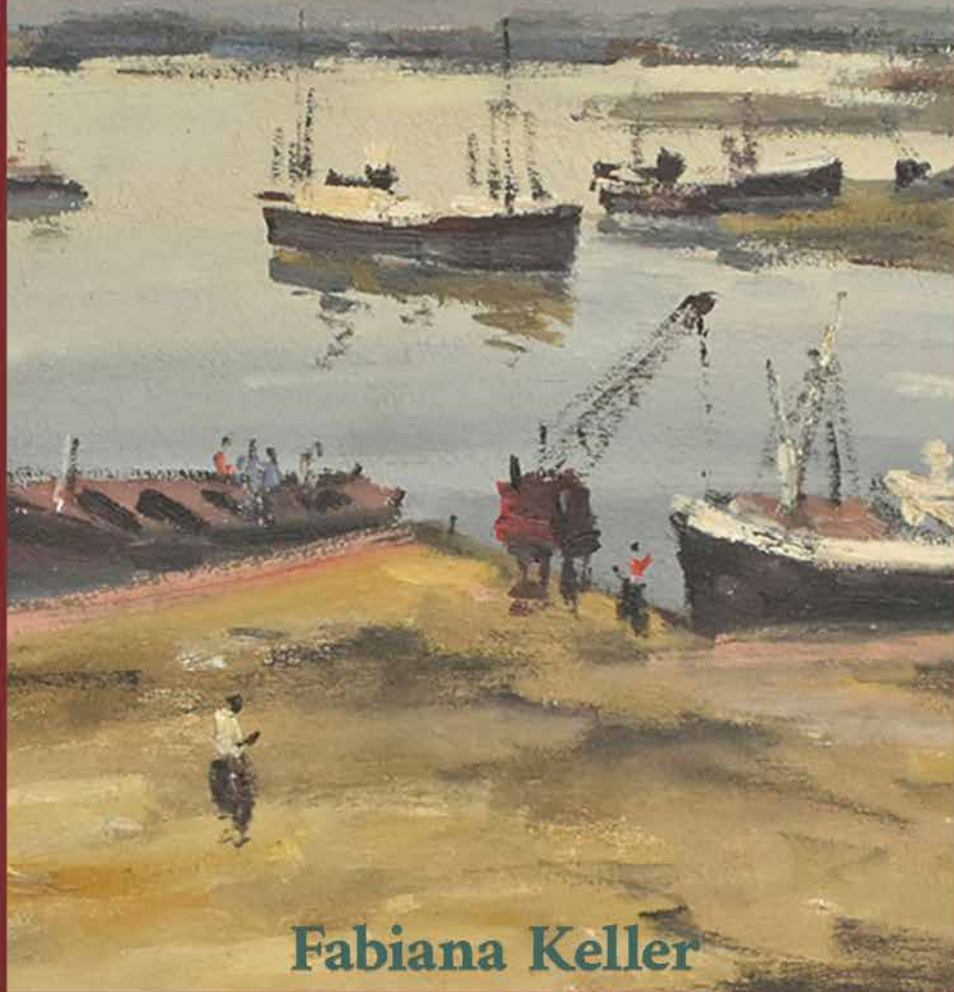


AKAÏU

• UM CAJUEIRO DE HISTÓRIAS •



Fabiana Keller

AKAÏU

• UM CAJUEIRO DE HISTÓRIAS •

Fabiana Keller



São Carlos, 2026

© 2026 Fabiana Tavares do Nascimento Keller

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida sem a autorização prévia da autora.

Produção Editorial

Projeto gráfico • Revisão • Diagramação

Diagrama Editorial

Capa

Davi Keller

Ilustração da Capa

Sylvio Pinto, s/d

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

K29a	Keller, Fabiana Tavares do Nascimento
	Akaiú: um cajueiro de histórias [recurso eletrônico] / Fabiana Tavares do Nascimento Keller. - São Carlos : Diagrama Editorial, 2026.
	298 p. : il. ; PDF ; 46 MB.
	Inclui bibliografia.
	ISBN: 978-65-86512-88-5 (PDF)
	1. História do Brasil. 2. História do bairro do Caju. 3. História do Rio de Janeiro. 4. Patrimônio cultural. 5. Memória urbana. I. Título.
2026-3318	CDD 981 CDU 94(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. História do Brasil 94(81)



Rua XV de Novembro, 2190, Centro
13560-240 - São Carlos, SP
Fone: 16 3413-9142
www.diagramaeditorial.com.br

Prefácio

“Caju é um lugar ruim de se morar.”

Essa é uma das frases que mais escutei crescer dentro do bairro, mas eu sempre me perguntei: ruim para quem?

O Caju não começa na poeira, ele foi soterrado nela. Uma castanha enterrada, esmagada por caminhões, contêineres e promessas que nunca chegaram. Um território onde o vento não carrega só ar, mas descaso. Onde antes havia mar, hoje há muros. Onde havia horizonte, hoje há bloqueio.

O Nove Galo¹, onde fui criada — uma das favelas que mais sofrem com o peso dessa logística — é também um retrato disso tudo: de um lado, casas; do outro, empresas; de um lado, vida; do outro, exploração. Geograficamente dividido, politicamente abandonado. A maior parte do território já não pertence a quem vive nele, mas a quem lucra com ele: herdeiros de uma ocupação que começou lá atrás, quando decidiram que essa terra poderia ser tomada, repartida e vendida.

E a área que deveria ser pública? Suja, esquecida, negligenciada por quem deveria cuidar dela, mesmo sendo sustentado pelo imposto de quem aqui vive.

Então eu te pergunto: o Caju e suas favelas são feias? Ou foram horrorizadas pelas mãos dos colonizadores e de quem continua esse projeto até hoje?

É nesse ponto que este livro se faz necessário, porque contar a história do Caju não é apenas revisitar o passado, é disputar narrativa. É entender que antes da poeira havia vida, que antes do concreto havia raiz, que antes do apagamento havia presença. Presença indígena, organizada, conectada com a terra e com as águas da Baía de Guanabara; presença de golfinhos, cavalos-marinhos, baleias, arraias e tabas muito antes de qualquer muro ou cerca existir.

1 Comunidade estabelecida na Rua das Boas-Vindas, pertencente ao Parque Conquista, no Caju.

É nesse movimento que a historiadora e professora Fabiana Keller escreve. Não para encerrar a história, mas para reabrir caminhos. Não apenas para provar fatos, mas para semear dúvidas em nossos cajuzinhos. Sua escrita escava o que foi soterrado, tenciona versões oficiais e devolve ao território do Caju a profundidade que tentaram negar. Ao invés de respostas prontas, ela nos oferece camadas, dúvidas e rastros, e talvez isso seja o mais honesto quando se fala de um território tantas vezes silenciado.

Diante disso, uma pergunta se estabelece: qual será a história, a respeito do lugar que recebe o nome do pseudofruto nativo brasileiro, que iremos contar para os próximos a pisar nesse solo sagrado? Se não contarmos, outros contarão por nós, e já sabemos como essa história costuma ser distorcida.

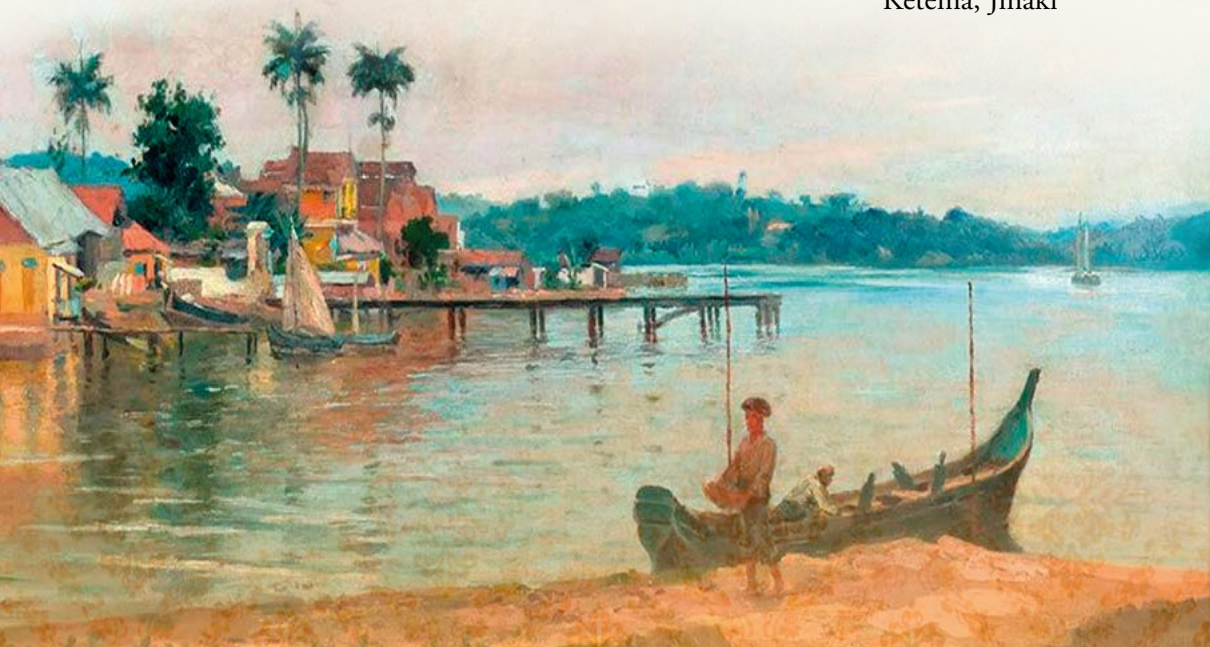
Vamos repetir o apagamento ou recontar a partir de quem vive, sente e resiste com a vida?

Porque, apesar de tudo, o Caju não morreu. Ele pulsa e enraíza na cultura que insiste em existir, nas crianças que ainda correm pelas ruas esburacadas, nos banhos de mar de água suja e salgada, nos artistas que transformam dor em palavra e nos moradores que seguem construindo, mesmo quando suas vidas e o próprio bairro parecem desabar.

Existe um futuro sendo plantado aqui. Um Caju seguindo sua imagem real: laranja, amarelo, vermelho, vivo, verde, forte e enraizado; mas que não se engane: esse futuro não nasce sozinho. Ele precisa ser cuidado, defendido e disputado todos os dias.

Natural, cultivado, cuidado e finalmente regado.

Ketema, Jinaki





Cajá

Castanha soterrada na poeira

Caju, Caju
Terra que foi esquecida
Castanha soterrada na poeira
Arrancada de povos indígenas
Caju, Caju
Lhe tiraram do mapa
Fizeram promessas vazias
Devolveram só a poeira acumulada.
Onde a esperança se esconde,
No lixo, na promessa quebrada.
Esquecido, mas nunca enterrado,
No centro do Rio, mas tão longe da cidade.

Aqui o vento carrega mais que pó,
Carrega o peso do descaso,
A história que a cidade esqueceu,
Mas que nós guardamos em cada passo.

Cemitério de sonhos,
Onde a morte se encontra com a resistência,
Entre poeira e silêncio,
O Caju grita sua existência.

Esse Acaiu floresce
Tal qual árvore de rua
Germina castanhas
Produz Arte, Cultura

Caju, Caju
Não é apenas o segundo maior cemitério do Brasil
É o lugar que implora por reflorestamento
Não é apenas onde fica a casa de banho que pertenciam as terras de um escravo
vocrata
E papo reto, isso tudo mistura poeira de cemitério, lixo, carretas e cimento

É tão crítico que o museu presente no bairro está simplesmente abandonado,
jogado às traças

A nossa Baía de Guanabara conta com barcos afundados em lodo, com peças
enferrujadas

Com tanto lixo em nossos mares, nem sabemos se sequer podemos chamar
isso de praia

Te fazer perguntas, me diz se são certas

Por que temos empresas de água, mas sofremos com tempos de seca?

Por que antes da pandemia do Corona, os moradores já andavam de máscara
por conta da poeira?

Por que os mais afetados desses desastres ambientais são pessoas pobres, peri-
féricas e pretas?

Eu tenho sonho de plantar de 50 cajueiros nesse lugar que foi esquecido pelo
estado

De colocar Políticas Públicas pra dentro do bairro

Ensinar vivência e sobrevivência através do plantio, arte cultura pra quem foi
subalternizado

E P***, só queremos estar em paz

Trazendo um Caju cultural

Plantando e colocando esse pseudofruto de novo no mapa e mandando papo
reto pra tu,

Caju.

Ketema, Jinaki

Slam Caju



Sumário

Prefácio	3
Introdução.	13

• Capítulo 1 •

Jabebiracica	16
------------------------	----

A história que nunca foi escrita

Dois dedos de prosa, 16

Enfim, Jabebiracica, 19

A paisagem organizada e habitada: o cotidiano indígena em Jabebiracica, 23

Organização social e espacial, 23

Modo de vida e economia, 24

Cultura e cosmovisão, 25

A Tabca de Jabebiracica/Gebiracica: coração tupinambá da Guanabara e ponto estratégico colonial, 28

Os povos da Guanabara: tupinambás, tamoios e temiminós, 32

O casamento de Arariboia: um evento de prestígio e aliança, 38

A transformação da paisagem: de taba a Aldeia de Martinho, 41

• Capítulo 2 •

A Companhia de Jesus.	42
-------------------------------	----

Entre a cruz e a cana de açúcar

A aliança geopolítica e a fundação da cidade, 46

A Sesmaria Jesuítica: do Rio Iguaçu ao Maracanã, 48

O Engenho Velho e a Fazenda de São Cristóvão, 51

O Caminho do Caju: Ponta e Ponte, 54

A disputa pelos mangues: fé e conflito no Saco de São Diogo, 56

Arariboia e a Aldeia de Martinho: uma aliança de sangue e terra, 58

O legado de uma era, 63

• Capítulo 3 •

Freguesia de São Cristóvão	67
--------------------------------------	----

Mudanças à vista!

A expulsão dos jesuítas e a ascensão de Elias Antônio Lopes (1759-início do século XIX), 73

A chegada da Corte Portuguesa e a imperialização de São Cristóvão (1808-1822), 74

O desenvolvimento urbano e a demanda por autonomia administrativa (pós-1822-início da década de 1830), 77

A criação da Freguesia de São Cristóvão (1834), 79

• Capítulo 4 •

A fuga da Corte e o desembarque no Brasil (1808) 82

A vinda da Família Imperial — Um pouco de História

As primeiras transformações na capital (1808-1810), 86

A consolidação da presença real e o desenvolvimento urbano (1810-1814), 90

A elevação a Reino Unido (1815), 92

A aquisição da Quinta do Caju (1815), 97

• Capítulo 5 •

A Quinta Imperial do Caju. 99

A chegada da Corte e a busca por refúgios reais (1808-1810): retomando a história

A aquisição e o desenvolvimento da Quinta do Caju (1810-1816), 103

A rotina real e as tensões políticas (1816-1821), 105

O legado e a transição pós-D. João VI (1821-1831), 109

A Quinta do Caju na memória e na transformação urbana (pós-1831), 110

• Capítulo 6 •

A queda do Império. 114

O Refúgio das Águas: a Quinta Imperial e o lazer da Corte

Os campos santos: do Cemitério dos Pretos Novos ao São Francisco Xavier, 117

José Clemente Pereira: o arquiteto da morte e da caridade no Caju, 120

A Enfermaria de Nossa Senhora do Socorro (1855), 131

Ferro e fuligem: a chegada da modernidade industrial, 133

A Colônia de Pesca: tradição, festas e o ocaso de uma atividade, 137

O último ato de Pedro II: a inauguração do Hospital São Sebastião, 143

O baile e o lazareto: contrastes de uma monarquia em agonia, 150

• Capítulo 7 •

O Governo Provisório, Rui Barbosa e o espólio dos bens imperiais. . 152

O Último Baile

A instituição do Governo Provisório e a Nova Ordem (1889-1890), 158
Rui Barbosa e o “Encilhamento”: entre a reforma e o caos econômico (1890-1891), 164
O espólio imperial e a queima de arquivos: apagamento ou decisão administrativa? (1891-1893), 169

• Capítulo 8 •

A venda da Quinta do Caju 174
Um contrato nada edificante

• Capítulo 9 •

A destruição dos marcos históricos do Império 203
O apagamento inicial e a periferia
(1889-1900)

A fragmentação da Fazenda Real de Santa Cruz (1889-1890), 207
A venda e a industrialização da Quinta Imperial do Caju (1890), 212
O abandono da Fazenda do Capão do Bispo (1890-1900), 218
O século XX: reformas urbanas e modernização (1900-1970), 225
O arrasamento do Morro do Castelo (1920-1922), 230
A demolição da Academia Imperial de Belas Artes (1938), 236
O Mercado Municipal da Praça XV (1962), 242
A Era Contemporânea: politicagem e negligência (1970-2026), 247
A demolição do Palácio Monroe (1976), 251
O Hospital Estadual de Infectologia São Sebastião (2008), 256

• Capítulo 10 •

Écbases 262
Entre praias e promessas: a chegada da Família Real e a busca por um refúgio tropical, 268
O comendador e a chácara: Antonio Tavares Guerra e o esplendor da Praia do Caju, 273
O boato real: D. João VI e os banhos medicinais — a gênese de um equívoco duradouro, 277
O Iphan e a confusão: o tombamento de um engano histórico, 283
A verdade revelada: um mito e várias contradições, 291
O legado invisível, 294

Epílogo 298

43



Cajon



Cashew nut

Cajon

Anacardium occidentale

Introdução

— **Mentem desde Cabral!**

É incrível como uma frase dita em uma peça teatral, ouvida quando ainda era criança, pode reverberar por uma vida inteira. Mentem desde Cabral! A história do nosso país, como a conhecemos, nem sempre é feita de fatos. Na verdade, na maioria das vezes, ela é feita de boatos e meias verdades, afinal, a oralidade está presente em diversas culturas e não seria diferente na nossa. “Quem conta um conto...”. Ainda há o fato de que temos uma visão eurocentrada e, em boa medida, fantasiosa de nossa própria história.

“Independência ou morte!”, o grito à beira do Ipiranga, o olhar altivo e corajoso do Imperador. “O Descobrimento do Brasil”, “indígenas que trocavam as riquezas de suas terras por espelhos...”, “O fantasma do Comunismo!”.

Dizem que a verdade tem várias facetas. Eu diria que a verdade é única, mas deixa lacunas que preenchemos conforme nossas perspectivas e conveniências.

Querendo desfazer alguns dos muitos imbróglis contados sobre o Bairro do Caju, mergulhei em pesquisas. Arquivos, mapas, fotos, jornais. Ainda me sinto longe de ter descoberto tudo sobre sua história, mas igualmente distante de não ter informação alguma, a não ser a história oral, relatos de moradores que, por sua vez, escutaram histórias de seus antepassados, aventurei-me na árdua tarefa de deixar registrado nestas páginas o que, com muito afinho e dedicação e, por vezes, paixão, consegui encontrar sobre o Caju e, por conseguinte, sobre a história do Rio de Janeiro.

A pesquisa é quase um tratado arqueológico e, por mais que eu ache que fiz algumas descobertas, ao revisitar alguns tópicos, descubro novos itens, novas histórias e uma nova perspectiva. Talvez seja este o primeiro de muitos livros. Será?

A história do Bairro do Caju é cheia de meandros e está intrinsecamente ligada a uma lógica capitalista de “lucro acima de tudo e de todos”. Um local tão antigo quanto a própria fundação da cidade do Rio de Janeiro, mas que insiste

em ter sua história relatada somente a partir do século XIX como se, antes disso, nada existisse.

Uma das maiores dificuldades que tive foi a de encontrar a verdadeira origem do nome **Caju**, ou melhor, **Ponta do Cayvi**. Há diversos e curiosos relatos sobre o assunto. O primeiro diz que o nome teria sido dado por causa do formato de uma castanha-de-caju. Seria plausível, não fosse a imprecisão dos mapas antigos que, inclusive, mal delineavam o local. Há boatos de que o nome viria da junção de **católicos** e **judeus**. Interessante, mas não há comprovação. Uma terceira conjectura seria a de que o topônimo tenha advindo dos povos indígenas que habitaram o Recôncavo da Guanabara, e essa, caros amigos, é considerada por mim a mais plausível. Mas peço desde já, estimados leitores, que não acreditem apenas em minhas palavras. Pesquisem.

Como sou uma pessoa das Letras, e fazendo jus à minha formação e ao meu amor pela Filologia, fui buscar a raiz etimológica da palavra **caju** em dicionários de tupi moderno, o nheengatu, que faço questão de deixar registrada aqui:

akaïu (s.) – 1) CAJUEIRO, nome dado principalmente a uma árvore da família das anacardiáceas, gênero *Anacardium* (*Anacardium occidentale* L.), de flores pequenas, avermelhadas e perfumadas, que exalam um odor muito forte; 2) CAJU, ACAJU, o fruto dessa árvore e das demais espécies de cajueiros (D'Abbeville, *Histoire*, 217): *Mbobype ïasy kanhemi koïpó akaïu 'aiubamo...?* – Quantas vezes a lua desapareceu ou o caju madurou? (Ar., *Cat.*, 104v); 3) pedicelo tuberizado, comestível, do fruto do cajueiro (Marcgrave, *Hist. Nat. Bras.*, 94) • **akaïu 'y** – licor de caju (VLB, II, 146); **akaïu-kaûi** – vinho feito pelos índios com o suco do caju (D'Abbeville, *Histoire*, 218); **akaïu'-akaïá** – castanha-de-caju (Marcgrave, *Hist. Nat. Bras.*, 269)

NOTA – A palavra CAJU ainda é usada no Norte e no Nordeste do Brasil com o sentido de ano: – *Quantos CAJUS você tem? Ele tem lá seus cajus. De CAJU em CAJU* (isto é, de ano em ano). Isso porque o cajueiro frutifica somente uma vez por ano e era uma prática dos índios tupis da costa guardar a castanha dessa fruta para saber se já eram velhos. Daí, também, os nomes geográficos ACAJUTI-BA (BA), ACAJUTIBIRÓ (PB) etc. (v. Rel. Top. e Antrop. no final).

Fonte: NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. 1. ed. Prefácio: Ariano Suassuna. Ilustrações: Célio Cardoso. São Paulo: Global, 2013. p. 21.

Mesmo não sendo tupinóloga, arrisco afirmar que o nome dado ao bairro tem muito mais a ver com os povos originários e com o que eles acharam ou trouxeram ao ocupar essa parte da Baía de Guanabara do que qualquer outro relato.

Cada parte deste livro busca percorrer um caminho que nos direcione ou nos coloque no rumo da história do Caju. Há outros caminhos? Indubitavelmente. E volto a afirmar que, embora tenha mergulhado em arquivos, dificilmente terei desvendado todos os segredos que circundam esse lugar.

Considero, e isso há muito tempo, o Caju como um assunto proibido, um lugar em que as fontes primárias da história tiveram que ser escondidas ou apagadas para que a cidade pudesse progredir com maior liberdade.

Para quem não conhece o bairro, é importante dizer que ele é uma península, e isto estará registrado no primeiro capítulo. Não faz ligação com outros bairros senão com São Cristóvão, de quem fez, por muitos anos, parte. Esses dois bairros dividem entre si história, nomes de ruas e, em determinado espaço de tempo, importância estratégica.

Só sabe que existe verdadeiramente um bairro pulsante, com vida própria, quem nele mora ou trabalha. Para o restante do mundo, ele é cemitério e, quando muito, porto. Mas, aos poucos, capítulo a capítulo, iremos juntos descobrindo um lugar cheio de vida e com o qual, de certa forma, todos nós temos uma ligação, uma história para contar. Um parente que tomou banho de mar nas águas da Praia do Caju, de São Cristóvão ou do Retiro Saudoso; outro, que participou das batalhas de confete nos bondes do Caju; outro, que jogou futebol no Campo do Mavilis...

Desejo a todos bons momentos de leitura, e não se esqueçam: MENTEM DESDE CABRAL!



Jabebiracica

A história que nunca foi escrita

Dois dedos de prosa

Em algum momento da vida, todos os que estudam a história do Caju ou que se interessam em saber um pouco mais dele, mesmo que seja para se inteirar dos curiosos detalhes do tão famoso banho de D. João VI, já se depararam com a descrição atribuída ao escritor fluminense Charles Julius Dunlop de que o Caju “era uma região belíssima, de praias com areias branquinhas e água cristalina, onde não era rara a visão do fundo da Baía, tendo como habitantes comuns os camarões, cavalos-marinhos, sardinhas, e até mesmo baleias”. Fato é que, ao longo da história, outros cronistas juntaram suas vozes à exaltação da exuberante beleza local.

Uma dessas crônicas, permito-me aqui expor aos leitores antes de me embrenhar na difícil tarefa de reconstruir Jabebiracica e, talvez, fazer justiça a esse pedaço da história que deixou enormes lacunas. Sem mais delongas, assim descreveu em *O Álbum Semanal*, de 1852, um cronista que assinou apenas C. as suas impressões sobre o que ele nomeou “Um passeio à Ponta do Caju”:

“Não ha nesta vida quem possa contestar, que a moda é uma senhora absoluta, que dita a lei a seu bel prazer, e assim como ella põem em voga os mais elegantes vestuarios, tambem dá reputações e nomeadas a homens,

dansas, palavras, lugares, sitios, etc.: - é por isso que ordinariamente ouvimos dizer: «o medico Fulano está na moda» « o advogado Fulano está em voga - é moda hirem os doentes convalescer em Petropolis - a Tijuca pára os que soffrem é hoje muito recommendada... a polka, schotich são dansas da moda... as palavras, engajamento, garantia, desapontamento... estão em moda, e assim em muitas outras coisas; mas porque a Sra. D. Moda seja tyrannica e despotica, não se segue que sempre tenha razão, e para prova do que acabo de dizer, basta lembrar, que tendo ella exaltado successivamente Nictheroy, S. Domingos, Catete, Flamengo, Botafogo, S. Clemente, Rio Comprido, Tijuca, e mesmo S. Christovão, até hoje ainda não deu á bella e amena Ponta do Cajú aquelles fóros, aquella elevação, a que por seus titulos tem direito.

Eu porém, que na vespera e dia de Reis nesse romantico lugar fruí os seus encantos, vou portar-me com mais equidade, vou contar ás minhas espirituosas leitoras as dulcissimas impressões, que recebi nesse tão grato arrebalde.

Convidado para hir assistir á funcção de Reis na Ponta do Cajú, na companhia de alguns amigos, embarquei-me no no caes da Imperatriz pelas 4 horas da tarde.

Mal tinha montado a ponta da Saude, que suave viração me refrescava o semblante abrasado pelo intenso calor da cidade.

O ligeiro esquife, que me conduzia, entumecendo a sua branca véla, sulcava as mansas ondas com tanta rapidez, que quase não me deixava o tempo de bem gosar da risonha paisagem, que diante de meus olhos se desdobrava; mas ainda assim como fiquei maravilhado ao alongar a vista por todo esse immenso panorama, a que põem remate as soberbas serranias do Engenho Novo, Tijuca, e Corcovado?

Julgava ter em frente de meus olhos um lindo quadro moldurado por montanhas. A Gamboa, o Sacco do Alferes amparados ambos por verdejantes colinas, o gothico edificio dos Lazaros, a praia de S. Christovão, os altivos torreões do palacio do adorado Soberano... oh! tudo me infiltrava n'alma gotta a gotta o mais grato contentamento, e nesse instante eu me orgulhava por haver nascido em tão grandiosa terra. O sol, que declinava com seus doirados raios inda mais animadas tornava essas lindas paisagens. Parecia que a propria natureza cheia de jubilo se dispunha a festejar a vinda dos Reis Magos.

Os compassados remadores do escaler que me conduzia, suspenderam os remos, e foi somente então que me apercebi, de que havia tocado o termo de minha viagem, foi então sómente que voltei do estado de admiração em que se achava meu espirito engolfado... porém estava escripto, que esta minha hida á Ponta do Cajú, seria para mim um perenne estado de surpresa.

Não conhecendo os encantos desse arrebalde, no primeiro lance de olhos me convenci, de que elle se avantajava muito a outros sitios, que só tem em seu favor as cem tubas da moda.

Collocado em frente da barra, adiantando-se pelo mar dentro mais de duzentas braças - sahindo consideravelmente da linha, que occupam S. Christovão, Praia-Formosa, Gamboa e Valongo domina não sómente todos esses saccos, como goza da pittoresca vista da nossa linda Bahia, e suas ilhas adjacentes. Achando-se em face do nascente, é de manhã vesitado pelos brilhantes raios do sol, e quando este chega ao Zenith, quando seu ardor é mais intenso, então não só deixa essas alvas praias, como mesmo a suave viração vem gratamente refrescar a calmosa atmosphaera.

A vegetação ahi é poderosa; as mais bellas mangas, as doces uvas, as selectas laranjas, os medicinaes cajús, os saborosos annanazes, e todas as demais fructas ahi nascem, ahi crescem com notavel abundancia. Além disto suas praias são limpas, o mar ahi é claro e manso em conclusão o Paraizo terreste concedido por Deos para habitação do primeiro homem não podia, nem devia ser mais encantador.

Depois que tive tempo e occasião de bem examinar toda a excellencia da Ponta do Cajú, depois de estar bem convencido, de que esse lindo arrebalde era um verdadeiro Eden, -tambem me convenci de que deveria ser elle a residencia de alguma Nayade, Nympha, Fada, Anjo ou Deoza, por não ser crível que á natureza reunisse tantas couzas boas sómente para gozo dos mortaes. Tratei pois de indagar quem era esse ente celestial, que favorecia as plagas cajuenses, e nisso não tive longo trabalho, porque o acaso veio offerecelo á minha admiração. Achando-me assentado embaixo das copadas arvores em frente da chacara do meu amigo o honrado Sr. Almeida, divisei um rancho de bellas, que do lado da cidade se dirigia para o em que eu estava.

O ar elevado e distincto de uma, que no grupo vinha, atrahiu toda a minha attenção, e a proporção que de mim se aproximava, mais e mais crescia a minha surpresa, até que afinal pude contemplar a mais preciosa feitura da

Providencia. Era ella uma moça apenas sahida da idade nubil, alta e airosa, ornando sua cabeça longas, bastas e negras tranças - Seus olhos, amoldurados por arqueadas sobranceiras, scintillavam como a mais brilhante estrella no firmamento; porém se acaso alguma expressão de ternura dirigia ella a suas amigas, tornavam-se tão languidos... tão meigos, como o longincuo e doce som da flauta. Seu nariz pequeno e afilado estava em completa harmonia com o resto das feições - e sua bocca quando por um angelico sorriso se entreabria, mostrando os mais alvos dentes? oh leitoras quereis saber o effeito que isso produzia?

Levantai-vos cedo - assisti ao despontar da aurora, abrindo as roseas portas do Oriente, e então podereis julgar do effeito do entreabrir dos nacarados labios do ser etherêo que preside a ponta do Cajú. O peito altivo desse anjo descansava sobre delgada cintura, e brandamente ondulava acompanhando os movimentos de seus graciosos passos. Era um ente perfeitissimo.

Em graça ninguem a excede, em graça está sempre sua alma, e quando um dia tiver de ir augmentar a inagnificencia da Corte do Eterno, ainda em graça estará por todos os seculos dos seculos.

Depois, lindas leitoras, de descrever-vos muito aquem da exactidão - uma das pessoas que vi no meu passeio á Ponta do Cajú, escusado é dizer-vos - quaes as impressões, que d'ahi trouxe; pois foram taes que eternamente existirão gravadas em minha alma.

Por vossa parte frequentai esse arrebalde - que em si offerece todos os commodos do mar e do campo, mettei-o na moda, pois é uma revoltante injustiça não gosar das honras de suburbio fashionable, a deliciosa - Ponta do Cajú.” *

Após tão apaixonada descrição do anônimo cronista, não restam dúvidas de que, outrora, a Ponta do Caju teve lá seus encantos.

Enfim, Jabebiracica

Saiba o leitor que, muito antes de o Bairro do Caju ser incorporado ao tecido urbano do Rio de Janeiro – e antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses –, suas terras integravam um vasto território ocupado por povos originários pertencentes ao tronco linguístico tupi-guarani. Era uma paisagem formada por manguezais, restingas, colinas suaves e acesso direto à Baía de Guanabara.

Nesse ambiente, comunidades indígenas desenvolveram formas complexas de ocupação, circulação e manejo do território.

Entre os primeiros cronistas europeus a registrar essas presenças, o missionário francês Jean de Léry destacou os tupinambás como habitantes da costa do Brasil, apontando suas práticas agrícolas, sociais e religiosas. Embora centrado em experiências mais ao sul da Guanabara, seu relato é valioso para compreender o imaginário europeu acerca dos povos nativos. Mais diretamente vinculado à região onde está inserido o atual Bairro do Caju, o frade francês André Thevet oferece, em *Les singularités de la France Antarctique* (1557), descrições etnográficas dos povos do entorno da Baía de Guanabara – enfatizando seus modos de vida e a importância estratégica do local. Ambos os autores, mesmo atravessados por um olhar estrangeiro, reconhecem a presença de uma paisagem organizada e habitada, e não de um vazio civilizacional.

O geógrafo e ambientalista catarinense Elmo da Silva Amador, em seu célebre livro *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*, relata que as aldeias indígenas que habitavam o entorno da Baía de Guanabara viviam em uma espécie de “socialismo primitivo”, isto é, não acumulavam riquezas, tirando da natureza, assim como faziam seus ancestrais há mais de 6 mil anos, somente o necessário para subsistência.¹

Amador, que faz uma das melhores descrições do ecossistema da Guanabara que já li, escreve que as sucessivas ocupações da Baía de Guanabara por povos coletores e pescadores deixaram registros nos sítios arqueológicos desde 1300 A.P.² e comprovam que o litoral guanabarino já estaria ocupado pelos tupinambás de tradição tupi-guarani e ancestrais dos povos indígenas encontrados pelos colonizadores.

Estima-se que, por volta de 1500, existissem entre 30 e 40 aldeias distribuídas estrategicamente ao redor da Baía de Guanabara.

O “mito colonial da terra vazia”, portanto, não se sustenta.

Os povos indígenas da Guanabara possuíam domínio técnico do território, sistemas de circulação, conhecimento ambiental sofisticado e formas próprias

1 *Optou-se, nesta citação, por deixar a grafia conforme se apresentou no texto de *O Álbum Semanal* de 1852.

AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. p. 2.

2 A.P. é a abreviatura de ano presente. Na arqueologia e geologia, o **presente** é convencionalmente fixado no ano de **1950 d.C.**, que é quando a datação por radiocarbono começou a ser usada de forma prática.

de organização coletiva. Viviam de maneira integrada aos ciclos naturais, explorando os recursos sem a lógica predatória que marcaria a colonização posterior.

É nesse contexto que surge Jabebiracica.

O termo que intitula este capítulo, constitui um dos registros toponímicos mais antigos e intrigantes da região. Sua etimologia é objeto de diferentes interpretações entre especialistas. Tradicionalmente, o nome é associado à presença de arraias, conforme a análise do tupinólogo gaúcho Frederico Edelweiss, que decompõe o termo em *iabebyr-acyca*, significando “arraia cotó; cortada; trunca-da”, uma possível referência à abundância desses animais na enseada ou ao uso de seus ferrões pelos guerreiros nativos. Contudo, outras correntes interpretativas buscam raízes que descrevem as características botânicas e sensoriais do local. Nesse sentido, embora o termo seja frequentemente vinculado à fauna marinha, há registros que sugerem uma leitura voltada para a flora, como “lugar de raízes de cheiro forte” ou “solo de plantas odoríferas”, em alusão à vegetação densa e aromática das margens da Guanabara. Em complemento a essa riqueza toponímica, o escritor piauiense Júlio Romão da Silva, na obra *Denominações indígenas na toponímia carioca* (1966), vincula o nome **Caju** ao tupi *akaîu* (fruto ácido), destacando a relevância dos cajueiros na subsistência e no cotidiano das comunidades indígenas locais.

Um dado cartográfico reforça essa ligação com a presença nativa: o *Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro* (1730), elaborado por engenheiros franceses, registra a “Pta. do Cayvi”, nome com influência claramente indígena. *Cayvi*, em variantes do tupi, é associado ao tronco ou caule vigoroso, podendo representar uma referência à vegetação ou a um antigo ponto de referência local. Mais recentemente, o jornalista fluminense Rafael Freitas da Silva, em *O Rio antes do Rio* (2015), reconstitui com rigor arqueológico e histórico as ocupações indígenas no entorno da Baía de Guanabara, destacando a importância do Recôncavo da Guanabara como área densamente povoada antes da chegada dos portugueses. Freitas reitera que regiões como São Cristóvão e Caju abrigavam comunidades organizadas, com redes de troca e centros cerimoniais.

Ao recuperar o nome Jabebiracica, este capítulo não busca apenas resgatar um topônimo perdido. Busca recuperar uma camada histórica sistematicamente apagada pela urbanização, pela colonização e pela própria narrativa oficial da cidade. Este gesto é, portanto, estimado leitor, um primeiro passo para reconstruir a história do Caju de forma crítica, honrando a profundidade temporal que o bairro carrega desde muito antes da chegada dos jesuítas, da instauração da

Corte ou da criação de mitos convenientes sobre a presença da Família Imperial na Ponta do Caju.



Pseudobatos horkelii (anteriormente conhecida como *Rhinobatos horkelii*), popularmente chamada de raia-viola ou raia-viola-de-focinho-longo, ou ainda arraia cotó; cortada; truncada.

Antes de prosseguirmos em nossa história, é importante salientar que, em inúmeras fontes após a batalha de 1567, foram encontradas diversas grafias para o termo *Jabebiracica*, tais como: *Gebiracica*, *Geribiracica*, *Jabebirassiqua*, *Yabiricica*, *Jabiracica*, *Jaburacica*, *Ibiracica*, *Ibibuasiqua*, *Yabibirasiqua*, *Jeribiracica*, *Jabibirasiqua* e *Obiracica*. O próprio Jean de Léry registra, talvez por barreiras idiomáticas, outras grafias para o vocábulo: *Jaburaci*, *Josy-yrasik*, *Joeyrasik*, *Yaboraci* e *Iaver-ur assic*³. Aqui, por comodidade, facilidade de leitura e preferência muito particular, uso a grafia *Jabebiracica*.

3 JABEBIRACICA. [S. l.]: Rio Memórias, [2022]. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/jabebiracica/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

A paisagem organizada e habitada: o cotidiano indígena em Jabebiracica

Os relatos daqueles que visitaram a Baía de Guanabara no século XVI, são unânimes em descrever uma paisagem distante da “imagem de um território sem ordem social”. Pelo contrário, o que encontraram foi um território densamente habitado e organizado por diversas comunidades indígenas, com destaque para os tupinambás, que possuíam uma complexa estrutura social, econômica e cultural, conforme já mencionei anteriormente.

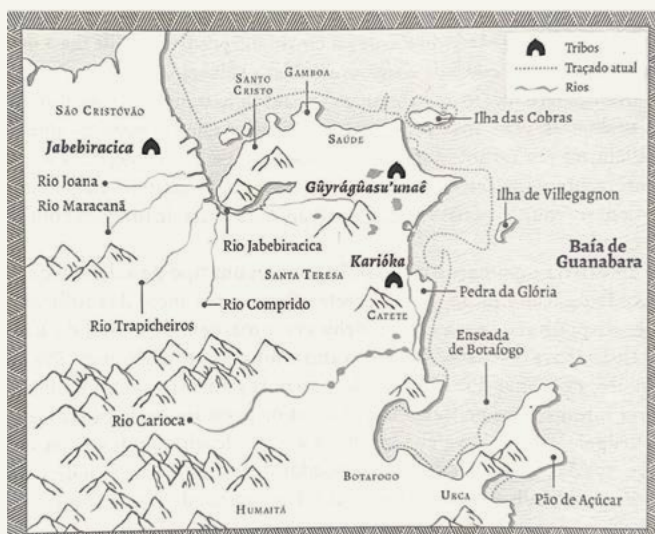
Por diversas vezes, o Rio de Janeiro foi citado como o “Éden”. É inegável que, antes da colonização e até mesmo por um pouco de tempo depois dela, as belezas desse território eram incontestáveis. Eram 127 ilhas e ilhotes, 28 lajes, 27 pedras, três coroas e um parcel – totalizando 188 unidades de ilhas. O que dizer das praias? Eram, segundo Elmo Amador, 118 as praias, entre as banhadas pela Baía de Guanabara e a porção oceânica, além das enseadas, sacos, estuários e gamboas (trecho que só tem água na preamar). A vida marinha era abundante. Cardumes de sardinhas, corvinas, robalos e colônias de moluscos dos mais diversos tipos lotavam as praias e manguezais. Não raros eram os golfinhos e as baleias que – conforme registrou Dunlop –, nos meses de inverno, vinham em grupos de 40 a 50 para parirem seus filhotes. Nesse cenário e, por causa dele, os povos indígenas ocuparam a orla da Guanabara.

Organização social e espacial

Os tupinambás, autodenominados os “donos da terra”, viviam em aldeias conhecidas como tabas, que podiam abrigar centenas de indivíduos. Jabebiracica, em particular, era descrita por Léry como uma aldeia superpovoada e de grande importância estratégica. A disposição das tabas não era aleatória; elas eram frequentemente localizadas em pontos de fácil acesso a recursos naturais, como rios e o mar, e serviam como centros de uma rede de trilhas e caminhos que conectavam diversas comunidades no interior. O próprio “caminho para Gebiracica” é um exemplo da infraestrutura viária desenvolvida pelos indígenas, que posteriormente seria aproveitada pelos colonizadores.

Modo de vida e economia

A base da subsistência tupinambá era a agricultura, com a mandioca desempenhando um papel central. Complementavam sua dieta com a pesca abundante na Baía de Guanabara e a caça nas florestas circundantes. Essa diversidade de atividades produtivas demonstra um profundo conhecimento do ambiente e uma exploração sustentável dos recursos disponíveis. A presença de arraiais, por exemplo, não apenas influenciou a toponímia de Jabebiracica (*iabebyr-acyca* – arraia cotó, segundo Frederico Edelweiss), mas também fornecia material para a confecção de flechas, evidenciando a integração entre o ambiente natural e as práticas culturais e bélicas.



Mapa com representação de algumas aldeias e tribos extraído do livro *O Rio antes do Rio*, de Rafael de Freitas da Silva. Jabebiracica aparece no alto, à esquerda.

Notem que, até certo momento da história do Brasil – e, sobretudo, da história da cidade do Rio de Janeiro –, é impossível dissociar a Ponta do Caju de São Cristóvão, visto que, por longo período, o Caju pertenceu ao bairro-irmão vizinho. O território que, mais tarde seria batizado como São Cristóvão, estendia-se entre o Rio Comprido e Inhaúma. Esta era também a dimensão de Jabebiracica.

Cultura e cosmovisão

A sociedade tupinambá era marcada por uma cultura guerreira, com a guerra sendo um estado permanente impulsionado por vinganças geracionais e rituais antropofágicos. Esses rituais, embora chocantes para os europeus, eram parte integrante de sua cosmovisão e serviam como ritos de passagem para os jovens guerreiros, reforçando a identidade e coesão do grupo.

Além do caráter ritual, a ingestão da carne do inimigo era também considerada a mais completa forma de vingança, em um ato que, na visão europeia, vinha carregado de ódio e fúria.⁴

A religiosidade também era um aspecto fundamental, com crenças e práticas que permeavam o cotidiano, como observado por Léry ao descrever os aspectos religiosos dos tupinambás – que foram por ele percebidos como um povo com forte espiritualidade, embora não cultuassem ídolos ou tivessem uma estrutura teísta. Os indígenas eram animistas, isto é, para eles, os espíritos habitavam e habitam elementos da natureza. Havia entre eles líderes religiosos – os xamãs –, rituais de transe, curas e previsões do futuro. Léry cita um instrumento de chocalho feito de cabaça, utilizado nos rituais, além, é claro, do ritual antropofágico. O jesuíta espanhol José de Anchieta, por exemplo, descreveu Jabebiracica como a “aldeia do pecado” em sua obra *O auto de São Lourenço* – que, embora carregada de um viés religioso europeu, atesta a vitalidade e a complexidade da vida social e cultural que ali florescia, com interações intensas entre indígenas e franceses.

Em suma, os relatos de Léry e Thevet, corroborados por pesquisas históricas e arqueológicas, revelam que a região de Jabebiracica e a Baía de Guanabara eram palcos de intensa atividade humana, com povos indígenas que dominavam o território, organizavam-se em comunidades complexas, desenvolviam sistemas produtivos eficientes e possuíam uma rica cultura. Essa compreensão é crucial para desmistificar a ideia de uma terra supostamente desocupada que justificasse

4 Fazem isto, não para matar a fome, mas por hostilidade, por grande ódio, e quando na guerra escaramuçam uns com os outros, gritam entre si, cheios de fúria: “*Debe marâpá Xe remiu ram bengué*, sobre ti caía toda desgraça, tu és meu pasto. *Nde acanga jucá aipotá curi ne*, quero ainda hoje moer-te a cabeça. *Xe anama poepica que Xe aju*, aqui estou para vingar em ti a morte dos meus amigos. *Nde rôo, Xe mocaen será ar eima riré* etc., tua carne hoje ainda, antes que o sol se deite, deve ser meu manjar”. Isto tudo fazem por imensa hostilidade. (STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.)

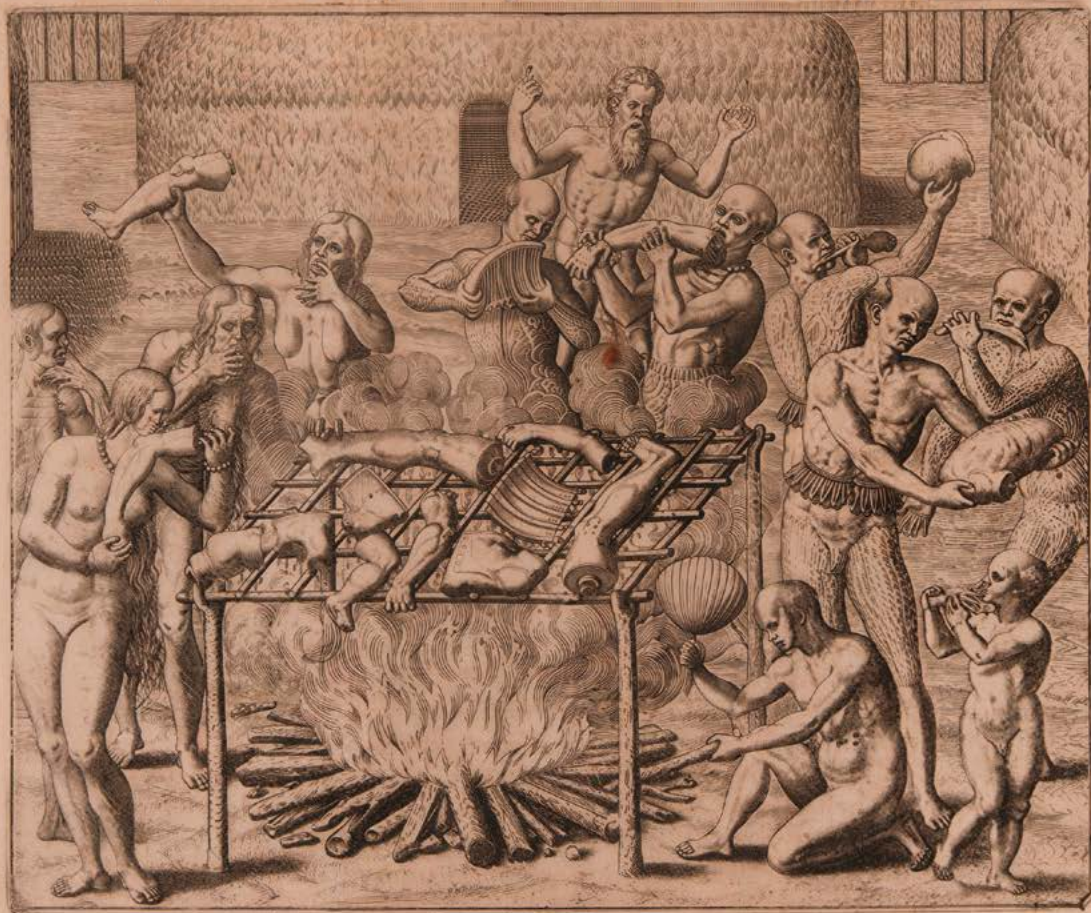
a necessidade de colonização e para reconhecer a profundidade histórica e a presença indígena que moldaram a paisagem do que viria a ser o Bairro do Caju.



Mapa pertencente à coleção *Atlas do Brasil*, do cartógrafo português João Teixeira Albernaz II, mostra como era o Rio de Janeiro em 1666.

bulum illud iam vsurpauit, & postea sapius repetendum erit, ne diutius lector hæreat, oblata occasione, quid hoc rei sit exponam.

Americani defixis in terra ligneis quatuor furcis crassitudine brachii, trium pedum interuallo, quadrata figura, æquali vero trium fere pedum



altitudine, baculos in transfuersum duobus à se inuicem distantes digitis superimponunt, itaq; ligneam cratem comparant: hanc sua lingua *Boucan* *Bouten & Barbaram* nominant. In edibus permultas huiusmodi crates habent, quibus carnes in frusta concisas imponunt, & lento igne ficcis è lignis excitato, vt fere nullus existat fumus, quãdiu fert voluntas coqui hunc in modum patiuntur singulis dimidiæ horæ quadratibus inuersas. Et quoniam fæle cibos minime condiunt, quemadmodũ hic mos est, vno tantum coquendi remedio vtuntur ad eorum conseruationem: itaq; etiam si 30. vno die feras quales hoc capite describemus, essent venati, omnes frustatim concisas illis cratibus ingererent, quam citissime fieri posset, ne corrumperebantur: ibi sapius circumactæ aliquando plus quatuor & viginti horis torrẽtur, donec

Bouten & Barbaram
culue.
Conseruando.
raro cibariis
apud Anaric.
rauo.

A Tabá de Jabebiracica/Gebiracica: coração tupinambá da Guanabara e ponto estratégico colonial

Jabebiracica, em suas múltiplas grafias, também conhecida como Aldeia de Martinho, era uma das mais proeminentes tabas tupinambás da Baía de Guanabara, localizada na região que englobava Caju, São Cristóvão e adjacências. Sua posição estratégica, no principal porto natural da baía, a tornava um centro vital para o comércio, a pesca e as rotas terrestres que conectavam diversas aldeias do interior.

Desde meados do século XVI, a taba já era conhecida e frequentada por navegadores europeus, especialmente os normandos (franceses), que a chamavam de *Pepin*, em homenagem a um capitão que ali aportara.

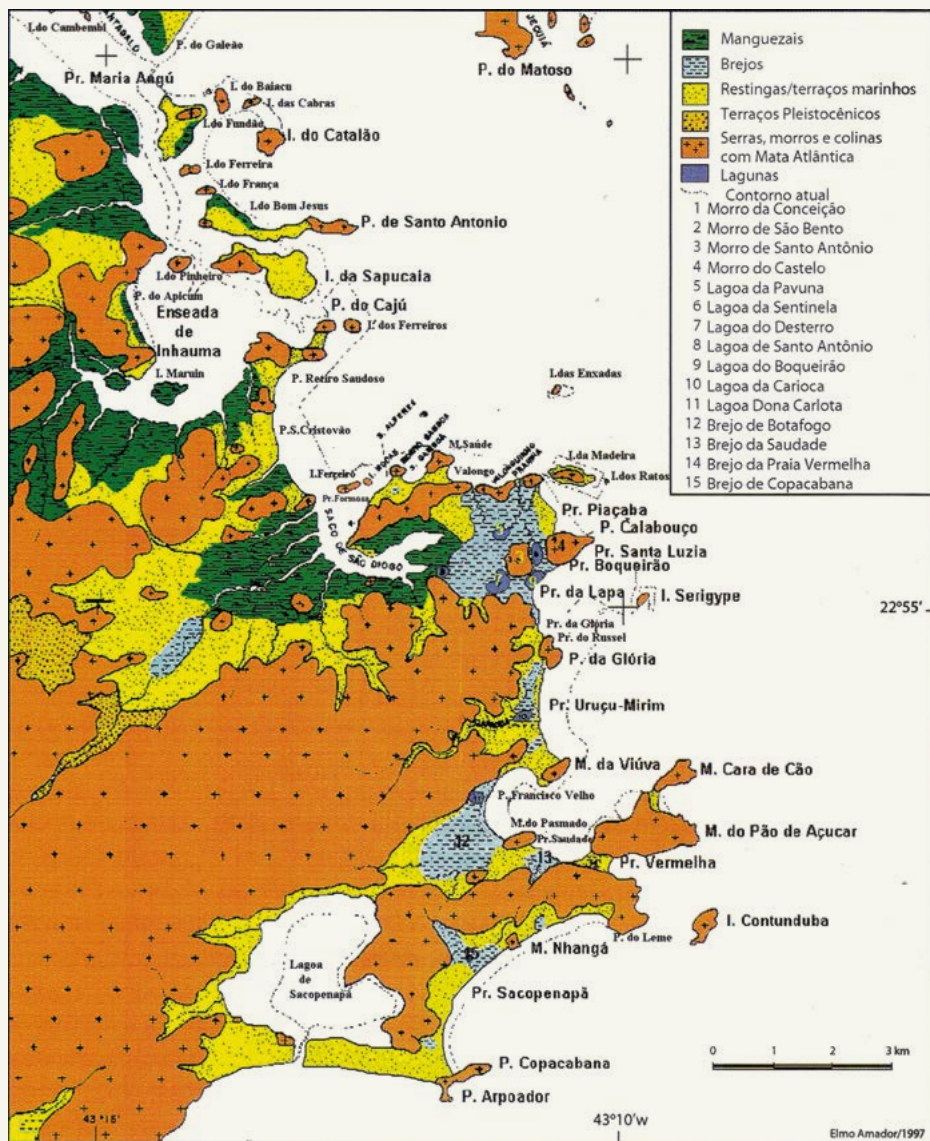
Informações adicionais revelam que a aldeia de Jabebiracica estava situada nas proximidades da foz dos rios Maracanã e Comprido, um ponto estratégico no início da colonização portuguesa entre 1570 e 1627. Sua localização foi crucial para a implantação da infraestrutura urbana primitiva e para a consolidação do domínio português, subjugando os indígenas aliados e eliminando os inimigos através da chamada “Guerra Justa”⁵. A aldeia fazia parte dos espaços do recôncavo guanabarino ocupados para garantir a hegemonia europeia e o sucesso do empreendimento colonial açucareiro. A transformação de aldeias indígenas em aldeamentos missionários ou assentamentos coloniais, um processo que pode ser analisado pela arqueologia do contato, demonstra como a ocupação colonial se sobrepôs às estruturas indígenas existentes, utilizando caminhos e locais de habitação preestabelecidos.

A Ponta do Caju, hoje um bairro autônomo, era, no século XVI, um acidente geográfico proeminente, formado por pequenos morros cobertos com Mata Atlântica, que – de acordo com Elmo Amador –, antes de se tornar de fato uma península, era um conjunto de pequenas ilhas que havia sido soldado recentemente ao continente por meio de uma língua arenosa de restinga. Ainda de acordo com o geógrafo, a península do Caju era composta por praias, gamboas e

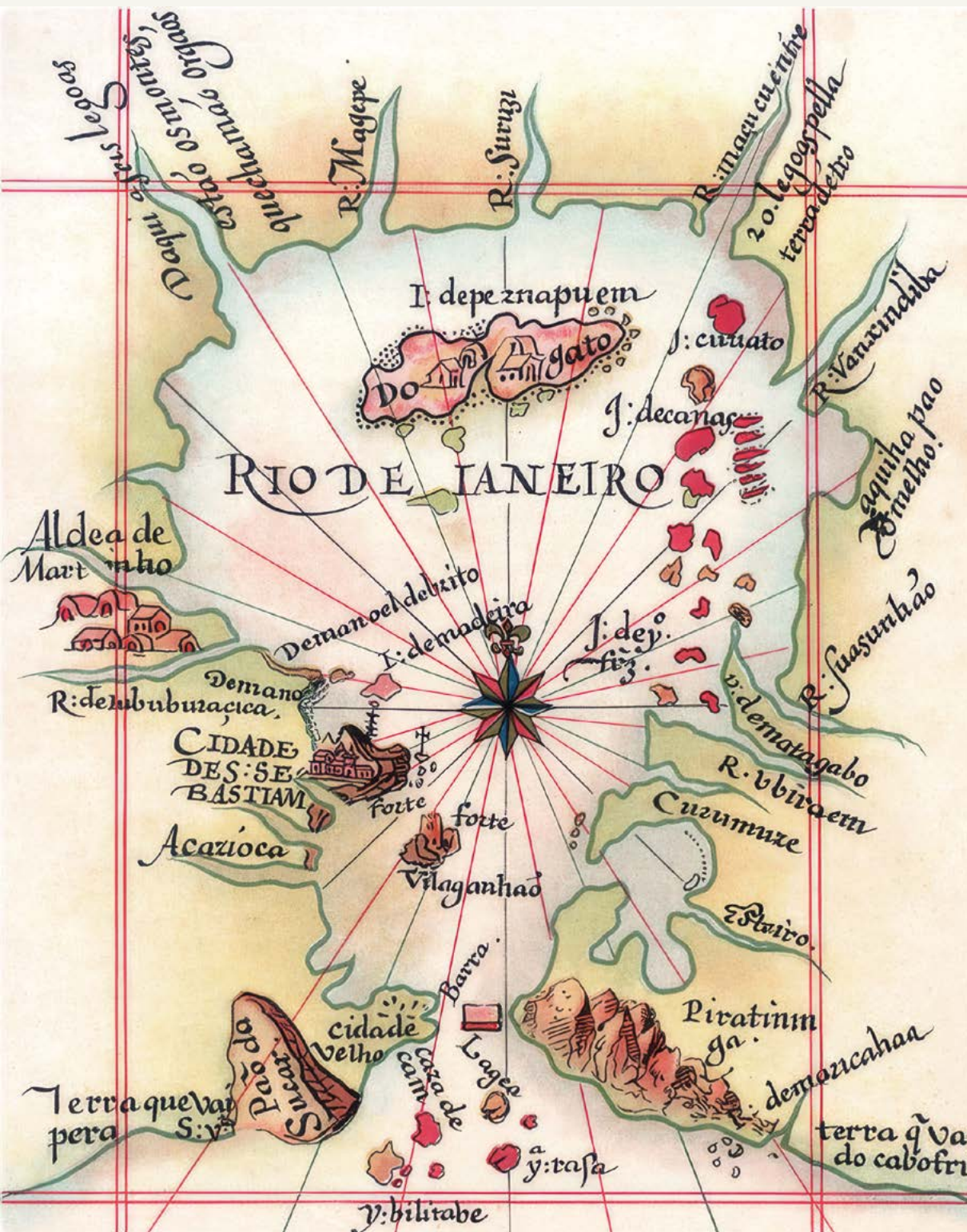
5 OLIVEIRA, Luiz Paulo Leal de. Das antigas estradas rurais ao rodoviarismo: atlas da evolução urbana do subúrbio carioca. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 14. 2016, São Carlos, SP. *Anais* [...]. São Carlos, SP: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016. p. 407. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/40.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.

extensos manguezais, formando o limite norte da enseada que hoje conhecemos como Saco de São Cristóvão. Geograficamente, a Ponta do Caju era a continuidade natural do litoral onde se situava Jabebiracica, servindo como um ponto estratégico vital para os tupinambás. Ali, a coleta de recursos como mariscos e peixes era abundante, e sua posição avançada na baía a tornava um local ideal para observação e vigília, especialmente para monitorar a chegada de embarcações estrangeiras. Os manguezais da região eram, inclusive, fundamentais para a subsistência das aldeias próximas, fornecendo alimento e matéria-prima.

Mais tarde, essa posição estratégica seria explorada pela indústria naval. Na parte terminal da península, ficava não somente a Ilha dos Ferreiros, que passava por um processo de soldamento, mas também um conjunto de outras ilhas.



Baía de Guanabara em 1500 (Trecho Copacabana-Galeão). AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental.** Rio de Janeiro: Interciência, 2013. p. 12.



Os povos da Guanabara: tupinambás, tamoios e temiminós

Antes da chegada dos europeus, a Baía de Guanabara era habitada por diversas comunidades indígenas, predominantemente do tronco tupi, como já escrevi anteriormente. Entre elas, destacavam-se os tupinambás, que se consideravam os “donos” da terra, descendentes de um ancestral mítico chamado Tupi. Com uma cultura guerreira e um modo de vida baseado na pesca, caça e agricultura (especialmente mandioca), os tupinambás possuíam uma organização social complexa, com diversas tabas documentadas na Guanabara. A guerra era um estado permanente, impulsionada por vinganças geracionais e rituais antropofágicos, que serviam como rito de passagem para os jovens guerreiros.

No livro *A Guerra dos Tamoios*, o historiador alagoano Aylton Quintiliano⁶ nos conta um pouco da vida dos tupinambás antes da chegada dos europeus. De acordo com o autor, os tupinambás do Rio de Janeiro eram, em particular, celebrados por sua vivacidade cultural, suas tradições musicais e, de forma singular, pela melodia das cantoras de Uruçumirim. Segundo uma lenda tamoia, as águas cristalinas do Rio Carioca conferiam às suas vozes um encanto ainda maior, tornando-as capazes de tocar a alma. As danças festivas, embaladas por ritmos ancestrais, eram frequentemente acompanhadas pelo cauim, uma bebida fermentada de grande apreço, que fluía em celebração à vida e à comunidade.

Na cosmovisão tupinambá, o mundo era tecido por forças divinas: Monan, o criador da terra e de todos os seres vivos, e Aman Athoupane, o guardião das águas. Seus mitos, ricos em simbolismo, narravam eventos de punições divinas, como os grandes dilúvios enviados por Monan para restaurar a justiça quando a humanidade se desviava. Os poucos sobreviventes, então, repovoavam o mundo, até que Tupã, a divindade do relâmpago e da tempestade, assumisse o comando, marcando um novo ciclo. Histórias de Coaraci (o Sol), Jaci (a Lua), Rudá (o amor), Iara (o espírito das águas) e Curupira (o protetor das florestas) compunham um panteão que guiava a vida e a compreensão do universo.

Em seus costumes, não se cobriam com vestimentas no sentido europeu, mas sabiam tecer redes de algodão com maestria. Circulavam nus e, em seu apurado senso de estética, traziam seus corpos adornados com tintas naturais que contavam histórias ou enfeitados com as penas vibrantes do uirapiranga, especialmente as vermelhas, que conferiam um brilho singular. Colares de conchas e

6 QUINTILIANO, Aylton. **A Guerra dos Tamoios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Reper, 1965.

piercings com pedras verdes no lábio inferior complementavam sua aparência. As mulheres, por sua vez, eram consideradas de uma beleza notável, adornando seus corpos e rostos com pinturas elaboradas e utilizando grandes enfeites nas orelhas, preferindo braceletes a colares, em uma expressão única de sua feminilidade.

A liderança tribal, exercida pelo tuchaua ou morubixaba, era confiada aos mais experientes e sábios. Suas responsabilidades abrangiam a coordenação da caça, da pesca, da agricultura e das estratégias de combate, garantindo a subsistência e a segurança da comunidade. Dentro da tribo, a noção de propriedade privada era inexistente; os recursos eram compartilhados, e os conflitos internos, raros. Relatos de José de Anchieta de antes da chegada dos colonizadores europeus descrevem casais que se separavam sem mágoas e a ausência de violência doméstica, sugerindo uma harmonia que seria quebrada pela introdução do conceito de propriedade privada. Quando desentendimentos graves surgiam, a tradição era clara: não havia mediação do líder, e as represálias deveriam ser proporcionais ao dano, um sistema de justiça intrínseco à sua cultura.

As interações com outras tribos eram, em sua maioria, pacíficas, exceto pelos conflitos com os goitacazes, motivados por disputas territoriais nas áreas internas e nas margens do Rio Paraíba do Sul. Contudo, a chegada dos europeus, com suas novas tecnologias, crenças e ambições, alteraria profundamente os costumes indígenas e a dinâmica de suas relações, tanto entre indivíduos quanto entre as tribos, marcando o início de uma nova e complexa era.

Ao contrário dos colonizadores, não era costume dos tupinambás aterrar os manguezais – que eram apenas explorados de forma racional, possibilitando o aproveitamento de todo o seu potencial diversificado –, e, embora algumas áreas da Guanabara, segundo Amador, já tivessem sido desmatadas em 1500, o sistema utilizado pelos indígenas que o geógrafo chamou de “rotação de terras com pousio”, reduzia o impacto no ecossistema e possibilitava sua regeneração. A isso, caros leitores, chamamos hoje de tecnologia agroecológica.

No contexto da chegada dos europeus, os tupinambás se dividiram em facções, dando origem a termos como *tamoios* e *temiminós*. Os *tamoios*, cujo nome tupi *tamuïia* significa “os avós” ou “os mais velhos”, representavam os grupos tupinambás que resistiam à dominação portuguesa e lutavam em honra de seus antepassados. Eles formaram a Confederação dos Tamoios, uma aliança de tribos que, com o apoio dos franceses, empreendeu grandes ataques contra as vilas portuguesas entre 1560 e 1563. De acordo com Quintiliano, nunca existiu no Brasil uma tribo de nome **tamoio**. Essa denominação surgiu a partir da criação da Confederação. No Rio de Janeiro, viviam os tupinambás, e da reunião dos

que se consideravam os primeiros a terem chegado surgiu a Confederação dos Nativos. Era uma maneira de se diferenciarem dos temiminós.

Em contraste, os temiminós, também conhecidos pejorativamente como maracajás (gatos do mato) pelos tamoios, eram um subgrupo tupinambá que se aliou aos portugueses.

Aqui, é preciso dizer que em nenhuma literatura são encontradas maiores informações sobre a etnia temiminó, pois, além de escassas, estão restritas às alianças com os portugueses – geralmente, em situações de guerra intensa. Somente em 1555, quando se aldearam no Espírito Santo e lá estabeleceram forte aliança com os portugueses é que começaram a aparecer em documentos.

Liderados por Maracajá-Guaçu – e, posteriormente, por seu filho, Arariboia (Martim Afonso) –, os temiminós habitavam inicialmente a Ilha do Governador (antiga Ilha de Paranapuã) e outras regiões da Baixada Fluminense. O historiador paulista Francisco Varnhagen, visconde de Porto Seguro, explicitando a dificuldade em denominá-los, dizia que uns chamavam a si guaianás, outros, temiminós, e, ainda, outros, tupinambás⁷. Sua aliança com os portugueses remonta à primeira feitoria portuguesa na Ilha do Governador (1504-1516), estabelecida através de relações de “cunhadismo” (casamentos intertribais).

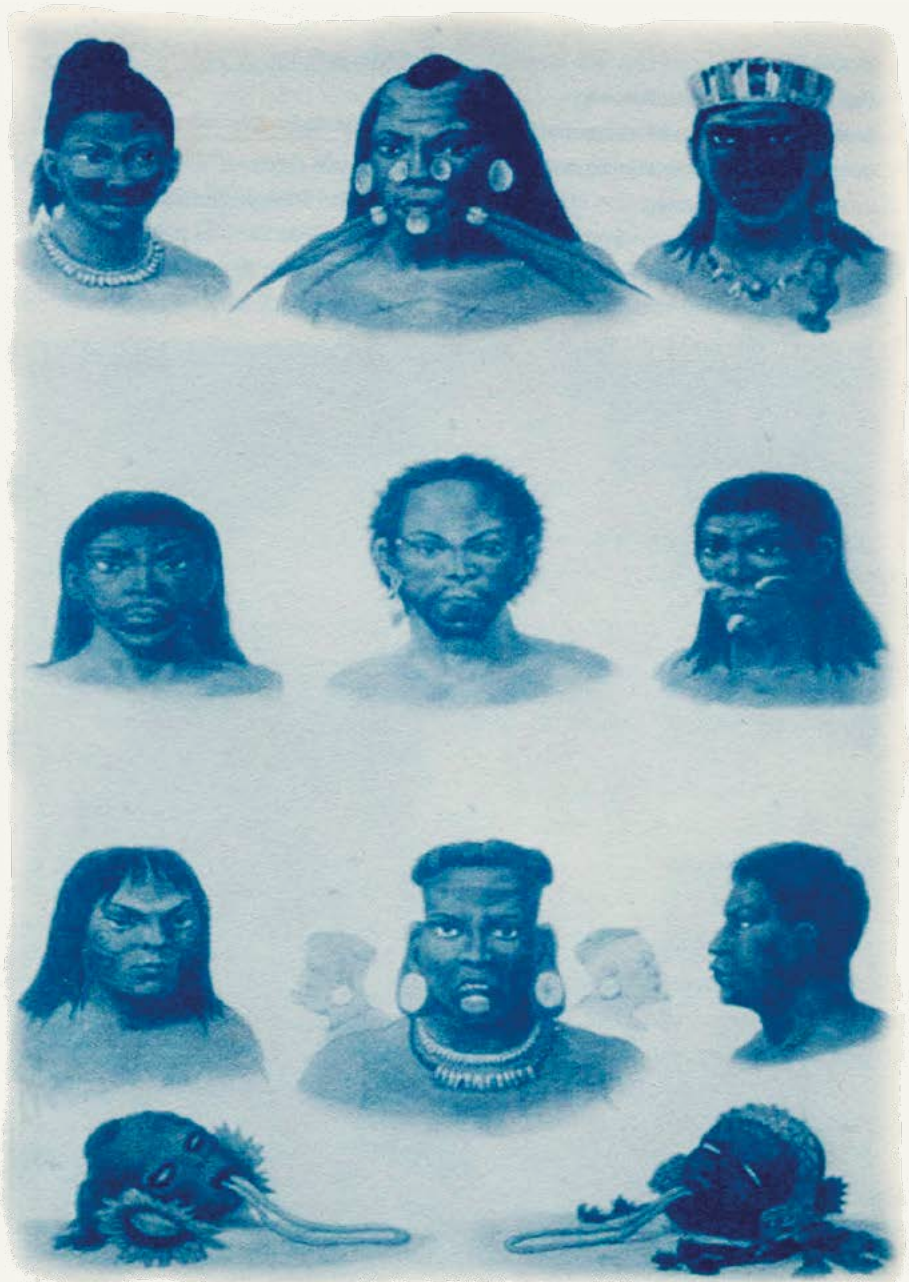
Sobre Arariboia, os registros são ainda mais escassos. O indígena é citado por Anchieta como personagem de destaque na primeira tentativa do militar português Estácio de Sá de fundar a cidade do Rio de Janeiro.⁸

Arariboia transcendeu seu papel como guerreiro para se consolidar como uma figura essencial na construção da nova ordem colonial no Rio de Janeiro. Sua permanência na região da Guanabara, atendendo ao chamado do português Mem de Sá, então governador-geral do Brasil colônia, representou mais do que um gesto de lealdade; foi a materialização de uma aliança estratégica que o colocou, junto com seu povo, como um esteio sólido da recém-fundada cidade. Seu

7 [...] chamavam-se a si, uns, guaianás; outros que não queriam esquecer a sua procedência dos tamoios (avós), chamavam-se temiminós (netos), e outros finalmente se chamariam tupinambás. Alguns dos vizinhos os tratavam, como se vê de Staden, por tupiniquins, ou, quando contra eles assanhados e em guerra, por maracajás ou Gatos bravos. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 2ª ed. Tomo I. E. & H. Laemmert. Rio de Janeiro. 1877, p. 16)

8 Ali chegou a frota em 6 de fevereiro de 1564, sendo a princípio bem recebida dos índios tamoios. Acompanhava a frota um índio, de nome Arariboia – que ficou registrado, na história do tempo, como Martim Afonso Arariboia – e que era amigo dos portugueses, desde a época em que a terra de Piratininga fora desbravada. Agora, fizera companhia a Estácio para o ajudar a estabelecer-se na terra dos tamoios, convencendo os seus irmãos de raça a confiarem na amizade pacífica que lhe ofereciam os portugueses. (CARTA de Anchieta ao padre Diego Lainez (1565). In: LEITE, Serafim (org.). **Monumenta brasiliæ**. Cidade: Editora, ano. v. 4, p. 177.)

prestígio era notável, recebendo inúmeras honrarias. Foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo e recebeu uma pensão de 12 mil réis. Como capitão-mor da próspera aldeia de São Lourenço, primeiramente estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, ascendeu ainda mais socialmente ao tornar-se proprietário de imóveis na Rua Direita (atual Primeiro de Março) – coração político e social da cidade, lar das figuras mais influentes, incluindo o governador. Seu matrimônio – que relatarei a seguir –, celebrado com grande pompa, digno das festas dos altos dignitários do Reino, não foi apenas uma união afetiva, mas também um ato político que consolidava sua posição singular na complexa estrutura social da colônia, e é exatamente sobre isso que escreverei a seguir.



Indígenas retratados por de Jean-Baptiste Debret. Ilustração retirada do livro *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro* ⁹.

9 FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.



'Martim Afonso de Souza - o Ararigboia

O casamento de Arariboia: um evento de prestígio e aliança

Um dos episódios mais emblemáticos que consolidaram o prestígio de Arariboia e sua integração à sociedade colonial foi o seu casamento, ocorrido entre abril e maio de 1570¹⁰. O líder temiminó contraiu núpcias com uma mulher mameluca, filha de pai português e mãe indígena, descrita como sendo da “casa de Afonso de tal”¹¹. O evento foi um acontecimento memorável para a época, celebrado com grande pompa e servindo como um marco da aliança luso-indígena¹².

A cerimônia religiosa foi realizada na Igreja da Sé do Rio de Janeiro, com a presença de autoridades portuguesas e membros da elite colonial. Após o ato religioso, as festividades seguiram para a Aldeia de Jabebiracica, na qual Arariboia residiu até o fim de seus dias e onde o líder temiminó ofereceu um suntuoso banquete para toda a sua tribo e convidados portugueses¹³. Relatos históricos descrevem que o líder partiu de sua aldeia em uma frota de seis grandes canoas, ricamente equipadas e tripuladas por “gente luzida”, demonstrando seu poder e o reconhecimento oficial de sua liderança pela Coroa Portuguesa¹⁴. Esse casa-

10 QUEM foi Arariboia? [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (ca. 22 min). Publicado pelo canal Biblioteca Parque de Niterói. Disponível em: <https://www.facebook.com/bibliotecaniteroi/videos/1966085306866762/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

11 MAGALHÃES, Heber Val; PEREIRA, Vicente Cretton. As descendentes de Arariboia na sociedade colonial do Rio de Janeiro (séculos XVI-XVII). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2025. p. 17. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2160/2239>. Acesso em: 12 fev. 2026.

12 MAGALHÃES, Heber Val; PEREIRA, Vicente Cretton. **A posteridade de Arariboia**. [S. l.]: Marco Polo, 2003. Disponível em: <http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/rjArariboia.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

13 BASTOS, Lia Vieira Ramalho. “Niterói, terra de índio”: apagamentos, silenciamentos e reapropriações em torno da figura de Arariboia. 2015. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://ppcultuff.com/wp-content/uploads/2025/03/Lia-Vieira-Ramalho-Bastos.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

14 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. De Arariboia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das (org.). **Retratos do Império**: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EdUFF, 2006. p. 13-27. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/496394265/16-ALMEIDA-Maria-Regina-Celestino-de-Arariboia-a-Martim-Afonso>. Acesso em: 12 fev. 2026.

mento serviu para reforçar os laços de compadrio e a posição de Arariboia como um “vassalo d’El-Rei” de alta distinção¹⁵.

Arariboia, batizado como Martim Afonso de Sousa, foi um aliado decisivo dos portugueses na batalha de Uruçumirim, que resultou na expulsão dos franceses. Embora a tradição aponte a fundação de Niterói em 1573 como tendo sido feita pelo herói indígena, estudos recentes de historiadores como os fluminenses Emmanuel de Bragança e Luiz Paulo Leal de Oliveira demonstram que Arariboia e sua aldeia permaneceram no lado fluminense, especificamente na região de Jabebiracica (Caju/São Cristóvão), durante a maior parte de sua vida ativa, integrando a elite colonial do Rio de Janeiro^{16, 17}.

O “Caderno Pingo de Gente” do jornal *O Fluminense* de 1974 narra de maneira bem didática e divertida o casamento do grande guerreiro. Assim contava o artigo:

O CASAMENTO DE ARARIBOIA

Você, que é leitor inteligente do PINGO, já sabe muitas coisas sobre Araribóia, não é verdade? Mas duvidamos que você saiba um segredo muito íntimo de sua vida particular: a história do seu casamento.

POIS VAMOS CONTAR COMO FOI

Os índios, como todos sabem, não davam muita importância a esse negócio de casar. Os chefes, principalmente, eram muito desobedientes às normas religiosas que proibiam o casamento com mais de uma mulher. E Araribóia - aqui entre nós não era diferente deles.

-
- 15 MAGALHÃES, Heber Val; PEREIRA, Vicente Cretton. As descendentes de Arariboia na sociedade colonial do Rio de Janeiro (séculos XVI-XVII). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2160/2239>. Acesso em: 12 fev. 2026.
- 16 OLIVEIRA, Luiz Paulo Leal de. Das antigas estradas rurais ao rodoviarismo: atlas da evolução urbana do subúrbio carioca. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, XIV. 2016, São Carlos, SP. **Anais** [...]. São Carlos, SP: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016. p. 407. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/40.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2026.
- 17 BARBOSA, Regis. Aldeias e aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII. **Revista Arkeogatzte**. Victoria-Gasteiz, Espanha, ano 1, v. 1, p. 122-130, 2015. Suplemento. Disponível em: https://www.academia.edu/41635582/Aldeias_e_aldeamentos_ind%C3%ADgenas_no_Rio_de_Janeiro_dos_s%C3%B3culos_XVI_e_XVII. Acesso em: 12 fev. 2026.

Os padres da Companhia de Jesus, entretanto, lutavam para meter na cabeça dos selvagens essa ideia de se casar com uma mulher só. Por isso, o exemplo de Araribóia seria muito importante, sendo ele um chefe. Ninguém teria duas mulheres, se o seu comandante só tivesse uma.

E quem conseguiu o milagre de fazer o chefe índio se casar na Igreja foi o Padre Gonçalo de Oliveira, Procurador do Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro. E olha: o casamento de Araribóia foi uma festa e tanto, teve até a presença do Governador!

Foi em maio de 1570, quando a Aldeia de São Lourenço ainda estava no Rio de Janeiro, nas proximidades do bairro do Caju. E a Aldeia enfeitou-se toda, para a grande solenidade.

Como o Rio de Janeiro ainda era uma cidade muito pequena, e não havia ruas para o seu interior, vieram os noivos e todos os guerreiros num monumental desfile de canoas, até o centro da cidade, para o casamento que se realizaria na primeira Catedral carioca, no desaparecido morro do Castelo.

Chegando ao local onde hoje a Praça 15 de Novembro, ali já os esperavam as altas autoridades da cidade, tendo à frente o Governador Salvador de Sá, que mandou logo saudar Araribóia e sua noiva com muitos tiros de canhão.

Celebrada a cerimônia, seguiram todos para a Aldeia, o Governador inclusive, onde começou um banquete que só terminou pelas primeiras horas da manhã seguinte. O Padre Gonçalo de Oliveira ficou tão satisfeito que logo mandou uma carta a seus superiores, datada de 21 de maio de 1570, contando o acontecido.

Só que o padre esqueceu do principal: o nome da noiva. Foi uma pena, não é?

Mas você pensa que adiantou alguma coisa? Qual, nada. Três anos depois o chefe dos temiminó estava novamente casado com um montão de mulheres. Índio era assim mesmo: não tinha jeito.

(Do livro inédito “Niterói para as Crianças”, de Emmanuel de Macedo Soares).

O FLUMINENSE 1974¹⁸

18 O CASAMENTO de Arariboia. **O Fluminense**, Niterói, ano XCVII, n. 21695, 19-20 maio 1974. Caderno Pingo de Gente, p. 11. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocRea->

A transformação da paisagem: de taba a Aldeia de Martinho

Após as vitórias decisivas dos portugueses em 1567, que culminaram na expulsão definitiva dos franceses da Baía de Guanabara, a taba de Jabebiracica passou por uma significativa transformação. Em 1568, Arariboia ocupou a aldeia com seu povo. A partir de então, o local passou a ser indicado em mapas e documentos como a “Aldeia de Martinho”.

Mapas históricos, como o do cartógrafo francês Jacques de Vau de Claye, de 1579, que registra o topônimo “Ararone” no mesmo local, e o *Plan de la Baye et du Port de Rio-Janeiro* (1730), que indica a “Pta. do Cayvi”, são testemunhos cartográficos dessa evolução e da persistência de referências indígenas na região que viria a ser o Caju. A localização de Jabebiracica, na foz do Rio Comprido (ou Rio Maracanã), é um ponto-chave para entender a continuidade histórica e geográfica do bairro.

No momento em que escrevo este livro, escavações na localidade que ficou conhecida como Gasômetro, próximo ao Canal do Mangue, descobriram vestígios arqueológicos datados, provavelmente, do século XVII. Um lampejo de esperança naquilo que poderá lançar luz, não somente aos períodos Colonial e Imperial, mas a um passado ainda mais remoto, uma luz sobre Jabebiracica.



Jacques de Vau de Claye, 1579. Le vrai pourtraict de Genevre et du Cap de Frie / [Signé].
Jqz de Vau de Claye, [1579] Vau de Claye, Jacques de. Cartographe

A Companhia de Jesus

Entre a cruz e a cana de açúcar

No alvorecer do Brasil colonial, a Companhia de Jesus desembarcou nas terras recém-descobertas não apenas com a cruz, mas com um projeto ambicioso que moldaria profundamente a paisagem econômica e social da capitania do Rio de Janeiro. A história que se desenrola a seguir é um testemunho da complexa interação entre a fé, o poder e a terra — elementos que se entrelaçaram na formação de uma das regiões mais emblemáticas do Brasil e que nos ajudam a entender as raízes profundas de um território que, séculos depois, ainda carrega as marcas dessa era.

Não se assuste, caro leitor, se volta e meia retornarmos aos povos indígenas nesse capítulo, sobretudo os de Jabebiracica. É que, para o entendimento das atividades dos jesuítas na região, precisaremos compreender a relação entre os povos originários e os *loyolistas*¹.

A participação dos jesuítas foi decisiva desde os primeiros momentos da fundação da cidade. Eles não apenas acompanharam Mem de Sá e Estácio de Sá nas lutas contra os franceses e seus aliados *tamoios*, mas atuaram como verdadeiros

1 Derivado do nome de Santo Inácio de Loyola (1491-1556), fundador da Companhia de Jesus. O termo 'loyolista' foi formado pela adição do sufixo '-ista' ao sobrenome Loyola, indicando seguidor ou adepto. Inácio de Loyola era um nobre basco espanhol que, após uma conversão religiosa, fundou a ordem jesuíta em 1540. O termo passou a designar especificamente os membros e seguidores desta ordem religiosa, conhecida por seu rigor intelectual e compromisso com a educação.

estrategistas e diplomatas. Utilizando seu profundo conhecimento das tradições indígenas, souberam selar pactos de paz e pacificar grupos hostis, o que foi crucial para a consolidação da presença portuguesa na Guanabara. Para os inácianos², a luta contra a “França Antártica” era mais do que uma disputa territorial; era uma guerra santa contra o avanço do protestantismo calvinista, que o Padre Manuel da Nóbrega descrevia como uma “heresia” que ameaçava semear a discórdia entre os nativos³. Essa aliança geopolítica garantiu à Ordem um apoio político e financeiro sem precedentes, tornando-a a maior proprietária de terras da capitania até sua expulsão em 1759.

Em julho de 1565, como reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à Coroa, Estácio de Sá doou à Companhia de Jesus a sua primeira e mais vasta sesmaria. Esta vasta extensão de terra começava a uma légua e meia da cidade, nas águas do Rio Iguaçu, hoje conhecido como Rio Comprido, e seguia em direção ao interior, até a tapera de Inhaúma. O Rio Iguaçu, cujo nome tupi *y-guasú* significa “água grande”, era uma artéria vital, navegável por canoas que transportavam a produção dos engenhos até a Baía de Guanabara. A ocupação dessas terras, no entanto, não foi imediata. Nos anos finais do século XVI, a região ainda era marcada pela insegurança e por ataques de indígenas hostis. Os jesuítas enfrentaram dificuldades para povoar a área, gerando tensões com os moradores locais, que os acusavam de manter terras produtivas desocupadas.

A história do Engenho Velho, que será abordada neste capítulo, revela a face empreendedora da Companhia, um gigante econômico, embora seus membros fizessem voto de pobreza individual. Inicialmente, em 1577, as terras foram arrendadas a Gaspar Sardinha para a edificação de um trapiche de açúcar, considerado o segundo engenho da cidade. Após passar pelas mãos de figuras como o governador de Angola, Paulo Dias de Novaes, a propriedade retornou ao domínio direto dos jesuítas no século XVII. Por volta de 1624, o que antes era um criatório de gado transformou-se definitivamente no Engenho Velho, dedicando-se à produção de cana-de-açúcar, legumes e cereais. Localizado onde hoje se encontra a Igreja de São Francisco Xavier, na Tijuca, o engenho tornou-se um complexo administrativo e social que ditava o ritmo da vida local. A produção não visava apenas o abastecimento do Colégio e das missões, mas também a ex-

2 Sinônimo de loyolista ou jesuíta.

3 AMANTINO, Marcia Sueli. **O Engenho Velho**: uma propriedade agrária da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro colonial. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstreams/a67f76de-493b-47a8-89eb-dcc-cbd5ae996/download>. Acesso em: 23 abr. 2026.

portação, inserindo a Ordem nas lógicas econômicas globais do Império Português. Para os jesuítas, o engenho era uma “invenção do engenho humano como pequena porção do divino”, conforme descreveu o jesuíta italiano André João Antonil em sua obra *Cultura e opulência do Brasil*. A estrutura do engenho não era apenas técnica; era uma hierarquia social e espiritual onde o trabalho escravo, inicialmente indígena e, posteriormente, africano, era organizado sob a égide da missão.

Próximo dali a Fazenda de São Cristóvão funcionava como uma extensão estratégica dessas terras. Originalmente uma área de pastagem para os rebanhos jesuítas, a fazenda possuía uma quinta e um porto que facilitava o acesso à Baía de Guanabara⁴. Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, a sede da fazenda foi confiscada pela Coroa, tornando-se mais tarde o Palácio Real (Quinta da Boa Vista) com a chegada de D. João VI em 1808. A conexão jesuítica estendia-se até a Ponta do Caju, uma língua de terra elevada que separava as enseadas de São Cristóvão e do Maracanã⁵. Durante o período em que estiveram na região, os jesuítas mantiveram arrendamentos de sítios e chácaras que se alongavam por essas bandas. A paisagem, descrita por viajantes como o comerciante inglês John Luccock, no início do século XIX, ainda guardava os vestígios da organização territorial iniciada pelos padres. A Ponte do Caju, mencionada em registros históricos e literários, servia como um ponto de passagem crucial para os mangues e para o acesso às terras da Ordem. Era por esses caminhos que circulavam as mercadorias e os trabalhadores, incluindo a numerosa comunidade escrava que sustentava as fazendas de São Cristóvão e do Engenho Velho⁶. A Ponta do Caju, com suas areias límpidas, tornou-se famosa séculos depois pelos banhos de mar medicinais de D. João VI, mas sua história como parte do cinturão produtivo jesuíta é o que fundamenta sua ocupação inicial e, coincidentemente, pouco documentada.

4 LULLCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro**: e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. Tradução: Milton da Silva Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1951.

5 GARCIA, Cleydson. **Imperial Quinta do Caju, um patrimônio destruído e esquecido nas brumas do tempo**. [S. l.]: Especial Rio Antigo, 24 maio 2021. Disponível em: <https://especialrioantigo.blogspot.com/2021/05/imperial-quinta-do-caju-um-patrimonio.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

6 AMANTINO, Marcia Sueli. Os escravos da fazenda jesuítica de São Cristóvão e seus leilões, Rio de Janeiro, 1761-1762. **Estudos Ibero-Americanos**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 536-547, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/29187>. Acesso em: 21 abr. 2026.

Contudo, a relação entre a Companhia de Jesus e a população local nem sempre foi de harmonia. Um episódio emblemático ocorreu entre 1677 e 1678, revelando as tensões pelo controle dos recursos naturais. O foco do conflito era o uso dos manguezais no Saco de São Diogo — área que hoje compreende a Cidade Nova até a Baía de Guanabara. Tradicionalmente, moradores de todas as classes utilizavam o mangue para extrair lenha, madeira para construção e para a pesca de caranguejos e mariscos. No entanto, alegando direitos sobre as terras que beiravam suas propriedades, o reitor da Companhia, Padre Barnabé Soares, tentou proibir o acesso público sob pena de excomunhão. O conflito só foi resolvido após a intervenção direta da Coroa Portuguesa, que, em 1678, garantiu o direito coletivo sobre o ecossistema, descrevendo o episódio como um “escândalo grande”⁷.

Nesse cenário de expansão e conflitos, a presença indígena foi o pilar de sustentação da colonização lusa. O cacique Arariboia, líder dos temiminós, viu no apoio aos portugueses uma forma de vingar seu povo contra os tamoios. Como reconhecimento, ele e seu povo foram assentados na Aldeia de Jabebiracica, também conhecida como Aldeia de Marinho, nas proximidades do Rio Comprido. Esta aldeia, sob a administração jesuítica, era um ponto de encontro entre as culturas indígena e europeia. A convivência era marcada pela catequese e pela dependência mútua: os indígenas garantiam a defesa do território, enquanto os jesuítas ofereciam a proteção espiritual e institucional da Igreja. Embora Arariboia tenha “herdado” a Aldeia de São Lourenço, em Niterói, em 1573, sua presença inicial nas terras do Rio Comprido é o elo que une a história dos primeiros habitantes à formação urbana da cidade⁸.

A influência da Companhia de Jesus na região perdurou por quase dois séculos, até a sua expulsão em 1759. Com a saída dos jesuítas, suas vastas propriedades foram fragmentadas, dando origem a novos bairros. O Rio Comprido, a Tijuca, o Engenho Velho, São Cristóvão e o Maracanã são, até hoje, testemunhas desse passado, carregando em seus nomes e em suas ruas a memória de uma era em que a cruz, a cana-de-açúcar e as alianças com os povos originários moldaram o destino do Rio de Janeiro.

7 ⁵ DISPUTA pelos mangues entre moradores e jesuítas. Rio de Janeiro: Impressões Rebeldes, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/disputa-pelos-mangues-entre-moradores-e-jesuítas/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

8 SILVA, Rafael Freitas da. **Arariboia: o indígena que mudou a história do Brasil: uma biografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

Essa união de interesses encontrou sua expressão máxima na habilidade dos jesuítas em articular alianças com os povos originários, transformando o cenário de guerra em um tabuleiro de diplomacia complexa. O papel de Nóbrega e Anchietta foi fundamental ao mediar a paz com os tamoios em Iperoig⁹, uma manobra que quebrou a unidade da Confederação dos Tamoios e permitiu aos portugueses concentrar suas forças na retomada da Guanabara¹⁰. Ao mesmo tempo, a Ordem foi o elo que trouxe para o combate os temiminós, liderados pelo cacique Arariboia. Expulsos de suas terras originais na Ilha do Governador pelos tamoios, os temiminós viram na aliança com os portugueses, mediada pela confiança nos padres que já os haviam aldeado no Espírito Santo, a única via para a reconquista de seu território e a vingança contra seus inimigos históricos.

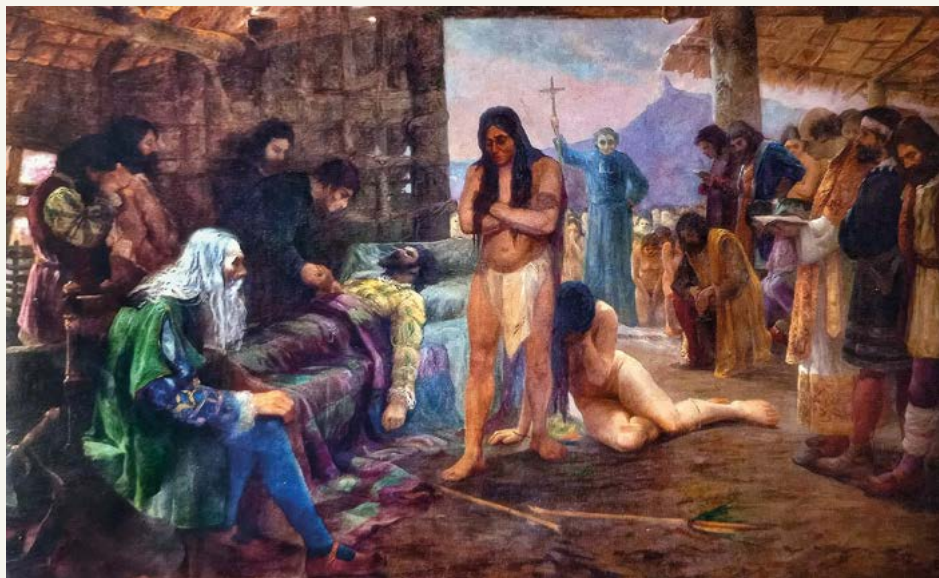
A fundação da cidade, em 1.º de março de 1565, no sopé do Morro Cara de Cão, foi, portanto, o marco de uma vitória construída nos colégios e aldeamentos tanto quanto nos campos de batalha. Estácio de Sá, ao desembarcar, trazia consigo não apenas soldados, mas a convicção de que a presença jesuítica era a garantia da ordem e da permanência colonial. A doação da primeira e mais vasta sesmária à Companhia de Jesus, apenas meses após a fundação, não foi um mero gesto de gratidão, mas uma decisão estratégica: ao entregar o controle de vastas terras, que se estendiam do Rio Iguaçu (Rio Comprido) ao Maracanã, aos jesuítas, a Coroa garantia que o cinturão defensivo e produtivo da nova cidade estaria sob a guarda de uma instituição capaz de organizar a mão de obra, pacificar o território e sustentar a fé.

A vitória definitiva na batalha de Uruçumirim, em 20 de janeiro de 1567, em que Estácio de Sá foi mortalmente ferido, selou esse pacto de sangue e terra. A imagem de São Sebastião, padroeiro da cidade, combatendo ao lado dos portugueses, conforme relatos da época, simboliza a fusão entre o misticismo religioso e a conquista militar que os jesuítas tão bem souberam cultivar. A transferência posterior da cidade para o Morro do Castelo, local onde os jesuítas ergueram seu colégio e igreja, consolidou fisicamente essa aliança: a cidade nasceu e cresceu

9 *Iperoig* ou *yperoyg*: Rio do tubarão (*yperu* ou *iperu* = tubarão; *yg* = rio). No celebre Armistício de Iperoig, firmado em Ubatuba entre os tamoios e os portugueses, Anchietta ficou como refém em Iperoig (Ubatuba) dos índios; isto enquanto Nóbrega teve consentimento para sair e levar as condições propostas que então foram aceitas. Também são usadas as grafias “iperoigue” e “iperoi”. Há também quem tenha interpretado o nome como “o rio das perobas” (*îperó* = peroba; *ig* = rio). V. *îperó*.

10 FERRETTI, Danilo José Zioni. Guerra e paz nos trópicos. **Impressões Rebeldes**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoeresbeldes/revista/guerra-e-paz-nos-tropicos/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

sob a sombra da cruz, com a Companhia de Jesus atuando como o verdadeiro arquiteto da ocupação territorial e da alma do Rio de Janeiro colonial.



A Morte de Estácio de Sá. 1911. Óleo sobre tela de Antônio Diogo da Silva Parreiras. Niterói (RJ). Acervo Museu Antonio Parreiras.

A Sesmaria Jesuítica: do Rio Iguaçu ao Maracanã

A delimitação da Sesmaria Jesuítica no Rio de Janeiro representou um dos marcos mais significativos da organização territorial colonial, estabelecendo as bases do que viria a ser o cinturão produtivo e urbano da cidade. Recebida oficialmente em 1565 e confirmada em 1567, essa vasta extensão de terra tinha como um de seus principais marcos geográficos o Rio Iguaçu — um nome de origem tupi que significa “água grande” —, que, com o passar dos séculos e as transformações da paisagem, passou a ser conhecido como Rio Comprido. A identificação desse curso d’água é fundamental para compreender a logística da época: o Rio Iguaçu não era apenas um limite, mas uma artéria navegável por canoas e pequenas embarcações que permitia o escoamento da produção de açúcar e outros gêneros agrícolas das terras jesuíticas diretamente para a Baía de Guanabara, conectando o interior produtivo ao porto da cidade.

A sesmaria estendia-se das margens desse rio em direção ao sertão, alcançando a região que hoje conhecemos como Maracanã e os contrafortes da Tijuca. Essa

área, que englobava o que os documentos antigos chamavam de “águas do Iguaçu”, era caracterizada por várzeas férteis e manguezais abundantes, recursos que se tornariam objeto de intensas disputas entre a Ordem e os moradores locais. A demarcação de 1574 detalha que as terras seguiam até encontrar a tapera de Inhaúma, um antigo assentamento indígena que servia de baliza para o avanço da colonização jesuítica em direção ao norte da cidade¹¹. A posse jesuítica sobre esse território era tão abrangente que a Ordem controlava não apenas o solo, mas o acesso vital às fontes de água e aos caminhos que ligavam a urbe ao Recôncavo.

Essa geografia sagrada e produtiva era o cenário onde a Companhia de Jesus exercia seu domínio absoluto, transformando a paisagem natural em um complexo sistema de arrendamentos e sítios. A região do Maracanã, em particular, era um ponto de convergência onde as terras aforadas aos jesuítas encontravam os mangues do Saco de São Diogo, criando um ecossistema de trabalho e subsistência que sustentava tanto o Colégio no Morro do Castelo quanto a crescente população da cidade¹². O controle sobre o Rio Iguaçu (Rio Comprido) garantia aos padres o domínio sobre a principal via de acesso às suas propriedades, permitindo que o Engenho Velho e a Fazenda de São Cristóvão operassem como unidades integradas em um vasto latifúndio que moldou, de forma definitiva, a expansão urbana do Rio de Janeiro em direção à Zona Norte.

11 MAGALHÃES, Heber Val; PEREIRA, Vicente Cretton. As descendentes de Arariboia na sociedade colonial do Rio de Janeiro (séculos XVI-XVII). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2160/2239>. Acesso em: 12 fev. 2026.

12 LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro**: e partes meridionais do Brasil: tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. Tradução: Milton da Silva Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1951.

São Cristóvão, Baía de Guanabara e serra dos Órgãos.



Part of the Bay
St. Cristóvão

O Engenho Velho e a Fazenda de São Cristóvão

A consolidação do domínio jesuítico na capitania do Rio de Janeiro encontrou sua expressão máxima na organização do Engenho Velho e da Fazenda de São Cristóvão, duas propriedades que, embora distintas em suas funções imediatas, operavam como engrenagens de um mesmo e poderoso sistema econômico. O Engenho Velho, cujo centro espiritual e administrativo era a Igreja de São Francisco Xavier, erguida ainda na década de 1580, tornou-se o marco zero da ocupação da região que hoje conhecemos como a Grande Tijuca¹³. Inicialmente focado na criação de gado e na subsistência, o engenho passou por uma profunda transformação no século XVII, quando os jesuítas, percebendo as janelas de oportunidade do mercado atlântico, converteram suas várzeas para o cultivo intensivo da cana-de-açúcar. Essa transição não foi apenas agrícola, mas social: o Engenho Velho tornou-se um microcosmo da sociedade colonial, onde a racionalidade administrativa da Ordem geria uma numerosa comunidade de escravos, indígenas e foreiros, transformando a “pequena porção do divino” descrita por Antonil em uma unidade produtiva de alta *performance*.



Litografia da Igreja São Francisco Xavier. <https://www.basilicasaofranciscoxavier.com.br/sobre-a-basilica/nossa-historia>

Conectada a esse complexo, a Fazenda de São Cristóvão desempenhava um papel logístico e estratégico vital. Situada em uma área de topografia privilegiada, com acesso direto à Baía de Guanabara, a fazenda servia originalmente como pastagem

13 IGREJA de São Francisco Xavier (Engenho Velho). Rio de Janeiro: Inventário ArqRio, c2023. Disponível em: <https://inventarioarqrio.com.br/acervos/detalhar/92>. Acesso em: 18 abr. 2026.

para os rebanhos jesuíticos e como porto de escoamento para o açúcar produzido no Engenho Velho. A sede da fazenda, uma casa senhorial de arquitetura sóbria, mas imponente, guardava a entrada para o sertão e monitorava o tráfego de mercadorias e pessoas que circulavam entre a urbe e o interior da sesmaria. A importância dessa localização era tamanha que, mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1759, as terras de São Cristóvão não permaneceram no esquecimento. Confiscadas pela Coroa, elas passaram por um breve período sob a administração da Real Junta da Fazenda antes de serem adquiridas pelo comerciante de escravos Elias Antônio Lopes, que ali construiu o casarão que viria a ser a Quinta da Boa Vista^{14,15}.

A transição dessas propriedades jesuíticas para o domínio real e privado após 1759 revela a magnitude do legado territorial deixado pela Ordem. Quando D. João VI chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, e recebeu de presente a casa de Elias Antônio Lopes, político luso-brasileiro, ele estava, na verdade, ocupando o coração de uma antiga estrutura jesuítica que havia sido meticulosamente planejada para dominar a paisagem¹⁶. O Palácio de São Cristóvão, que abrigou a Família Real e mais tarde o Império, nasceu sobre os alicerces da visão territorial dos inicianos, cujos engenhos e fazendas definiram os eixos de expansão da cidade. Assim, o Engenho Velho e a Fazenda de São Cristóvão deixaram de ser apenas unidades agrárias para se tornarem os centros de poder de uma nação, provando que a geografia desenhada pela cruz e pela cana-de-açúcar no século XVI continuaria a pulsar como o núcleo vital do Rio de Janeiro por muitos séculos.



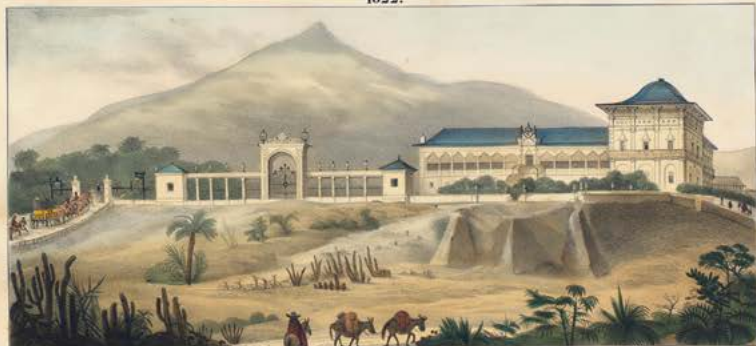
Améliorations progressives du Palais de St. Christophe (Quinta de Boa Vista) depuis 1808, jusqu'en 1831. Litogravure de Jean-Baptiste Debret. Debret, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. OR 1909 Bib

- 14 SANCHES, Marcos Guimarães; LIMA, Rachel Gomes de. O “triste” e “aprazível” Engenho Novo: um estudo de constituição da propriedade na cidade do Rio de Janeiro. **Estúdios Históricos**, Riveira, ano XII, n. 24, dez. 2020. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/24/eh24o8.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 15 “Quinta da Boa Vista.” Arquivo Nacional - História Luso-Brasileira. Disponível em: <https://historialuso.an.gov.br/index.php/historia-luso-brasileira/assuntos/tema-a-corte-no-brasil/5588-quinta-da-boa-vista>. Acesso em 20 abr. 2026.
- 16 ANDRADE, Antonio Ricardo Pereira de (org.). **Guia de visitação ao Museu Nacional**: reflexões, roteiros e acessibilidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/palacio.htm>. Acesso em: 20 abr. 2026.

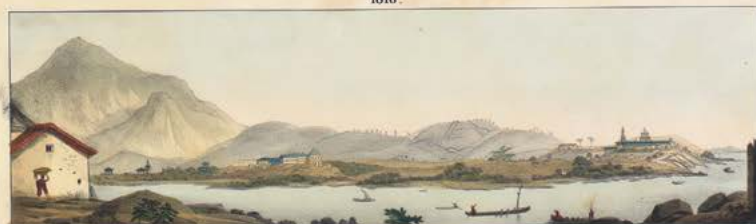
1831



1822.



1816.



1808.



J. B. Dehaene del.

Lith. de Thierry Valen. Scul. de Engelmann C^{te}

AMÉLIORATIONS PROGRESSIVES DU PALAIS DE S. CHRISTOPHE,
(Quinta de Boa Vista), depuis 1808, jusqu'en 1831.

O Caminho do Caju: Ponta e Ponte

O Caminho do Caju, com sua célebre Ponta e a histórica Ponte, constitui um dos capítulos mais fascinantes da geografia afetiva e econômica do Rio de Janeiro, servindo como o elo final entre as terras produtivas da Companhia de Jesus e a imensidão da Baía de Guanabara. A Ponta do Caju, descrita por John Luccock como uma “língua de terra, elevada e bonita”, funcionava como um mirante natural que separava as enseadas de São Cristóvão e do Maracanã, oferecendo uma das perspectivas mais deslumbrantes da capital. Durante o longo domínio jesuítico, essa região não era apenas um acidente geográfico, mas um prolongamento estratégico de seus arrendamentos, onde sítios e chácaras se multiplicavam sob a sombra dos cajueiros que deram nome ao lugar. A ocupação era tão densa e organizada que, mesmo após a expulsão da Ordem, a paisagem ainda guardava a memória dos “inúmeros sítios e chácaras” que os padres haviam meticulosamente distribuído para garantir a subsistência do Colégio e o abastecimento da urbe.

A Ponte do Caju, por sua vez, erguia-se como um símbolo da conectividade necessária para vencer os manguezais do Saco de São Diogo e integrar o litoral ao interior da sesmaria. Era por essa via que circulava o pulsar da vida colonial: carroças carregadas de lenha extraída dos mangues, trabalhadores que se deslocavam entre as fazendas e os moradores que buscavam o porto para suas transações comerciais. Luccock, em suas andanças entre 1808 e 1818, registrou a vitalidade desse caminho, notando como a região, embora outrora marcada por pântanos e matas fechadas, havia se transformado em um território de “prósperos estabelecimentos do homem” graças à infraestrutura iniciada pelos jesuítas e continuada pelos novos proprietários. A ponte não era apenas uma estrutura de madeira ou pedra; era o cordão umbilical que unia a produção açucareira do Engenho Velho ao porto de São Cristóvão, permitindo que a riqueza do solo jesuítico ganhasse as águas do mundo.

Com a chegada da Família Real, o Caminho do Caju ganhou novos contornos de nobreza, mas sem perder sua essência histórica. A Ponta do Caju, com suas “areias límpidas e águas cristalinas”, tornou-se o refúgio predileto de D. João VI para seus banhos de mar medicinais, transformando o antigo cinturão produtivo em um balneário imperial. No entanto, por trás do brilho da Corte, permanecia a estrutura sólida desenhada pela Companhia de Jesus: os caminhos que Luccock percorreu, as pontes que atravessou e os portos onde desembarcou eram os mesmos que os padres haviam estabelecido séculos antes para dominar a geografia da Guanabara. Assim, a Ponta e a Ponte do Caju deixaram de ser

apenas marcos de passagem para se tornarem testemunhas da transição de um Rio de Janeiro agrário e jesuítico para uma capital cosmopolita e imperial, onde cada curva do caminho ainda ecoa o nome tupi Acayú.

O leitor bem sabe que quem vos escreve adora mostrar a poesia com a qual os mais variados viajantes descreviam as terras cajuenses. Deixo aqui nas próximas linhas as impressões de Luccock quando por aqui esteve:

A Ponta do Cajú é uma língua de terra, elevada e bonita, que separa a enseada de São Cristóvão da de Maricanã⁷. Goza de uma praia limpa, ar puro, uma das mais lindas vistas do porto, particularmente do ancoradouro das naus de guerra e de grandes facilidades para com êles comunicar-se por meio de sinais. Por êsse motivo escolheram-na para que ali se fixasse a residência do Almirante britânico. Antigamente, êsse lado da costa era uma ilha, havendo ainda os vestígios do último canal estreito, através do qual as águas passavam de uma enseada para outra. A-pesar-de que os melhoramentos agrícolas das propriedades circunvizinhas exigiriam a reabertura do canal, o mesmo processo ali se está verificando e dentro de poucos anos a ilha dos Ferreiros estará unida ao continente, tornando assim mais difícil ainda a passagem em redor da ponta.



17 Provavelmente Maracanã.

A disputa pelos mangues: fé e conflito no Saco de São Diogo

A relação entre a Companhia de Jesus e a população do Rio de Janeiro, embora pautada por alianças estratégicas nos primórdios da colonização, foi também atravessada por episódios de profunda tensão e conflito pelo controle dos recursos naturais. Um dos momentos mais emblemáticos dessa disputa ocorreu entre 1677 e 1678, no episódio que ficou conhecido como a Disputa pelos Mangues no Saco de São Diogo. Essa área, que se estendia da atual Cidade Nova até as margens da Baía de Guanabara, era um ecossistema vital para a subsistência da cidade: dali, moradores de todas as classes sociais extraíam lenha para uso doméstico, madeira para as caldeiras dos engenhos de açúcar e para a construção de habitações, além de dependerem do mangue para a pesca de caranguejos e mariscos. O conflito eclodiu quando os jesuítas e beneditinos, cujas propriedades beiravam esses alagadiços, passaram a reivindicar o domínio exclusivo sobre as terras, tentando proibir o acesso público que era garantido por tradição.

O embate ganhou contornos dramáticos quando o reitor da Companhia de Jesus, Padre Barnabé Soares, utilizou o poder espiritual como arma política, obtendo o apoio do último administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, Francisco da Silveira Dias. Em 1677, acatando o pedido do reitor, o prelado publicou uma carta de excomunhão direcionada a todos os moradores da cidade que ousassem cortar madeira nos mangues¹⁸. Essa medida, que transformava uma disputa territorial em um pecado mortal passível de exclusão da comunidade cristã, gerou uma onda de indignação sem precedentes na capital. A Câmara Municipal, agindo como legítima representante dos interesses da população, protestou formalmente em 22 de agosto de 1677, denunciando o que considerava uma arbitrariedade e uma interferência indevida das ordens religiosas em assuntos civis. A resposta dos clérigos foi ainda mais severa: a excomunhão foi estendida aos próprios oficiais da Câmara que ousaram questionar a autoridade da Ordem, criando um impasse que ameaçava a paz social da capitania.

A resistência da Câmara Municipal foi firme, alegando que a proibição inflamaria os ânimos populares e prejudicaria a economia local, já que os engenhos

18 MENDES, Ediana Ferreira. A trajetória e o governo prelatício de Francisco da Silveira Dias, último administrador eclesiástico do Rio de Janeiro (1671-1681). **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 3, p. 716-736, set./dez. 2021. p. 732. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/bJ5w68ksvx9mQqv4QsxB-37P/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2026.

dependiam daquela lenha para operar. Diante da intransigência dos padres e do administrador eclesiástico, os oficiais recorreram diretamente à Coroa Portuguesa, enviando cartas ao Príncipe Regente denunciando que os jesuítas tentavam usurpar terras que pertenciam ao povo por direito consuetudinário. O caso foi levado ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, onde os conselheiros avaliaram a gravidade da situação. Em seu parecer, o Conselho classificou o ocorrido não apenas como uma alteração da ordem, mas como um “escândalo grande”, recomendando uma intervenção imediata para restaurar a justiça e a calma na cidade.

A decisão final veio em 4 de dezembro de 1678, quando o Príncipe Regente D. Pedro emitiu uma Carta Régia que se tornaria um marco jurídico para a proteção dos bens comuns na colônia. O monarca invalidou as imposições do prelado Francisco da Silveira Dias e determinou que o acesso aos mangues deveria permanecer livre e comum a todos os moradores, reafirmando que tais áreas eram de serventia pública e não podiam ser apropriadas por particulares ou ordens religiosas¹⁹. D. Pedro ordenou ainda que se procedesse contra qualquer pessoa que tentasse se apropriar desses espaços, garantindo aos moradores a posse de cortarem os mangues para suas necessidades básicas. Este episódio não foi apenas uma vitória civil contra o poderio territorial da Companhia de Jesus, mas também um exemplo da autoridade real sendo exercida para mediar conflitos entre a Igreja e o Estado, reafirmando que, no Rio de Janeiro colonial, o bem comum e a economia da capitania prevaleciam sobre as pretensões de domínio absoluto da cruz.

19 ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. **Revista Cidades**, Chapecó, v. 8, n. 14, p. 539-568, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/download/12607/8140/47598>. Acesso em: 20 abr. 2026.



Pedro II aos 46 anos de idade e vestido com a Regalia Imperial do Brasil durante a Fala do trono. 1872. Pintura de Pedro Américo. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Americo_-_D._Pedro_II_na_abertura_da_Assembleia_Geral_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Americo_-_D._Pedro_II_na_abertura_da_Assembleia_Geral_(cropped).jpg)

Arariboia e a Aldeia de Martinho: uma aliança de sangue e terra

A fundação do Rio de Janeiro e a consolidação do domínio português na Baía de Guanabara não seriam possíveis sem a figura central de Arariboia, o líder temiminó cujo papel transcendeu o campo de batalha para se tornar o alicerce de uma complexa rede de alianças que moldou a sociedade colonial fluminense. Antes de cruzar a baía para fundar a célebre Aldeia de São Lourenço, em Niterói, Arariboia e seu povo estabeleceram-se em um ponto estratégico no lado carioca: a Aldeia de Marinho, também conhecida como Gebiracica. Localizada

nas proximidades do atual bairro de São Cristóvão, essa aldeia estava inserida nos limites da vasta sesmária doada aos jesuítas em 1574, simbolizando a união física e política entre a cruz, a espada e o arco indígena. Foi em Jabebiracica que Arariboia viveu momentos decisivos, como a batalha de 1568, na qual sua vida foi salva por um destacamento português liderado por soldados como Gaspar Vaz, em um episódio que selou uma “aliança de sangue” que logo se transformaria em laços de parentesco.

Essa integração entre os mundos indígena e europeu manifestou-se de forma mais profunda através dos casamentos e compadrios que envolveram as descendentes de Arariboia. Maria de Souza, filha do cacique (batizado como Martim Afonso de Souza), casou-se com o próprio Gaspar Vaz, o soldado que outrora socorrera seu pai. Esse matrimônio não foi um ato isolado, mas uma estratégia deliberada de ambas as partes: para os portugueses, o acesso ao capital político e à rede de proteção do sogro indígena; para os temiminós, a consolidação de sua posição como “índios aliados” e vassalos d’El Rei, garantindo-lhes *status* e terras em um mundo em transformação. As netas de Arariboia, como Violante Soares e Joana de Souza, herdaram essa posição privilegiada, tornando-se proprietárias de engenhos e terras que se estendiam de São Cristóvão até a “Banda d’Além”. Violante, por exemplo, foi a fundadora da capela de São Domingos, em Niterói, enquanto Joana geria o engenho São João Batista de Icarai, demonstrando que as mulheres da linhagem de Arariboia não eram meras espectadoras, mas agentes econômicas ativas que possuíam escravizados e negociavam produções de açúcar. Notem bem que tanto a filha quanto as netas de Arariboia têm nomes cristãos, marcando a profunda influência da cultura europeia no cotidiano da aldeia.

A Aldeia de Marinho serviu, portanto, como o berço dessa elite mameluca que dominou as franjas da cidade nascente. É fascinante notar, contudo, o contraste entre a trajetória de Arariboia e a de sua linhagem. Enquanto seus filhos e netos são relatados como plenamente inseridos na cultura europeia e cristã, ocupando cargos de prestígio e gerindo engenhos como autênticos súditos da Coroa, o próprio Arariboia manteve uma postura de resistência cultural altiva. Um episódio emblemático ocorreu em 1575, quando o governador Antônio de Salema o repreendeu por sentar-se de pernas cruzadas, um costume nativo, em sua presença. A resposta do cacique foi cortante: “Se tu soubesses quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a El-Rei, não estranharias dar-lhes agora este pequeno descanso”. Arariboia chegou a declarar que se retiraria para sua aldeia, onde não se curavam de tais “pontos de cortesia”, e que não voltaria

mais à corte²⁰. Essa relutância em abandonar sua língua e seus hábitos originais, mesmo sendo um Cavaleiro da Ordem de Cristo, demonstra que sua aliança com os portugueses era política e estratégica, mas não significava a submissão de sua identidade. Diferentemente de seus descendentes, que manobram as vantagens da nova sociedade colonial, Arariboia preservou a altivez de um chefe que se via como igual, e não subordinado, aos governantes estrangeiros. A presença de Gaspar Vaz como confrontante na demarcação das terras jesuíticas em 1574 já indicava sua residência próxima ou dentro da aldeia, seguindo o princípio da uxorilocalidade, em que o genro passa a viver junto à família da esposa. Essa proximidade geográfica e familiar permitiu que os descendentes de Arariboia manobrassem com habilidade entre suas identidades: enquanto os homens da “dinastia dos Souza” mantinham o posto de capitão-mor em São Lourenço por séculos, as mulheres integravam-se às elites locais, fundando bairros e garantindo o legado da terra. Assim, a história da Aldeia de Marinho e da linhagem de Arariboia revela que a fundação do Rio de Janeiro foi, acima de tudo, um processo de antropofagia cultural e diplomacia em que a terra jesuítica e o sangue indígena se misturaram para erguer os alicerces de uma nova civilização nos trópicos.

20 SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, v. 16, p. 173).



1759



EXPULSÃO
DOS JESUITAS

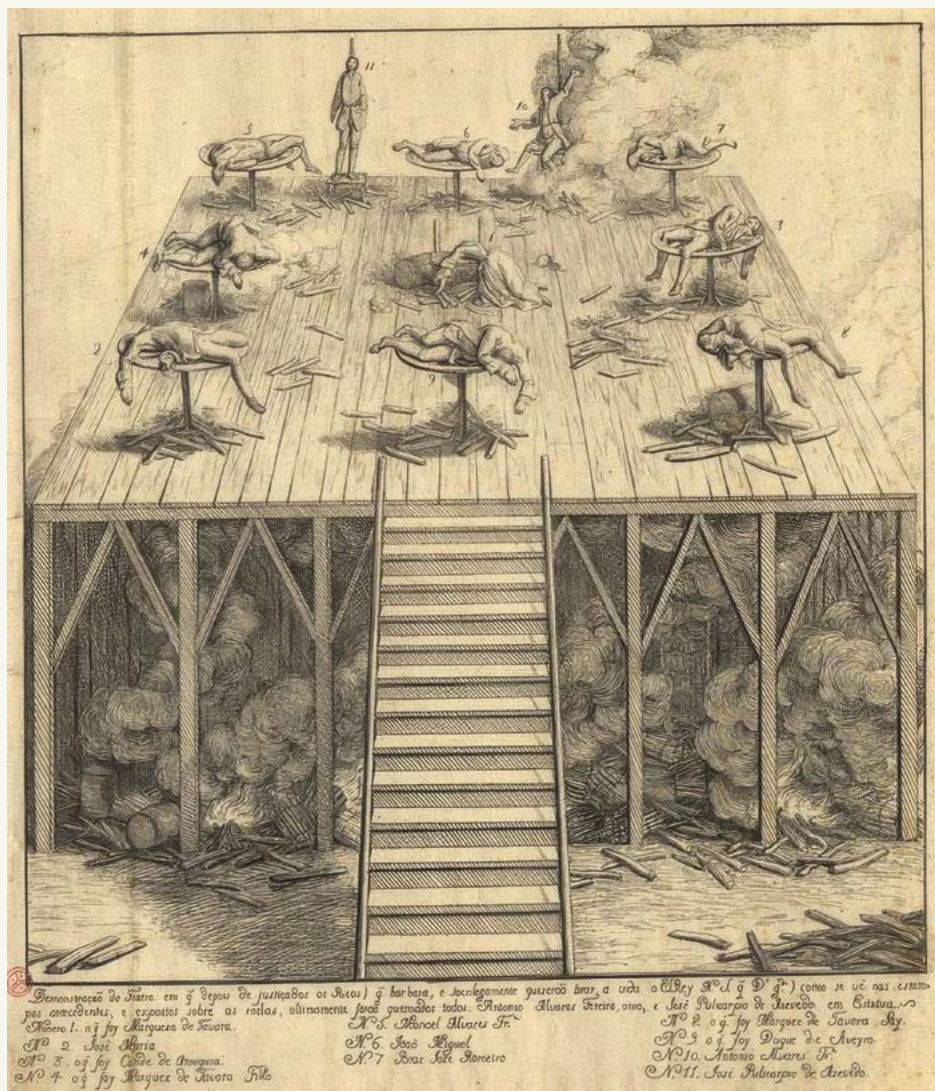
O legado de uma era

A trajetória da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, iniciada sob o signo da cruz e da espada na fundação da cidade, encerrou-se de forma dramática e definitiva em 3 de setembro de 1759. Através de um decreto assinado pelo rei D. José I mas orquestrado pela mão de ferro de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, os jesuítas foram declarados “rebeldes, traidores, adversários e agressores”, sendo sumariamente expulsos de Portugal e de todos os seus domínios ultramarinos²¹, ²² Pombal, um expoente do despotismo esclarecido, via na Companhia de Jesus um “Estado dentro do Estado”, um obstáculo ao fortalecimento do poder absoluto da Coroa e às suas reformas econômicas. A orquestração do decreto foi meticulosa: aproveitando-se do atentado contra o rei em 1758 (o Caso dos Távoras)²³, o ministro vinculou os inicianos a uma suposta conspiração regicida, isolando-os politicamente e preparando o terreno jurídico para a Lei de Extermínio e Proscrição²⁴. Documentos oficiais da época, como a *Carta de Lei de 3 de setembro de 1759*, preservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, detalham o tom implacável da decisão, que ordenava o confisco imediato de todos os bens e a desnaturalização dos membros da Ordem²⁵.

No Rio de Janeiro, esse ato marcou o fim de quase dois séculos de uma hegemonia que não era apenas espiritual, mas profundamente econômica e territorial. O vasto império construído pelos inicianos, que incluía o Engenho Velho, a Fazenda de São Cristóvão e o Engenho Novo, foi confiscado pela Coroa e integrado aos chamados Bens Confiscados ou Próprios Nacionais. O reflexo na

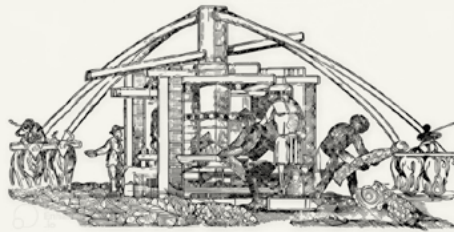
-
- 21 BRASÍLIA, DF. Arquivo Nacional. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. **Expulsão dos jesuítas**. Brasília, DF: MGI, 2018. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3158:expulsao-dos-jesuitas. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 22 SANCHES, Marcos Guimarães; LIMA, Rachel Gomes de. O “triste” e “aprazível” Engenho Novo: um estudo de constituição da propriedade na cidade do Rio de Janeiro. **Estúdios Históricos**, Riveira, ano XII, n. 24, dez. 2020. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/24/eh24o8.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 23 Célebre e violento processo judicial em Portugal, orquestrado pelo Marquês de Pombal após um atentado contra o rei D. José I no dia 3 de setembro de 1758. A nobre família Távora foi acusada de alta traição, resultando em execuções brutais, confisco de bens e a destruição de seus palácios, consolidando o poder absolutista de Pombal. Nunca se provou culpa ou inocência da família Távora.
 - 24 FRANCO, José Eduardo. Massacres ou martírios do Marquês de Pombal? Memória e mito. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, Lisboa, ano VIII, n. 15, p. 283-301, 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/3871/2595>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 25 EXPULSÃO dos Jesuítas. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2026. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/expulsao-dos-jesuitas/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

economia local foi imediato e profundo: a saída repentina da maior potência econômica da colônia desestabilizou o mercado de crédito e a produção agrícola, já que os jesuítas funcionavam como uma espécie de “banco” para os colonos, financiando outros produtores. A administração dessas terras passou para a Real Junta do Comércio, que tentou leiloar chácaras e sítios para novos proprietários, iniciando um processo de fragmentação das grandes sesmarias que moldaria a urbanização futura da Zona Norte.



O legado dessa era, contudo, permaneceu gravado na geografia e na alma da cidade. As terras que outrora compunham a Sesmaria Jesuítica, estendendo-se do Rio Iguaçu (Rio Comprido) até os mangues do Saco de São Diogo e a Ponta do Caju, tornaram-se o palco de uma nova fase da história brasileira. A Fazenda de São Cristóvão, por exemplo, deixou de ser um centro de produção de cal e de legumes para se transformar, décadas depois, na residência oficial da Família Real e, posteriormente, no Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista. O Engenho Velho, por sua vez, deu origem a um dos bairros mais tradicionais da Zona Norte, preservando na Igreja de São Francisco Xavier o marco físico de sua fundação em 1583. A expulsão não apenas desmantelou a estrutura produtiva da Ordem, mas também alterou o destino de milhares de pessoas, incluindo as comunidades de escravizados que viviam nessas fazendas e que foram inventariadas e, em muitos casos, leiloadas, revelando a complexidade social desses núcleos que Pombal pretendia estatizar.

Ao olharmos para o Rio de Janeiro contemporâneo, percebemos que a “história que nunca foi escrita” mas que foi vivida intensamente entre o manguê e a cana ecoa nos nomes das ruas, nas paróquias e na disposição dos bairros que hoje ocupam as antigas terras inicianas. O conflito pelos mangues no século XVII, a aliança de sangue com Arariboia e a racionalidade administrativa dos engenhos jesuíticos formaram a ossatura sobre a qual a metrópole se ergueu. O Caju, com sua Ponta e sua Ponte, deixou de ser apenas um refúgio de pescadores e jesuítas para se tornar um símbolo da transição entre o rural e o urbano, entre a colônia e o império. Assim, o legado dos jesuítas no Rio de Janeiro não se resume apenas às construções de pedra e cal, mas à própria fundação de uma identidade carioca que nasceu da mistura entre a fé rigorosa, a ambição econômica e a resistência daqueles que, indígenas ou africanos, trabalharam a terra sob a sombra do cajuero.



SANCTISSIMI DOMINI NOSTRI
CLEMENTIS PAPÆ XIV
LITTERÆ
IN FORMA BREVIS,
QUIBUS
SOCIETAS JESU
NUNCUPATA
EXTINGUITUR, ET SUPPRIMITUR
IN UNIVERSO ORBE.

B R E V E
DO SANTISSIMO PADRE
C L E M E N T E XIV
PELO QUAL
A SOCIEDADE CHAMADA DE JESUS
SE EXTINGUE, E SUPPRIME
EM TODO O ORBE.



L I S B O A
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA
ANNO MDCCLXXIII.

Freguesia de São Cristóvão

Mudanças à vista!

A história da **Freguesia de São Cristóvão e, concomitantemente, da Ponta do Caju**, é, antes de tudo, uma narrativa de transformações profundas que acompanharam o nascimento e a consolidação do Rio de Janeiro. Para compreendermos como esse local se tornou o coração imperial da cidade, precisamos, nos primeiros capítulos deste livro, retroceder aos séculos XVI e XVII, quando a paisagem era dominada por densas matas, manguezais e a presença vigilante da Companhia de Jesus. Embora o Engenho Velho seja frequentemente lembrado como o grande latifúndio jesuítico da região, as raízes de São Cristóvão mergulham em uma doação ainda mais antiga: a sesmaria concedida por **Estácio de Sá** aos jesuítas em 1565, o próprio ano da fundação da cidade¹. Essa área, inicialmente batizada como **Fazenda São Cristóvão**, englobava uma vasta extensão que ia do Caju até as franjas da Tijuca, estabelecendo as bases para o que seria, por quase dois séculos, um dos pilares da economia e da espiritualidade colonial².

1 PARÓQUIA de São Cristóvão. Rio de Janeiro: *Inventário ArqRio*, c2023. Disponível em: <https://inventarioarqrio.com.br/acervos/detalhar/90>. Acesso em: 18 abr. 2026.

2 AMANTINO, Marcia Sueli. As origens da terra jesuítica na capitania do Rio de Janeiro e a implantação do Engenho Velho no século XVII. **América Latina en la Historia Económica**, Cidade do México, v. 3, n. 3, p. 7-36, set./dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532016000300007. Acesso em: 23 abr. 2026.

No centro da Quinta dos Padres da Companhia de Jesus, a vida cotidiana era regida pelo sino e pela cruz. Por volta de 1565, embora não se conheça a data exata, ergueu-se a primitiva **Capela de São Cristóvão**, um marco de devoção que servia não apenas aos religiosos, mas também aos colonos e indígenas que trabalhavam naquelas terras. Os escravizados, durante a Semana Santa, percorriam a fazenda em procissão, demonstrando a integração das práticas religiosas com a vida cotidiana e a estrutura social da propriedade jesuíta.

A capela ficava próximo a uma praia ocupada por pescadores e em frente ao Saco de São Diogo, à beira-mar. Adjacentes a ela, encontravam-se as residências dos padres, uma senzala que abrigava um grande número de escravos e uma fábrica de farinha de mandioca. A produção econômica da fazenda estendia-se à Ilha Damasceno, também conhecida como Ilha dos Melões, que, embora hoje tenha desaparecido devido aos aterros da Praia Formosa e adjacências, abrigava os maquinismos para a fabricação de cal, produto comercializado pelos jesuítas³.

Enquanto o Engenho Velho de São Francisco Xavier consolidava-se como o centro da produção açucareira, a Fazenda São Cristóvão desenvolvia uma vocação logística e produtiva diversificada. Ali, a paisagem era moldada por atividades que iam além da cana-de-açúcar: a produção de cal, essencial para as construções da cidade que crescia no Morro do Castelo, e o cultivo de legumes e frutas que abasteciam o Colégio dos Jesuítas⁴. Essa rede de produção criava uma dinâmica social complexa em que a racionalidade administrativa da Ordem se encontrava com a religiosidade popular, transformando a capela em um ponto de referência geográfica e espiritual para quem navegava pelas águas da Baía de Guanabara ou percorria os caminhos de terra que ligavam o litoral ao interior.

O ano de 1759 marcou um ponto de inflexão na história da capela. Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios, todos os seus bens foram confiscados pela Coroa, incluindo a Capela de São Cristóvão. A guarda da propriedade foi então confiada a Joseph Fernando Machado, rendeiro da fazenda. Após a expulsão, a capela permaneceu fechada e, com o passar do tempo, entrou em processo de deterioração.

Sua restauração ocorreu durante o reinado de D. Pedro I, com a fachada sendo modificada. Uma anedota histórica atribui a iniciativa da restauração à Marquesa de Santos, figura influente na corte imperial. Desejando um local próximo

3 DUNLOP, Charles Julius. **Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Rio Antigo, 1956.

4 Amantino, Márcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro: aspectos econômicos. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_c2346293fd82ffa841d997d937fbf790.pdf

para assistir à missa aos domingos e dias santificados, e não havendo outra igreja nas proximidades de sua residência (atual Avenida Dom Pedro II) além da capelinha privativa da família imperial na Quinta da Boa Vista, a Marquesa convenceu o imperador a restaurar a Capela de São Cristóvão, que se encontrava em completo abandono após o falecimento de seu guardião. D. Pedro I, atendendo ao pedido da Marquesa, justificou as obras com a necessidade de um templo para as celebrações religiosas do Regimento de Caçadores, antiga guarda do rei Dom João VI, aquartelado nas imediações. Uma gravura da época ilustra a capela restaurada, exibindo as armas do Império em seu pórtico.

Já no período republicano, em 1891, a antiga capela foi demolida. Algumas de suas paredes, que ainda apresentavam solidez, foram aproveitadas na construção da Matriz de São Cristóvão, erguida em estilo gótico-romano no mesmo local, hoje conhecido como Praça Padre Séve — clérigo que serviu à Matriz e encontra-se sepultado no Cemitério de São Pedro, localizado no interior do Cemitério São Francisco Xavier, no Caju. Da edificação original dos jesuítas, restam apenas as imagens do padroeiro e um pequeno sino da torre, testemunhos materiais de um passado que moldou a identidade da região.

A presença dos inacianos, sobre a qual escrevi no capítulo anterior, lançou as sementes de uma distinção regional que floresceria nos séculos seguintes. Ao organizar o território em torno de suas atividades religiosas e econômicas, a Companhia de Jesus não apenas explorou a terra, mas também criou uma identidade local vinculada à figura do santo padroeiro dos viajantes. A proximidade com o litoral e a navegabilidade de rios como o Maracanã e o antigo Rio Iguaçu (Rio Comprido) faziam da Fazenda São Cristóvão uma área estratégica, um entreposto natural entre a zona portuária e os engenhos mais distantes. Assim, muito antes de abrigar a nobreza e o imperador, São Cristóvão já figurava como um centro de trabalho e fé onde a mata cedia espaço à ordem jesuítica, preparando o terreno para a dramática transição que viria com o século XVIII.

Cabe a mim deixar registrada nas próximas páginas uma descrição pormenorizada da capela escrita por Antonio Gonçalves Pereira da Silva⁵, que era entusiasta e especialista na história do Rio de Janeiro e, sobretudo, de São Cristóvão, onde morou. Pereira da Silva também registrou histórias sobre o Caju e foi muito celebrado e reverenciado pelo jornalista e cronista fluminense Escragnolle Dória em diversos de seus artigos.

5 SILVA, Antonio Gonçalves Pereira da. A capella de S Christovão. **Renascença**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 42, p. 76-78, ago. 1907. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=138622&pagfis=1802>. Acesso em: 23 abr. 2026.

A CAPELLA DE S CHRISTOVÃO

A CAPELLA de S. Christovão, cujo desenho apresentamos, foi erigida á beira mar, num dos recantos da bahia do Rio de Janeiro, pelos jesuítas, em terrenos da Fazenda de S. Christovão, dentro da sesmaria que lhes fora concedida por Estacio de Sá, em 1 de julho de 1565. N'essa vasta area, que tambem comprehendia a ilha dos Melões, fundaram os Padres da Companhia de Jesus as suas tres fazendas denominadas: S. Christovão, Engenho Velho e Engenho Novo. Sob o padroado de S. Christovão foi fundada, em época até hoje ignorada, essa pequena Capella, junto á qual construíram a casa da fabrica, casa de residencia, senzala para os escravos que possuíam em grande numero e as casas destinadas aos machinismos para o fabrico de farinha de mandioca, e na ilha dos Melões para o fabrico de cal, de que faziam grande commercio.

Era uma villa, assim construída á beira mar, proxima ao outeiro onde elles fundarão em 1752 o convento, que não concluíram e a que denominaram Collegio da Horta dos Jesuítas.

Nesse edificio tinham os jesuítas a sua capella, construída com um zimbório, terminado por varias torres ou minaretes, onde desde 1763 fora installado o Hospital dos Lazaros, devido aos esforços do caridoso Bispo Diocezano Frei Antonio Romão Malheiros, de D. Antonio do Desterro, auxiliado pelo Vice Rei, D. Antonio Alvares da Cunha, Conde da Cunha, que substituiu no governo o benemerito Gomes Freire de Andrade, e do Conde de Bobadella. Este foi quem primeiro carinhosamente tratou dos infelizes lazarus, mandando construir umas palhoças na base do outeiro, onde eram recolhidos os doentes dessa terrivel enfermidade, confiados aos cuidados de uns donatos da Ordem Franciscana, e mantidos pela bolsa particular de Bobadella.

Segundo Monsenhor Pizarro em suas *Memorias Historicas do Rio de Janeiro*, tomo 5º, fls. 116, já no anno de 1627 era celebrado nessa capella um baptizado, o que faz crer que a sua construcção é de data ainda mais remota, contando portanto, cerca de duzentos e oitenta annos de existencia ou mais de dois seculos e meio.

N'essa capella celebraram os jesuítas todos os actos religiosos, e os escravos da fazenda de S. Christovão dahi saíam em procissão por occasião da semana santa, percorrendo a fazenda, e iam visitar a pequena capella de Sant'Anna, situada dentro dos antigos dominios da Quinta da Boa Vista. Essa capellinha, sob o padroado de Sant'Anna, servio durante a monarchia para os escravos da casa imperial. Ahi se celebravam os actos funebres

por estes e pelos empregados fallecidos e ainda hoje existe, sob a administração de uma irmandade particular.

A architectura, quer da capella de S. Christovão, quer da de Sant'Anna, attesta a sua antiguidade, bem como a espessura de suas paredes, as fachadas acanhadas, com as portas e janellas de pequenas dimensões, com vergas abatidas e, sobretudo as imagens que ainda hoje existem e que foram encontradas por occasião do sequestro dos bens dos Jesuítas, em 9 de novembro de 1759, mandado executar pelo governador Conde de Bobadella, por ordem Regia de El-Rei D. José I.

Essas imagens são as de: S. Christovão, S. Benedicto e N. S. do Rozario, encontradas na capella de S. Christovão e a de S. Pedro na capella particular do convento dos jesuítas.

Confiscadas as terras da fazenda, (escravos e edificios inclusive) foi tambem sequestrada a capella de S. Christovão com suas alfaías e confiadas á guarda de Joseph Fernando Machado, rendeiro da dita fazenda, como consta do auto da arrecadação a que nessa data procedeu o Desembargador de Aggravos da Relação, Doutor Manuel de Afonseca Brandão e escrivão Ignacio Gonçalves Carvalho.

Fechada a capella foi pelo correr do tempo se arruinando, sem conservação, até que muitos annos depois, no reinado de D. Pedro I, foi restaurada e modificada a sua fachada com alguns ornatos, como a gravura representa.

Não foi modificada internamente, apenas reparada na parte avariada pelo tempo, pois conservaram a mesma altura das portas, janellas e do tecto que tanto na sacristia, como no consistorio era muito baixo e acanhado. No trabalho de ornamentação externa, o costructor lembrou-se de collocar a corôa imperial no frontespicio da capella, como se vê na estampa, pois na sua primitiva esse ornato não podia ali figurar. A historia da reconstrucção da capella de S. Christovão é aliás interessante, e della tive noticia por um antigo morador do bairro de São Christovão, que em tempos idos, occupou boa posição social e exerceu certas funcções na casa imperial.

A Marqueza de Santos, então favorita de D. Pedro I, desejando ouvir missa nos domingos e dias sanctificados, não tinha na visinhança do seu palacete — o da antiga rua da Boa Vista, depois denominada do Imperador, — uma igreja ou capella, á excepção da da Quinta da Boa Vista, que era particular da familia imperial.

Lembrando-se da capella de S. Christovão situada a pouca distancia de sua residencia, conseguiu conven-

cer ao Imperador D. Pedro I de mandar restaurar-a, pois estava fechada, em completo abandono e já havia fallecido o seu guarda e depositario.

Assim o Imperador, cedendo aos desejos da Mar-queza, mandou fazer as obras de que necessitava a capella, dando como pretexto a necessidade de servir a mesma para a celebração da missa a que deveria assistir o Regimento de Caçadores, antiga guarda do Rei D. João VI, aquartellado no edificio do Collegio do Horta dos Jesuitas, de onde tinham sido desacommodados os pobres lazarus já ha longos annos ali agasalhados.

Terminados os concertos o Imperador exigio o pagamento de cincoenta contos gastos com as obras da capella, porém o Senado da Camara não tendo sido ouvido sobre essa despeza, quiz a principio recusar, mas para não estabelecer conflicto com o monarcha, cujas resoluções eram inabalaveis, cedeu finalmente ao desejo de D. Pedro, ou melhor, ás suggestões da Marqueza de Santos, que representou papel saliente na politica deste paiz, junto á pessoa do Imperador. As

obras da capella foram dirigidas pelo padre capellão do Regimento de Caçadores a quem ficou tambem confiada a sua guarda, até que retirando-se do Rio de Janeiro no anno de 1832 o Regimento foram a capella e suas alfaías confiadas a um visinho da mesma, Luciano da Silva Coutinho, que exercia o lugar de official de justiça nos auditorios desta capital. Luciano da Silva Coutinho foi proprietario em S. Christovão e, segundo consta, foi o official de justiça que leu o pregão da sentença que condemnou Joaquim José da Silva Xavier, o *Tiradentes*, acompanhou-o á provincia de Minas e assistiu ao complemento da execução da sentença.

Na bairro de S. Christovão existem ainda dois bissetos seus: D. Carlota Lobo, que conta setenta e seis annos, e Aprigio Carlos de Macedo, conhecido professor e que tem collaborado na nossa imprensa.

Achando-se a capella fechada, a Irmandade de N. S. do Soccorro, que se achava installada provisoriamente na egreja do Seminario de S. Joaquim, resolveu, em sessão da mesa conjunta, que teve lugar em 1 de Dezembro de 1836, solicitar do governo permissão para se



CAPELLA DE S. CHRISTOVÃO

transferir-se para aquella capella. Accedendo o governo, por portaria do Ministerio do Imperio e da Justiça de 21 de Outubro de 1837 foi concedida permissão á Irmandade depois Confraria, para instalar-se na dita Capella, o que se effectuou pela transladação da imagem de N. S. do Soccorro no dia 25 de Novembro do mesmo anno, sendo collocada no altar do lado direito e nesse dia celebrada a festa dessa padroeira.

A transladação da imagem de N. S. do Soccorro foi feita em um coche fornecido pela caza Imperial, e á posse da capella compareceu o Juiz Provedor da capella dr. Caetano Lourenço Pinto. Na presença do Juiz da Irmandade João Luiz Pereira, dos officiaes da meza e do depositario Luciano da Silva Coutinho forão entregues ao irmão thesoureiro da Irmandade as chaves da capella com as imagens e alfaias inventariadas, lavrando-se um termo que foi por todos assignado.

Começando a funcionar a Irmandade de N. S. do Soccorro na capella de S. Christovão, tornaram-se as suas festas notaveis pelo seu brilhantismo, e a grande romaria de todos os annos fizera a capella tradicionalmente conhecida de sorte que, em virtude desse facto, foi a mesma conhecida pela população: como *Capella de N. S. do Soccorro*, quando é certo que ella já era denominada do padroeiro S. Christovão, sob cuja invocação foi fundada.

A Irmandade de N. S. do Soccorro, depois Confraria do mesmo nome, ali permaneceu administrando temporariamente a capella de S. Christovão, em virtude da portaria do Ministerio dos Negocios do Imperio de 17 de Outubro de 1865.

Tendo sido interdictada a capella de N. S. da Conceição e Dores da rua de S. Januario, em virtude de um sacrilegio praticado irreflectidamente pelo Provedor da Irmandade José Pinto Duarte da Costa Pereira, que fizera remover o ciborio e as particulas sagradas dentro de um cesto, e por elle retiradas do sacrario, foi transladada a sede parochial, que nesta capella tinha sido instituida por Decreto legislativo n. 856, de 9 de Agosto de 1856 e mandado executar pelo Decreto n. 1853, de 17 de Dezembro do mesmo anno, para a capella de S. Christovão, proprio nacional escolhido pelo Revm. Bispo Diocesano e ali permaneceu até 11 de Julho de 1858. Uma vez desaggravada a igreja Matriz e tendo vagado a sede parochial, foi provido, por concurso o Padre Luiz Antunes Escobar de Araujo em virtude do Decreto de 3 de Junho de 1858. A posse teve logar no dia 11 de Julho, entoando-se um Te-Deum solenne de desaggravo. Voltou a sede parochial para a capella de N. S. da Conceição da rua de S. Januario, onde permaneceu até 15 de Outubro de 1865, dacta em que foi novamente transladada para a capella de S. Christavão, sendo levado o viatico em procissão solenne na tarde daquelle dia. Essa transferencia foi ordenada pelo governo Imperial por acto de 30 de Agosto de 1865, visto achar-se a capella de N. S. da Con-

ceição em ruinas e não querer o governo fazer as necessarias obras.

Grande foi a opposição da Confraria de N. S. do Soccorro que se julgava na posse da capella de S. Christovão, movida por sentimento politico de sorte — que o Vigario teve de sustentar grande luta, e depois de esgotados todos os meios suasorios recorreu ao governo, que pelo citado aviso ordenou a transferencia parochial.

Cessaram as lutas: e a Confraria do Soccorro e a Irmandade do SS. Sacramento de S. Christovão, fundada em 7 de Agosto de 1864, pela Carta Imperial de 29 de Novembro de 1866, com approvação do Vigario Capitular Monsenhor Felix Maria Freitas Albuquerque, de 23 de Dezembro de 1865, continuaram a viver sob o mesmo tecto, como até hoje. Não tendo sido convenientemente conservada a velha capella de S. Christovão e devido mesmo á sua antiguidade, não offerecia ella a devida segurança e a sua perspectiva não estava de accordo com o desenvolvimento e progresso do bairro.

Desde longos annos o Revm. Vigario P. Escobar desejava e trabalhava para construir nova Matriz. Os embaraços oppostos foram muitos e elle não desanimando conseguiu com a Irmandade do SS. Sacramento loterias, concedidas no tempo da Monarchia. Com o advento da Republica, obteve a Irmandade do SS. Sacramento, re-construir a igreja matriz e conseguido o producto das loterias depositado no thesouro e a respectiva concessão foram encetadas as obras em 18 de Maio de 1891 e erminadas em 26 de Novembro de 1894. Foi completamente destruida a velha capella de S. Christovão, aproveitando-se apenas algumas paredes que offereciam solidez. A reconstrução obdeceu a estylo moderno, cuja planta foi levantada pelo architecto Thomaz Drinidel depois modificada pelo engenheiro Jonh Gustavo Oberg.

Da velha capella de S. Christovão, construida pelos Jesuitas, nada mais existe que as imagens do padroeiro e as outras já descriptas e um pequeno sino de torre. Tudo desapareceu diante das exigencias da architectura moderna, apresentando hoje a nova igreja matriz bello aspecto, o que revela grande esforço e serviços prestados por aquellos que se encarregaram dessa tão ardua tarefa.

Em uma das faces lateraes da nova Matriz está collocada uma lapide de marmore branco, onde se acham gravados os nomes dos que na sua construcção trabalharam, preito de homenagem prestado pela Administração da Irmandade do SS. Sacramento da Freguezia de S. Christovão da qual fiz parte na qualidade de Provedor.

São esses os traços historicos da velha capella de S. Christovão, theatro de tantos acontecimentos politicos e sociaes, que aqui não devem ser descriptos, reservando-os, entretanto, para delles tratar no trabalho que breve pretendo entregar á luz da publicidade.

A. G. Pereira da Silva.

A expulsão dos jesuítas e a ascensão de Elias Antônio Lopes (1759-início do século XIX)

A calmaria produtiva da Fazenda São Cristóvão foi bruscamente interrompida em 1759, quando o Marquês de Pombal decretou a expulsão da Companhia de Jesus de todos os domínios portugueses. Esse evento, que já discutimos em sua dimensão política, teve em São Cristóvão um reflexo geográfico imediato: o imenso latifúndio foi fragmentado. O que antes era uma unidade administrativa sob o cajado jesuítico tornou-se um conjunto de chácaras e sítios secularizados, levados a leilão pela Coroa para sanar as dívidas do reino⁶. Foi nesse cenário de redistribuição de terras que surgiu a figura de Elias Antônio Lopes, um próspero comerciante de origem libanesa (nascido Elie Antun Lubbus) que fizera fortuna no Rio de Janeiro com o trato negreiro e o comércio de grosso trato⁷.

Em 1803, Elias Antônio Lopes adquiriu uma dessas parcelas da antiga fazenda jesuítica, situada estrategicamente no topo de uma colina que oferecia uma vista privilegiada da Baía de Guanabara, a “boa vista” que daria nome à futura quinta. Ali, ele ergueu um solar que, embora modesto se comparado aos palácios europeus, destacava-se na paisagem rural da época como um símbolo da ascensão da nova burguesia mercantil carioca. Elias não era apenas um proprietário de terras; ele representava a transição do caráter da região, de um centro de produção jesuítica para um refúgio de lazer e *status* para a elite da cidade. O solar de Elias Antônio Lopes tornou-se o embrião de uma transformação que ninguém poderia prever: o humilde sítio, nascido das cinzas do império inaciano, estava prestes a se tornar o centro nervoso de um novo império.

A ascensão de Elias Antônio Lopes em São Cristóvão marca o fim definitivo da era rural-religiosa e o início da vocação urbana e nobiliárquica do bairro. Ao adquirir as terras que outrora pertenciam aos jesuítas, Elias não apenas comprou um terreno, mas herdou uma localização que se provaria de valor inestimável com a iminente chegada da Corte Portuguesa. O solar na colina, cercado por manguezais e caminhos que levavam ao porto, deixava de ser apenas a residência de um rico negociante para ser preparado para o seu papel mais ilustre. A história de São Cristóvão, a partir de então, deixaria de ser contada pelos padres e

6 EXPULSÃO dos Jesuítas. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, c2026. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/expulsao-dos-jesuítas/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

7 ANDRADE, Antonio Ricardo Pereira de (org.). **Guia de visitação ao Museu Nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/palacio.htm>. Acesso em: 20 abr. 2026.

passaria a ser escrita pela nobreza, em um movimento que elevaria o bairro ao *status* de coração do Brasil.



Königlicher Sommerpalast Boa Vista bey S. Christivão, in der Nähe von Rio de Janeiro. Johann Nepomuk Passini. <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18007/koniglicher-sommerpalast-boa-vista-bey-s-christovao-in-der-nahe-von-rio-de-janeiro> [consultado em 10/03/2026]

A chegada da Corte Portuguesa e a imperialização de São Cristóvão (1808-1822)

A chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, em março de 1808, funcionou como um catalisador que alterou permanentemente o destino de São Cristóvão. Diante da escassez de moradias dignas para a numerosa comitiva joanina e da insalubridade do Paço Real no centro da cidade, Elias Antônio Lopes vislumbrou uma oportunidade única de consolidar sua posição política. Em um gesto de extrema habilidade diplomática e ambição, ele doou sua chácara na colina ao príncipe regente D. João em troca de mercês e títulos que logo o elevariam à condição de fidalgo da Casa Real. O solar, que Elias reformara com tanto

esmero, deixava de ser a residência de um comerciante para se tornar o **Paço Real de São Cristóvão**, a morada oficial da dinastia de Bragança nos trópicos⁸.

A partir de 1810, sob o olhar atento de D. João VI, o antigo solar de Elias Antônio Lopes iniciou uma metamorfose arquitetônica para adquirir a imponência exigida de uma sede monárquica. Novas dependências foram erguidas, um segundo andar foi adicionado e as chácaras vizinhas foram gradualmente incorporadas ao terreno, dando origem à vasta **Quinta da Boa Vista**. Essa transformação não se limitou aos muros do palácio; ela transbordou para os arredores, provocando uma “imperialização” imediata da região. O que antes era uma área de mangues e caminhos rurais tornou-se o endereço mais cobiçado da colônia. Membros da nobreza e altos funcionários da burocracia estatal buscaram estabelecer suas residências nas proximidades do monarca, impulsionando o loteamento das antigas terras jesuíticas e atraindo investimentos em infraestrutura que o bairro jamais conhecera⁹.

O período entre 1808 e 1822 marcou a efervescência de São Cristóvão como o centro nervoso do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A presença da Corte trouxe consigo uma nova sociabilidade: as festas de gala, as audiências públicas e o vaivém de carruagens pelas estradas que ligavam o Paço ao porto redesenharam o cotidiano local. A paisagem, outrora moldada pela produção de cal e açúcar dos jesuítas, agora era definida pelos jardins planejados e pela arquitetura neoclássica que começava a surgir. São Cristóvão deixava de ser um subúrbio distante para se tornar a vitrine do Império, um lugar onde a natureza exuberante do Rio de Janeiro se encontrava com o rigor da etiqueta europeia, consolidando o bairro como o palco principal dos eventos que culminariam na Independência do Brasil em 1822.

8 DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A casa do imperador**: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) — Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/img/Dissertacao%20-%20A%20CASA%20DO%20IMPERADOR.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

9 MARTINS, Luciana de Lima; ABREU, Maurício. Paradoxos da Modernidade: o Rio de Janeiro do período joanino, 1808-1821. In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes. **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

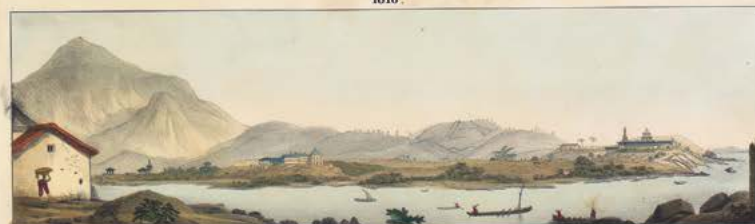
1831.



1822.



1816.



1808.



J. B. Dehoux del.

Lith. de Thierry Vernet, Sous le Patronage de C^{te}

ANÉLIMBATIONS PROGRESSIVES DU PALAIS DE S. CHRISTOPHE,
(Quinta de Boa Vista), depuis 1808, jusqu'en 1831.

O desenvolvimento urbano e a demanda por autonomia administrativa (pós-1822-início da década de 1830)

A proclamação da Independência em 1822 consolidou a região de São Cristóvão, incluindo o Caju, não apenas como a morada do novo imperador, D. Pedro I, mas como o coração político de uma nação em formação. Contudo, essa centralidade imperial trouxe consigo desafios urbanos que as antigas estruturas coloniais já não conseguiam suportar. Durante a década de 1820, o bairro experimentou um crescimento populacional acelerado, impulsionado pela presença da Corte e pela fragmentação contínua das antigas sesmarias jesuíticas em chácaras menores e vilas operárias incipientes. O que outrora era um cenário de contemplação e lazer para a elite transformava-se rapidamente em um organismo urbano complexo, onde a sofisticação dos saraus no Paço contrastava com a precariedade dos caminhos de terra e a ausência de serviços públicos estruturados para a população comum¹⁰.

¹⁰ ALMEIDA, Priscila Couto. **Construção dos bairros da VII Região Administrativa de São Cristóvão e seu desenvolvimento urbano**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) — Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/9505/1/monopolio0006150.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.



Königliches Land Schloss S. Christoph [Palácio Real de Campo, em São Cristóvão]. 1817.
Aquarela de Thomas Ender. Acervo Akademie der Bildenden Künste Wien, Viena.

Essa pressão demográfica gerou uma demanda crescente por autonomia administrativa. Até então, São Cristóvão dependia juridicamente de freguesias distantes, o que dificultava o registro de nascimentos, casamentos e óbitos, além de retardar intervenções básicas de higiene e segurança pública. A elite local, composta por negociantes influentes e burocratas do império, passou a articular junto à regência a necessidade de elevar a região ao *status* de freguesia independente. Argumentava-se que o “Bairro Imperial” possuía uma dinâmica própria, distinta do centro comercial da cidade, e que sua proximidade com a família reinante exigia uma gestão local mais ágil e eficiente. Esse movimento não era apenas uma questão de conveniência burocrática, mas um reflexo do amadurecimento da identidade local, que já se via como uma extensão vital da capital, merecedora de uma estrutura paroquial e civil condizente com sua importância¹¹.

O início da década de 1830 foi marcado por essa transição: de um subúrbio aristocrático para um distrito urbano em plena expansão. A construção de novas pontes, a melhoria na iluminação pública (ainda rudimentar) e a abertura de ruas

¹¹ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida cotidiana da cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

que conectavam o litoral às áreas mais internas da antiga fazenda jesuítica foram sinais claros dessa mudança. São Cristóvão deixava de ser apenas o “jardim do Imperador” para se tornar uma peça-chave no tabuleiro do desenvolvimento do Rio de Janeiro. A demanda por autonomia, que fervilhava nos bastidores da política regencial, estava prestes a ser atendida, marcando o nascimento formal de uma das divisões administrativas mais emblemáticas do império e consolidando o bairro como um símbolo da modernidade brasileira no século XIX.

A criação da Freguesia de São Cristóvão (1834)

O anseio por autonomia administrativa e espiritual culminou, finalmente, no ano de 1834, em um marco divisor para a identidade do bairro. Através de um decreto regencial datado de 9 de agosto de 1834, a antiga capela curada de São Cristóvão foi oficialmente elevada à categoria de **Freguesia de São Cristóvão**, desmembrando-se da jurisdição de Sant’Ana e do Engenho Velho. Essa mudança não foi meramente burocrática; ela representou o reconhecimento formal de que a região, outrora um apêndice rural das terras jesuíticas, havia se tornado um centro urbano autônomo e pulsante. A criação da freguesia permitiu que São Cristóvão passasse a ter seus próprios registros paroquiais e uma estrutura civil mais próxima de seus habitantes, consolidando sua posição como o “Bairro Imperial” por excelência.

A consolidação urbana que se seguiu à criação da freguesia foi notável. Durante as décadas de 1830 e 1840, São Cristóvão assistiu a uma ocupação mais densa e planejada. As chácaras de recreio da nobreza e da alta burguesia mercantil passaram a conviver com o desenvolvimento de infraestruturas modernas para a época, como o calçamento de novas ruas e a melhoria dos serviços de transporte que ligavam o bairro ao centro da capital. O palácio na Quinta da Boa Vista, agora residência de D. Pedro II, continuava a ser o ímã que atraía prestígio e investimentos, mas o bairro já começava a esboçar sua futura vocação industrial e comercial, aproveitando sua posição estratégica entre o porto e os caminhos que levavam ao interior da província¹².

Ao encerrarmos este capítulo da história de São Cristóvão, vemos que o bairro é um palimpsesto de eras sobrepostas: as raízes profundas da sesmaria jesuítica, a ambição mercantil de Elias Antônio Lopes e o esplendor da Corte Imperial. A Freguesia de São Cristóvão, nascida sob a égide da autonomia em 1834, tornou-

12 GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

-se o palco onde o Brasil ensaiou sua modernidade monárquica. O solo que um dia produziu o açúcar e a cal dos inicianos transformou-se no cenário da política, da cultura e da vida cotidiana da nação. São Cristóvão não é apenas um bairro; é um testemunho vivo da transição do Brasil colonial para o Brasil império, uma terra que, entre mangues e palácios, soube reinventar-se sem perder o vínculo com sua história ancestral.



St. de S. Chris. Church

1895

A fuga da Corte e o desembarque no Brasil (1808)

A vinda da Família Imperial —
Um pouco de História

Imaginemos, caro leitor, a Europa do início do século XIX. Um continente em chamas, dominado pela figura imponente e ambiciosa de Napoleão Bonaparte. No seu xadrez de poder, uma peça parecia destoar: o pequeno e antigo Reino de Portugal, um velho aliado da Inglaterra, a grande inimiga do imperador francês. A pressão era imensa. Napoleão decretara o Bloqueio Continental, uma tentativa de asfixiar economicamente a Grã-Bretanha, e exigia que Portugal aderisse, fechando seus portos aos navios ingleses. A situação era delicada, um verdadeiro beco sem saída diplomático. Ceder à França significaria a ruína da aliança com a Inglaterra e, muito provavelmente, a perda do império ultramarino, incluindo o Brasil. Resistir, por outro lado, era convidar à invasão das tropas napoleônicas, um destino que parecia inevitável.

No centro desse furacão estava o príncipe regente, D. João. Frequentemente retratado pela história de forma caricata — indeciso, glutão, medroso — a verdade é que a decisão que pesava sobre seus ombros era monumental. A ideia de transferir a sede da monarquia para o Brasil não era nova; já havia sido cogitada em crises anteriores como um refúgio estratégico. Mas, em 1807, ela se tornou a única saída viável. Enquanto a diplomacia se esgotava e as tropas do general

Junot¹ já marchavam em direção a Lisboa, a decisão foi finalmente tomada, selada em uma convenção secreta com os britânicos, que ofereceram a escolta naval necessária para a travessia do Atlântico.

O que se seguiu em Lisboa nos últimos dias de novembro de 1807 foi uma cena de puro caos. A partida foi organizada às pressas, sob uma chuva torrencial. Imagine o cais de Belém: uma multidão de cerca de dez a quinze mil pessoas — a família real, nobres, funcionários, criados, clérigos — acotovelando-se para embarcar em uma frota de naus e navios mercantes. Baús, móveis, obras de arte, os 60 mil volumes da Biblioteca Real e todo o Tesouro português eram amontoados nos porões, junto com animais e mantimentos. Para a população de Lisboa, que assistia a tudo atônita, a sensação era de abandono, de uma fuga vergonhosa. O príncipe e sua Corte partiam, deixando o povo à mercê do invasor francês. Junot, ao entrar na cidade, em 30 de novembro, encontrou-a desolada e dominada por um sentimento de traição.



Obra do pintor francês Nicolas Louis Albert de La Riva representando o embarque da Família Real para o Brasil. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Embarque_da_Fam%C3%ADlia_Real_para_o_Brasil_-_Nicolas-Louis-Albert_Delerive,_attrib._\(Museu_Nacional_dos_Coches\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Embarque_da_Fam%C3%ADlia_Real_para_o_Brasil_-_Nicolas-Louis-Albert_Delerive,_attrib._(Museu_Nacional_dos_Coches).png) [consultado em 06/07/2026]

- 1 O general francês Andoche Junot invadiu Portugal em novembro de 1807 por ordem de Napoleão, chegando a Lisboa no dia 30, logo após a fuga da Família Real para o Brasil. Junot ocupou o país e declarou a destituição da Casa de Bragança, governando como governador-geral até ser derrotado pelas tropas luso-britânicas em 1808.

A viagem em si foi uma provação. Os navios superlotados não ofereciam o mínimo de conforto. A água e a comida foram racionadas, e as condições de higiene eram tão precárias que um surto de piolhos se alastrou, obrigando homens e mulheres, incluindo a princesa Carlota Joaquina, a rasparem os cabelos. Para piorar, uma forte tempestade próxima à Ilha da Madeira dispersou a frota. Parte dos navios, incluindo aquele que levava o príncipe regente, acabou se desviando da rota original e aportando em Salvador, na Bahia, em 22 de janeiro de 1808, após 54 dias de uma travessia extenuante.

A recepção em Salvador foi calorosa, com grandes festas que duraram mais de um mês. Foi ali, na primeira capital da colônia, que D. João tomou sua primeira e mais transformadora medida em solo brasileiro: a assinatura da *Carta Régia de Abertura dos Portos às Nações Amigas*, em 28 de janeiro de 1808. Com uma simples canetada, o pacto colonial que por trezentos anos garantira a Portugal o monopólio do comércio com o Brasil chegava ao fim. A medida, de impacto profundo e imediato, beneficiava diretamente os interesses comerciais da Inglaterra, a nação amiga que garantira a sobrevivência da monarquia portuguesa, e abria um novo horizonte econômico para o Brasil.



A chegada de D. João VI à Bahia. 1952. Óleo sobre tela de Candido Portinari. Rio de Janeiro (RJ). <https://artsandculture.google.com/asset/a-chegada-de-dom-jo%C3%A3o-vi-%C3%A0-bahia/MgFTxOrtXi4Gmg?hl=pt-BR> [consultado em 11/03/2026]

Finalmente, em 8 de março de 1808, a esquadra real chegou ao seu destino final: o Rio de Janeiro. A cidade, que se tornaria a nova capital do império, era, na verdade, uma urbe ainda acanhada. Com suas ruas estreitas, poucas construções de destaque e uma população de cerca de 60 mil habitantes, não estava preparada para receber a avalanche de nobres e funcionários da Corte. A solução foi o confisco de residências. As melhores casas eram marcadas com as iniciais “P.R.” (Príncipe Regente), o que o povo, com sua ironia característica, logo traduziu para “Ponha-se na Rua”. Apesar dos transtornos, a chegada da Corte foi celebrada com uma festa popular grandiosa, com nove dias de júbilo, cerimônias religiosas, arcos de triunfo e uma profusão de luminárias que transformaram a noite em dia. Para D. João, acolhido pelo entusiasmo de seus novos súditos, a recepção calorosa no Rio de Janeiro deve ter sido um bálsamo para as feridas do exílio forçado. Mal sabia ele, e mal sabiam os brasileiros, que aquele desembarque não representava apenas a salvação da Coroa portuguesa, mas o início de uma transformação irreversível que levaria, em poucos anos, ao nascimento de uma nova nação.



Gravura do livro *Crônicas históricas do Rio colonial*, de Nireu Oliveira Cavalcanti, publicado em 2004.

As primeiras transformações na capital (1808-1810)

A chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808 não foi apenas um evento político; foi um choque sísmico que alterou permanentemente a fisionomia e a alma da cidade. A urbe que, até então, vivia sob a sombra da administração colonial, com ruas estreitas e uma infraestrutura rudimentar, é subitamente elevada à condição de sede de um império transatlântico. O desafio imediato era colossal: como acomodar cerca de quinze mil novos habitantes, entre nobres, funcionários e criados, em uma cidade que mal possuía alojamentos para sua própria população?² A solução, como vimos, foi drástica e impopular, com o confisco de residências marcadas pelo fatídico “P.R.”, mas a pressão por espaço exigiu mudanças que foram além das paredes das casas.³

Para transformar o Rio em uma capital digna da Monarquia portuguesa, D. João iniciou uma série de reformas e criações institucionais que modernizaram a cidade em um ritmo frenético. Uma das primeiras e mais fundamentais foi a criação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808. Pela primeira vez em três séculos, o Brasil tinha permissão para imprimir legalmente em seu solo⁴. Não se tratava apenas de burocracia; era o nascimento da Imprensa nacional, inaugurada com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, embora oficialista, trazia para as ruas o debate e a informação que antes circulavam apenas em manuscritos ou livros clandestinos⁵.

No campo econômico, a fundação do primeiro Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808, foi um marco de centralização e tentativa de organizar as fi-

2 ANDRADE, Santiago Silva de. *Domus Regis: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2010. Tese (Doutorado em História Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13011>. Acesso em: 20 abr. 2026.

3 SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13124>. Acesso em: 20 abr. 2026.

4 ABREU, Márcia. Imprensa Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 199-211, 2005. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/698>. Acesso em: 20 abr. 2026.

5 SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. Periódicos oficiais brasileiros e imprensa de língua portuguesa em Londres. *Revista ECOS*, [s. l.], v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/936>. Acesso em: 20 abr. 2026.

nanças do novo Estado. O banco nasceu da necessidade de financiar as despesas da Corte e fomentar o comércio que agora florescia com a abertura dos portos⁶. Embora tenha enfrentado dificuldades iniciais e crises de crédito, sua existência simbolizava a autonomia financeira que o Brasil começava a ensaiar⁷.

A cultura e a ciência também ganharam seus templos. A Real Biblioteca, cujos primeiros caixotes começaram a chegar em 1810, trouxe consigo o saber acumulado de séculos, com mais de 60 mil volumes que formariam o núcleo da nossa Biblioteca Nacional.⁸ Já o Jardim Botânico, inicialmente chamado de Real Horto, foi criado em 1808 não apenas como um espaço de lazer, mas como um centro de experimentação científica⁹. Ali, D. João buscava aclimatar espécies exóticas, como a famosa palmeira-imperial e o chá, visando diversificar a economia agrícola do império. E aqui, caro leitor, vale uma nota bem curiosa: Para garantir o sucesso da empreitada, a Coroa importou cerca de 300 chineses de Macau, conhecidos pela perícia na produção de chá. Obviamente, o projeto enfrentou problemas como o clima e o solo desfavoráveis do Rio de Janeiro, além de dificuldades na adaptação dos trabalhadores chineses, levando ao insucesso comercial do empreendimento a longo prazo. Contudo, como memorial da influência chinesa, foi construído no Maciço da Tijuca, entre 1902 e 1906, um pagode em estilo oriental. O local é hoje um importante ponto turístico da cidade, na região do Horto, de onde se vê a deslumbrante paisagem de toda a Zona Sul da cidade e a Lagoa Rodrigo de Freitas¹⁰.

-
- 6 CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 167-192, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JJgTM6Q3Fkv7dGB8dtTr7Vj/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 7 RAMOS, Eduardo Silva. **Centralização e privilégio: instituições econômicas e fiscalidade na formação do Estado brasileiro (1808-1836)**. 2018. Tese (Doutorado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-29032019-100558/en.php>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 8 D. JOÃO VI e a Biblioteca Nacional: o papel de um legado. [S. l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 2026. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/D.-joao-vi-e-a-biblioteca-nacional-o-papel-de-um-legado/cronologia/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 9 BEDIAGA, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808 a 1860. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1131-1157, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/H6HYxgFwLcSBZdQTzStbb4G/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 10 PEIXOTO, Ariane Luna; RAMOS, David Ricardo Moreira.. Os caminhos do ensino e extensão no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. **Revista Ciência em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 141-153, 2017.

Essas inúmeras transformações, no entanto, não ocorreram sem tensões. A cidade tornou-se um canteiro de obras e um laboratório social. A Intendência Geral de Polícia, sob o comando de Paulo Fernandes Viana, foi criada para “civilizar” o Rio, impondo novas normas de higiene, iluminação e comportamento que muitas vezes colidiam com os costumes locais^{II}. O Rio de Janeiro de 1810 já não era o mesmo de 1807; a presença da Corte havia injetado uma nova dinâmica urbana, transformando o antigo porto colonial em uma metrópole em gestação, pronta para assumir seu papel no cenário mundial.

Disponível em: https://phpadmojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1325. Acesso em: 20 abr. 2026.

- II SILVA, Wéllington Rodrigues e. **Imprensa cidadã e antirracismo no Período Regencial do Império do Brasil**. 2016. Monografia (Especialização em Gênero e Educação na Escola) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/b364cc9f-f110-4e1a-8488-foof90d94fc3/content>. Acesso em: 20 abr. 2026.



Side View of the Alley of Palms.

A consolidação da presença real e o desenvolvimento urbano (1810-1814)

Entre 1810 e 1814, o Rio de Janeiro deixou de ser apenas um refúgio temporário para se consolidar como uma verdadeira artéria do Império Português. A cidade que antes “se punha na rua” para abrigar a nobreza agora se expandia, ganhando ares de metrópole europeia nos trópicos. Este foi o período em que a presença real deixou de ser um susto para se tornar uma instituição, refletida tanto na arquitetura quanto na efervescência cultural que começava a atrair olhares de todo o mundo¹².

A paisagem intelectual do Rio foi profundamente enriquecida pela chegada de missões científicas e artísticas. Embora a famosa Missão Artística Francesa só aportasse oficialmente em 1816, os anos anteriores foram marcados por uma intensa circulação de naturalistas, pintores e intelectuais europeus, atraídos pela abertura dos portos e pela curiosidade sobre o “novo mundo” agora acessível¹³. Cientistas como o barão de Eschwege e o botânico Langsdorff começaram a mapear nossas riquezas, enquanto a cidade via nascerem espaços de sociabilidade refinada, como os teatros e os salões literários, onde a elite luso-brasileira buscava mimetizar os costumes das cortes de Lisboa e Paris¹⁴.

Mas não se engane, leitor, achando que D. João se limitava a reformas urbanas e saraus. O Brasil de 1810 a 1814 projetava-se com força no cenário geopolítico da América do Sul. A transferência da Corte transformou o Rio de Janeiro em um centro de decisões estratégicas que não mais aguardavam ordens da Europa. Como represália direta à invasão de Portugal por Napoleão, D. João ordenou, já em 1809, a invasão da Guiana Francesa. A tomada de Caiena por tropas luso-brasileiras, com o apoio da esquadra inglesa, não foi apenas uma vingança

12 SCHWARCZ, Lília Moritz. Os franceses no Brasil de D. João. **Revista USP**, São Paulo, n. 79, p. 102-121, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13694>. Acesso em: 20 abr. 2026.

13 SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre escritos, impressos, imagens: aspectos da cultura visual: Lisboa/Rio de Janeiro, 1770-1830. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1302541125_ARQUIVO_IARALISSCHIAVINATTO_TEXTO_COMPLETO.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

14 OLIVEIRA, José Carlos de. A cultura científica e a gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, [s. l.], n. 17, p. 29-58, 1997. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/rsbhc/article/view/513>. Acesso em: 20 abr. 2026.

simbólica¹⁵; foi uma afirmação de poder que estendeu nossas fronteiras até o Rio Oiapoque e garantiu o controle sobre a navegação no Amazonas¹⁶.

Simultaneamente, os olhos da Coroa voltavam-se para o Sul, para a região do Rio da Prata. A instabilidade nas colônias espanholas, que ensaiavam seus primeiros movimentos de independência, abriu espaço para a intervenção portuguesa na Cisplatina (atual Uruguai)¹⁷. Sob o pretexto de proteger os direitos da princesa Carlota Joaquina, irmã do rei espanhol Fernando VII, as tropas de D. João avançaram sobre a região, consolidando uma influência que culminaria na anexação do território anos mais tarde¹⁸.

Essas campanhas militares mostravam um Brasil que já não se comportava como colônia, mas como a cabeça de um império com ambições continentais. O Rio de Janeiro, fortalecido por novas instituições e por uma elite mercantil cada vez mais integrada ao poder real, tornava-se o eixo de um novo equilíbrio de forças no Atlântico Sul¹⁹. Ao final de 1814, com a queda de Napoleão na Europa, o destino do Brasil estava selado: não havia mais volta ao *status* de colônia. A cidade e o país haviam crescido demais para caber novamente nos antigos moldes coloniais.

-
- 15 ROSTY, Cláudio Skôra. Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses. **Navigator**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 43-51, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/321>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 16 GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira; MACHADO, Lucas Carnevale; RICCI, Magda. Tropas paraenses na tomada de Caiena (1809): entre os inimigos franceses e as guerras internas no antigo Grão-Pará do início do século XIX. **PMPA em Revista**, v. 2, n. 3, p. 12-28, 2024. Disponível em: <http://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/view/50>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 17 ROCHA, Regivaldo Sena da. **A inserção das Guianas no pensamento estratégico brasileiro: do período colonial ao presente**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/c6851fa9-60ca-42f3-9f5d-ef09c8e18373>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 18 LUFT, Marcos Vinícios. **“Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76239>. Acesso em: 20 abr. 2026.
 - 19 GOMES, Wederson de Souza. **Entre ruas, sobrados e a praça: o corpo do comércio do Rio de Janeiro e a nova ordem constitucional (1808-1831)**. Jundiá: Paco e Littera, 2024.



A elevação a Reino Unido (1815)

Chegamos agora, caro leitor, ao ápice da metamorfose política do Brasil joanino. O ano é 1815, e o cenário internacional fervilha com o fim das Guerras Napoleônicas. Com a queda definitiva de Napoleão, as grandes potências europeias reuniram-se no Congresso de Viena para redesenhar o mapa do continente e restaurar as antigas monarquias sob o princípio da legitimidade. Para Portugal, no entanto, havia um dilema incômodo: como justificar que um monarca europeu continuasse a governar seu império a partir de uma colônia americana?²⁰ A pressão para que D. João retornasse a Lisboa era imensa, mas o príncipe regente, cada vez mais afeiçoado ao Rio de Janeiro e ciente da importância estratégica do Brasil, não estava disposto a abrir mão de sua nova sede²¹.

²⁰ OLIVEIRA, Victor Arruda Pereira de. **O Congresso de Viena e o Direito Internacional no primeiro quartel do século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-27112020-154650/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

²¹ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Paulo: Unesp, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j56gd/pdf/meirelles-9788568576960.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.



DOM JOÃO VI.
NOSSE SENHOR
Roi do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves.



Foi nesse contexto de xadrez diplomático que D. João, aconselhado por figuras como o diplomata Talleyrand²² e o Conde de Palmela²³, executou uma manobra política magistral. Em 16 de dezembro de 1815, por meio de uma *Carta de Lei*, o Brasil foi elevado à categoria de reino, passando a integrar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves²⁴. Com um simples ato jurídico, o Brasil deixava oficialmente de ser uma colônia. Imagine a magnitude dessa mudança: deixávamos de ser um território subordinado para nos tornarmos parceiros iguais, ao menos no papel, da metrópole portuguesa²⁵.



-
- 22 Talleyrand foi o representante da França no Congresso de Viena.
- 23 D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1.º Conde (1812), Marquês (1823) e Duque de Palmela (1833), foi um proeminente diplomata, militar e estadista português, fundamental nas Guerras Liberais. Liberal moderado, serviu como primeiro-ministro e influenciou decisivamente a consolidação do reinado de D. Maria II.
- 24 BASILIO, Romário Sampaio. A diplomacia portuguesa no Congresso de Viena (1815): a trajetória do primeiro Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein. **Outros Tempos**, São Luís, v. 12, n. 20, p. 288-292, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304561747>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 25 CARDOSO, José Luís. A elevação do Brasil a Reino Unido e a aclamação de D. João VI. In: MEIRELLES, Juliana Gesuelli (org.). **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2015. p. 43-54.

Thom Soa por Graças de Nos Rei do Reino Unido de Portu-
 gal e do Brasil e Algarves d'aquem, e d'além Mar em Af-
 rica, Senhores do Guiné, e da Conquista, Navegação, e Com-
 mercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da Índia etc.
 Fais saber aos a presente Carta do Lei Virens Que
 tendo sido servido unir os Meus Reinos do Portugal,
 Brasil e Algarves, para que juntos constituíssem,
 como effectivamente constituem hum só e mesmo
 Reino de Regalias e Consequente o incorporar em hum
 só Escudo Real as Armas de todos os tres Reinos, assim
 e da mesma forma, que o Senhor Rei D. D. Affonso
 Perceiro do Gloriosa Memoria, unindo outrora o Rei-
 no dos Algarves ao do Portugal, uniu tão bem as
 suas Armas respectivas. E considerando que para este
 effecto o Meu Reino do Brasil ainda não tem Armas,
 que caracterisem a bem merecida preeminencia a
 que Me Approve caaba-lo. Foi por bem e Me
 Prax Ordenar o seguinte. 1.^o Que o Reino do Brasil
 tenha por Armas humo Escudo Armillar de Oiro
 em campo Azul. 2.^o Que o Escudo Real Portuguez
 inscripto na dita Escudo Armillar de Oiro em cam-
 po azul com humo Coroa sobreponta, fique sendo
 de hoje em diante as Armas do Reino Unido do Por-
 tugal, e do Brasil, e Algarves, e das mais Partes en-
 gredientes da Minha Monarquia. 3.^o Que estas novas Ar-
 mas sejam por consequente as que uniformemente se hajão
 de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos
 Reaes, e Lunhos de Moedas, assim como em tudo mais,
 em que até agora se tenha feito uso das Armas ve-

Essa elevação não foi apenas um título honorífico; foi uma estratégia de sobrevivência e afirmação de poder. Ao transformar o Brasil em reino, D. João legitimava sua permanência no Rio de Janeiro perante as potências reunidas em Viena. Se o Brasil era agora um reino, o monarca não estava mais “exilado” em uma colônia, mas sim governando a partir de uma das capitais de seu império unido²⁶. O Rio de Janeiro consolidava-se, assim, como uma capital de reino, equiparada a Lisboa, e o centro de gravidade da Monarquia portuguesa deslocava-se definitivamente para o Atlântico Sul²⁷.

Para os brasileiros, a notícia foi recebida com festas e um sentimento de orgulho crescente. A elevação a Reino Unido representava o reconhecimento da maturidade que o país havia alcançado em apenas sete anos de presença real²⁸. As instituições que vimos florescer nos tópicos anteriores — o Banco, a Imprensa, a Biblioteca — ganhavam agora um novo significado sob a égide de um reino soberano. No entanto, essa mesma elevação plantava as sementes de tensões futuras com Portugal, onde a burguesia e a nobreza viam com desconfiança a perda de proeminência de Lisboa²⁹.

O legado joanino foi muito além das obras de pedra e cal. D. João VI, ao elevar o Brasil a Reino Unido, não apenas salvou a integridade do Império Português em um momento de crise, mas também deu ao Brasil a estrutura e a dignidade necessárias para que, poucos anos depois, pudesse caminhar com as próprias pernas. O desembarque caótico de 1808 culminava, em 1815, na fundação de uma nova realidade política que tornaria a independência um caminho

26 VICENTE, António Pedro. Política exterior de D. João VI no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 7, n. 19, p. 193-214, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n93y6sC6z9GZPFWP8T-fr48M/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

27 MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Política e cultura no governo de D. João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2017.

28 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Exército Nacional e construção estatal: independência, centro político e institucionalidade no Brasil. In: *JORNADAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIA ECONÔMICA*, 5., 2011, Montevidéu. **Anais [...]**. Montevidéu: Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE), 2011. Disponível em: https://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHEi/trabajos/Costa_de_Oliveira_Ricardo_130.doc. Acesso em: 20 abr. 2026.

29 RAMOS, Eduardo Silva. **Centralização e privilégio: instituições econômicas e fiscalidade na formação do Estado brasileiro (1808-1836)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-29032019-100558/en.php>. Acesso em: 20 abr. 2026.

sem volta. O Brasil já não cabia mais no figurino de colônia; ele havia se tornado, enfim, um império.

A aquisição da Quinta do Caju (1815)

Para encerrar este capítulo, caro leitor, convido-o a desviar o olhar dos grandes salões do Paço Real e das pomposas cerimônias do Congresso de Viena para um recanto mais... bucólico, digamos assim. O ano de 1815, além de marcar a elevação do Brasil a Reino Unido, trouxe para a rotina de D. João VI uma aquisição que, à primeira vista, poderia parecer apenas mais uma de suas propriedades entre tantas outras, mas que escondia um destino peculiar: a Quinta da Ponta do Caju³⁰.

Diz a história, e aqui entramos em um terreno onde a crônica e o fato se misturam com um toque de ironia, que o interesse real por aquela ponta de terra banhada pela Baía de Guanabara e tão próxima da Quinta Imperial da Boa Vista não nasceu apenas de um desejo por brisas marinhas ou cajueiros frondosos. O motivo, acredite se quiser, foi um minúsculo e impertinente habitante dos campos brasileiros: um carrapato³¹. Sim, leitor, o soberano de um império transatlântico, o homem que driblou Napoleão e elevou o Brasil a reino, acabou sendo “vencido” por uma mordida de carrapato que lhe causou uma ferida persistente e incômoda na perna³².

Os médicos da Corte, em sua sabedoria da época, prescreveram um remédio que hoje nos parece um privilégio, mas que para D. João deve ter sido uma verdadeira provação: banhos de mar nas águas então cristalinas e salgadas da Praia do Caju³³. Foi essa recomendação médica que levou à doação daquelas terras ao

30 ANDRADE, Maria Isabel de Toledo; PERO, Valéria. Direitos de propriedade e bem-estar: avaliação do impacto do programa de regularização fundiária na Quinta do Caju. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [s. l.], v. 41, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1305/1085>. Acesso em: 20 abr. 2026.

31 FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. Paquetá: os primórdios do Rio de Janeiro como balneário. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 287-298, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351756239007/html/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

32 FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Um porto atlântico colonial da América Portuguesa: a participação de Jaraguá na formação do território alagoano e na gênese da cidade de Maceió**. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3168>. Acesso em: 20 abr. 2026.

33 PIRES, João Victor Ribeiro. Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821). **Mosaico: Revista de História**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 107-118, 2021.

monarca por Luís José Gouveia e Freire, em 1815, dando início a uma relação curiosa entre a realza e aquele balneário³⁴.

Mas não se apresse, leitor curioso! Se você espera detalhes sobre as instalações, as intrigas de corredor ou a famosa casa que todos comentam, precisará conter sua ansiedade. A Quinta do Caju guarda segredos e confusões históricas que merecem um espaço só seu. Por ora, fiquemos com a imagem do nosso monarca, entre um decreto real e outro, tentando lidar com a herança nada nobre de um carrapato tropical. O que aconteceu naquelas águas e como aquela propriedade se transformou na mítica “Quinta Imperial do Caju” é uma história que começaremos a desvendar... no próximo capítulo.



Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8557>. Acesso em: 20 abr. 2026.

- 34 Rucirene Miguel (org.). **A Ponta do Caju**: giro de memória e esquecimento: passeio e passado. São Paulo: Iphan, 2020. Livro eletrônico. Disponível em: <https://wappstorge.blob.core.windows.net/assets/ecoponte/files/page/attachments/20230324164439761-Iconografia%20-%20A%20Ponta%20do%20Caju.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

A Quinta Imperial do Caju

A chegada da Corte e a busca por refúgios reais (1808-1810): retomando a história

O impacto de ver uma frota de navios imponentes despontando no horizonte da Baía de Guanabara em março de 1808 foi grande. Para os cerca de 60 mil habitantes do Rio de Janeiro, aquela visão era o prenúncio de uma mudança sem precedentes. A cidade, que até então era um entreposto colonial de ruas estreitas e pântanos mal drenados, via-se subitamente alçada à condição de sede de uma monarquia europeia¹, mas, para os cerca de 15 mil recém-chegados, o choque não foi menor. Acostumados com o conforto dos palácios de Lisboa e Queluz, a realidade que encontraram era de uma urbe carente de infraestrutura, saneamento e, acima de tudo, espaço².

O desafio imediato era monumental: onde alojar tanta gente? A solução encontrada foi o polêmico sistema das “aposentadorias”, onde as casas eram marcadas com as iniciais “P.R.” (Príncipe Regente), logo apelidadas pelo povo de “Ponha-se na Rua”, conforme vimos no capítulo anterior³. No entanto, para D. João

-
- 1 MATTOS, Renato de. Revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos e a transferência da Corte para o Brasil. **Revista de Historia Regional y Local**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 473-505, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S-2145-132X2017000100473. Acesso em: 21 abr. 2026.
 - 2 CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa: planos, intenções e intervenções. Brasília, DF, **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, n. 13, p. 54-63, 2015. Disponível em: <https://doaj.org/article/fcd9ecb4bb914d33b7af28doa2304354>. Acesso em: 21 abr. 2026.
 - 3 CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Os sentidos da administração joanina no Rio de Janeiro: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1812). In: **CONGRESSO INTERNACIONAL**

VI, o problema não era apenas de moradia, mas de saúde e adaptação ao clima tropical. Buscando escapar do calor sufocante e do burburinho do centro, o monarca encontrou seu refúgio predileto na **Fazenda Real de Santa Cruz**⁴. Antiga propriedade dos jesuítas incorporada à Coroa após a expulsão da ordem em 1759, a fazenda tornou-se a residência de campo favorita de D. João⁵. Ele frequentava o local com assiduidade, realizando viagens que duravam dias para desfrutar da vastidão de suas terras, onde se dedicava à inspeção das plantações, à criação de gado e, principalmente, a longos passeios pelos campos que lhe devolviam a paz perdida no Paço Real⁶.



Fazenda Real de Santa Cruz. 1848. Conrado Jacó de Niemeyer.

Foi em uma dessas andanças pelos campos de Santa Cruz, logo nos primeiros meses de sua estadia, que o monarca foi acometido por um inimigo minúsculo, mas persistente: o carrapato⁷. O que começou como uma simples picada transformou-se em uma ferida crônica e purulenta em sua perna, um incômodo que

DE HISTÓRIA, 5., 2011, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/242.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2026.

- 4 GARCIA, Cleydson. **Imperial Quinta do Caju, um patrimônio destruído e esquecido nas brumas do tempo**. [S. l.]: Especial Rio Antigo, 24 maio 2021. Disponível em: <https://especialrioantigo.blogspot.com/2021/05/imperial-quinta-do-caju-um-patrimonio.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 5 MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Paulo: Unesp, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j56gd/pdf/meirelles-9788568576960.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 6 SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 7 GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2007.

desafiava a medicina da época⁸. Os médicos da Corte, cientes da gravidade da infecção e da resistência do paciente aos banhos convencionais, prática vista com desconfiança na Europa da época, passaram a sugerir uma solução hidroterápica: os banhos de mar medicinais⁹. Acreditava-se que o sal e o iodo das águas marinhas eram o tônico necessário para cicatrizar a ferida real¹⁰,

No entanto, o Rio de Janeiro de 1808 não possuía balneários; as praias da Corte eram locais de descarte de dejetos e trabalho escravo. A busca por um refúgio que oferecesse águas limpas, tranquilidade e a privacidade exigida pelo pudor real tornou-se uma prioridade¹¹. É nesse cenário de urgência médica, nascido nos campos de Santa Cruz, que a região do Caju começa a ganhar destaque na Era Joanina. A necessidade de tratar a úlcera causada pelo carrapato foi o verdadeiro catalisador que levou a Família Real a olhar para além do centro da cidade, transformando a busca por um refúgio de lazer em uma estratégia de preservação da própria vida do monarca em um ambiente que lhe era, até então, completamente estranho¹².



-
- 8 MOURA, Athos. Mordida de carrapato popularizou o banho no Brasil. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/mordida-de-carrapato-popularizou-o-banho-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 9 BEDIAGA, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808 a 1860. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1131-1157, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/H6HYxgFwLcSBZdQTzStbb4G/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 10 FRUTUOSO, Regis Augusto Maia. Hidroterapia na Marinha do Brasil. **Arquivos Brasileiros de Medicina Naval**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 75, p. 8-13, ago. 2014. Disponível em: <https://portal-deperiodicos.marinha.mil.br/index.php/abmn/article/download/680/681/2320>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- 11 FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. Paquetá: os primórdios do Rio de Janeiro como balneário. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 287-298, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351756239007/html/>. Acesso em: 21 abr. 2026.
- 12 GOMES, Wederson de Souza. **Entre ruas, sobrados e a praça: o corpo do comércio do Rio de Janeiro e a nova ordem constitucional (1808-1831)**. Jundiaí: Paco e Littera, 2024.

A Quinta do Cajú

De país a país as habitações com caráter rústico recebem denominações diversas. O *Collage* na Inglaterra é *maison de campagne* em França, a quinta portuguesa correspondem a chacara ou o sítio brasileiros.

Por exceção perdura entre nós o vocábulo quinta. Na cidade do Salvador existe a Quinta dos Lazares, lembrando a do Tanque os últimos dias de Vieira.

O Rio de Janeiro memora duas Quintas, a da Boa Vista depois Palácio Imperial, e a do Cajú, ambas em terras bem de S. Cristóvão. Esta circumscrição territorial carioca muito se apega ao nome da terelintanca de singular castanha.

Em S. Cristóvão a palavra cajú designa tres locais, uma praia, um cemitério, uma quinta, tres cousas extremaveis á simples menção quanto mais á simples vista.

Sobre a Quinta do Cajú devemos preciosas informações á Antonio Gonçalves Pereira da Silva. Cumpre citar quem se afadiga em pesquisas e a busca de informações proporciona não raro a verificação de muitas indifferenças pelo passado no mau humor de informantes solicitados. Não se lembram que presentes na vida nela o são por ascendência, na impossibilidade da geração espontanea ou ainda menos da sintetica, como tanta coisa é hoje.

É indispensavel seguir Pereira da Silva para dizer certo da Quinta do Cajú, dizendo por conta propria quando pudermos.

No Rio de Janeiro, nele já habitante da Quinta da Boa Vista, o Principe Regente tratou de escolher sítio para banhos de mar, no que puz á opinião de apresentar o principe como anti-higienista acalado. Buscar praia, estabelecer nela balneario e ficar em seco parece rematado alusivo.

Ao Principe Regente foi cedida, temporariamente para o fim desejado, a Quinta do Cajú da qual dono Gouveia Freire e cedente Guilherme Midosi, genro do proprietario.

De certo no Rio de Janeiro do tempo não faltavam praias nas quais o mar se



Apêto dos restos da Quinta do Cajú e do seu antigo balneario

espreguicava ou batia sobre bellissimas curvas, linhas que a natureza geometria, a seu modo, indicou ao homem como a linha a conservar nas praias, quando lhes quér formosura.

Ao Principe Regente morador da Quinta da Boa Vista não se lhe dava banhar-se longe ele e os seus procurando commodidade, mormente ante o problema das distancias da cidade carioca.

A Quinta do Cajú estava de prestimo proximo para banhos. Cercava o mar a quinta por duas praias, uma em cada face da propriedade, ambas as praias de limpidas areias dando extenso tapete a quem buscava as ondas vagas.

Onde o Principe Regente se instalava, melhorava, dirão que para uso e gozo proprio. Não ha duvida, mas quantos são os que nas sintam dentro de si os saltos da mola do egoismo. Nem a ninguem arripie a expressão, pois pelo o dinheiro é a guerra: tem nervo desconhecido por anatomistas.

Para benfeitoria da Quinta do Cajú, o Principe Regente acrescentou-lhe um palacete na praia de vista para a ilha do Bom Jesus. Destinou o palacete a residencia de verão, o estio no Rio de Janeiro em certos anos de respeito quando não doente.

Em obediencia a ordens o palacete do Cajú foi mobilado com aparato, nele figurando mobiliá á antiga, com moveis de gosto e feição diferente, algum contador deixado ou algumas cadeiras D. João V trabalhada no jacarandá para desespeço do cupim.

A interior bem preparado, entendeu o Principe Regente, devia corresponder exterior que não destoasse. Por isto o palacete recebeu jardim onde soluciasam as mangueiras de tanto copar quanto frutificar contentando botânicos e gulosos de frutas.

As ruas do jardim da Quinta eram calçadas com pedrinhas multicores. Num jardim apraz ao passeador encontrar logares para repouso e os passos, logares dos quais o mesmo passeador possa ver descansado o que a marcha mesmo káta não lhe permitiu apreciar.

Com o crescer da vegetação, e nos climas tropicaes a natureza não costuma empecê-la. O jardim da Quinta do Cajú teve bosque sem coça, esta nas tapadas de lha do Governador.

Sob a verdura, ao resguardo do sol, havia bancos rústicos de pedra, tão apreciados na época e ornados de conchas simetricamente dispostos ou não.

Despedindo-se D. João VI do Rio de Janeiro nele deixou o filho regente do Brasil. A Quinta do Cajú ainda permaneceu na dependencia de Casa Real em breve Imperial.

Onde D. João VI passava, quasi sempre em companhia do conde de Parati, passeiou D. Pedro I utilizando-se ele da Quinta e do seu palacete para recreio de filhas menores e uso balneario delas, salido quanto as crianças apreciavam jardim e mar.

Dizem haver dotes violencias. Talvez tenha sido uma o Sete de Abril, D. Pedro I desejoso de assegurar a D. Maria da Gloria, o trono usurpado em Portugal, 'pelo mano Miguel'.

Durante as quatro regencias da Minoridade de D. Pedro II era natural que a Quinta do Cajú não merecesse os cuidados anteriores. Ao ser maior, D. Pedro II tratou da Quinta, mas com a simplicidade de seus habitos e com a regra de gastos pessoais, poupando dotação que, conforme reconheceu o Governo Provisorio de 1889, num dos seus primeiros decretos, era bastante empregada para acudir a desvaldos de toda especie.

Partido D. João VI para Lisboa, em 1821, a Quinta achou-se incorporada aos bens da Corôa, a propriedade sem o esmero do tempo do Principe Regente.

Na Quinta, D. Pedro II fez questão de conservar balneario de uso privativo seu e da imperatriz, ambos amigos dos banhos de mar. Estabeleceu-se um balneario na Quinta, na praia de prospto á cidade e á ilha dos Ferreiros da qual Dutra e Mello poetizou madrugada.

O balneario constou de modesta e pequena casa de porta e janela lado e outro do mar e da terra. Escuda de tijolo cimentado levava ás ondas e nestas, por occasião dos banhos, fincados sarrafos com corrimão para apoio. Tudo no interior da casa balnearia mostrava a singeleza dos donos.

Disse Pereira da Silva que o imperador ia a banhos acompanhado por um criado, á imperatriz dando companhia uma dama de serviço. Completavam o reduzido grupo madrugador o capitão comandante da guarda de palacio, servindo o official de guarda de pessoas.

Ao transporte do casal imperial servia uma caleça, estacionada para a volta junto á necropole do Carmo. Na ida apeleios o imperador e a imperatriz, a esta o marido dava o braço, camilando o par e o sequito tamem desembarcado até a Quinta.

Nos lados do Cajú, sobretudo se supra nordeste, o mar encrespa e ameaça. Que o diga a ilha do Bom Jesus na qual nos dias de nordeste a atracção de lancha é bem penosa.

Para resguardo de surpresas, o imperador, sobretudo por causa da imperatriz, recorria ao prestimo e á força de um lanhistas, o pescador Bento Alves de Oliveira, de intimas relações com o oceano, por não sahir dele. Seus serviços eram remunerados e sua pessoa merecia apreço do imperador e da imperatriz.

Na Quinta do Cajú mandaria D. João VI construir capela dedicada a Santo Amaro. Os santos gozam da bema venturança, as capelas podem conhecer, pelas ruínas, a malaventurança.

Tal succedeu á capela de Santo Amaro mandada demolir por D. Pedro II, exercida então a superintendencia da Quinta pelo seu antigo mestre o marquês de Sapucahy. A imagem e os paramentos do templo foram doados pelo imperador a outra capela, a dos ex-cavados da Corôa mantenedores da devoção de Santo Amaro e S. Benedito, santo este tão venerado pelas homens de côr.

A topografia do Cajú com o tempo sofreu modificações. A chamada ponta do Cajú formava istmo ligado a S. Cristóvão pela fazenda do Morundú, fazenda que de vivos passou a mortos. No seu solo cavavam-se as sepulturas das necropoles privativas, das Ordens do Carmo, de S. Francisco da Penitencia, e tamem se aprofundam as covas da necropole publica a cargo da Santa Casa da Misericordia. Os tres cemiterios visinham estreitamente, moradas coletivas de paz que á noite, dispensam a visita de ladres de especialidade morticola e profanadora.

Nada mais resta da Quinta do Cajú qual a dispõe e aformoseou D. João VI. Palacete, jardim, capela de Santo Amaro passaram para o infundavel rôl das cousas idas. Tamem se foi o portão de acesso á Quinta, toda murada, sobre o portão viam-se acimadas armas reais e depois outras imperiais, por muito tempo conservadas no reinado de D. Pedro II.

Desapareceu da Quinta a ponte de embarque de D. João VI para os passeios maritimos tão do seu gosto durante estadia no Rio de Janeiro. A galeota puxada por doze algavios, mandados vir de Portugal, muito sulcou aguis da Guanabara, sobretudo em demanda das ilhas de Paqueta e do Governador. Nem por isso o principe deixou de visitar outras ilhas, no demonstrar antecipação turistica.

D. João VI tinha razão em preferir o passeio marítimo ao terrestre. Os caminhos no Rio de Janeiro, como algures, se não eram lá dos mais aplinados. Até hoje constituem, da mesma forma, o mal de muitas capitais a bem de sapateiros.

Não só a lembrança de D. João VI dá a S. Cristóvão cunho historico, continuou-a no local recordação de dous imperadores, um filho e outro neto de João o Bom.

Horas de retro passo ele na Quinta do Cajú, primitivamente de Luis José de Gouveia Freire. Não da Quinta do Cajú e do seu mar partio D. Pedro I para viagem de exilio consequente ao Sete de Abril. Embarcou no cais da Igrejainha, na praia de S. Cristóvão, na madrugada da Abdição. As cenas da partida foram descritas por Eduardo Poutos, encarregado de negocios na legação franceza. Relatos as cenas ao seu governo. Encontra-se publicado o relato, sob o titulo *Uma Tentativa Diplomática do Sete de Abril*. É legivel nas paginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O documento original dorme no arquivo do Ministerio dos Estrangeiros em Paris, no hoje tão eclipsado *Quai d'Orsay*. Conhecendo bastante o copista alomamos a fidelidade da copia.

Alem das quintas da Boa Vista e do Cajú da Corôa do Brasil dependeu a Quinta da Joana, de terras vendidas ao Principe Regente, em 1810, por uma D. Joana. Desta só se conhece até agora o nome batismal até que algum cartorio revele inteiro o apelido da dona da Quinta, residencia de um mordomo da Casa Imperial e foco de mexidas politicas no fim da Regencia. Desconhecida, em parte, a Joana da Quinta, serve-lhe da companhia a fidalga que deu nome a um sítio do bairro da Misericordia apenas conhecido por Beco da Fidalga. As grandes cidades tem enigmas para pirraça e desafio a decifreadores.

A aquisição e o desenvolvimento da Quinta do Caju (1810-1816)

Os anos que se seguiram revelaram-se promissores para a península que, até então, possuía apenas algumas chácaras. A Ponta do Caju deixa de ser um trecho de litoral aprazível para se tornar um dos endereços mais exclusivos da realeza. A transição começou de forma despreocupada: o proprietário Luís José de Gouveia Freire, então ajudante e, mais tarde, tenente-coronel, cedeu por escritura de doação suas terras na Ponta do Caju para que o príncipe regente pudesse desfrutar dos aclamados banhos de mar¹³. O que era para ser um local de passagem, no entanto, logo cativou o monarca, transformando-se em uma residência de verão que marcaria a paisagem fluminense¹⁴.

A metamorfose da Quinta do Caju em um espaço real foi meticulosa. D. João VI não se contentou com a simplicidade original e ordenou a construção de um palacete estrategicamente posicionado com vista para a Ilha do Bom Jesus. Imagine o interior dessa construção: móveis de jacarandá finamente trabalhados, alguns feitos sob medida para o descanso do rei, compunham um ambiente que equilibrava a pompa da Corte com o frescor do litoral¹⁵. O palacete não era apenas uma casa; era um símbolo da consolidação da presença portuguesa, um ponto de apoio onde o príncipe podia governar entre um mergulho e outro, longe do burburinho sufocante do centro da capital¹⁶.

O cuidado com o entorno da Quinta revelava o gosto de D. João pelo paisagismo que unia o útil ao agradável. O jardim foi adornado com mangueiras frondosas, que ofereciam tanto sombra generosa quanto frutos suculentos,

13 DORIA, Escragnolle. A Quinta do Cajú. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 21, p. 10, 22 maio 1943. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&id=5768109440729&pagfis=8934. Acesso em: 21 abr. 2026.

14 PIRES, João Victor Ribeiro. Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821). **Revista Mosaico: Revista de História**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 107-118, 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/8557>. Acesso em: 21 abr. 2026.

15 MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Política e cultura no governo de D. João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bxsqj/pdf/meirelles-9788568576878.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

16 ANDRADE, Santiago Silva de. **Domus Regis: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)**. 2010. Tese (Doutorado em História Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/113011>. Acesso em: 20 abr. 2026.

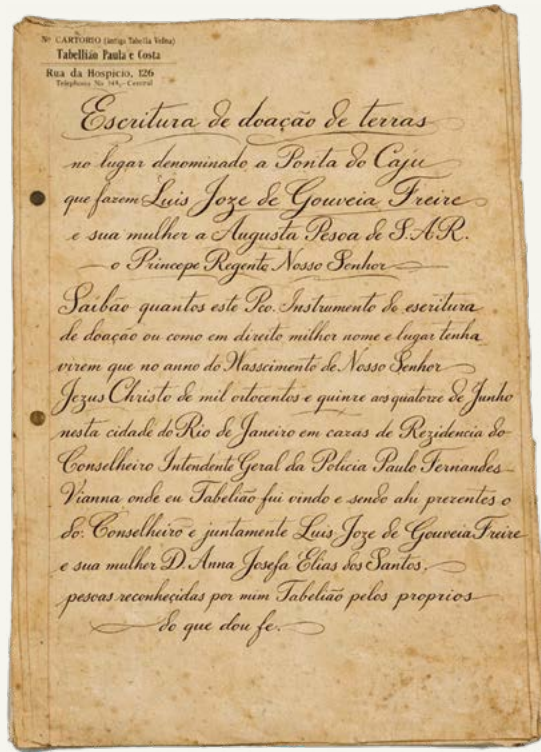
criando um microclima de frescor essencial nos verões tropicais. As ruas internas da propriedade foram calçadas com pedrinhas multicores, formando mosaicos que guiavam os passos da comitiva real¹⁷. Para o descanso, bancos rústicos de pedra foram espalhados sob a verdura, decorados com conchas simetricamente dispostas, um detalhe que conferia ao local um ar de balneário europeu adaptado à exuberância brasileira.

A espiritualidade também encontrou seu lugar na Quinta. D. João VI mandou erguer uma capela dedicada a Santo Amaro, consolidando o caráter de vila autossuficiente da propriedade. A igreja, com seus santos de devoção real, tornou-se o centro da vida religiosa da pequena comunidade que orbitava em torno da Família Imperial durante os meses de estio¹⁸. Entre 1810 e 1816, a Quinta do Caju deixou de ser uma simples chácara para se tornar um complexo arquitetônico e paisagístico de referência, onde a natureza e a mão do homem se uniam para criar um cenário de paz e dignidade para a Coroa no Novo Mundo¹⁹.

17 Rucirene Miguel (org.). **A Ponta do Caju**: giro de memória e esquecimento: passeio e passado. São Paulo: Iphan, 2020. Disponível em: <https://wappstorage.blob.core.windows.net/assets/ecoponte/files/page/attachments/20230324164439761-Iconografia%20-%20A%20Ponta%20do%20Caju.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

18 VIANA JÚNIOR, Fernando Santa Clara. **Rituais cortesãos e cultura alimentar: elite e cozinha de Corte no Período Joanino (1808-1821)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social) — Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/download/104906923/Tese_doutorado.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

19 FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. Paquetá: os primórdios do Rio de Janeiro como balneário. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 287-298, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351756239007/html/>. Acesso em: 21 abr. 2026.



Representação da transcrição da escritura de doação de terras a D. João VI.
Criado com inteligência artificial.



A rotina real e as tensões políticas (1816-1821)

A vida na Quinta do Caju, caro leitor, transcorria em um ritmo que desafiava a rigidez do protocolo europeu. Entre 1816 e 1821, o Rio de Janeiro viu um D. João VI cada vez mais integrado à paisagem fluminense, transformando a Quinta em um palco de hábitos singulares. O monarca, avesso às grandes cavalcadas, encontrou no mar o seu caminho preferido. Seus passeios marítimos pela Baía de Guanabara, a bordo de galeotas luxuosas, eram verdadeiros rituais de contem-

plação. O rei, cercado por sua comitiva, deslizando pelas águas em direção à Ilha de Paquetá ou à Ilha do Governador, preferindo o balanço das ondas ao sacolejo das carruagens pelas estradas poeirentas da capital.

No entanto, enquanto as águas do Caju ofereciam alívio ao corpo do rei, os ventos que sopravam de Portugal traziam tempestades políticas. A Revolução Liberal do Porto, em 1820, exigia não apenas o retorno imediato da Corte a Lisboa, mas também a submissão do monarca a uma nova ordem constitucional²⁰. D. João VI, mestre na arte da procrastinação diplomática, viu-se em um xeque-passado. Para ganhar tempo e evitar uma ruptura brusca que pudesse custar-lhe a coroa, o rei lançou mão de uma manobra que poucos livros didáticos detalham: a aceitação antecipada de uma Constituição que, na prática, ainda não havia sido escrita²¹.

Em um episódio curioso e pouco conhecido, o monarca chegou a jurar as “Bases da Constituição” no Rio de Janeiro, em 1821. Para dar um ar de legitimidade e acalmar os ânimos dos liberais, circulava na Corte um suntuoso livro de assinaturas, onde o rei e seus ministros empenhavam sua palavra em favor da nova lei²². No entanto, aqui reside a grande ironia histórica: essa constituição de 1821, pela qual tantos clamavam e que serviu de escudo para as manobras reais, nunca existiu de fato como um corpo jurídico completo e ratificado naquele momento²³. O “livro de assinaturas” era, em grande medida, uma peça de teatro político, um símbolo vazio usado por D. João para protelar seu retorno o máximo possível enquanto desfrutava da paz de seus jardins no Caju.

Essa resistência silenciosa sob as mangueiras da Quinta revelava um rei que, embora pressionado pelas Cortes de Lisboa, sentia que o coração do seu império agora batia nos trópicos. A rotina de banhos e passeios contemplativos era, na verdade, o pano de fundo de uma resistência diplomática. D. João VI usou a “Constituição fantasma” para equilibrar as forças entre o Brasil e Portugal, até que a pressão se tornou insustentável. Ao final de 1821, quando o embarque se tornou inevitável, o monarca deixou para trás não apenas uma propriedade que-

20 OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Dom João VI no Brasil (1808-1821)**. Brasília: Funag, 2019.

21 GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2007.

22 PORTUGAL. PARLAMENTO DE PORTUGAL. **Bases da Constituição Portuguesa**: aprovadas .em sessão de Côrtes do dia 9 de março: e juradas no 29 do mesmo mez. 1821. [Londres: s. n.], 1821. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/bases-da-constituicao-1821.aspx>. Acesso em: 21 abr. 2026.

23 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

rida, mas o rastro de uma estratégia política brilhante que, embora baseada em um documento inexistente, garantiu a transição para um novo tempo que seu filho, D. Pedro, logo assumiria.



Galeota Imperial. <https://odiarioimperial.blogspot.com/2017/05/a-galeota-de-dom-joao.html> [consultado em 17/03/2026]

LIVRO DE TERMO
DO
JURAMENTO PRESTADO
POR
S.M. EL REI, PRINCIPES, CÔRTE, TRIBUNAES
E MAIS
HABITANTES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
A
CONSTITUIÇÃO
FEITA PELAS
CÔRTE DE PORTUGAL
EM
1821

O legado e a transição pós-D. João VI (1821-1831)

O retorno de D. João VI a Portugal, em abril de 1821, marcou o fim de uma era dourada para a Quinta do Caju, mas não o fim de sua relevância²⁴. Prezado leitor, consegue imaginar o silêncio que se abateu sobre aqueles jardins e o palacete de frente para a Ilha do Bom Jesus após a partida da numerosa comitiva real? No entanto, o Caju não foi esquecido. D. Pedro I, agora como príncipe regente e, logo depois, como imperador do Brasil, herdou não apenas o trono, mas também o apreço de seu pai por aquele refúgio balneário.

Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), a Quinta do Caju continuou a ser frequentada pela Família Imperial, embora com uma dinâmica diferente. D. Pedro I, conhecido por sua energia e hábitos mais ativos, utilizava o local para momentos de lazer e recepções menos formais. A propriedade mantinha seu encanto, com as mangueiras frondosas e as aleias de conchas que D. João tanto prezava, servindo como um contraponto bucólico à agitação política que fervilhava no Paço de São Cristóvão. Era um tempo de transição, onde o Caju ainda preservava sua aura de “retiro saudoso”, mas já começava a sentir os primeiros sinais das transformações urbanas que viriam a redefinir o Rio de Janeiro.

O legado joanino na região foi além da arquitetura. A presença da Corte no Caju consolidou a área como um polo de valorização imobiliária e social no início do século XIX. No entanto, com a abdicação de D. Pedro I em 1831 e o início do Período Regencial, a Quinta entrou em uma fase de menor uso direto pela Coroa. A manutenção de um patrimônio tão vasto tornou-se um desafio para o novo governo, e a região começou a atrair o interesse de grandes empreendedores e da incipiente indústria carioca.

A transição pós-1831 preparou o terreno para o que veríamos nas décadas seguintes: a gradual transformação de um refúgio paradisíaco em um centro industrial e portuário. Mas, para o observador atento daquela época, o Caju ainda era o lugar onde o mar curara um rei e onde a brisa trazia as memórias de um tempo em que o Brasil deixara de ser colônia para se tornar o centro de um império. O legado de D. João VI permanecia vivo naquelas águas, aguardando os novos capítulos que a história do Rio de Janeiro ainda escreveria sobre a “Ponta do Caju”.

24 OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Dom João VI no Brasil (1808-1821)**. Vol 2. Brasília: Funag, 2019.



A Quinta do Caju na memória e na transformação urbana (pós-1831)

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, a Quinta do Caju, embora não mais servisse como residência de veraneio da Família Imperial, manteve sua relevância, especialmente na memória e na paisagem urbana em constante mutação do Rio de Janeiro. O Período Regencial e o Segundo Reinado de D. Pedro II testemunharam a transição da Quinta de um refúgio real para um espaço que, gradualmente, iria se integrar e se transformar pela expansão urbana e industrial da cidade.

Durante a infância de D. Pedro II, a Quinta do Caju ainda proporcionava momentos de lazer e distração. Registros do *Correio Oficial* de dezembro de 1831 indicam um passeio das crianças imperiais à Quinta, um evento que contrastava com a rígida educação imposta por José Bonifácio. Nesse dia, o jovem imperador e suas irmãs desfrutaram de pescarias e da colheita de flores, evidenciando a Quinta como um local de contentamento e liberdade para a realeza mirim. Contudo, a instabilidade política do Período Regencial também se refletiu na Quinta, que, entre 1832 e 1833, foi palco de conspirações contra a Regência, com o desembarque de armas e a preparação de cartuchos — revelando seu papel estratégico em momentos de turbulência.

Com a maioridade de D. Pedro II, a Quinta do Caju continuou a ser frequentada pelo imperador, embora com menor intensidade devido às suas crescentes responsabilidades. Ele e a imperatriz Teresa Cristina ainda buscavam os banhos de mar na Quinta, especialmente nos meses de inverno, aproveitando as águas mais frias da baía. A princesa Isabel, em sua fase adulta, também pode ter visi-

tado a Quinta em busca de hidroterapia, uma prática recomendada para tratar a infertilidade.

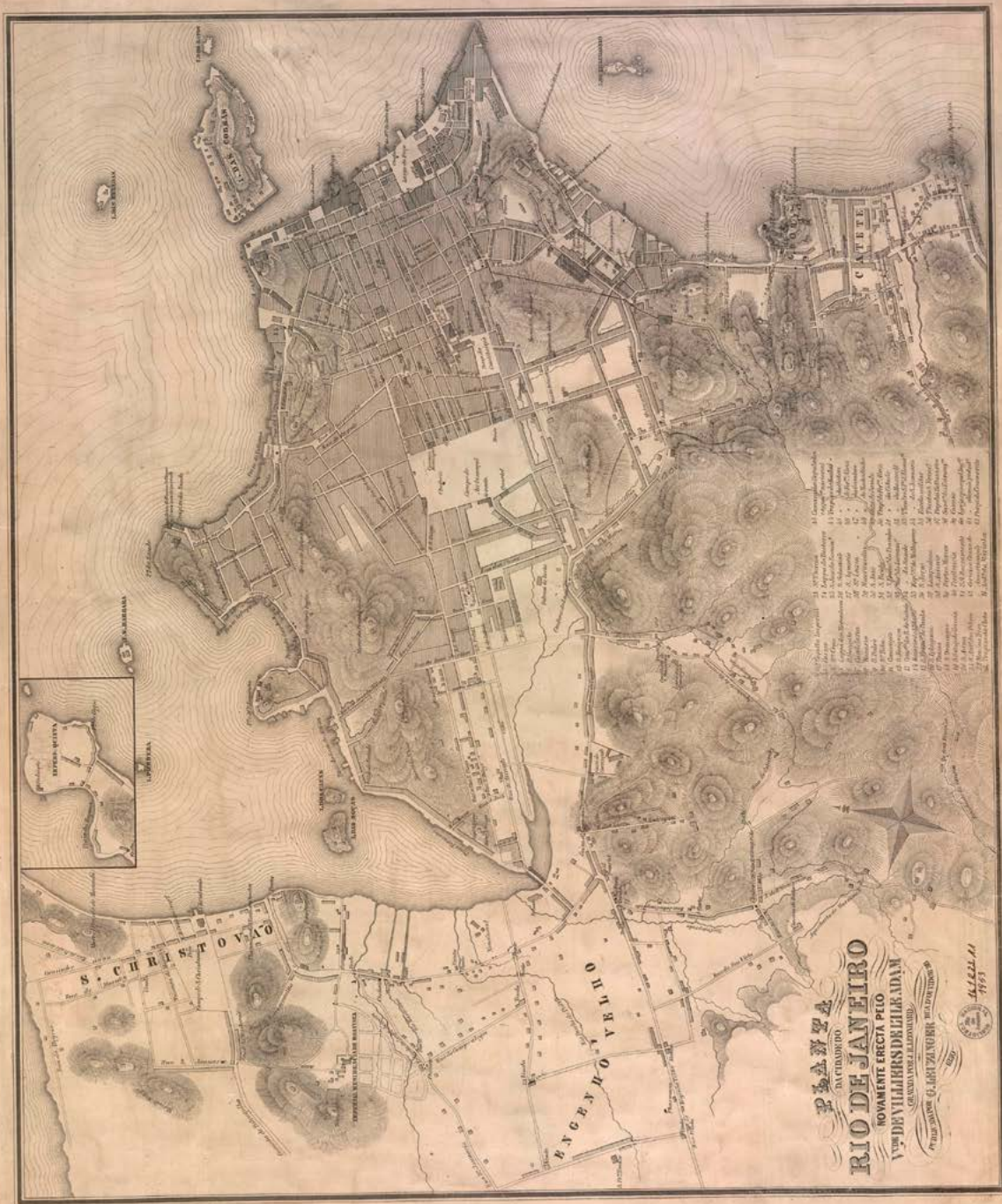
A partir da década de 1850, a paisagem da Quinta do Caju começou a ser drasticamente alterada. A necessidade de infraestrutura para a crescente cidade do Rio de Janeiro levou à instalação de empreendimentos industriais e obras públicas na região. Em 1857, parte da Quinta foi cedida para a construção da Hospedaria de Imigrantes — um marco na política de colonização do Brasil —, embora, mais tarde, a ideia tenha sido preterida por ser a Quinta Imperial do Caju um local com um adensamento urbano crescente. A Hospedaria deveria reunir em um só espaço medidas profiláticas e isolamento sanitário e, por esse motivo, foi instalada na Ilha do Bom Jesus, na enseada do Caju²⁵. No ano seguinte, a primeira fábrica de materiais de construção, que mais tarde se tornaria a influente Companhia Edificadora, estabeleceu-se na área, marcando o início da industrialização do bairro. Dela tratarei em momento oportuno. A construção da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, em 1876, para o abastecimento de água da capital, consolidou a transformação da Quinta em um polo industrial e de serviços, diminuindo sua área e descaracterizando seu aspecto original.

A Capela de Santo Amaro, erguida por D. João VI, não resistiu ao avanço urbano. Já em 1855, relatos indicavam seu estado de ruína, e é provável que tenha sido demolida entre as décadas de 1940 e 1960; contudo, o artigo de Escragnolle Dória registra a demolição do templo executada por D. Pedro II. A memória da Quinta, no entanto, persistiu na evocação da beleza das alamedas calçadas com pedrinhas multicoloridas e o contraste entre o esplendor imperial e a ocupação industrial posterior. A Quinta, com sua face voltada para a Ilha do Bom Jesus, no lado norte da península da Ponta do Caju, por longos anos figurou como um “Retiro Saudoso”, ressaltando a nostalgia de um passado glorioso.

A transformação urbana do Caju foi impulsionada por sucessivos aterros, como os realizados para o Porto do Rio e, mais tarde, na década de 1970, pela Ishibrás, que fizeram desaparecer a Ponta do Caju original. A favelização da área, com a ocupação por pescadores portugueses e imigrantes pobres, resultou na formação da Colônia Z-5 e do Morro da Quinta do Caju, alterando ainda mais a dinâmica social e espacial da região. Mas, estimado leitor, não quero me adiantar a esses assuntos. Todos serão tratados em seu devido tempo ou, quem sabe, capítulos.

25 SEGAWA, Hugo. Arquitetura de hospedarias de imigrantes. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 30, p. 23-42, 1989. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/70453>. Acesso em: 21 abr. 2026.

A Quinta do Caju, de um paraíso real, transformou-se em um bairro industrial e populoso, mas sua história e memória continuam a ser um testemunho da evolução urbana e social do Rio de Janeiro que precisa ser redescoberta, e é exatamente o que eu, como uma arqueóloga dos textos e arquivos improváveis e, por muitas vezes, intangíveis pretendo fazer.



PLANTA
 DO QUARTO
RIO DE JANEIRO
 TOVANTE FREGA PLO
 VIDE VILLERS DELLEMAN
 GEOMETRA E TOPOGRAFO
 PRIMEIRO CLASSE E ARQUITECTO
 1853

A queda do Império

O Refúgio das Águas: a Quinta Imperial e o lazer da Corte

Prezado leitor, chegamos ao sexto capítulo de nossa jornada e, até o momento, passamos por um verdadeiro cajueiro de histórias; e é com um misto de nostalgia e expectativa que o convido a revisitar os caminhos que nos trouxeram até aqui. Percorremos juntos as trilhas ancestrais dos povos indígenas que, com sabedoria, batizaram essa terra de *Akaîú*, um nome que ecoa a abundância de cajueiros e a riqueza natural da Guanabara. Vimos a chegada dos colonizadores, a cessão de terras à Companhia de Jesus — que moldou a paisagem e a vida local — e o florescer da Freguesia de São Cristóvão, que se tornou um polo de desenvolvimento e fé.

Então, a história deu um salto monumental, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro — um evento que transformou a colônia em sede de um império e trouxe consigo uma nova elite e novos costumes. Foi nesse cenário de efervescência que a Ponta do Caju, com suas praias de areias brancas, colinas verdejantes e águas calmas, revelou-se um verdadeiro **Refúgio das Águas**. Não demorou para que a realeza e a Corte se encantassem por esse pedaço de paraíso, tão próximo da Quinta Imperial da Boa Vista, buscando aqui um recanto de tranquilidade e lazer, longe do burburinho da cidade em expansão.

A aquisição e a consolidação da Quinta Imperial do Caju marcaram o auge desse período, transformando a região em um balneário predileto, onde a Família Imperial e a aristocracia desfrutavam de horas relaxantes e de exuberante natureza, como afirmou o cronista C.: “Depois que tive tempo e ocasião de bem examinar toda a excellencia da Ponta do Caju, depois de estar bem convencido, de que esse lindo arrebalde era um verdadeiro Eden”. Imagine, estimado leitor, as cenas de veraneio, os passeios à beira-mar, a brisa suave que soprava entre as mangueiras e os cajueiros plantados por D. João VI para seu próprio gozo e desfrute, enquanto a Corte buscava alívio do calor tropical e das formalidades da vida na corte. Essa era a imagem do Caju que se consolidava, um lugar de beleza e privilégio, um espelho da própria Monarquia em seu esplendor.

Mas, como toda história, a do Caju também é feita de ciclos, e o esplendor imperial, que parecia eterno, começava a dar sinais de um crepúsculo. As sementes da mudança já estavam sendo lançadas, e as águas tranquilas que banhavam a Quinta Imperial logo seriam agitadas por novas correntes, anunciando a queda do Império que este capítulo se propõe a desvendar. Prepare-se, pois, a partir de agora, testemunharemos a transformação de um refúgio em um palco de profundas mudanças sociais, urbanas e políticas.



Folhinha Nacional Brasileira (Ilustrada). 1837.



Il. Chamberlain R.A. Del.

FUNERAL OF A NEGRO.

Os campos santos: do Cemitério dos Pretos Novos ao São Francisco Xavier

A transição do Império não se deu apenas nos salões palacianos ou nas decisões políticas; ela foi escrita, de forma silenciosa e profunda, no solo da cidade. Para compreendermos a “queda” que este capítulo narra, precisamos olhar para onde o Rio de Janeiro depositava suas dores e suas desigualdades. Antes que o Caju se tornasse a imensa necrópole que conhecemos hoje, a morte na capital era um espelho cruel da hierarquia social.

Até meados do século XIX, o destino dos marginalizados era o esquecimento. O Cemitério dos Pretos Novos, próximo ao Cais do Valongo, era o símbolo máximo dessa desumanização: um local de descarte para os africanos que não sobreviviam ao horror da travessia atlântica, onde corpos eram amontoados em valas comuns, sem rituais ou identidade. No entanto, o crescimento da cidade e as recorrentes crises sanitárias impuseram uma mudança drástica. O costume de sepultar os mortos no interior das igrejas tornou-se uma ameaça à saúde pública, e o movimento higienista passou a exigir a remoção dos cemitérios para áreas afastadas do centro urbano¹.

É nesse contexto de transformação que, em 1839, a Santa Casa da Misericórdia instalou o Campo Santo da Misericórdia em um trecho da Fazenda Murundu, na Praia de São Cristóvão. Essa propriedade pertencia originalmente a Baltazar Pinto dos Reis, cuja “casa-nobre” viria a ter um destino singular: em 1855, transformou-se em uma enfermaria para os pobres, servindo como embrião para o que seria o atendimento de saúde na região. A instalação do Campo Santo, em 1839, representou um marco: a transição dos sepultamentos intramuros para os extramuros. Diferente do horror anônimo dos Pretos Novos, o termo “Campo Santo” trazia consigo uma tentativa de formalidade e consagração religiosa, ainda que operasse dentro das rígidas barreiras raciais da época.

No centro de tudo isso, um personagem se destaca, não só pela importância política, mas, por ser uma figura-chave para a história dos cemitérios: José Clemente Pereira. E é sobre ele que falarei nas próximas linhas.

1 DICIONÁRIO da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2014]. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/714-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial-1822-1889>. Acesso em: 21 abr. 2026.

ENTÊRRO DE NEGRO

Esta gravura mostra a maneira pela qual os negros mortos são levados ao cemitério destinado ao seu enterramento — o cemitério da Misericórdia.

O cadáver é costurado dentro de um saco rude e depois colocado em uma rede, pendurada por uma vara, e coberto com um cobertor velho. Assim é carregado para a fossa, por dois negros, sem cerimônia nem lágrimas. Murmura-se uma prece diante do cadáver. E a terra é jogada por um dos carregadores enquanto o outro, com os pés e um pedaço de pau, soca a terra sobre o corpo. Isso feito, vão-se embora. Eis o entêrro simples de um negro.

O homem, a mulher e a criança, que vendem esteiras, são caboclos ou aborígenes: gente inofensiva, de conduta pacífica. São de estatura baixa e musculosa, cor de cobre, cabelos longos, pretos e lisos, altas maçãs do rosto; possuem, enfim, todos os traços bem conhecidos dos índios da América.

Na gravura aparece um trecho da praia, que fica em frente, visto do caminho entre a Lapa e a Glória.





A. V. Liffson

José Clemente Pereira: o arquiteto da morte e da caridade no Caju

A história do Bairro do Caju no século XIX é indissociável da figura de José Clemente Pereira (1787-1854). Magistrado e político de origem portuguesa, Pereira foi uma das personalidades mais influentes do Primeiro e Segundo Reinados, ocupando cargos de ministro de Estado e senador². Foi uma figura-chave nos atos que culminaram no célebre “Dia do Fico”, 9 de janeiro de 1822. No entanto, sua marca mais perene na geografia carioca foi deixada como provedor da Santa Casa da Misericórdia, cargo que assumiu em 1838 e exerceu até sua morte³.

Ao assumir a Santa Casa, José Clemente Pereira encontrou uma instituição em crise, responsável por um sistema de saúde e sepultamento que já não atendia às demandas de uma capital em crescimento. Sob sua gestão, a Santa Casa obteve o monopólio dos serviços fúnebres na Corte, o que permitiu a Pereira articular uma reforma profunda baseada nos preceitos do higienismo⁴.

O grande desafio era pôr fim aos sepultamentos intramuros (dentro das igrejas), prática considerada insalubre pelos médicos da época. Pereira foi o principal articulador da aquisição de terras na Ponta do Caju para a criação de cemitérios extramuros, transformando a região no destino final da população carioca.

A instalação do Campo Santo não ocorreu sem resistência. Em meados do século XIX, a Ponta do Caju e São Cristóvão eram áreas de veraneio e lazer, frequentadas pela elite e pela própria Família Imperial. A perspectiva de transformar esse refúgio em uma necrópole gerou um forte embate social.

Documentos históricos, como o abaixo-assinado de moradores da região, registram o descontentamento da população local. Os residentes temiam que

2 RODRIGUES, Claudia. A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 257-278, 2014. Disponível em: <https://revistaagcrj.rio.br/index.php/ojs/article/view/152>. Acesso em: 21 abr. 2026.

3 GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CX5BXnKtBYrVvCXVrZjZMzP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2026.

4 FERNANDES, Cybele Vidal Neto. **A atuação dos arquitetos portugueses no século XIX no Rio de Janeiro**: algumas considerações. [S. l.]: Cepese, 2008. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/artistas-e-artifices-no-mundo-de-expressao-portuguesa/a-atuacao-dos-arquitetos-portugueses-no-seculo-xix-no-rio-de-janeiro-algumas-consideracoes>. Acesso em: 21 abr. 2026.

a proximidade dos mortos e os “miasmas” (vapores fétidos que se acreditava transmitirem doenças) desvalorizassem as propriedades e comprometessem a salubridade das praias de São Cristóvão e do Caju⁵. Transcrevo, a seguir, parte do requerimento enviado no dia 08 de julho de 1839:

ABAIXO ASSINADO DOS SUPPLICANTES - CONTRÁRIOS A INSTALAÇÃO DO CEMITÉRIO (Transcrição)

“Hé evidente que o cemitério da Santa Casa de Misericórdia não pode ser estabelecido n’aquelle lugar, por estar compreendido dentro dos limites da cidade [...]

“Além da citada postura exclui aquele lugar para o fim fraternidade pela Santa Casa de Misericórdia, outras muitas considerações que dizem respeito á impropriedade do terreno e do local, e a salubridade publica, concorrem para determinar a sua negação.”

“É impróprio, porque estando próximo á praia e ao mar único caminho por onde possa passar Vossa Majestade Imperial com as [...] augustas Irmãs, o transito diário de Vossa Majestade Imperial para o banho de sua imperial quinta, o qual até agora lhe oferecia um passeio agradável, uma vez que ali se estabeleça o cemitério, ou será de todo interrompido, ou então tornar-se-há em um grande sacrificio.”

“[...] a ponta do caju como he bem publico e notório, he um dos lugares para onde afluem muitos habitantes [...] uma para restabelecimento de sua saúde e outras para gozarem ares mais livres.”

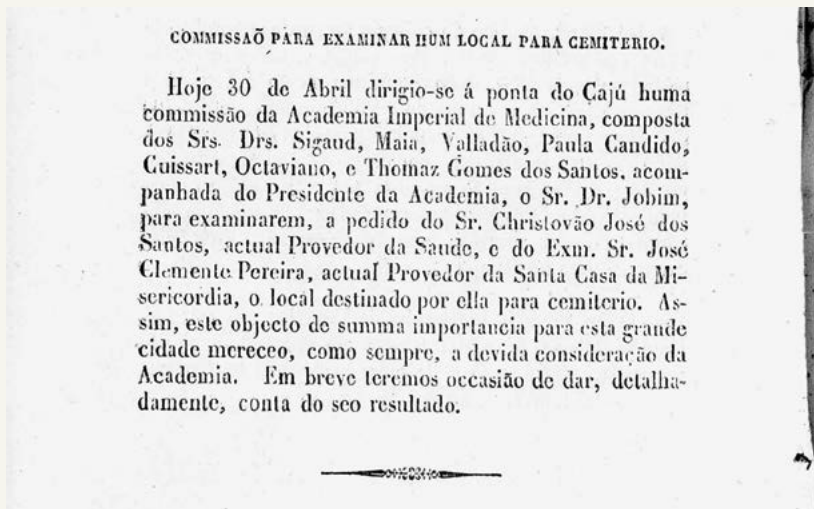
“Ora, estabelecer neste lugar um cemitério, é affugentar aos habitantes d’elle, é com o espetáculo da morte, com o triste espetáculo da destruição do gênero digo da espécie humana [...], que a ponta do Caju lhes oferecia e com avidez irão procurar por ultimo, a qualidade do terreno escolhido pela Santa Casa de Misericórdia [...] constitui impropriedade para o fim projetado. Porquanto, grande ou não a maioria [...] ser inundada e pantanôzo, em razão de [...] marés.”

“É de notar que servindo-se todos os moradores da ponta do Caju de água de poços, os moradores das doze cazas da praia de S. Christóvão cozinham e bebem da água do poço da chácara contigua ao terreno em questão. E se alio se estabelecer o cemitério, certamente que esta aproximação seria fatal a esses moradores que assim beberiam uma água pestilenta filtradas pelos cadáveres.”

5 PEREIRA, Julio Cesar Medeiros da Silva. **À flor da terra**: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Foram aproximadamente 113 assinaturas, diletos leitores. Contudo, José Clemente Pereira, valendo-se de sua influência política, ignorou os protestos em nome do “bem comum” e da saúde pública da capital, consolidando o Caju como o grande campo santo da cidade.

Na contramão do desejo público foram também a Comissão da Academia Imperial de Medicina e engenheiros. Peço perdão ao ávido leitor, mas, para ciência de todos e para que sirva de documento a outras gerações, exponho aqui os textos referentes ao caso ao qual imputo o início do declínio da Ponta do Caju e o selo de seu destino. Não pule estas páginas, elas nos são de vital importância para entender a história que aqui se tenta contar.



Trecho da edição de abril de 1839 da *Revista Médica Fluminense*, publicada pela Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

O texto a seguir foi publicado em 5 de setembro de 1839, na *Revista Médica Fluminense*.

Conjuncta o meu pensamento, e porci á sua disposição o dinheiro que se arrecadar, afim de que ella delibere com a circunspecção que lhe he propria, o que julgar mais conveniente em negocio de tanta magnitude. »

(Continuar-se-ha).

ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA.

PARECER DA COMISSÃO DA ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA ENCARREGADA DE EXAMINAR O LUGAR DESTINADO PELA ADMINISTRAÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICORDIA, NA PONTE DO CALAFATE, PARA O NOVO CEMITERIO DA MESMA SANTA CASA, APPROVADO PELA MESMA ACADEMIA NA SUA SESSÃO GERAL DE 20 DE JUNHO DE 1839.

Senhores. — Os membros da Commissão que encarregastes de examinar o terreno destinado pela Administração da Misericordia para Cemiterio da Santa Casa, se appressarão em dar cumprimento a vosso honroso mandato; e se circumstancias independentes de sua vontade tem retardado a apresentação de seu parecer, elles se desvanecem ao menos de ter empregado o zelo mais ardente, a mais sisuda attenção na solução de tão delicada questão; assim como estão certos de que ninguem porá em duvida a franqueza absoluta e inteira independencia do seu voto.

Em todas as questões onde se balançam importantes interesses de ordem publica, o homem de siso e consciencia hesita longamente antes de decidir-se; e entre hum presente, cujos inconvenientes se conhecem, mas que se limitão com certeza, e hum futuro risinho, mas incerto, hum futuro que promette vantagens, mas cuja natureza se não pôde determinar com exação, seu espirito justo e cauteloso desconfia de esperanças, que podem ser fallazes, e odêa projectos cuja utilidade se não demonstra.

Tal era, Srs., a situação de espirito em que se achava a maioria dos membros da vossa Commissão. Conhecião-se perfeitamente os inconvenientes insanaveis do actual Cemiterio da Misericordia; como homens de sciencia, ha muito que bradão os medicos contra huma ordem de cou-

sas que ameaça a existencia de huma população immensa; ha muito que, como cidadãos, se peção de ver conservado naquella porção da capital do imperio, que mais conheço o estrangeiro, hum foco de corrupção, hum campo hediondo, que se não cança de attestar em silencio o atrazo de nossa civilisação. Sim, na opinião de todos, pessimo he o local do cemiterio actual: mas por ventura era conhecido aquelle para onde se queria transportar o jazigo dos nossos mortos? Dizia-se que seu terreno, constituido por huma espessa camada de arêa, constantemente em-pregnada d'agua, não podia ser mais improprio para o fim a que se destinava: não se deverião abrir sepulturas sobre as collinas que limitão a vargem, porque dellas manão as aguas que alimentão as fontes visinhas; os miasmas desprendidos dos corpos em decomposição, condensados pelos dous outeiros que se affrontão, seria, quando varridos pelo terral, impellidos em grande massa contra a cidade, e produzirião então funestissimos resultados, muito mais desastrosos do que aquelles que nos propunhamos remediar.

Estas considerações tinhão, Srs., abalado os animos de muitos d'entre nós, e podemos assegurar-vos que, quando procedemos ao exame que nos foi ordenado, não esperavamos que nosso parecer fosse unanimemente conforme com o da Administração da Santa Casa da Misericordia. Mas quando estudamos o terreno; quando percorremos em toda a sua extensão a vargem e as duas collinas; quando approximativamente determinamos a direcção dos ventos e suas relações topographicas; quando reconhecemos a constituição do solo, que neste lugar se patentêa á simples intuição, sem nenhuma discrepancia, todos unanimemente concordamos em que nenhuma localidade nas immediações do Rio de Janeiro offerencia maiores vantagens, apresentava menos inconvenientes, era, em huma palavra, mais propria para o fim a que se destinava.

A Academia compartirá certamente nossa convicção, quando tiver conhecimento do Relatorio feito pelo habil Engenheiro que foi encarregado do exame topographico e geologico do terreno: permiti que se faça delle leitura.

Relatorio do Engenheiro Mr. Pissis sobre a localidade sita na Ponte do Calafate. — Posição topographica. — A parte do terreno situada na Ponte do Calafate fica comprehendida entre dous morros quasi parallelos, e cuja linha culminante se dirige do sudoeste ao nordeste; formando assim huma especie de bacia que acaba no mar do lado que olha para sudoeste e nordeste, e a qual, em huma epoca remota servia provavelmente de communicação entre as duas pequenas enseadas que formão seus limites. Hum desses morros, aquelle em que se acha o limite nordeste da chacara, fica nella comprehendido na sua maior parte, occupando a linha da demarcação quasi o fastigio, e chegando, no seu maior grão de elevação, á altura de dezenove braças acima da alta maré. Quanto ao limite situado sobre o morro opposto, fica este mui longe de ter a mesma altura, e no seu ponto culminante se não eleva mais que tres braças acima da alta maré. Independentemente da inclinação destes dous morros, a bacia apresenta tambem dous declivios, dirigindo-se hum delles ao nordeste e outro ao sudoeste: a parte mais elevada occupa quasi o meio della, e excede a altura de huma braça e meia.

Em consequencia da disposição do terreno acima indicada, fica evidente que os ventos comprehendidos entre os rumos sudoeste e nordeste são os unicos que encontrão algum obstaculo na sua marcha. Os primeiros serão assim dirigidos atravez da bahia para as montanhas ao norte da Praia Grande, e não poderão prejudicar de modo algum pelos miasmas de que se tenham carregado. O mesmo acontecerá a respeito dos segundos, os quaes se dispersarão sobre a parte da bahia que fica a oeste e sul da propriedade. Quanto aos ventos comprehendidos entre os outros dous rumos, os de sul, que são raros no Rio de Janeiro, e os de oeste, poderão continuar seu caminho na mesma direcção; pois os que vierem do sul obedecem ás leis do movimento dos fluidos; ao encontrarem o opposto morro se decomporão em duas correntes, huma lateral, e consequentemente dirigida ao nordeste ou sudoeste, e outra ascencional, que tenderá a elevar-se na atmospheria com huma inclinação hum pouco menor que a do morro. A

propriedade do Imperador, e todas as situadas na mesma direcção, se acharão pois abrigadas destes ventos e dos miasmas que elles poderião acarretar. He tambem evidente que os mesmos phenomenos se reproduzirão ao encontro dos ventos noroeste, e do morro que lhes fica opposto. Vê-se, em resumo, que esta propriedade, por causa da sua posição topographica, e dos accidentes dos terrenos, que ella apresenta, he humas das mais convenientes, que se poderião escolher para conciliar a salubridade geral com o estabelecimento de hum cemiterio. Examinemos agora se ella satisfaz as outras condições.

Constituição geologica. — As differentes especies de terrenos que constituem o solo e os morros da Ponte do Calafate são tres: o *Gneis*, a *Argilla quartzosa*, e hum camada de *Alluvião argillo-arenosa*.

Gneis. O *Gneis* fórma a base que sustenta os outros dous terrenos. Suas camadas são inclinadas para o noroeste sob hum angulo de perto de oitenta grãos, como se vê em hum declivio situado na extremidade sudoeste de hum dos morros de que ja fallei. Sua superficie abaixa-se rapidamente do cume destes morros até o meio do intervallo que os separa, e aonde se acha meia braça abaixo do nível da maré alta, como eu verifiquei por varias sondagens. Resulta disso hum depressão na qual vierão depositar-se o solo alluvial e a argilla. Esta rocha (1), caracterizada pela sua côr vermelha, e o predominio da materia argilosa sobre o quarzo, não se acha na parte inferior da bacia, e começa precisamente no lugar aonde acaba a camada alluvial: partindo desse ponto, sua espessura, vai continuamente diminuindo á medida que se sobe, e acaba reduzindo-se a alguns palmos sobre os pontos culminantes. Ella principia a se mostrar sobre o morro que faz frente ao sudoeste, a hum altura de 7 braças e 4 palmos, e neste ponto a sua espessura varia de hum

(1) Os geologos designão, debaixo do nome de *rocha*, não só todas as substancias duras, que compoem o Globo, mas tambem toda a massa de hum natureza determinada e assaz abundante, que possa ser considerada como formando hum parte consideravel de huma montanha, ou de hum terreno qualquer, e isto independentemente da sua cohesão mais ou menos forte.

braça a huma braça e meia. Menos densa que o Gneis, ella se desaggrega na sua superficie e torna-se então permeavel á agoa, que chegando até a sua parte inferior, escorre seguindo a superficie do Gneis ou diffunde-se nos pontos que separão as camadas, que sendo, como já vimos, quasi verticaes, a conduzem a huma grande profundidade.

Camada alluvial. A alluvião argillo-arenosa descança immediatamente sobre o Gneis, decomposto em grande parte, o qual occupa o fundo da bacia; ella compõe-se de arêa quartzosa, misturada com huma pequena quantidade de argilla, e distingue-se facilmente das formações precedentes pela sua côr parda amarellada. Sua maior espessura existe no meio da bacia, aonde a sua superficie acha-se braça e meia acima do nivel do mar. Ficando nesse ponto o nivel do Gneis meia braça abaixo do mar, resulta disso huma espessura total de duas braças. Partindo deste ponto, ella vai continuamente diminuindo para o sudoeste e o nordeste, e acaba confundindo-se com as arêas da praia. Ella altea-se hum pouco sobre as duas bordas da bacia, e pára de huma parte no limite sudoeste da propriedade, e da outra sobre o declivio do morro opposto a este limite, a huma altura de 7 braças e 4 palmos. Sua natureza eminentemente arenosa a torna mui permeavel á agoa, e poder-se-hia pensar, que, o Gneis que a sustenta não dando hum escorrimento sufficiente, deveria existir huma camada de agoa no ponto de contacto destas duas rochas; mas assim não succede: e em varias sondagens, que forão levadas até o Gneis, se não apresentou a minima apparencia deste liquido: o que he muito notavel, attendido que este nivel he inferior ao do mar, e que deveria haver alguma infiltração. He pois necessario que esta agoa seja totalmente evaporada na superficie do solo alluvial, ou que ella se infiltre atravez do Gneis, ou que huma e outra cousa succeda ao mesmo tempo. Seja como fôr, vê-se, resumindo-se o que precede, que as aguas pluvias recebidas pelas camadas argillosas e alluviaes que formão toda a superficie da propriedade, tenderão a se reunirem no fundo da bacia, e a huma profundidade inferior ao nivel do mar. He pois

impossível que ellas aliementem algumas das fontes dos arredores, as quaes assim se achão independentes de todas as modificações que o solo da propriedade poderia experimentar. Quanto ás que se achão na mesma propriedade, ellas não podem provir senão das infiltrações do mar, e pôde-se affirmar com huma probabilidade proxima da certeza, que, quando mesmo o solo fosse infectado de materias em decomposição, a agoa não ficaria alterada.

Se consideramos por outro lado a natureza da argilla e da alluvião, vemos que estas rochas pela sua porosidade, e principalmente o solo alluvial, são mui proprias para facilitar a prompta decomposição dos corpos, sobretudo por huma temperatura que se mantem constantemente a 23° do thermometro centigrado. Esta temperatura, que a theoria indicava como devendo ser a media do lugar, foi tomada directamente por hum thermometro situado no fundo de hum furo de sonda de hum braça e meia.

Assim, quer se considere a salubridade do ar e das aguas, quer se attenda á prompta decomposição dos corpos enterrados, esta localidade apresenta todas as vantagens, que as precauções as mais rigorosas poderião exigir.

Noticia indicativa dos signaes empregados no plano.— A superficie da propriedade foi determinada por meio de 5 triangulos. A base, que servio para estes calculos, he o comprimento do limite que une a borda do mar aos mangues. Seu comprimento, deduzido de tres modificações feitas com a corrente, he de 455 braças. O comprimento do limite que faz frente á praia foi escolhido para base da verificação; elle he de 79 braças.

A superficie total da propriedade, comprehendidos os mangues, he de 37272 braças quadradas: sem os mangues he de 25991, e a dos mangues he 11281.

A superficie que se alcançaria conduzindo pela base oriental do morro hum linha parallela ao limite situado deste lado, comprehendo 42234 braças quadradas.

As côres postas no plano indicão differentes terrenos, que se achão na sua superficie; seus nomes estão marcados sobre o index posto a seu lado.

Os numeros fazem conhecer a altura em braças das differentes linhas de nivel traçadas pelos côrtes, assim

como a altura do solo nos lugares em que foi sondado. Estas alturas são contadas partindo do nível da maré cheia. Os pontos pretos indicão a posição dos furos da sonda.

— *Corte geologico.* — Este traço faz conhecer a disposição das differentes camadas que se acharião cortando-se verticalmente o terreno segundo a linha indicada no plano por A. B. As camadas ahí são indicadas pelas mesmas côres que são empregadas no plano. Vê-se ao lado hum escala que serve para marcar a espessura e o nível de hum terreno nas suas differentes posições, e hum pouco acima da base, hum linha que representa o nível da maré cheia.

Lista dos vegetaes que dominão sobre o solo da propriedade. — *Vegetaes da planicie.* — Cyperus. (Sapé). Vernonia. Vinca purpurea. Sida. Outras malvaceas. Anacardium occidentale. (Cajueiro). Meliceris minutiflora. (Capim gordura). Psidium. (Araceiro). Indigofera. (Anil.) *Vegetaes do morro.* — *Arvores.* — Muitas mimosas, Melastoma. Bignonia Leucoxylon. Vernonia arborescens. Maina brasiliensis. — *Atrepadeira.* — Bignonia. Passiflora. Malpighia. Cissampelas. (Pereira brava). »

Os membros da Comissão, convencidos pelo exame que pessoalmente fizeram da localidade com a maior circumspecção, de que são em tudo exactas as considerações que acabaes de ouvir, sendo unanimemente de parecer que o sitio destinado pela Administração da Santa Casa da Misericórdia para Cemiterio, possui todas as condições necessarias para isso, julgão que a Academia assim o deve declarar. — Relator, Dr. Thomaz Gomes dos Santos. — Dr. Augusto Cuissart. — Octaviano Maria da Roza. — Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia. — Dr. Manoel de Valladão Pimentel. — Dr. Francisco de Paula Candido. — Dr. José Francisco Sigaud.

O Campo Santo da Misericórdia foi, assim, instalado na região conhecida como Ponte do Calafate — hoje aterrada — e, embora também recebesse escravizados, representava uma tentativa de formalização e organização — mas, ainda assim, as condições eram precárias para a maioria.

A área, então pantanosa e cercada por chácaras, passou por sucessivos aterramentos e aplainações. O primeiro sepultamento no Campo Santo do Caju ocorreu em 1840, e o último registrado no Campo Santo original foi o de um africano livre, o enterro de número 2 218, encerrando um ciclo para abrir outro ainda maior. Em 18 de outubro de 1851, sobre as fundações desse solo já sagrado pelo sofrimento dos despossuídos, foi oficialmente fundado o Cemitério de São Francisco Xavier. Curiosamente, sua inauguração oficial foi marcada pelo sepultamento de uma criança chamada Vitória, filha de uma mulher escravizada. Que ironia! Um nome que poderia simbolizar o triunfo do oprimido carregou uma tragédia diante da realidade daquelas vidas.

Com o tempo, o São Francisco Xavier absorveu o antigo Campo Santo e expandiu-se para se tornar a maior necrópole do estado. O terreno da Fazenda Murundu continuou a ser retalhado para abrigar outras ordens religiosas, como a Venerável Ordem Terceira do Carmo em 1858. Hoje, ao caminharmos por suas alamedas, é impossível precisar onde terminava o solo dos indigentes e onde começava a cidade dos mortos oficial. O que resta é a certeza de que o Caju, antes de ser o porto do progresso industrial, tornou-se o porto final de milhares de almas que, na vida e na morte, testaram os limites da humanidade no Brasil Imperial.



Portão principal do Cemitério São Francisco Xavier, em frente à Ponte do Calafate. 1906.
Revista Careta, 1909. (foto estilizada)

A Enfermaria de Nossa Senhora do Socorro (1855)

Como parte do complexo assistencial da Santa Casa na região, foi inaugurada, em 1.º de agosto de 1855, a Enfermaria de Nossa Senhora do Socorro. Localizada estrategicamente ao lado do cemitério, a enfermaria foi construída em terrenos doados pelo próprio José Clemente Pereira (ou adquiridos sob sua gestão)⁶.

A criação da enfermaria refletia a visão de Pereira de integrar os serviços de caridade: o atendimento aos pobres e indigentes em vida e o sepultamento digno após a morte. Com o tempo, essa enfermaria evoluiu para o extinto Hospital Nossa Senhora do Socorro, tendo permanecido como um testemunho da presença da Santa Casa no bairro até sua demolição, em 2023, para ampliação do Cemitério Comunal Israelita.

Do antigo hospital, antes visitado por D. Pedro II, restou somente uma capela de mesmo nome.



Fachada do Hospício Nossa Senhora do Socorro. [19--]. Acervo do Museu da Imagem e do Som. Terceira enfermaria criada pela Irmandade da Misericórdia para responder à imposição do governo imperial, o Hospício Nossa Senhora do Socorro foi inaugurado em 1855 e destinava-se a atender os moradores das freguesias de São Cristóvão e do Caju. O prédio foi construído com grande aumento na década de 1870 e destruído por um incêndio em 1920, quando foi totalmente reconstruído.⁷

6 CARVALHO, Aline dell'Orto. Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. <http://historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria/santacasa.pdf>

7 Porto, Ângela (org.) História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). / organizado por Ângela Porto, Gisele Sanglard, Maria Rachel Fróes da Fonseca, et al. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 172 p., il. color. P. 50

Ferro e fuligem: a chegada da modernidade industrial

Se o Caju da primeira metade do século XIX era o cenário de águas mansas e retiros espirituais, a segunda metade trouxe consigo o estrépito do progresso. O tradicional refúgio da aristocracia e do Império começou a dar lugar ao ferro e à fuligem, um processo que transformaria definitivamente a fisionomia do bairro. O marco inicial dessa metamorfose foi a necessidade urgente de saciar a sede de uma capital que crescia desordenadamente e sofria com crises crônicas de abastecimento⁸.

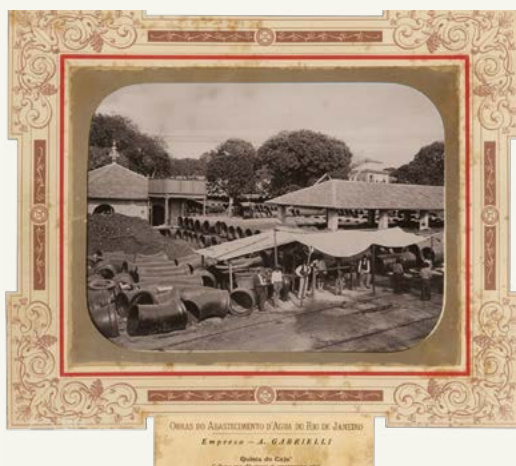
Em 1875, o Governo Imperial, sob a regência da princesa Isabel, autorizou a construção de uma linha férrea auxiliar para a instalação de adutoras que trariam água das serras da Baixada Fluminense até o Rio de Janeiro. Para viabilizar o projeto, parte dos terrenos da Imperial Quinta do Caju foi cedida ao empreiteiro Antônio Gabrielli, cuja empresa foi responsável por assentar os primeiros trilhos daquela que seria conhecida como a Estrada de Ferro Rio D'Ouro. O Caju, estrategicamente posicionado na orla, tornou-se o ponto de partida dessa empreitada logística monumental.



- 8 SILVA, Raphael Castelo Branco da. **O dilema do Trem das Águas**: a Estrada de Ferro Rio d'Ouro entre o abastecimento de água e o transporte de passageiros e mercadorias no Rio de Janeiro, 1875-1906. 2024. Dissertação (Mestrado em Engenharia) — Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/112008843/O_DILEMA_DO_TREM_DAS_%C3%81GUAS_A_Estrada_de_Ferro_Rio_d_Ouro_entre_o_abastecimento_de_%C3%A1gua_e_o_transporte_de_passageiros_e_mercadorias_no_Rio_de_Janeiro_1875_1906. Acesso em: 23 abr. 2026.

O próprio imperador D. Pedro II, entusiasta das inovações técnicas e do progresso científico, acompanhou de perto o desenrolar dos trabalhos. Há relatos de que o monarca costumava percorrer o itinerário do trem da Empresa Gabrielli, realizando visitas de inspeção para verificar o andamento do assentamento dos trilhos e a construção das adutoras, demonstrando o caráter prioritário que o abastecimento de água e a expansão ferroviária tinham para o governo imperial.

O que nasceu como o “Trem das Águas” — uma ferrovia técnica destinada ao transporte de materiais para a construção de reservatórios e manutenção de adutoras — logo revelou sua vocação social. Em 15 de janeiro de 1883, a Rio D’Ouro inaugurou oficialmente o transporte de passageiros, conectando a Ponta do Caju a localidades distantes como o Engenho do Mato e as represas da Serra do Tinguá. O apito da locomotiva rompeu o silêncio das antigas chácaras, trazendo trabalhadores, mercadorias e uma nova dinâmica urbana que antecipava o fim da era bucólica⁹.



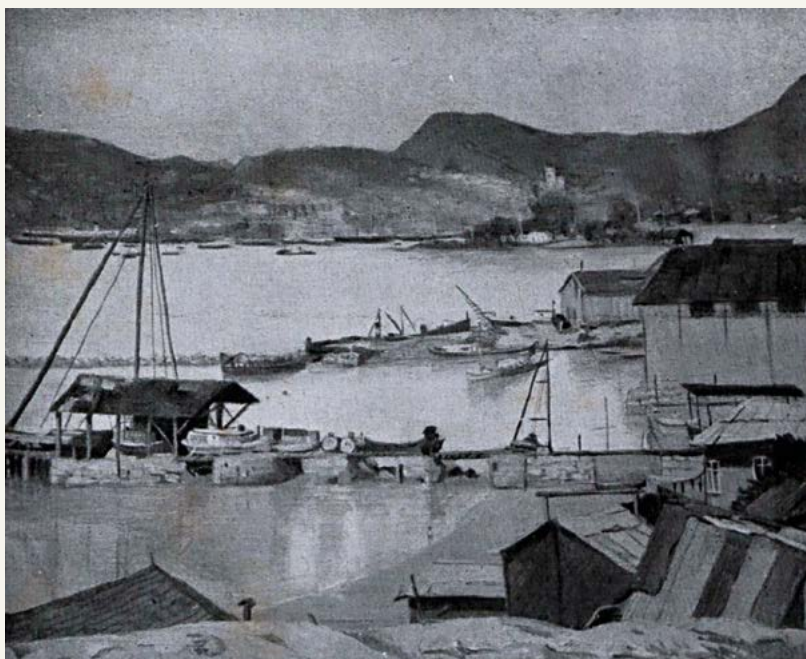
Com o passar das décadas, a Estrada de Ferro Rio D’Ouro foi incorporada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, nos anos 1920, tornando-se um ramal vital para o subúrbio carioca até sua erradicação parcial na década de 1960¹⁰. No entanto, o legado ferroviário do Caju não desapareceu; ele se adaptou. A linha férrea que ainda hoje corta o bairro, operada pela empresa MRS Logística, é a

⁹ SILVA, R. C. B. da. *O dilema do trem das águas...* Niterói: UFF, 2021.

¹⁰ HONORATO, Cezar; RIBEIRO, Luiz Cláudio; MANTUANO, Thiago. The Coal Economy in Brazil (1850–1889). In: HONORATO, Cezar; HIDALGO, Daniel Castillo (org.). **Fuelling the World Economy**. Londres: Palgrave MacMillan, 2023. cap. 8, p. 149-185.

herdeira direta dessa tradição. Onde antes passavam os canos d'água e os trens de subúrbio, hoje circulam pesadas composições de carga que conectam o Porto do Rio de Janeiro ao interior do país, mantendo o Caju como um nó essencial na engrenagem econômica nacional¹¹.

A chegada da ferrovia foi o primeiro grande golpe na paisagem imperial. As praias de areias brancas começaram a ser cercadas por oficinas, depósitos de carvão e estaleiros. O Caju deixava de ser apenas um destino de lazer para se tornar o motor industrial da cidade, um palco onde a modernidade, com todo o seu peso e fuligem, anunciava que o tempo dos imperadores estava chegando ao fim.



Ponte do Rio D'Ouro — Caju. Pintura de Olga Mary. Anuário Brasileiro de Literatura. 1938-39.

11 MRS. [S. L.], c2026. Site. Disponível em: <https://www.mrs.com.br/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

REVISTA ILUSTRADA

CORTE

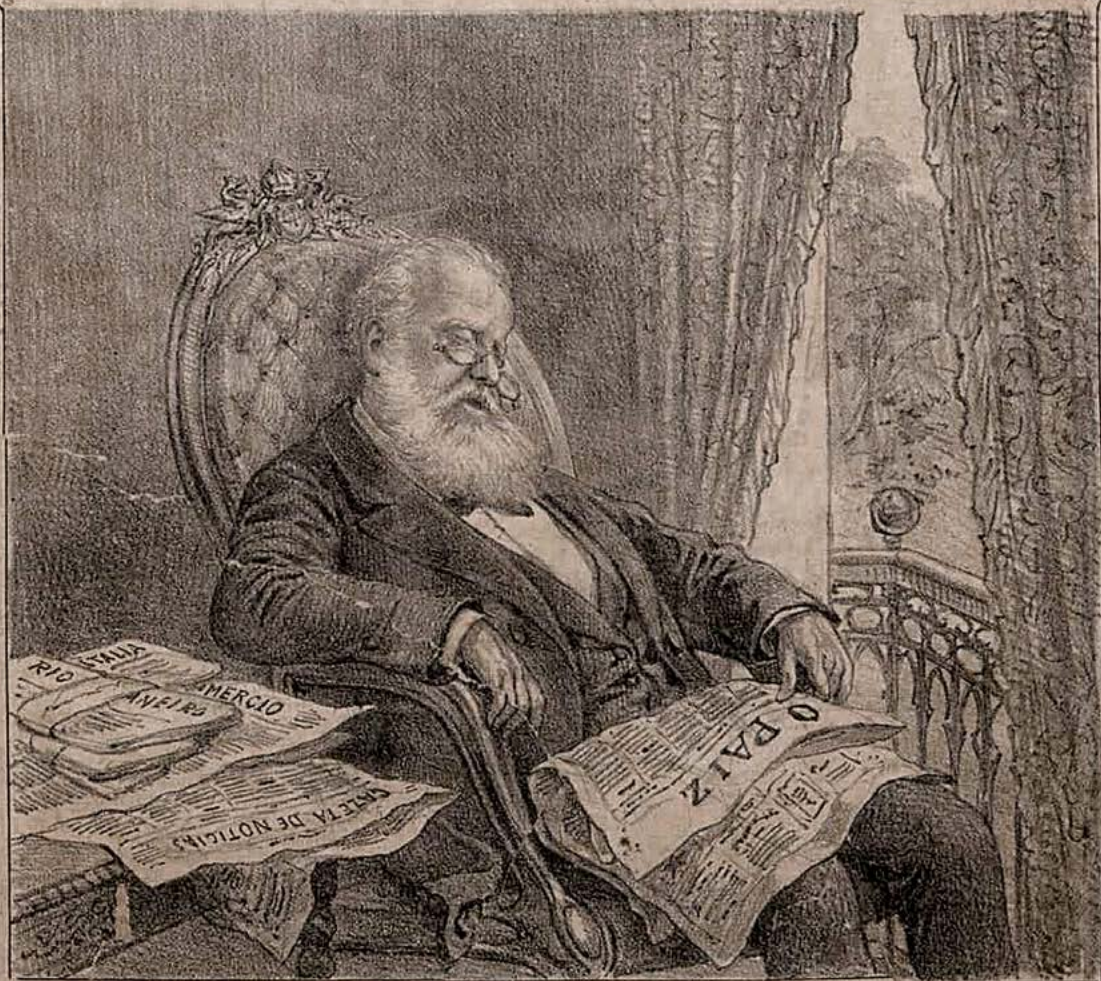
ANNO	16 \$000
SEMESTRE	9 \$000
TRIMESTRE	5 \$000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.

A correspondência e reclamações devem ser dirigidas
À RUA DE GONÇALVES DIAS, Nº 50, SOBRADO.

PROVINCIAS

ANNO	20 \$000
SEMESTRE	11 \$000
AVULSO	1 \$000



El Rey, nosso Senhor e amo, dorme o sono da... indiferença.
Os jornaes que diariamente tra... os desmandos desta situação, parecem produzir em
S. M. o effeito de um narcotico.
emaventurador Senhores! Para vo... do Céo e por vosso povo... do inferno!

A Colônia de Pesca: tradição, festas e o ocaso de uma atividade

Enquanto o progresso industrial e ferroviário redesenhava os contornos da Ponta do Caju — a planta da página anterior, feita apenas oito dias após a deposição de D. Pedro II, é testemunha disso —, uma outra face do bairro, contraditoriamente, resistia, ancorada nas águas da Baía de Guanabara — onde o tempo parecia obedecer apenas ao ritmo das marés. Para o leitor que busca visualizar o Caju do final do século XIX e início do XX, é preciso imaginar um cenário de contrastes profundos: de um lado, a fuligem das locomotivas e o som metálico das oficinas; do outro, o balanço suave das canoas de voga e o cheiro penetrante de maresia que emanava das redes de algodão estendidas ao sol. A presença dos pescadores no Caju é secular, mas foi na transição para o século XX que essa comunidade ganhou contornos de uma verdadeira vila dentro da cidade, um núcleo de resistência cultural que as páginas da revista *A Voz do Mar* descreveriam, décadas depois, como um dos pilares da identidade marítima carioca. A região, que em tempos imperiais fora o refúgio da Corte, passou a ser carinhosamente chamada por nomes que refletiam sua nova realidade popular — como a “Quinta dos Pescadores”, um título que subvertia a nobreza do passado em favor da dignidade do trabalho braçal. Registros da revista *O Malho* de 10 de novembro de 1928 e da revista *O Cruzeiro* de 23 de setembro de 1944 resgata essa atmosfera com uma vivacidade impressionante, detalhando como os antigos jardins imperiais deram lugar a um labirinto de casebres que pareciam brotar da própria areia e do mar.

A vida na Colônia de Pesca era marcada por uma simplicidade rústica e uma organização social que a revista *A Voz do Mar* frequentemente exaltava como exemplo de cooperação. Os pescadores, muitos deles descendentes de famílias que já habitavam a orla de São Cristóvão e do Caju há gerações, erguiam suas moradias rente à linha d’água, utilizando materiais que a própria natureza ou os descartes da cidade ofereciam. Eram construções de pau a pique ou madeira, cercadas por varais onde secavam não apenas as redes, mas também as roupas e as esperanças de quem dependia exclusivamente do que a baía provia. O cotidiano começava muito antes do primeiro raio de sol, com o lançamento das redes de cerco e das tarrafas em busca de tainhas, corvinas e camarões, que ainda abundavam nas águas então límpidas da Guanabara. A técnica era artesanal, passada de pai para filho sob a sombra dos cajueiros que ainda resistiam ao avanço do concreto, criando um saber tradicional que unia o homem ao mar de forma quase

simbiótica. Essa comunidade não era apenas um agrupamento de trabalhadores; era um núcleo onde a solidariedade definia a sobrevivência, desde o conserto coletivo das embarcações até a partilha do pescado nos dias de pouca sorte. Era a República do Peixe.



O ápice da vida social e espiritual na colônia ocorria em junho, com as celebrações ao padroeiro dos pescadores, um evento que transformava a Ponta do Caju no coração religioso da cidade. A Festa de São Pedro era descrita pelas crônicas da época como um espetáculo de cores e fé que desafiava a cinzenta paisagem industrial. A imagem mais vívida que as fontes nos legara é a da procissão marítima: dezenas de barcos engalanados com bandeirolas coloridas e flores partindo da orla do Caju em um cortejo que serpenteava as águas da baía. O som dos foguetes e dos cânticos religiosos misturava-se ao barulho das ondas enquanto a imagem do santo era levada em triunfo, pedindo proteção para as próximas jornadas e fartura para as redes. Em terra, a festa estendia-se por dias,

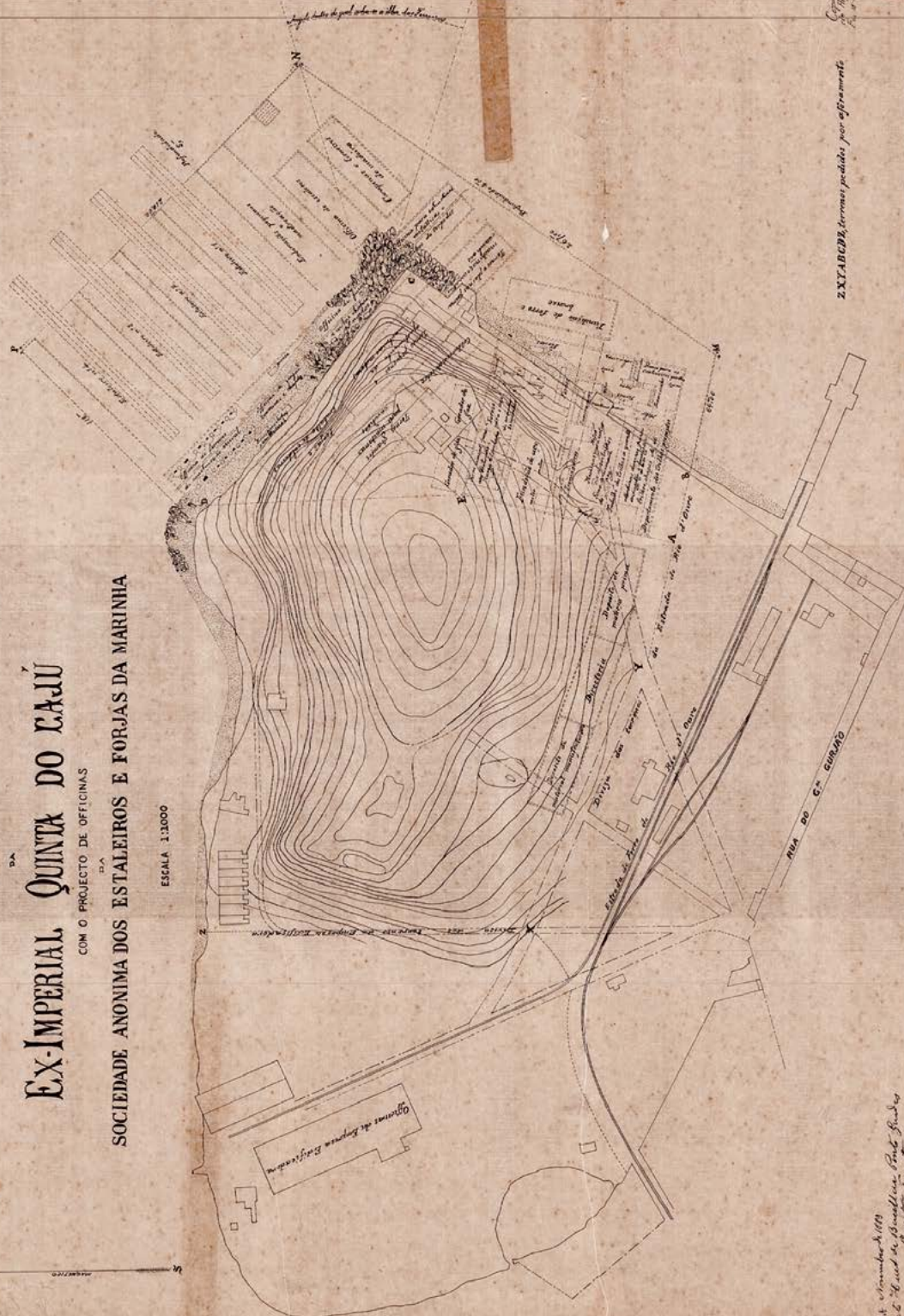
com fogueiras monumentais, o levantamento do mastro de São Pedro e bailes que varavam a madrugada ao som de sanfonas e violões. Era o momento em que a dureza do trabalho dava lugar à celebração da tradição, reafirmando o Caju como um lugar onde a cultura popular pulsava com uma força que nem mesmo a “queda” do regime imperial fora capaz de apagar.



Box of tissues 23 to 24 March 1887
Chenille Knot or Phylla. 2000 ft.
Cape toe. 1000 ft.

Ex-Imperial Quinta do Casajú
com o projecto de officinas
da
Sociedade Anonima dos Estaleiros e Forjas da Marinha

ESCALA 1:1000



2. XYABCDZ, terrenos pedidos por afirmante

4/10 28.4 November 4, 1899
Quincy, Mass. to B. & O. R. R. to Boston
Quincy, Mass. to B. & O. R. R. to Boston

Infelizmente, o mesmo progresso que trouxe a ferrovia e o porto começou a cobrar um preço alto demais para essa comunidade. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o avanço implacável dos aterros portuários e a crescente poluição industrial iniciaram o lento sufocamento da atividade pesqueira. As praias de areias brancas, onde as redes eram lançadas e as crianças brincavam entre as canoas, foram desaparecendo sob toneladas de terra e concreto para dar lugar a armazéns e cais. A revista *A Voz do Mar*, em edições dos anos 1940, já trazia um tom de lamento ao descrever a luta dos pescadores do Caju para manterem suas tradições em um ambiente cada vez mais hostil. O ocaso da pesca não foi um evento súbito, mas uma agonia gradual; os pescadores viram suas áreas de trabalho serem restringidas e a qualidade da água declinar drasticamente com o despejo de resíduos das fábricas vizinhas. O que antes era um “mar de fartura” tornou-se um corredor logístico, e os antigos casebres foram sendo engolidos pela expansão urbana. Hoje, a memória dessa colônia sobrevive em poucos remanescentes e nas páginas amareladas das revistas que registraram o tempo em que o Caju ainda era, acima de tudo, um lugar de pescadores e de sonhos lançados ao mar, um testemunho de um Rio de Janeiro que se perdeu entre o ferro da modernidade e a voz do mar que insiste em não se calar.



HOSPITAL DE S. SEBASTIÃO.

Escalada 400

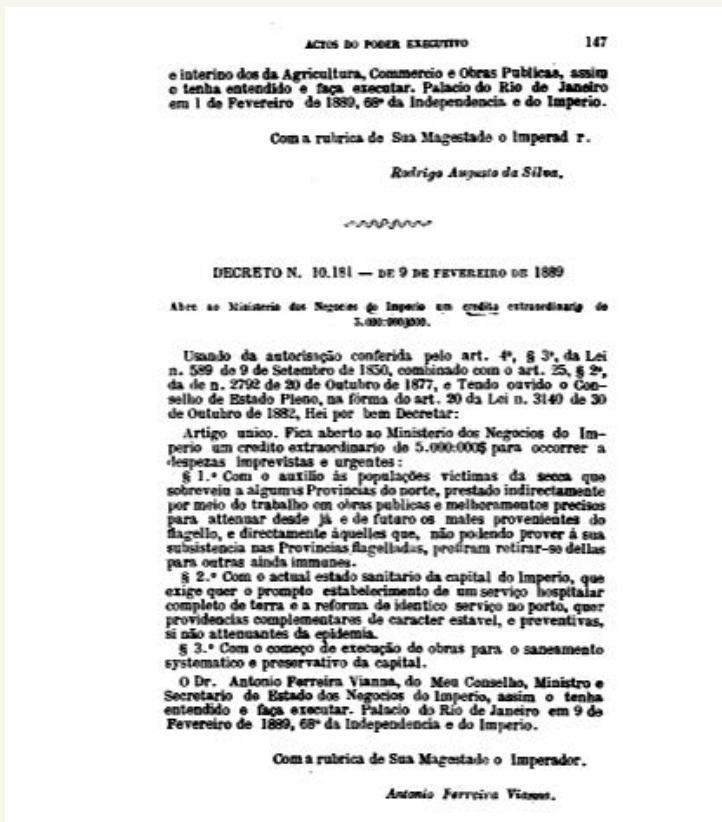


LEGENDA

- | | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|
| 1. Casa principal | 2. Casa de banho | 3. Casa de banho | 4. Casa de banho | 5. Casa de banho | 6. Casa de banho | 7. Casa de banho | 8. Casa de banho | 9. Casa de banho | 10. Casa de banho | 11. Casa de banho | 12. Casa de banho | 13. Casa de banho | 14. Casa de banho | 15. Casa de banho | 16. Casa de banho | 17. Casa de banho | 18. Casa de banho | 19. Casa de banho | 20. Casa de banho | 21. Casa de banho | 22. Casa de banho | 23. Casa de banho | 24. Casa de banho | 25. Casa de banho | 26. Casa de banho | 27. Casa de banho | 28. Casa de banho | 29. Casa de banho | 30. Casa de banho | 31. Casa de banho | 32. Casa de banho | 33. Casa de banho | 34. Casa de banho | 35. Casa de banho | 36. Casa de banho | 37. Casa de banho | 38. Casa de banho | 39. Casa de banho | 40. Casa de banho | 41. Casa de banho | 42. Casa de banho | 43. Casa de banho | 44. Casa de banho | 45. Casa de banho | 46. Casa de banho | 47. Casa de banho | 48. Casa de banho | 49. Casa de banho | 50. Casa de banho | 51. Casa de banho | 52. Casa de banho | 53. Casa de banho | 54. Casa de banho | 55. Casa de banho | 56. Casa de banho | 57. Casa de banho | 58. Casa de banho | 59. Casa de banho | 60. Casa de banho | 61. Casa de banho | 62. Casa de banho | 63. Casa de banho | 64. Casa de banho | 65. Casa de banho | 66. Casa de banho | 67. Casa de banho | 68. Casa de banho | 69. Casa de banho | 70. Casa de banho | 71. Casa de banho | 72. Casa de banho | 73. Casa de banho | 74. Casa de banho | 75. Casa de banho | 76. Casa de banho | 77. Casa de banho | 78. Casa de banho | 79. Casa de banho | 80. Casa de banho | 81. Casa de banho | 82. Casa de banho | 83. Casa de banho | 84. Casa de banho | 85. Casa de banho | 86. Casa de banho | 87. Casa de banho | 88. Casa de banho | 89. Casa de banho | 90. Casa de banho | 91. Casa de banho | 92. Casa de banho | 93. Casa de banho | 94. Casa de banho | 95. Casa de banho | 96. Casa de banho | 97. Casa de banho | 98. Casa de banho | 99. Casa de banho | 100. Casa de banho |
|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|

O último ato de Pedro II: a inauguração do Hospital São Sebastião

O ano de 1889 amanheceu sob o peso de uma atmosfera sufocante no Rio de Janeiro, não apenas pelo calor tropical, mas pelas crises que sitiavam o trono. Enquanto a capital do Império se expandia, as epidemias de febre amarela, varíola e cólera-morbo tornavam-se visitantes assíduas e letais, manchando a imagem do Brasil no exterior como um “porto maldito”¹². Foi nesse cenário de urgência sanitária que D. Pedro II, já envelhecido e com a saúde debilitada, decidiu erguer na Ponta do Caju um baluarte contra a morte: o Hospital São Sebastião¹³.



- 12 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1970). [S. l., 20--]. Site. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 21 abr. 2026.
- 13 PORTO, Ângela *et al.* **História da saúde no Rio de Janeiro:** instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

A escolha do local não foi aleatória. A Ponta do Caju, situada na Praia do Retiro Saudoso, oferecia o isolamento necessário para o tratamento de doenças infectocontagiosas, longe do adensamento populacional do centro, mas acessível pela Baía de Guanabara e pela recém-instalada Estrada de Ferro Rio D'Ouro¹⁴,¹⁵. O projeto, autorizado pelo *Decreto n.º 10.181, de 1.º de fevereiro de 1889*, previa um complexo de pavilhões hospitalares modernos, inspirados nos modelos europeus de higiene e ventilação¹⁶.

A data de 9 de novembro de 1889 ficaria marcada na história por um contraste quase surreal. Enquanto a elite imperial se preparava para o fausto do Baile da Ilha Fiscal, que seria o último grande evento da Monarquia, o imperador dirigia-se ao Caju para cumprir o que seria seu derradeiro ato oficial de relevância social. Acompanhado pela Família Imperial e por ministros como o Visconde de Ouro Preto, Pedro II inaugurou o hospital que deveria ser o símbolo de um novo tempo para a saúde pública¹⁷.

Os bastidores que antecederam aquele 9 de novembro revelavam um imperador que, embora fisicamente exausto, mantinha uma lucidez quase profética sobre a urgência de sua missão no Caju. Nos dias anteriores, o gabinete do Visconde de Ouro Preto fervilhava não apenas com os preparativos para o Baile da Ilha Fiscal — que mais à frente descreverei —, mas com relatórios alarmantes sobre a insalubridade da capital e a pressão internacional para que o Brasil adotasse medidas sanitárias rigorosas. Pedro II, em suas conversas privadas e anotações, demonstrava que a entrega do hospital era uma prioridade que transcendia as

14 PORTO, Ângela *et al.* **História da saúde no Rio de Janeiro**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

15 NASCIMENTO, Fernanda Teles Moraes do. **IV Congresso Médico Latino-Americano (1909)**: proposições e desdobramentos para o desenvolvimento da enfermagem brasileira. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgenf/dissertacoes/dissertacoes-ppgenf-unirio-ano-2011/dissertacao-fernanda-teles>. Acesso em: 23 abr. 2026.

16 MARTINS, Ana Claudia Aymoré; RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; FREITAS, José Marcos Paula Pessoa. “Nunca S. Sebastião esteve assim”: As representações de uma epidemia de varíola no conto “A peste” (1910), de João do Rio. *Navegações*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. e43689, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/43689>. Acesso em: 21 abr. 2026.

17 RODRIGUES, Valéria de Almeida. **Os primórdios da enfermagem pré-profissional em doenças transmissíveis**: o caso do Hospital Sanatório São Sebastião, 1889-1899. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/10912?show=full>. Acesso em: 23 abr. 2026.

festividades da Corte; para ele, o São Sebastião era um compromisso moral com a população mais pobre, a mais atingida pelas epidemias e a que menos tinha voz nos salões palacianos.

Enquanto as carruagens eram polidas para o baile, o imperador dedicava-se a revisar os últimos detalhes técnicos dos pavilhões de isolamento, conferenciando com médicos e engenheiros sobre a eficácia da ventilação e a disposição das enfermarias. Havia uma tensão silenciosa no ar: o contraste entre o brilho efêmero da Ilha Fiscal e a realidade crua da Praia do Retiro Saudoso não passava despercebido pelos observadores mais atentos. Para Pedro II, a inauguração era um escudo contra o esquecimento e a negligência, um último esforço para provar que a Monarquia ainda possuía a vitalidade necessária para cuidar de seus súditos, mesmo quando as sombras da conspiração republicana já se projetavam longas sobre os jardins da Quinta da Boa Vista^{18, 19}.

Contudo, nos bastidores, o cenário era de conspiração. Enquanto o Imperador dedicava suas últimas energias ao hospital e ao saneamento, nomes como Benjamin Constant e o marechal Deodoro da Fonseca articulavam nos quartéis a deposição do regime. O povo, embora nutrisse um carinho melancólico pela figura do “velho monarca”, assistia aos acontecimentos com uma mistura de anseio por mudanças e incerteza sobre o futuro republicano. Ao lado de Pedro II, até o fim permaneceram aliados fiéis como o Conde d’Eu e a princesa Isabel, que tentavam, em vão, sustentar um trono que já ruía sob o peso do positivismo e do descontentamento militar.

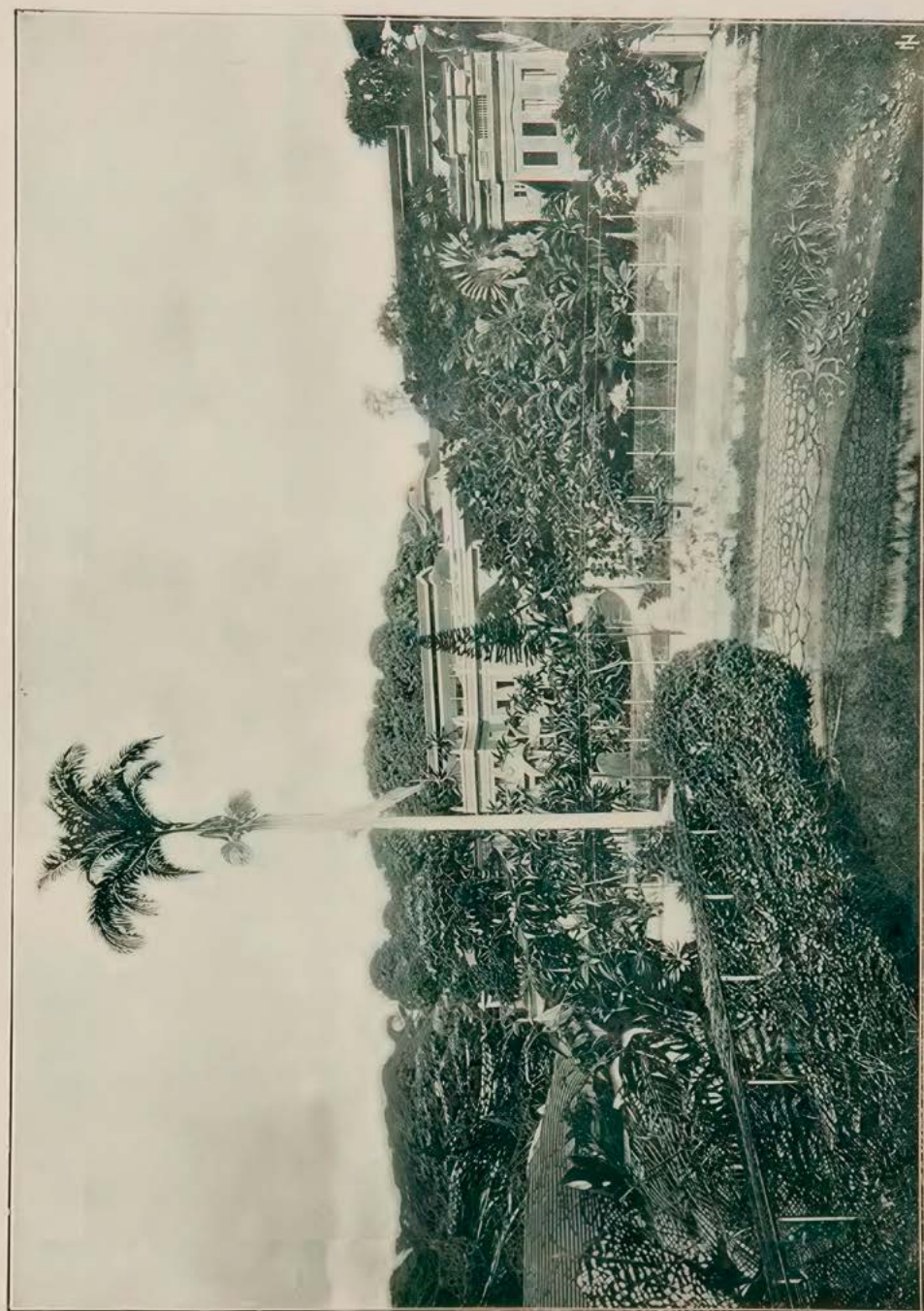
A inauguração do Hospital São Sebastião foi, portanto, um ato de profunda humanidade em meio ao caos político. Foi o último presente de um monarca intelectual à sua capital, um legado que sobreviveria à própria queda do Império, tornando-se, décadas depois, um centro de referência mundial em infectologia sob a liderança de nomes como Oswaldo Cruz. No Caju, o silêncio dos pavilhões recém-inaugurados contrastava com o barulho das botas militares que, apenas seis dias depois, marchariam para proclamar a República.

18 NEVES, Leonardo Souza das. **A ocupação Vila dos Sonhos entre memórias e esquecimentos**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

19 BENCHIMOL, Jaime Larry. Febre amarela e a instituição da microbiologia no Brasil (1821-1917). In: ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (História e Saúde, p. 56-97).



Fotografia do Pavilhão Clementino Fraga, Hospital São Sebastião. Augusto Malta (s/d).



HOSPITAL S. SEBASTIÃO

• Vista geral



O brinde da Ilha Fiscal é o amargoso do mil conversações.



Então se preparam para n'ella fazer brilhaturas,



inclusive a guarda nacional



que deixa a elegancia hominulo gerar atencões.



Suffocam-se, ficam-se vedando a sandwich no meio de tanta gente!



Alguns episodios da dita guarda: Com plena conquista...



Tomando

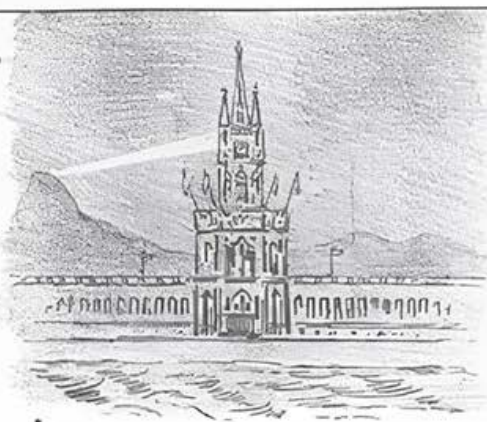


Infelizmente, D. Lucinda não quer comprehender o que seja a caridade christã e lança anathemas sobre a memoria respeitavel de Viriã da Silva.

Nós que o conhecemos, sabemos a resposta elle precieva. Ah! pobre d'innuado!



naquele altar-



Eis ali a illa encarnação dos seus sonhos!



As comissões de recepção não tinham... bracos a medir.



posições.



Um sarilho de todos os diabos, e acabou-se...



Deixa estar que não perderás por esperar.



Por ora, só dizemos com o povo: Vai pregar a outra frequência!...

O baile e o lazareto: contrastes de uma monarquia em agonia

Para o leitor que busca compreender a “queda” que este capítulo narra, não há imagem mais poderosa do que o abismo que se abriu no Rio de Janeiro na noite de 9 de novembro de 1889. De um lado, o brilho das joias e o som das valsas na Ilha Fiscal; do outro, o silêncio pesado e o cheiro de desinfetante nos pavilhões recém-inaugurados do Hospital São Sebastião, no Caju. Esse contraste não era apenas geográfico, mas o retrato fiel de uma monarquia que tentava equilibrar-se entre o fausto de uma aristocracia em declínio e a realidade crua de uma capital assolada por epidemias^{20, 21}.

O Baile da Ilha Fiscal, oferecido pelo Visconde de Ouro Preto em homenagem aos oficiais do navio chileno *Almirante Cochrane*, foi planejado para ser a demonstração definitiva da vitalidade do Império. Enquanto as 500 mil pessoas que não receberam convite tornavam-se, nas palavras de cronistas da época, “inimigas do regime”, os salões do palacete neogótico fervilhavam com o que havia de mais sofisticado na Corte^{22, 23}. No entanto, a poucas milhas dali, na Praia do Retiro Saudoso, o imperador D. Pedro II acabara de entregar à nação um “lazareto” moderno, um hospital de isolamento que deveria ser o escudo contra a febre amarela e a varíola. O contraste era gritante: enquanto se brindava com champanhe na ilha, no Caju preparavam-se os leitos para aqueles que a sociedade preferia manter longe dos olhos, mas que eram o reflexo direto da negligência sanitária de décadas²⁴.

20 SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

21 RODRIGUES, Valéria de Almeida. **Os primórdios da enfermagem pré-profissional em doenças transmissíveis**: o caso do Hospital Sanatório São Sebastião, 1889-1899. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/10912?show=full>. Acesso em: 23 abr. 2026.

22 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: Museu Imperial, 1941. v. 2.

23 WANDERLEY, Andrea Camara Tenório. **O Baile da Ilha Fiscal: registro raro realizado por Marc Ferrez e retrato de Aurélio de Figueiredo diante de sua obra**. [S. l.]: Brasiliana Fotográfica, 2020.

24 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1970). [S. l., 20--]. Site. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

Os bastidores dessa noite revelam uma elite alienada, que dançava sobre um vulcão prestes a entrar em erupção. Machado de Assis, em sua obra *Esau e Jacó*, capturaria anos depois essa atmosfera de Terpsícore²⁵, a deusa grega da dança; é considerada a musa que transforma silêncio e sonhos em movimento, inspirando a expressão corporal através do ritmo, a musa que parecia ignorar os passos de marcha que já ecoavam nos quartéis²⁶. Para os moradores do Caju, pescadores e trabalhadores ferroviários, o brilho das luzes da Ilha Fiscal era um reflexo distante e inalcançável, enquanto a presença do novo hospital trazia uma mistura de alívio e medo. O hospital era o progresso, mas era também o lembrete constante da fragilidade da vida naquelas praias²⁷.

A agonia da Monarquia manifestava-se nessa dualidade: um governo que inaugurava hospitais de ponta no Caju, mas que perdia o controle político para uma conspiração que já não se escondia. O Baile da Ilha Fiscal foi, em última análise, o “canto do cisne” de um regime que, ao tentar brilhar mais forte do que nunca, acabou por revelar suas sombras mais profundas. Seis dias depois, o silêncio do Hospital São Sebastião seria interrompido não por valsas, mas pelo anúncio de que o Império, com todo o seu luxo e suas boas intenções sanitárias, chegara ao fim²⁸.



Convite pessoal e intransferível para o Baile na Ilha Fiscal. <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/ingresso.jpg>. Acesso em: 29/03/2026

25 *Terpsikhórê*.

26 MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esau e Jacó**. São Paulo: Martin Claret, 2022. cap. XLVIII.

27 NEVES, Leonardo Souza das. **A ocupação Vila dos Sonhos entre memórias e esquecimentos**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/20469>. Acesso em: 23 abr. 2026.

28 MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

O Governo Provisório, Rui Barbosa e o espólio dos bens imperiais

O Último Baile



O leitor conseguiria, por acaso, imaginar a atmosfera de uma festa que se recusa a terminar, mesmo quando as luzes já começam a vacilar e o amanhecer traz consigo uma realidade implacável? O Baile da Ilha Fiscal, ocorrido na noite de 9 de novembro de 1889, foi precisamente esse últi-

mo suspiro de uma monarquia que, embora cercada de luxo e pompa, já não conseguia esconder as rachaduras em seus alicerces. Como já mencionado no capítulo anterior, a celebração concentrou a alta sociedade da Corte em um ambiente cuidadosamente concebido para exibir sofisticação e modernidade: o palacete neogótico da Alfândega, resplandecente com milhares de lâmpadas elétricas — símbolo do progresso técnico que contrastava com a fragilidade política do regime em seus momentos finais. Enquanto D. Pedro II circulava entre os convidados, visivelmente cansado e alheio às conspirações que fervilhavam nos quartéis, o destino do regime era selado em conversas de pé de ouvido e brindes que soavam mais como despedidas do que como celebrações. O imperador era, de fato, uma ameaça por sua forte popularidade e apoio do povo. A ironia histórica é cortante: o baile que deveria demonstrar a solidez e o prestígio da Coroa acabou por se tornar o símbolo definitivo de sua desconexão com os novos tempos, um “canto do cisne” coreografado em meio a sedas, diamantes e o som de valsas e tilintar das taças de vinho.

A ressaca desse evento não foi apenas física, mas profundamente política e institucional, desdobrando-se em uma sucessão de fatos que culminariam na manhã de 15 de novembro. O marechal Deodoro da Fonseca, figura central e relutante, foi impelido por uma mistura de ressentimentos pessoais e pressões de oficiais mais jovens, como Benjamin Constant, a liderar o movimento que deporia o gabinete do Visconde de Ouro Preto. O que começou como uma revolta militar contra um ministério específico rapidamente se transformou na proclamação de um novo regime, quase sem resistência e sob o olhar atônito de uma população que, segundo o famoso relato do jurista Aristides Lobo, assistiu a tudo “bestializada”, acreditando tratar-se de uma parada militar¹. A transição foi marcada por uma pressa quase febril; o Governo Provisório foi instituído ainda no dia 15, e a Família Imperial, que se encontrava em Petrópolis, foi notificada de que deveria deixar o país em 24 horas. O silêncio que se seguiu à queda da Monarquia foi preenchido pelo som das botas militares e pela caneta de Rui Barbosa, que já começava a redigir os primeiros decretos da República, enquanto o imperador, em um gesto de resignação que beirava a apatia, preparava-se para o exílio, levando consigo apenas a saudade e um punhado de terra brasileira².

1 LOBO, Aristides. A República no Brasil. **Diário Popular**, São Paulo, 15 de novembro de 1889. Transcrição disponível em: <https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/>

2 CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

A partida da Família Imperial, na madrugada de 17 de novembro, foi um episódio carregado de melancolia e simbolismo, executado sob o manto da escuridão para evitar manifestações populares que pudessem desestabilizar o novo governo. Dom Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina e seus familiares foram conduzidos ao cais do Arsenal de Marinha e embarcados no vapor *Alagoas*, sob escolta militar. O relato do Visconde de Taunay e de outros presentes descreve um imperador envelhecido, que se recusava a demonstrar rancor, mas cujos olhos traíam a dor de ser expulso da terra que governara por quase meio século. A pressa imposta pelo Governo Provisório, sob a justificativa de garantir a segurança dos exilados, era na verdade uma estratégia para consolidar o fato consumado e evitar que a figura do monarca servisse de polo de atração para contragolpes³. No Rio de Janeiro, a transição para a República não foi apenas uma mudança de regime, mas uma reconfiguração radical do espaço público e da memória nacional; os símbolos imperiais começaram a ser removidos ou ocultados, e o Paço Imperial, outrora centro do poder monárquico, foi rapidamente ocupado pelas novas autoridades republicanas, simbolizando o fim de uma era e o início de um período de incertezas e transformações profundas.

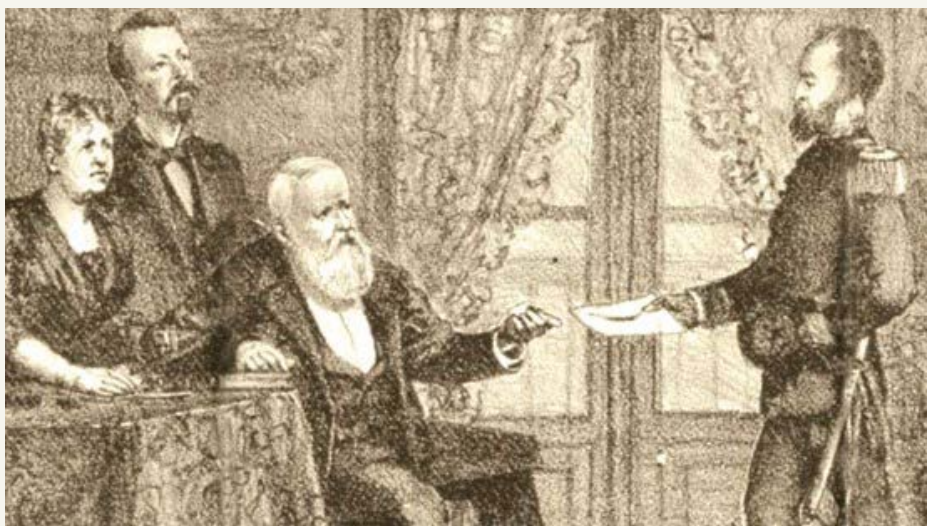
O rescaldo imediato da Proclamação trouxe consigo uma atmosfera de vigilância e a necessidade urgente de legitimação para o Governo Provisório, que se via diante do desafio de governar um país vasto e heterogêneo sem o respaldo da tradição monárquica. Rui Barbosa, assumindo o Ministério da Fazenda e a vice-presidência do governo, tornou-se o arquiteto intelectual da nova ordem, redigindo decretos que iam desde a mudança da bandeira até a separação entre Igreja e Estado⁴. No entanto, nos bastidores do poder, começavam a circular rumores inquietantes sobre o destino dos bens da Família Imperial e a integridade dos arquivos que documentavam as transações do antigo regime. A elite republicana, composta por militares e civis com visões divergentes sobre o futuro do Brasil, via-se em uma corrida contra o tempo para apagar os vestígios da “velha ordem” e estabelecer uma narrativa que justificasse a ruptura. A cidade do Rio de Janeiro — palco principal desses acontecimentos — transformou-se em um laboratório político onde a euforia da mudança convivia com o medo da repressão e a curiosidade sobre o que aconteceria com o vasto patrimônio deixado para

3 SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

4 TAUNAY, Visconde de. **O Império e a República**: notas e recordações. Rio de Janeiro: Edições do Senado Federal, 2004.

trás pela Coroa, incluindo propriedades emblemáticas como a Quinta do Caju e o Palácio de São Cristóvão.

Por fim, é fundamental compreender que o “crepúsculo da Monarquia! não foi um evento isolado, mas o resultado de um longo processo de erosão das bases de sustentação do Império, que perdeu o apoio da Igreja, do Exército e dos grandes proprietários de terras após a abolição da escravidão. O Baile da Ilha Fiscal foi apenas a moldura dourada de um quadro que já estava em decomposição. A transição para a República, embora apresentada como um avanço democrático, foi conduzida por uma elite que temia a participação popular e que buscou, desde os primeiros dias, controlar a narrativa histórica através da gestão e, por vezes, da destruição de documentos e registros. Ao iniciarmos este capítulo, caro leitor, convido-o a olhar para além da superfície dos eventos oficiais e a mergulhar nas sombras desse período de transição, em que as decisões tomadas em gabinetes fechados e os rumores de queima de arquivos revelam as tensões de um Brasil que tentava nascer sobre os escombros de um passado que se recusava a desaparecer completamente.



Pedro II recendo a notícia da deposição do Império. Silveira, Urias Antonio da, - p. 72. Ed. Laemmert. Rio de Janeiro, 1890.



DECRETOS
DO
GOVERNO PROVISORIO
DA
REPUBLICA
DOS
ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

PRIMEIRO FASCICULO

15 de novembro a 31 de dezembro de 1889



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL
1890

A instituição do Governo Provisório e a Nova Ordem (1889-1890)

A instituição do Governo Provisório, nas horas que se seguiram ao 15 de novembro de 1889, não foi apenas uma mudança de comando, mas o início de uma operação cirúrgica para extirpar os símbolos da monarquia e consolidar uma nova ordem que ainda tateava em busca de identidade. O marechal Deodoro da Fonseca, alçado à chefia do Estado pelo *Decreto nº 1*, viu-se cercado por um ministério que misturava o pragmatismo militar com o idealismo positivista e liberal, tendo em Rui Barbosa o seu principal arquiteto jurídico e administrativo⁵. A urgência era a tônica dos primeiros atos: era preciso convencer o mundo e, sobretudo, os brasileiros, de que a República era um fato consumado e irreversível. O Paço Imperial, que por décadas fora o coração pulsante da liturgia monárquica, foi rapidamente ocupado pelas novas autoridades, simbolizando a transição física do poder. As salas onde D. Pedro II despachava e recebia súditos foram convertidas em gabinetes de trabalho para uma burocracia republicana que nascia sob o signo da pressa, enquanto os retratos dos antepassados de Bragança eram removidos ou cobertos, dando lugar aos novos emblemas da nação que Rui Barbosa se apressava em regulamentar através de decretos que redesenhariam a face institucional do Brasil⁶. Essa ocupação não era apenas logística, mas um ato de posse simbólica da história nacional, em que o novo regime tentava se legitimar ocupando os espaços físicos do antigo poder, transformando o “sagrado” monárquico em “público” republicano sob o olhar atento de uma população que assistia a tudo com uma mistura de curiosidade e temor⁷.

A nova ordem republicana manifestou-se de forma imediata na reconfiguração do patrimônio que outrora pertencia à Coroa ou à Família Imperial, agora sumariamente incorporado aos bens da União. O *Decreto nº 2*, de 16 de novembro de 1889, inicialmente tentou prover uma saída digna para a família exilada, concedendo-lhes uma vultosa quantia de 5 mil contos de réis para seu estabe-

5 BRASIL. **Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889**. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1889]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0001.htm. Acesso em: 21 abr. 2026.

6 MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

7 LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência do presidencialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

lecimento no estrangeiro, mas essa aparente benevolência foi curta⁸. A pressão das alas mais radicais do republicanismo e o temor de que esses recursos financiassem uma restauração monárquica levaram o Governo Provisório a endurecer sua postura. Em dezembro do mesmo ano, o *Decreto nº 78-A* não apenas baniu definitivamente D. Pedro de Alcântara e sua família do território nacional, como revogou a doação anterior e determinou o confisco e a liquidação dos bens que a Família possuía no país. Propriedades emblemáticas, como a Quinta do Caju e o Palácio de São Cristóvão, deixaram de ser refúgios privados da realeza para se tornarem ativos do Estado, sujeitos a inventários rigorosos e a uma nova lógica de utilidade pública que visava apagar o caráter exclusivo detido por essas áreas durante o Império. O confisco não foi apenas financeiro, mas uma tentativa deliberada de desarticular as bases materiais de sustentação da dinastia deposta, forçando o apagamento de sua presença física no território brasileiro.



Paço de São Cristóvão, de Augusto Stahl. Lago, Bia Corrêa do; Corrêa do Lago, Pedro. *Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 106.
Augusto Stahl (1828–1877)

Rui Barbosa, no exercício de sua influência multifacetada como Ministro da Fazenda e da Justiça, foi o mentor de uma série de reformas que visavam mo-

8 BRASIL. **Decreto n.º 78-A, de 21 de dezembro de 1889**. Bane do território o Sr. D. Pedro de Alcântara e sua família, e revoga o decreto n.2, de 16 de novembro de 1889, e estabelece outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1889]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/doo78-a.htm. Acesso em: 21 abr. 2026.

dernizar o Estado, mas que também serviam para desarticular as bases de apoio do antigo regime. A separação entre Igreja e Estado, a instituição do casamento civil e a reforma do ensino foram medidas que, embora progressistas, causaram um profundo choque cultural em uma sociedade profundamente enraizada nas tradições católicas e monárquicas. O Governo Provisório operava em um estado de exceção institucional em que a caneta de Rui Barbosa substituíu o debate parlamentar, produzindo uma avalanche de decretos que buscavam criar, quase por decreto-lei, um cidadão republicano. Essa “nova ordem” era, no entanto, frágil e marcada por tensões internas entre os militares “deodoristas” e os civis liberais — uma disputa de poder que se refletia na forma como os bens e arquivos do Império eram geridos. A apropriação dos espaços que representavam o poder monárquico e imperial carregava forte dimensão política e simbólica, funcionando como uma estratégia de afirmação do novo regime diante da memória ainda recente da monarquia. Nesse contexto, a rapidez com que se buscou regulamentar diferentes esferas da vida nacional revelava a instabilidade de um governo que ainda procurava consolidar sua autoridade perante a sociedade brasileira.

O cenário no Rio de Janeiro entre 1889 e 1890 era de uma efervescência nervosa, em que a população assistia à remoção sistemática de brasões, coroas e nomes de ruas que remetiam à dinastia deposta. O Paço da Cidade e a Quinta da Boa Vista tornaram-se laboratórios de uma nova burocracia que buscava, a todo custo, organizar o caos deixado pela transição abrupta. Deodoro da Fonseca, embora fosse o rosto da República, muitas vezes parecia desconfortável com a velocidade das mudanças impostas por seus ministros — especialmente Rui Barbosa, cuja sanha reformadora não poupava nem mesmo os detalhes mais ínfimos da administração pública. A transformação das propriedades imperiais em bens da União trouxe consigo o desafio de gerir um vasto espólio que incluía desde terras extensas, como as da Ponta do Caju, até coleções de arte e arquivos pessoais da família exilada. O inventário desses bens tornou-se uma ferramenta política, utilizada para expor os gastos da Coroa e justificar a necessidade da República, enquanto, nos bastidores, a nova elite já começava a vislumbrar as possibilidades de uso dessas terras para os projetos de modernização urbana e industrial que marcariam a década seguinte⁹. A vigilância sobre esses bens era

9 DICIONÁRIO da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2014]. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/714-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial-1822-1889>. Acesso em: 21 abr. 2026.

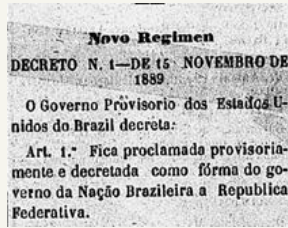
constante, temendo-se que qualquer objeto pudesse servir de relíquia para os saudosistas do regime caído.

A implementação das primeiras medidas republicanas também visava à criação de novos símbolos nacionais que pudessem substituir a iconografia imperial no imaginário popular. O *Decreto nº 4*, de 19 de novembro de 1889, estabeleceu a nova bandeira nacional, mantendo as cores verde e amarela — uma concessão à tradição — mas substituindo o brasão de armas do Império pelo globo azul com o lema positivista “Ordem e Progresso”. Essa mudança visual era acompanhada por um esforço deliberado de reescrever a história recente em que o 15 de novembro era apresentado como uma libertação nacional e D. Pedro II, como um monarca ultrapassado. No Caju, a transição foi sentida de forma peculiar: a Quinta Imperial, que outrora recebia a carruagem do imperador para seus banhos de mar e visitas ao hospital, agora se via sob a guarda de sentinelas republicanas e sujeita às decisões de funcionários que viam naquelas terras apenas números em um balanço patrimonial¹⁰. A nova ordem não tolerava o saudosismo, e qualquer manifestação de simpatia pela Família exilada era vista como um ato de traição contra a pátria que, segundo o discurso oficial, finalmente despertava para a modernidade. O apagamento dos símbolos era, portanto, uma estratégia de sobrevivência política do novo regime.

Por fim, o período de 1889 a 1890 consolidou o Governo Provisório como uma ditadura republicana necessária, na visão de seus defensores, para garantir a estabilidade do novo regime até a promulgação de uma nova Constituição. A figura de Deodoro da Fonseca, embora central, era constantemente desafiada pelas crises econômicas que começavam a despontar no horizonte e pelas divergências sobre o grau de autonomia que os estados deveriam ter. Rui Barbosa, ao redigir a Constituição que seria promulgada em 1891, buscava blindar a República contra o retorno do unitarismo monárquico, mas, ao mesmo tempo, centralizava no Governo Federal o controle dos bens estratégicos da nação, incluindo o espólio imperial. A transição da ordem imperial para a republicana foi, portanto, um processo de apropriação não apenas do poder político, mas do espaço físico e da memória documental do Brasil. O Caju, com sua Quinta e sua história ligada ao “Refúgio das Águas”, tornou-se um dos palcos silenciosos dessa transformação,

10 RODRIGUES, Valéria de Almeida. **Os primórdios da enfermagem pré-profissional em doenças transmissíveis: o caso do Hospital Sanatório São Sebastião, 1889-1899**. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) — Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/10912?show=full>. Acesso em: 23 abr. 2026.

onde o passado era confiscado e o futuro era planejado em gabinetes que ainda guardavam o eco das vozes de um império que se recusava a ser esquecido, apesar de todos os decretos em contrário.



VIDA FLUMINENSE

PERIODICO ILUSTRADO; LITTERARIO E SPORTIVO

Aparece ás Quartas-feiras e aos Sabbados

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 1890



DIRECTOR

Henrique Sepplé

Escreptorio e Redacção

RUA DE CRISTÓVÃO N. 37, 1.º andar

Esquina da Rua do Ouvidor

AGENTES GERAIS

Henri Nicot & C., Ouvidor, 125

Au Petit Journal

ASSIGNATURAS

CAPITAL, trimestre..... 48000

ESTADOS, semestre..... 108000

Avulso: 200 rs.

O escriptorio da Vida Fluminense está aberto todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 5 horas da tarde.



Seja no Polytheama ou no Lyrico, não ha malabarista de fama como seja o que aqui está!

Concentra os nossos olhares recebe palmas tambem; faz prodigios malabares: que a bossa do jogo tem!

As finanças equilibra, tira os bancos a gyrar, até transforma uma libra assim de pernas p'ra o ar!

Das seus trabalhos nas calmas dos seus calculos á vista, o povinho bate palmas a gritar:—A' soca o artista!

Rui Barbosa e o “Encilhamento”: entre a reforma e o caos econômico (1890-1891)

A ascensão de Rui Barbosa ao Ministério da Fazenda, em janeiro de 1890, marcou o início de uma das experiências econômicas mais audaciosas e controversas da história brasileira, fundamentada na crença de que a República precisava de uma base material sólida para se sustentar e modernizar. O **Encilhamento** — termo que remetia à agitação das apostas no Jockey Club — não foi apenas uma crise financeira, mas o resultado de uma política deliberada de expansão monetária e facilitação de crédito que visava substituir o arcaísmo agrário-escravista por uma economia industrial e dinâmica. Rui Barbosa acreditava que a escassez de numerário herdada do Império era um entrave ao progresso e que a emissão de papel-moeda, lastreada em apólices da dívida pública, permitiria o surgimento de novas empresas e a democratização do capital¹¹. No entanto, a execução dessa visão esbarrou em uma realidade de especulação desenfreada, em que a criação de bancos emissores regionais e a falta de mecanismos de controle transformaram o Rio de Janeiro em um imenso balcão de negócios onde fortunas eram feitas e perdidas em transações de papéis que muitas vezes não possuíam qualquer lastro real. A euforia inicial, que viu o surgimento de centenas de companhias fantasmas e uma valorização artificial das ações na Bolsa de Valores, logo deu lugar a uma inflação galopante e a uma desvalorização cambial que corroía o poder de compra da população e ameaçava a estabilidade do próprio Governo Provisório¹².

O impacto do Encilhamento na gestão dos ativos do antigo regime foi profundo, pois a crise financeira impunha uma urgência arrecadatória que colidia com a necessidade de organizar o vasto espólio deixado pela Coroa. Rui Barbosa, ao mesmo tempo em que tentava gerir o caos econômico, via-se diante da tarefa de inventariar e dar destino aos bens da União, muitas vezes utilizando esses ativos como garantia para as operações de crédito que tentavam sustentar a nova ordem. A liquidez tornou-se a palavra de ordem, e a pressão por recursos para cobrir os rombos orçamentários gerados pela crise começou a influenciar a forma como as propriedades imperiais eram vistas: não mais como símbolos de uma tradição a ser preservada, mas como capital imobilizado que precisava

11 MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

12 OLIVEIRA, M. T. A. R. Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. I, n.1, p. 65-87, 1998.

ser convertido em numerário. No Caju, essa lógica manifestava-se na vigilância sobre a Quinta Imperial e nas discussões preliminares sobre as possibilidades de integração desses terrenos aos projetos de expansão urbana e industrial que o Encilhamento, ironicamente, pretendia fomentar. A crise econômica, portanto, acelerou a transição do patrimônio imperial de um estado de “reserva de memória” para o de “ativo de mercado”, criando o ambiente de incerteza e pressa que marcaria as transações obscuras dos anos seguintes¹³. Se o ávido leitor tiver a curiosidade, bondade e paciência de voltar algumas páginas, sendo bom observador, notará a planta com o título *Ex-Imperial Quinta do Caju* e, se for apreciador dos fabulosos casos do personagem Hercule Poirot, de Agatha Christie, ou de Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle, perceberá com que velocidade surgiram planos para transformar o antigo lugar de veraneio da Família Imperial em área industrial.



Cédula de papel-moeda de 1890. <https://pt.numista.com/222802>
Consultado em: 29/03/2026

13 SANCHES, Andréa Telo. **A questão de terras no início da República: o Registro Torrens e sua aplicação.** 2023. Tese (Doutorado em Direito Civil) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-18082023-135806/publico/11386360DIC.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2026.

A reforma bancária de 1890, que dividiu o país em zonas de emissão e permitiu que bancos privados atuassem como autoridades monetárias, foi o motor que alimentou a bolha especulativa e a desordem administrativa. Rui Barbosa defendia que a descentralização do crédito era essencial para o desenvolvimento das províncias, agora transformadas em estados federados, mas a medida acabou por gerar uma anarquia financeira em que cada banco buscava maximizar seus lucros através da emissão descontrolada de papel-moeda. O Rio de Janeiro, como centro financeiro da República, tornou-se o epicentro de uma febre que atingia desde a alta burguesia até pequenos poupadores, todos atraídos pela promessa de ganhos rápidos em um mercado de capitais que operava sem regras claras. Essa desordem refletia-se na própria estrutura do Ministério da Fazenda, que lutava para manter o controle sobre as contas públicas enquanto os decretos de Rui Barbosa tentavam, sem sucesso, conter a inflação e a fuga de capitais. A crise Baring, que abalou os mercados internacionais em 1890, agravou ainda mais a situação brasileira, fechando as portas para o crédito externo e forçando o governo a recorrer a medidas cada vez mais desesperadas para evitar o colapso total da economia nacional¹⁴.

A relação entre Rui Barbosa e o marechal Deodoro da Fonseca deteriorou-se à medida que os efeitos colaterais do Encilhamento se tornavam insustentáveis para a estabilidade política do regime. Deodoro, um militar de formação conservadora, assistia com desconfiança às manobras financeiras de seu ministro, que pareciam criar uma elite de novos ricos enquanto o Exército e o funcionalismo público sofriam com a perda do valor real de seus soldos e salários. Rui Barbosa, por sua vez, via-se como o incompreendido arquiteto de uma modernidade que a velha guarda militar não conseguia alcançar, defendendo sua política econômica em longos manifestos e relatórios que tentavam justificar o caos como um mal necessário para a ruptura definitiva com o passado monárquico¹⁵. A saída de Barbosa do ministério, em janeiro de 1891, não encerrou a crise, mas deixou para seus sucessores, como o Barão de Lucena, o desafio hercúleo de tentar sanear as finanças de um país que havia descoberto, da pior forma possível, os perigos de

14 FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/Bp4t7wsbQfqPV4gZSwv4m4v/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2026.

15 BARBOSA, Rui. **Relatório do Ministro da Fazenda Ruy Barbosa em janeiro de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

um capitalismo sem lastro e de uma República construída sobre a areia movediça da especulação. O Encilhamento deixou um rastro de falências, desemprego e uma profunda desconfiança nas instituições republicanas, que passariam a ser vistas por muitos como um terreno fértil para a corrupção e o favorecimento de grupos econômicos ligados ao poder.

Por fim, é preciso notar que o Encilhamento não foi apenas um fracasso econômico, mas um evento que redefiniu a relação do Estado brasileiro com a propriedade e o capital. A necessidade de “fazer dinheiro” a qualquer custo, imposta pela crise, criou uma cultura de urgência que permeou todas as esferas da administração pública, inclusive a gestão do espólio imperial. As propriedades da Coroa, que durante o Império eram geridas sob uma lógica de perpetuidade e decoro, passaram a ser vistas sob a ótica da oportunidade e da liquidação. No Caju, os rumores de que partes da Quinta poderiam ser vendidas ou loteadas para cobrir dívidas do governo começaram a ganhar corpo nesse período, alimentados pela desordem administrativa e pela falta de transparência que caracterizava o Governo Provisório. O caos econômico serviu de cortina de fumaça para transações que, em tempos de normalidade, seriam impensáveis, e a figura de Rui Barbosa, entre a reforma visionária e o desastre financeiro, tornou-se o símbolo de uma República que tentava nascer grande, mas que se via presa às amarras de uma crise que ela mesma ajudara a criar. O Encilhamento foi, portanto, o batismo de fogo da economia republicana, deixando lições amargas sobre os limites da intervenção estatal e as consequências de se tentar apagar o passado sem antes construir as bases sólidas de um novo futuro.



Rui Barbosa, o Águia de Haia. Machado, Maria Cristina Gomes. Rui Barbosa / Maria Cristina Gomes Machado. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. P. 10

Decisão do Ministro da Fazenda

Decisão s/n.º de 14 de dezembro de 1890

Manda queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão, existentes nas repartições do Ministério da Fazenda.

Rui Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional:

Considerando que a Nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão — a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral;

Considerando, porém, que dessa nódoa social ainda ficaram vestígios nos arquivos públicos da administração;

Considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da Pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1.º Serão requisitados de todas as Tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingenuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta Capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria.

2.º Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da Recebedoria desta Capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da Alfândega desta Capital pelo modo que mais convenientes parecer à comissão.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1890.

Rui Barbosa

O espólio imperial e a queima de arquivos: apagamento ou decisão administrativa? (1891-1893)

O destino do espólio imperial, entre os anos de 1891 e 1893, tornou-se um dos capítulos mais nebulosos e controversos da transição republicana, marcado por uma disputa surda entre a necessidade de liquidação de ativos e a preservação de uma memória que o novo regime desejava, em larga medida, apagar. Rui Barbosa, mesmo após sua saída formal do Ministério da Fazenda em janeiro de 1891, continuou a ser uma figura central nas discussões sobre a alienação dos bens que outrora pertenciam à Coroa, atuando muitas vezes em uma zona cinzenta de autoridade que gerava profundos atritos com o marechal Deodoro da Fonseca¹⁶. A Quinta do Caju, com sua localização estratégica e histórico de refúgio imperial, emergiu como um ponto de discórdia emblemático: registros históricos e cronologias da época sugerem que negociações para sua venda foram iniciadas ou conduzidas à revelia do presidente, provocando incidentes diplomáticos e internos que revelavam a falta de coesão no topo da nova hierarquia republicana¹⁷. Para Deodoro, a alienação desses bens deveria seguir um rito de decoro e autoridade estatal, enquanto, para a ala liderada por Barbosa, a urgência financeira imposta pelo Encilhamento e a necessidade de desvincular o Estado de qualquer resquício de “patrimonialismo monárquico” justificavam transações rápidas, muitas vezes questionadas por sua falta de transparência e pelo favorecimento de grupos econômicos emergentes¹⁸. Mas não nos apressemos, estimado leitor; voltaremos a esse famigerado assunto. Tudo a seu tempo!

Por hora, resta saber que a polêmica em torno da Quinta do Caju não era um fato isolado, mas parte de um esforço sistemático para converter o patrimônio da Família exilada em recursos para o Tesouro Nacional, sob a justificativa de que tais bens, por terem sido mantidos com a “lista civil” ou dotações públicas, pertenciam de direito à Nação, e não aos Bragança. Esse processo de “republica-

16 LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

17 MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. **Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021.

18 BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos. In: LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p.11-26.

nização” dos espaços físicos era acompanhado por rumores persistentes de transações obscuras, em que propriedades valiosas eram avaliadas e negociadas em gabinetes fechados, longe do escrutínio público que a nova Constituição de 1891 prometia instaurar. A figura de Rui Barbosa, nesse contexto, era vista por seus detratores como a de um liquidante implacável, que via na venda dos palácios e quintas uma forma de punir a dinastia deposta e, simultaneamente, financiar os projetos de modernização que a crise econômica ameaçava sufocar. O Caju, que por décadas fora o cenário de banhos medicinais e lazer da Corte, via-se agora no centro de um balcão de negócios em que o valor histórico era secundário perante o valor de mercado, uma transição que refletia a nova ética pragmática e, por vezes, predatória do início da República.

O ápice desse processo de ruptura com o passado manifestou-se no controverso episódio da destruição de documentos e arquivos, ocorrido majoritariamente em 1891, sob a justificativa oficial de eliminar os vestígios da “nódoa infamante” da escravidão. No entanto, historiadores e contemporâneos levantaram dúvidas persistentes sobre os objetivos da queima de arquivos, ordenada por Rui Barbosa em maio de 1891: se visava apenas apagar os registros da matrícula de escravos para evitar pedidos de indenização por parte dos antigos proprietários ou se serviu de cortina de fumaça para a destruição de documentos financeiros e administrativos que poderiam comprometer a nova elite republicana. A destruição de livros de tesouraria, registros de doações e documentos relativos à gestão dos bens imperiais criou um vácuo documental que dificultou, por décadas, a compreensão plena das transações realizadas durante o Governo Provisório. Discute-se, até hoje, se tal ato foi uma medida de modernização administrativa necessária para limpar as repartições de papéis inúteis e simbólicos de um regime caduco ou um esforço deliberado para apagar rastros de corrupção e de acordos feitos nos bastidores do poder durante os anos turbulentos do Encilhamento¹⁹.

A queima de arquivos no Ministério da Fazenda e em outras repartições públicas simbolizou o “apagamento da memória” como uma política de Estado em que o novo regime buscava se legitimar através do silenciamento do passado administrativo do Império. Para os defensores da medida, como o próprio Rui Barbosa, tratava-se de um ato de higiene cívica, uma forma de garantir que o Brasil republicano não fosse assombrado pelas dívidas morais e financeiras da

19 AULA Especial: Ruy Barbosa e a queima dos “arquivos da escravidão”. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (ca. 60 min). Publicado pelo canal História do Brasil Como Você Nunca Viu. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rBDvop_egKM. Acesso em: 21 abr. 2026.

monarquia escravocrata. Contudo, para a oposição e para os herdeiros da Família Imperial, a destruição desses documentos representou um golpe fatal na transparência e na possibilidade de um inventário justo do espólio confiscado. A falta de registros precisos sobre a gestão da Quinta do Caju e de outras propriedades imperiais entre 1889 e 1893 permitiu que muitas dessas terras fossem alienadas ou ocupadas de forma irregular, alimentando um ciclo de transações obscuras que beneficiaram a nova oligarquia em detrimento do patrimônio público. O apagamento documental não foi, portanto, apenas simbólico, mas teve consequências materiais profundas na configuração fundiária e urbana do Rio de Janeiro, cujos reflexos seriam sentidos ao longo de todo o século XX.

Por fim, o período de 1891 a 1893 consolidou a percepção de que a República, em seus anos iniciais, operou sob uma lógica de ruptura radical que não poupou nem mesmo a integridade da história administrativa nacional. O embate entre a preservação e a destruição, entre a venda transparente e a negociação de bastidor, definiu o destino de espaços como o Caju, que deixaram de ser referências de um cotidiano imperial para se tornarem fragmentos de um espólio em disputa. A decisão administrativa de queimar arquivos e alienar bens, embora apresentada sob o manto da modernidade e do progresso, ocultava as tensões de um regime que temia a luz da verdade sobre suas próprias origens e transações. Ao encerrarmos este capítulo, caro leitor, fica a reflexão sobre o preço desse apagamento: ao tentar destruir os rastros do Império para construir a República, a nova elite acabou por criar um labirinto de incertezas em que a história do Bairro do Caju e de tantas outras regiões do Rio de Janeiro permanece, em parte, sepultada sob as cinzas de documentos que nunca deveriam ter sido queimados. A transição não foi apenas política, mas uma reescrita forçada da realidade material do Brasil, cujas lacunas ainda tentamos preencher com os fragmentos que sobreviveram às fogueiras cívicas daquela época.



Arquivo da Escravidão

Realizou-se ontem, às 11 horas da manhã, no edifício da Alfândega, a primeira queima dos documentos e livros concernentes ao ignóbil tráfico de gente.

Assistiram ao ato a comissão nomeada pelo sr. ministro da Fazenda, composta dos cidadãos srs. João Clapp e João Paulo da Cruz Romano, administrador da Recebedoria do Rio, não comparecendo o sr. dr. Rui Barbosa, por ter de estar a essa hora no Congresso.

Estiveram também presentes os srs. Satamini, inspetor interino da Alfândega, comendador Hasselman, guarda-mor, Reis, administrador das capazias, dr. Galvão, engenheiro de obras da Alfândega, Seixas de Magalhães, Cícero de Sousa e Almeida, Frederico Júnior, Pinto Peixoto e outros cavalheiros.

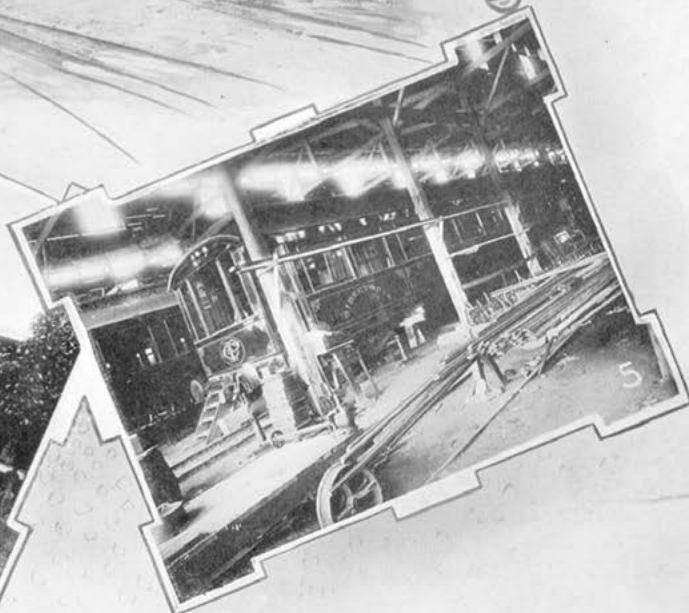
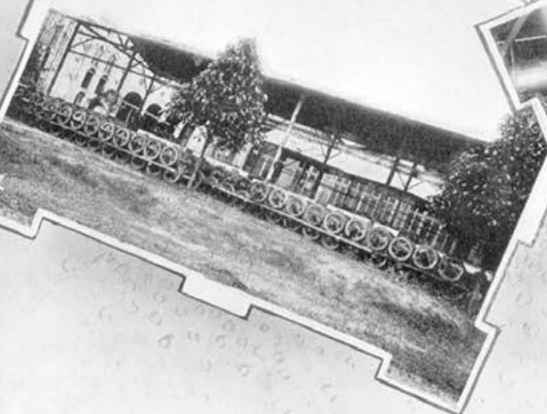
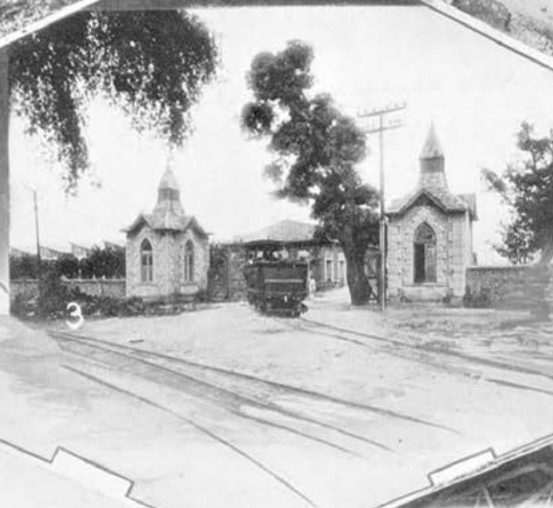
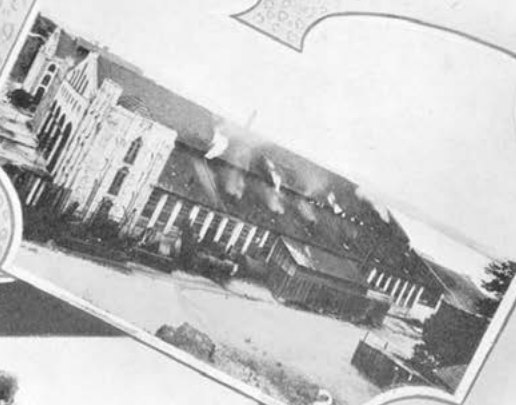
O mestre carpinteiro das obras, José Francisco da Costa, no ato da queima, apresentou à comissão o africano Custódio, de 10 anos de idade, operário da Alfândega, pedindo que consentisse ter ele a satisfação de assistir também à destruição completa dos atestados de martírio e de opróbrio da sua raça.

O cidadão Clapp, abraçando-o disse-lhe que podia morrer em paz, porque na República Brasileira ninguém mais poderia continuar a infamar os seus irmãos, fazendo bandeira política e especulações mercantis de semelhante crime, porque o fogo estava encarregado de apagar para sempre os seus vestígios dos arquivos públicos.

Encarregaram-se do serviço das fornalhas, com a maior solicitude, o primeiro maquinista Antônio Mota, o mandador geral, Antônio Teixeira Coelho.

À proporção que vierem as remessas dos livros e papéis da escravidão, pertencentes aos Estados da União, se irá procedendo à queima.

A Confederação Abolicionista pretende comemorar este fato patriótico do sr. ministro da Fazenda, com uma solenidade que o perpetue na memória dos nossos vindouros.



A venda da Quinta do Caju

Um contrato nada edificante

Se existem na história do Rio de Janeiro erros que jamais poderão ser reparados, um deles é o fato que irei narrar. Os últimos capítulos deste livro serão densos, aviso de antemão, e surpreendentes, se é que você, prezado leitor já não se surpreendeu o bastante com tudo o que foi escrito até aqui. São fatos, não delírios de uma mente criativa. É a história como ela deveria ter sido contada desde o início.

Bem, voltemos à sequência dos acontecimentos que culminaram naquilo que o título deste capítulo já adianta.

A atmosfera de incerteza que pairava sobre o Rio de Janeiro nos meses que se seguiram à Proclamação da República dominava a todos. Enquanto a Família Imperial partia para o exílio sob o manto da escuridão na madrugada de 17 de novembro de 1889, um novo destino, muito menos nobre, começava a ser traçado para suas propriedades mais queridas. A Quinta Imperial do Caju, que por décadas servira de refúgio bucólico para os banhos de mar e longos passeios de três monarcas, foi subitamente despida de seu título majestoso, passando a integrar o inventário árido dos Próprios Nacionais. O que antes era um símbolo de lazer e decoro da Coroa transformou-se, quase da noite para o dia, em um ativo estratégico nas mãos de um governo provisório que demonstrava pouco apreço pela preservação histórica. Parecia mesmo que, enquanto D. Pedro II viajava a Petrópolis ou a qualquer outro recanto, o destino da Chácara Imperial Quinta

do Caju estava sendo sorrateiramente traçado. Relatórios da época, imbuídos de um pragmatismo cortante, já sugeriam a demolição das ruínas do palacete colonial — alegando um suposto mau estado de conservação para priorizar a ocupação industrial e logística da área. É forçoso lembrar que o imperador não legou a mesma atenção e cuidados à propriedade que os seus antecessores, pai e avô.

A propriedade, originalmente com mais de 130 mil metros quadrados, via-se agora retalhada por concessões anteriores, como as oficinas da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, e sob a mira de interesses econômicos que viam naquelas terras não um patrimônio, mas uma oportunidade de expansão fabril sem precedentes.



Revista *Fon Fon*. 1909. Autor desconhecido.

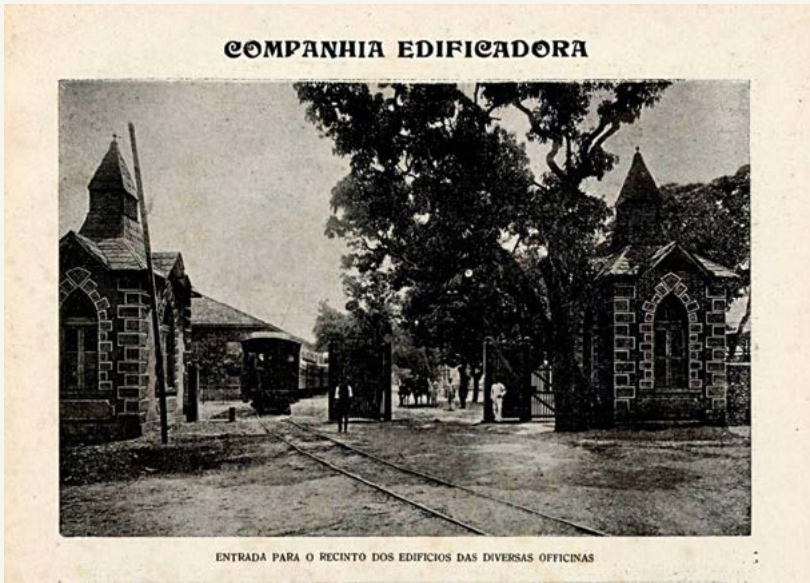
A presença industrial na Ponta do Caju, contudo, não era uma invenção republicana, mas uma semente plantada ainda no Segundo Reinado que floresceu de forma agressiva com a mudança de regime. Em 1857, o governo imperial já havia autorizado a instalação de um grande empreendimento que, em 1858, ergueu seus primeiros galpões a poucos passos da casa de recreio da Família Imperial¹. Essa empresa, que passaria por metamorfoses nominais, de “Companhia Manufatora” a “Empresa Edificadora” e, finalmente, “Companhia Construtora ou Edificadora”, consolidou-se sob a mão de ferro do Comendador Francisco Casimiro Alberto da Costa, conhecido nos círculos sociais e comerciais pela alcunha

1 ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert). [S. l.: s. n.], 1858-1927.

de “Mãozinha” ou “Maneta”, devido a um defeito físico de nascença. Esse capitalista paulistano transformou a Rua General Gurjão, n.º 4, no epicentro de uma produção que ia de materiais de construção a vagões de trem e reparos navais. Na década de 1870, a empresa já figurava com destaque no *Almanak Laemmert*, atestando uma continuidade operacional que a tornava uma das maiores fábricas do Município Neutro, ocupando terrenos da Quinta por meio de arrendamentos que seriam o prelúdio para a transação mais polêmica da história do bairro e, quiçá, do país. É forçoso a mim, caríssimo leitor, exhibir neste capítulo alguns dados. Aqui vai o primeiro deles. A tabela a seguir – elaborada por mim, sintetiza a evolução da empresa ao longo do tempo:

Período	Nome da empresa	Atividade principal
1857-1858	Companhia Manufatora	Materiais de construção
1870-1880	Empresa Edificadora	Materiais de construção + vagões de trem
1880-1920	Companhia Construtora ou Edificadora	Vagões, reparos navais, materiais de construção
Após 1920	Declínio e encerramento	Última menção no <i>Almanak Laemmert</i> : década de 1920

E por que essa tabela importa? Ora, a inconstância no nome da empresa e o aumento de suas atividades são diretamente proporcionais aos consecutivos avanços e expansão territorial.



Revista *Fon Fon*. 1909. Autor desconhecido

O “contrato nada edificante” que dá título a este capítulo começou a ser gestado em julho de 1890, quando Rui Barbosa, na qualidade de ministro da Fazenda e arquiteto do Encilhamento, autorizou a venda de uma vasta porção da Quinta do Caju para a Companhia Edificadora². A escritura foi lavrada em 22 de julho de 1890, no tabelião Evaristo Valle de Barros, mas o processo de legitimação do negócio só ganharia contornos oficiais em 5 de novembro daquele ano, com um laudo de avaliação assinado por Teotônio Santiago de Miranda e Domingos Sousa Pereira Botafogo³. O documento descrevia uma área de 105 600,12 m², composta majoritariamente por terrenos alagadiços e brejos, avaliados na soma de 105:600\$000 (cento e cinco contos e seiscentos mil réis). Os avaliadores justificaram o preço e a venda direta, sem a realização de hasta pública, sob o argumento de que as oficinas da empresa eram de “utilidade pública” e essenciais para emancipar o Brasil da importação de material ferroviário. No entanto, o que se apresentava como um incentivo à indústria nacional escondia uma transação fei-

2 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Prêmio Rui Barbosa 1999**: uma visão do controle do dinheiro público. Brasília, DF: TCU, 1999. Acesso presencial.

3 RIO DE JANEIRO. Tribunal Regional Federal da 2.^a Região. **Acervo Histórico**: Processo de desapropriação da Companhia Edificadora (Dossiê BR RJTRF2 12100). Rio de Janeiro: TRF, [1890].

ta à revelia do Chefe do Governo, plantando a semente de uma crise ministerial que quase derrubou a República em seus primeiros suspiros⁴.

O leitor que chegou até aqui há de me dar permissão para anexar a este capítulo diversos papéis e recortes que darão a conhecer as intenções, as razões e as alegações que permitiram a venda do Próprio Nacional, a Quinta Imperial do Caju. Na maioria das vezes — e somos testemunhas de tantos patrimônios históricos que já foram colocados abaixo ao longo dos séculos, sobretudo nos séculos 20 e 21 —, sucessivos governos tentam apagar vestígios dos governos anteriores sob a égide de modernizar, higienizar ou, até mesmo, equiparar aos modelos europeus de construção. Contudo, o que se fez ao Caju e ao seu bem mais precioso não teve quaisquer dessas intenções. Permito-me fazer esse tipo de juízo de valor e creio que o leitor também o fará ao ter ciência do conteúdo dos autos do processo que aqui segue. Leia atentamente as páginas constantes nas *Obras Completas de Rui Barbosa*, no *Relatório do Ministro da Fazenda*, volume XVIII, tomo III do ano de 1891. E é importante dizer que o relatório só veio a público após conhecimento do fato pelo marechal Deodoro da Fonseca.

4 MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. **Rui Barbosa**: cronologia da vida e da obra. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021.

certas condições, parte dêsses terrenos para construção de uma fábrica denominada "Linha Estrêla", lavrando-se contrato, na Diretoria Geral do Contencioso, entre a Fazenda Nacional e os Drs. Bernardo Xavier Rabelo e José Rodrigues Peixoto, cujas condições foram modificadas em 1889, como consta do respectivo relatório dêste Ministério.

A execução dos serviços tem levantado queixas do Ministério da Guerra, a cujo cargo, como sabeis, continua o importante estabelecimento, que ali custeia, — queixas principalmente contra a derrubada de matas em terrenos não cedidos à companhia. A questão está sendo convenientemente estudada, para se resolver sem prejuízo do serviço público, respeitando-se, quanto possível, o contrato celebrado.

Quinta da Ponta do Caju — Requereu-me, em 9 de outubro de 1890, a Empresa Edificadora, arrendatária da parte dêsse próprio nacional não ocupada pela estrada de ferro Rio do Ouro e pelo depósito do material de canalização de águas, a compra do prédio, que ocupava.

Alegava ela :

Que, montando as suas oficinas em terreno arrendado, como era aquêlê, assim procedera pela segurança, até então verificada com todos os arrendatários de bens sob a administração da extinta coroa, de não ser em caso algum desalojada, desde que cumprisse as condições do arrendamento, cuja prorrogação não queria agora autorizar o governo republicano, resolvido a alienar os próprios nacionais inúteis ao serviço do Estado;

Que a empresa se recomendava à benevolência da administração pelos importantes serviços prestados ao país, salvando das ruínas a via férrea Juiz de Fora e Piau, transformada, graças aos seus esfor-

ços, em estrada próspera, reerguendo da mesma situação a florescência igual a Companhia Terrestre e Marítima do Rio de Janeiro, auxiliando com capitais seus e executando ela mesma a fundação de fábricas de diversas indústrias, pela sua iniciativa criadas no país, entre as quais a de Tecidos de São João e a Fábrica de Ferro Galvanizado, "verdadeiros padrões de glória da indústria nacional";

Que não seria equitativo, nem justo, que, achando-se a Empresa Edificadora com os seus estabelecimentos assentados ali em tamanhas proporções, fôsse o terreno pôsto em concorrência, à qual faleceria a base da igualdade nas condições das propostas: pois, enquanto os concorrentes estranhos obteriam a aquisição mediante certa e determinada porcentagem sôbre os avultados valores representados pelas criações da peticionária naqueles terrenos, essa porcentagem representaria, para a associação, que com o seu dinheiro as levantara, segundo pagamento das quantias por ela, com grande sacrifício, despendidas, visto como a ela se deviam tôdas as obras e benfeitorias ali existentes;

Que, existindo na lei de desapropriação por utilidade pública a solução prática e equitativa, capaz de conciliar os interesses da empresa com os do Tesouro, a impetrante, partindo das disposições dessa lei, formulava a sua proposta assim :

"Sendo de 200\$000 mensais o aluguel da Quinta do Caju, o que, em vinte anos, corresponde a . . . 48:000\$000, oferecia a empresa por ela a soma de 100:000\$000, que representa mais do dôbro do valor do prédio orçado sôbre a base da lei."

As ponderações dêsse requerimento pareceram-me dignas de atenção especial, pela gravidade dos argumentos em que se fundavam.

De uma parte, não podia um governo sensato entreter o pensamento de desalojar daqueles terrenos uma companhia radicada neles por interesses, que, em escala considerável, já se confundiam com os interesses gerais, representados, em relação à proponente, pelas suas grandes instituições fabris, ali estabelecidas, fonte de subsistência para uma importante população operária e origem de renda crescente para o Tesouro.

De outra parte, admitida a hipótese da alienação, vista a inconveniência, muitas vezes reconhecida pelo nosso governo, da continuação desses arrendamentos, a forma usual da hasta pública redundaria em injustiça grosseira e clamorosa para com a pretendente. Seria a irrisão da igualdade, positivamente violada pela nivelção irracional de situações absolutamente desiguais, entre a peticionária, criadora dos valores a que se deve a importância atual daquele prédio, e os outros concorrentes, absolutamente estranhos à criação deles. Êsses, na hasta pública, teriam que desembolsar apenas o preço daqueles valores, ao passo que a empresa, adquirindo-os pelo mesmo custo, compra-los-ia segunda vez. O sinal de estima dado pela administração pública a essa companhia, pela sua atividade prosperadora do trabalho nacional, seria entregar as suas fábricas a estranhos, ou obrigá-la a comprá-las pelo duplo do que a êles custariam.

Tais resultados seriam evidentemente contrários à intenção do legislador, quando ligou a hasta pública a alienação dos próprios nacionais. Essa formalidade tinha obviamente por fim igualar os pretendentes. Não podia, portanto, aplicar-se aos casos, em que da sua execução servil resultasse precisamente o contrário.

Muito há que entre nós se reconhece a inconveniência dêsse processo administrativo, a que uma hipocrisia convencional e uma desconfiança indecente na idoneidade moral da administração juntem essa espécie de alienações. Já no inquérito aberto, em 1879, pelo Sr. Afonso Celso sobre os meios de debelar o *deficit*, se dizia, com referência à alheação dêsses bens do Estado :

"A lei prescreve a hasta pública para a venda desta parte do patrimônio nacional. *Na maioria dos casos é impraticável e prejudicial aos interesses da fazenda este meio.* Conviria que o governo ficasse autorizado, para vender, independente de concorrência ou propostas, todos os próprios nacionais, que não derem renda correspondente ao seu custeio e os juros do capital, que elles representam, *afrontando primeiramente os arrendatários (dos que estiverem arrendados) pelo preço da avaliação, a que se procederá administrativamente.*" (*Relatório do Ministério da Fazenda em 1879, anexo B.*)

Assim, no caso vertente, caso de natureza especial, em que não me era lícito cingir-me à letra da prescrição legislativa, sem transgredir-lhe o pensamento, sem praticar exatamente a desigualdade, que elle se propõe a evitar, — o essencial era observar o preceito de moralidade indicado nesse parecer técnico : a prévia avaliação administrativa.

Foi o que fiz, nomeando, para procederem a ela, dois avaliadores privativos do juízo dos feitos da Fazenda.

Eis o seu laudo :

"Nós abaixo assinados, avaliadores privativos do juízo dos feitos da Fazenda, para cumprir o despacho do cidadão Sr. Ministro da Fazenda, de 31 de outubro de 1890, passamos a fazer a avaliação

dos terrenos que, na Quinta do Caju, acham-se arrendados à Empresa Edificadora por contrato de 17 de junho de 1883 com a extinta mordomia.

Avaliação da Quinta da Ponta do Caju

"Na Quinta do Caju acha-se a estrada de ferro Rio do Ouro, de propriedade do Estado, com o depósito de material de canalização das águas.

"Do total dos terrenos que foram arrendados à Empresa Edificadora, e que constam da planta junta, limita ela a sua proposta para a compra da parte que se acha aquarelada a tinta verde, com as construções na mesma compreendidas.

"Os terrenos medem, na parte do morro, sessenta e dois mil novecentos e setenta metros quadrados; em terrenos alagadiços, que estão sendo aterrados pela Empresa, quatorze mil quinhentos e quinze metros; e em terrenos que se conservam brejos e alagadiços, vinte oito mil cento e trinta metros; no total de cento e cinco mil e seiscentos metros quadrados (105.600m²).

"As construções compreendidas na parte que se avalia (salvo as oficinas), são, umas de madeira de valor muito insignificante, e outras em ruínas que impõem o seu desmancho forçoso.

"Atendendo a que a estrada de ferro Rio do Ouro, cortando, como corta, os terrenos em forma irregular, tirou-lhes grande parte de seu valor privando a empresa da maior parte de sua frente;

"Atendendo a que os terrenos em sua grande parte são alagadiços e de atêrro muito dispendioso, sendo preciso pelo lado de sudoeste desapossar o confrontante da posse indébita das marinhas, que, tratando-se de próprios nacionais, não foi em tempo obstada;

"Atendendo a que as oficinas da Empresa Edificadora são de utilidade pública e de grande futuro para o país por isso que, quando concluído o projeto geral, pode emancipar-nos da importação de material rodante para estradas de ferro (vagões e carros);

"Atendendo a que a empresa necessita dos terrenos para montagem de suas novas oficinas, depósitos, dependências e moradia de empregados, o que se reconhece à primeira inspeção :

"Avaliamos o terreno com o total de 105.600 metros quadrados em 105:600\$000.

"Capital Federal, 5 de novembro de 1890. — *Teotônio Santiago de Miranda.* — *Domingos Sousa Pereira Botafogo.*"

O preço orçado era superior ao duplo do que essa propriedade valeria pelas nossas leis de desapropriação, e correspondia a uma renda maior de 5:000\$, quando, pelo arrendamento em vigor, percebia o Tesouro apenas 2:400\$000.

Não hesitei, pois, em homologar a avaliação, mandando lavrar a escritura de venda por essa quantia, mais a obrigação, assumida pela Empresa Edificadora, de erigir um edificio escolar na importância, pelo menos, de 40:000\$, e manter nele permanentemente uma escola destinada à educação dos seus operários, dos filhos destes e das crianças pobres da circunvizinhança.

Cumpre agora à autoridade velar pelo desempenho desta última cláusula do contrato.

Terrenos diamantinos — Continuam deficientes absolutamente os esclarecimentos ministrados pelas repartições da Bahia e Minas Gerais sobre esses terrenos, apesar das ordens que os exigem, tendo-se chegado mesmo a demitir o inspetor geral

A tensão explodiu em dezembro de 1890, quando o marechal Deodoro da Fonseca foi informado, segundo relatos de Rui Barbosa, “posterior e maldosamente” sobre os detalhes do negócio. Em 15 de dezembro, Deodoro enviou uma carta a Barbosa, por intermédio do tenente-coronel Lobo Botelho, questionando duramente a venda e afirmando que o preço era “muito inferior” ao valor real da propriedade. O marechal, em um desabafo colérico durante reunião ministerial, classificou o negócio como “ruinoso” e lamentou a falta de escrúpulos de seu ministro na administração financeira⁵. Ofendido em sua honra, Rui Barbosa não apenas se recusou a assinar a resposta pessoalmente, enviando-a por seu auxiliar Tobias Monteiro, como apresentou seu pedido de demissão imediata, alegando que a matéria era de sua exclusiva alçada administrativa e que o contrato era irrevogável. O impasse paralisou o governo: Barbosa recusou-se a comparecer a uma audiência no Palácio Itamaraty, em 19 de dezembro, e a solidariedade de seus colegas de ministério, que ameaçaram uma demissão coletiva, forçou Deodoro a recuar. Em 20 de dezembro, o marechal enviou uma carta “reparadora e cordial” declarando-se satisfeito com as explicações e encerrando o incidente, embora a ferida política jamais tenha cicatrizado completamente.

Novamente, dou-me o direito de expor as cartas trocadas entre os envolvidos no que ficou conhecido como o Incidente da Quinta do Caju.



Revista *Fon Fon*. 1909. Autor desconhecido.

⁵ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Deodoro**: a espada contra o Império. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1957.

II

O INCIDENTE DA QUINTA DO CAJU (*)

(Vide pág. 272)

A comissão particular de amigos de S. Exa. o Presidente da República (1), que continuam a usurpar a qualificação de *ministério* (**), parece não obedecer em todos os seus atos, senão ao empenho de cavar um abismo entre si e o governo da revolução. De minha parte, não posso deixar de confessar-lhes, por essa dívida, o meu agradecimento. Não creio, porém, que o mesmo possa fazer o chefe do Estado, a quem a história dificilmente compreenderá o dúplice papel de chefe igualmente solidário e igualmente absoluto de duas ditaduras sucessivas, uma das quais é apenas um acinte organizado à outra.

Como quer que seja, porém, ainda ontem nos deu o *Diário Oficial* amostra dessa obsessão, que pa-

(*) Publicado no *Diário de Notícias*, de 18 de abril de 1891 — sob o título: *Segunda Tosquia e nas Finanças e Política da República*, p. 463.

(1) Aludia ao ministério Lucena.

Este escrito não sofreu a menor contestação oficial.

(**) Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena), Ministro da Justiça; João Barbalho Uchôa Cavalcanti (Negócios do Interior); Tristão de Alencar Araripe (Fazenda); Justo Chermont (Relações Exteriores); Barão de Lucena (Agricultura, Comércio e Obras Públicas); General Falcão da Frota (Guerra); Contra-Almirante Foster Vidal (Marinha); João Barbalho U. Cavalcanti (Instrução Pública, Correios e Telégrafos).

rece tocar as proporções de um fenômeno mórbido, neste tópico endereçado à minha pessoa:

"O então chefe do Governo Provisório não teve notícia da venda da Quinta do Caju. Não a autorizou, nem se tratou de semelhante objeto em reunião de ministros sob a presidência do mesmo chefe. A venda foi operação, que exclusivamente correu pelo ministério da fazenda, então a cargo do Sr. Rui Barbosa."

Vê-se que o Sr. Araripe, frustrada a primeira investida, coleou como serpe velha, para farpear a sua vítima com uma perfídia, que supõe mais certa. Enganou-se. Não é a mim que a inépcia há de magoar.

Certamente, a venda do Caju não foi objeto de deliberação coletiva do gabinete, não teve autorização prévia do marechal Deodoro. Correu, pois, exclusivamente, até à conclusão do contrato, por conta do Ministério da Fazenda, então confiado a mim.

Mas vir dizer isto ao público, por solene declaração oficial, é o mesmo que supô-lo tão radicalmente alheio às trivialidades mais rudimentares da administração quanto muitos ministros. Sim: a alinação de próprios nacionais, autorizada por lei, era matéria administrativa, de competência particular da minha pasta que eu não tinha que submeter ao exame comum dos meus colegas, nem à autoridade do chefe do governo. Dêsse arbítrio usei amplamente, alienando, não só essa propriedade nacional, como outras muitas, dezenas delas, aqui mesmo na capital, sem audiência coletiva do gabinete, nem permissão prévia do seu presidente. Tôda a gente, que disponha de qualquer tintura de bom-senso, sabe que um ministro, em matérias desta ordem, obra sob a sua discrição e responsabilidade.

O pensamento da declaração, portanto, é outro: é insular-me, figurando-me incurso numa surpresa à

confiança e a boa-fé dos meus colegas, especialmente do chefe do Estado, que se diz "não ter notícia da venda da Quinta do Caju".

Não teve notícia anterior, é certo; porque não podia tê-la, sem que algum incidente a provocasse. Mas teve-a depois; teve-a completa; e acabou por se declarar absolutamente conformado com o meu procedimento.

Informado, não sei por quem, e em que termos, do contrato que se consumara, dirigiu-me S. Exa., em dezembro, uma carta, pedindo-me esclarecimentos, e mostrando-se desfavorável à transação efetuada. Respondi-lhe por escrito, dizendo-lhe que a matéria era da alçada administrativa do meu ministério; que eu a resolvera, tomando as precauções aconselhadas pela regularidade e moralidade da administração; finalmente, que o contrato estava feito, e era irrevogável.

Tive então em réplica a seguinte missiva:

"Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Conselheiro Rui Barbosa. — S. Exa. o Sr. Marechal Generalissimo Deodoro da Fonseca, recebeu a carta, que V. Exa. dirigiu-lhe na presente data, versando sobre a venda da Quinta do Caju.

"O mesmo Exmo. Senhor encarregou-me de cientificar a V. Exa. que elle não considera ato irrevogável essa venda: não só por não ter sido consultado a respeito, como também porque, segundo está informado, o preço da venda foi assaz inferior ao do valor dessa propriedade.

"Saúde e fraternidade. — Com o maior respeito e consideração de V. Exa. — atento venerador e amigo agradecido — *João Carlos Lôbo Botelho*, tenente-coronel. — 15 de dezembro de 1890."

Era uma derrogação inesperada aos hábitos de cortesia e, digo mais, às finezas habituais de cordialidade, com que S. Exa. sempre nos honrou, essa praxe de corresponder-se com os seus companheiros de governo, e em assuntos de tal melindre, por meio de um ajudante de ordens.

Obedecendo, pois, aos novos estilos, retruquei ao auxiliar do gabinete presidencial com esta carta do meu auxiliar de gabinete:

"Rio, 16 de dezembro de 1890. — Ilmo. Sr. Tenente-Coronel Lôbo Botelho. — O sr. dr. Rui Barbosa, em resposta à carta de V. S., de ontem datada e só agora recebida, manda-me dizer-lhe que tenha a bondade de saber de S. Exa. o generalissimo Chefe do Governo Provisório, a quem deve passar a pasta dos negócios da Fazenda, da qual se tem demittido.

"Saúde e fraternidade. — De V. S. atento venerador e criado — *Tobias Monteiro.*"

Não podia proceder de outro modo; e ninguém melhor poderia compreendê-lo do que o venerando chefe do Governo Provisório, que, militar, em tão alto grau possui o sentimento do pundonor, e deve sabê-lo respeitar nos seus colaboradores.

À carta do Sr. Tobias Monteiro ao Sr. Tenente-Coronel Lôbo Botelho acudiu este com a seguinte:

"Ilustre cidadão Tobias Monteiro. — Dei ciência ao Exmo. Sr. Marechal Generalissimo Deodoro da Fonseca do conteúdo da carta, que V. S. teve a bondade de dirigir-me, em 16 do corrente, por parte do Exmo. Sr. Conselheiro Ministro da Fazenda.

"S. Exa., o Sr. Marechal Generalissimo, encarregou-me de fazer chegar ao conhecimento de S. Exa., o Sr. conselheiro Rui Barbosa, não poder aceder por carta, visto a im-

portância do assunto, ao desejo do mesmo Exmo. Senhor, a quem convida e roga o obséquio de comparecer, a bem do serviço público, à conferência ministerial depois de amanhã, 19 do corrente, ao meio-dia, neste palacete.

"Rogo-vos, pois, o obséquio de dar conhecimento do que venho de expender a S. Exa. o Sr. General Ministro da Fazenda.

"Saúde e fraternidade.

"Com a maior consideração e estima, de V. S. atento, venerador e criado — Tenente-Coronel *Lóbo Botelho*.

"Rio, 17 de dezembro de 1890."

Eu tinha respondido a S. Exa. no terreno em que S. Exa. se dignara de colocar a questão. Mas evidentemente não me podia prestar a continuá-la a debater dêste modo. Seria desconhecer a dignidade das relações entre os ministros e o seu chefe, amesquinhando a posição de um e dos outros. Declarei, pois, verbalmente, sem dar mais resposta escrita, que não accitava a conferência, que não me submetia ao desar de um julgamento coletivo sôbre atos consumados da minha administração, e que, qualquer que fôsse a atitude do govêrno e seu chefe, me considerava definitivamente exonerado.

Esquecia-me dizer que, logo depois de enviada ao marechal Deodoro a minha demissão, pela carta de 16, eu a comunicara aos meus colegas. E todos êles, desde então até ao fim do incidente, declararam que a minha exoneração seria a exoneração coletiva do gabinete.

Nesse meio tempo, me deu a honra de procurar-me, em minha casa, o secretário do govêrno, Dr. Fonseca Hermes, e, além dêle, me visitaram outros amigos do Marechal, comunicando-me todos as disposições de S. Exa. a me dar completa reparação, e não

admitir a minha retirada. *Afirmara-se-me que S. Exa. ia escrever-me, que já me tinha escrito. Mas a missiva não me chegava às mãos. Deliberei, pois, resolver pela publicidade a crise. Mas, não me sendo licito fazê-lo, senão depois de esgotadas tôdas as reservas, dirigi ainda ao dr. Fonseca Hermes esta comunicação:*

"Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1890.

"Exmo. Sr. Dr. Fonseca Hermes.

"Como V. Exa. conhece, no dia 16 do corrente, fiz saber do Generalíssimo, por carta, a quem devia entregar a pasta da Fazenda, da qual eu, naquela data, dava a minha exoneração.

"Essa carta foi comunicada ao Generalíssimo no dia 17, ao que me consta, bem que estivesse no palácio Itamarati desde a véspera de tarde. No mesmo dia V. Exa. procurou-me, em minha casa, onde, para o mesmo fim, vieram alguns amigos do chefe do Estado, declarando-me que S. Exa. não aceitava a demissão, por continuar a depositar em mim a mesma confiança, e estar convencido, com inteiro conhecimento dos fatos, do acêrto e correção do meu procedimento em todos os pontos.

"Isso disse-me V. Exa. que o generalíssimo ia dizer-me por carta.

"No dia 18 me reiterou V. Exa. a afirmação de que eu receberia logo essa carta, já escrita.

"Ontem mostrou-se V. Exa. surpreso de que essa carta ainda não me tivesse chegado às mãos, e assegurou-me que, ontem mesmo, me seria entregue.

"Ora, como V. Exa. vê, casos desta ordem não admitem demora na solução. A Fazenda está sem ministro. Os papéis da minha pasta acham-se sem despacho, há três dias; e eu, que não posso deixar de compreender a significação dessa

delonga, considerando definitiva a demissão, que dei, sou obrigado a lhe dar a devida publicidade, para regularizar a minha situação e a do governo.

"Sou, com tôda a consideração, de V. Exa. muito atento e afetuoso criado *Rui Barbosa*."

S. Exa. teve a bondade de responder-me imediatamente assim:

"Rio, 20 de dezembro de 1890.

"Exmo. amigo e Sr. Dr. Rui Barbosa.

"Em resposta à carta de V. Exa., datada de hoje, tenho a honra de comunicar a V. Exa. que S. Exa. o Sr. Generalissimo me autorizou a dizer que cessara o incidente; porque se satisfazia com as explicações dadas e que continuava Vossa Exa. a merecer-lhe inteira confiança.

"Com essa declaração, que S. Exa. julgava oficial, pois era feita por mim, como secretário de S. Exa., e à sua ordem, achava o Sr. Generalissimo dispensável a carta, que escrevi, e que S. Exa. não remeteu, como supunha eu. Entretanto, em vista da carta de hoje, com que V. Exa. me honrou, e de uma entrevista havida entre S. Exa. o Sr. Generalissimo, o Sr. Ministro do Interior e o signatário desta, resolveu S. Exa. dirigir-lhe esta carta, que conclui o incidente lamentável, que infelizmente, por ignorá-lo, não pude evitar.

"Sempre às ordens de V. Exa. — Atento amigo e obrigadissimo. — *Fonseca Hermes*."

No mesmo dia me chegava às mãos esta carta reparadora e cordial do próprio chefe do Estado:

"Em 20 de dezembro de 1890.

"Exmo. amigo Sr. Dr. Rui Barbosa.

"Respondendo à sua carta de 16 do corrente, declaro que não concedo sua exoneração; porque, satisfeito com as explicações que me foram por si fornecidas sobre a venda da

Quinta do Caju, está terminado o incidente, e nada mais há a resolver.

"Amigo agradecido. — *Manuel Deodoro da Fonseca.*"

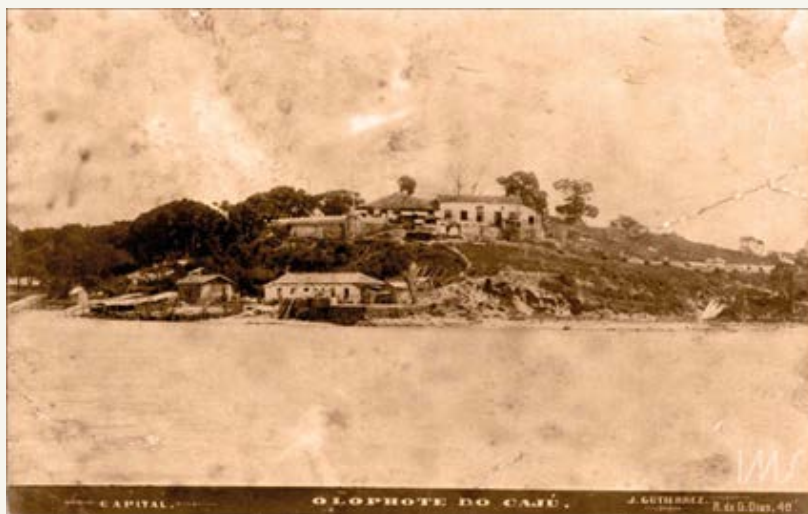
Não anoto êstes documentos. Os meus concidadãos bem vêem que não me utilizo dêles senão em legítima defesa, constrangido pela inépcia dos amigos fatais, que rodeiam o Presidente da República. Sobre êles cai exclusivamente a responsabilidade da indiscrição, que se me impôs, em vindícia dos créditos do meu nome, humilde sim, mas bem superior a tôdas essas misérias oficiais.

Respeito profundamente o chefe do Estado, ainda a despeito dos seus erros, por sob os quais há sempre uma base de qualidades sérias e estimáveis. Mas não me é lícito sacrificar a êsse respeito a minha reputação, nem o meu brio, que S. Exa. bem sabe como coloquei sempre acima de tôdas as conveniências pessoais.

Rui Barbosa.

Rio, 17 de abril de 1891.

Os desdobramentos desse embate revelam a fragilidade institucional da época e o esforço de Rui Barbosa em blindar sua reputação através da imprensa. Em 17 de abril de 1891, já fora do ministério, Barbosa publicou um longo artigo na *Gazeta de Notícias* expondo as correspondências trocadas com Deodoro para provar a legalidade da transação⁶. Contudo, seu sucessor, Tristão de Alencar Araripe, publicou no *Diário Oficial* uma nota contundente afirmando que o Chefe do Governo Provisório jamais autorizara a venda, que fora uma operação exclusiva do Ministério da Fazenda. A Companhia Edificadora, alheia às tempestades políticas, registrou formalmente a compra em 10 de novembro de 1892 e continuou a expandir suas oficinas, que, em 1893, serviriam até de ponto estratégico para as forças da Revolta Armada⁷. O fantasma do “negócio ruinoso” retornaria em 1907, quando o Governo Federal tentou desapropriar a área pelo valor de 340:541\$760, mais de três vezes o preço da venda original, gerando um litígio judicial que chegou ao Supremo Tribunal Federal, onde a União saiu derrotada.



Revolta da Armada. Juan Gutierrez. Holofote do Caju, Rio de Janeiro (RJ).
Acervo Instituto Moreira Salles. 1893

A partir das fontes primárias, reconstituo a cronologia dos acontecimentos. Note, leitor, que, com a mesma rapidez com que a Quinta deixou de ser Imperial, as discussões sobre a legalidade de sua venda, ou melhor, sobre a crise

6 BARBOSA, Rui. Da questão da venda da Quinta do Caju. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1891. Hemeroteca Digital. https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=quinta+do+caju&pagfis=3213. Consultado em 29/03/2026.

7 MANGABEIRA, João. **Rui: o estadista da República**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Martins, 1946.

hierárquica que se estabeleceu começaram sem, contudo, considerar-se a perda histórica que tal ação promoveria.

Data	Evento
22/07/1890	Escritura de venda lavrada no tabelião Evaristo Valle de Barros
05/11/1890	Laudo de avaliação dos Próprios Nacionais (valor: 105:600\$000)
Dezembro/1890	Deodoro é informado do negócio
15/12/1890	Carta de Deodoro a Rui Barbosa, via Lobo Botelho, questionando a venda
16/12/1890	Rui Barbosa pede demissão, via Tobias Monteiro, dirigida a Lobo Botelho
19/12/1890	Rui recusa audiência convocada por Deodoro no Palácio Itamarati
20/12/1890	Carta “reparadora e cordial” de Deodoro encerrando o incidente
20/01/1891	Demissão coletiva do ministério por outras razões
17/04/1891	Rui Barbosa publica artigo na <i>Gazeta de Notícias</i> com as correspondências
10/11/1892	Registro formal da compra pela Companhia Edificadora



Revista *Fon Fon*. 1909.

Accordam, pelo exposto, dar provimento á appellação, para reformar a sentença appellada e julgar a acção improcedente; pagas as custas pela appellada.

Supremo Tribunal Federal, 17 de Novembro de 1920. — *André Cavalcanti, V. P.* — *Hermenegildo de Barros*, relator. — *Pedro Mibielli*. — *Pedro dos Santos*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*, vencido. — *Leoni Ramos*, vencido. — *Pedro Lessa*, vencido. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Reforma de autos perdidos — Dilação — Termo essencial.

SUMMARY — A dilação probatoria é termo essencial no processo de reforma de autos perdidos.

ACCORDIAM — Vistos, relatados e discutidos estes autos de reforma de autos perdidos, entre a Empresa Edificadora e a Fazenda Nacional.

O Sr. Ministro Procurador Geral da Republica promoveu a reforma dos autos de appellação civil, n. 53, em que era autora a União Federal e ré a Empresa Edificadora, allegando o seguinte:

Que, em virtude do despacho do Ministro da Fazenda, de 8 de Novembro de 1890, foi vendida a antiga Quinta Imperial do Cajú á Empresa Edificadora pela quantia de 105:600\$; que, no anno seguinte, o successor daquelle ministro, tendo verificado a inconveniencia do negocio, providenciou sobre a annullação da escriptura de venda, por falta de formalidades essenciaes e, talvez, por motivo de lesão enorme; que a acção, intentada no Juizo Federal do Districto, foi julgada procedente, para o fim de ser annullada a escriptura, e que o Supremo Tribunal Federal confirmou a sentença appellada por seus fundamentos, tendo transitado em julgado os accordans de 19 de Fevereiro de 1896 e 9 de Setembro do mesmo anno; que os autos permaneceram por longo espaço de tempo no Tribunal, sem que a sentença fosse executada, quando, em 1 de Julho de 1903, o Dr. Penna Forte Caldas, advogado da empresa, os recebeu em confiança, vindo a fallecer, sem que os tivesse restituído e sem que se saiba onde se acham, apezar das diligencias empregadas para encontral-os.

Verificado, por esta fórma, o extravio, pediu o Ministro Procurador Geral a citação da ré para ver-se-lhe assignar em audiencia o prazo legal para a contestação ou para confessar o articulado, subindo, neste ultimo caso, os autos á conclusão, para revisão e julgamento.

Juntou as seguintes certidões: do accórdão de 19 de Fevereiro de 1896, que confirmou por seus fundamentos, a sentença, entre partes, appellante a Empresa Edificadora e appellada a Fazenda Nacional; do parecer do Procurador Geral da Republica, Souza Martins, opinando pelo não conhecimento dos embargos oppostos ao accordam por Francisco Casimiro Alberto da Costa, como unico representante da Empresa Edificadora, por não serem taes embargos de restituição ou de declaração; do accordam de 9 de Setembro de 1896, não tomando conhecimento dos embargos, por inadmissiveis. Os outros documentos são referentes a providencias tomadas no Ministerio da Fazenda para execução da sentença e á explicação da secretaria do Supremo Tribunal sobre o desaparecimento dos autos.

Citado Francisco Casimiro Alberto da Costa, *por todo o conteúdo da petição inicial*, allegou, preliminarmente, que não existe a Empresa Edificadora, a qual foi substituída pela Companhia Edificadora, de que é presidente, sendo, portanto, nulla a citação inicial, e que, não reconhecida a nullidade oppunha ao pedido as rectificações e considerações adduzidas a fls. 31.

O réo juntou os documentos de fls. 42 a 117. Em seguida, o Sr. Ministro Procurador Geral emittiu o parecer de folhas 119, opinando que a causa está em termos de decisão final, devendo ser julgada a reforma do feito restaurado, em ordem a se expedir a necessaria carta de sentença.

Allega-se no alludido parecer que não ha disposição de lei, nem de regulamento que estabeleça a marcha do processo de reforma de autos desapparecidos.

Na verdade, são tão escassas a respeito as disposições do regimento do Tribunal, arts. 183 e seguintes, e do decreto n. 3.084, parte 3ª, arts. 462 e seguintes, que bem se pôde considerar que o assumpto não foi devidamente regulado.

Entretanto, em qualquer processo, por mais summario que seja o seu rito, ha sempre certos termos, que são considerados essenciaes á sua validade.

Um delles é a dilação probatoria, e esse termo não foi observado.

Ajuizada a petição inicial em que se requereu a citação da ré para ver-se-lhe assignar em audiencia o prazo para a contestação ou para confessar o articulado, a ré compareceu e produziu a defesa de fls. 31.

O art. 462 do decreto n. 3.084 dispõe que, havendo contestação, os artigos da reforma serão processados summariamente.

Quando devia, portanto, seguir-se a dilação probatoria, deu-se o processo por findo e não mais teve a ré occasião de ser ouvida.

O Sr. Ministro Procurador Geral observa que, dada vista á ré, esta não apresentou contestação a que se devesse seguir dilação probatoria, tendo, pelo contrario, confessado o extravio e produzido razões, em que allega a materia que S. Ex. resume.

Ha engano nessa apreciação.

Tratando da reforma de autos, RIBAS ensina que a parte deve ser citada para ver offerecer os artigos em audiencia, seguindo-se o processo estabelecido no art. 681 e seguintes da Consolidação (nota ao art. 810), isto é, o processo das acções summarias, em geral.

O art. 681 manda assignar o prazo de uma audiencia para vir o réo com sua defesa e o art. 682 declara que, dentro deste prazo, deve o réo deduzir a sua contestação.

E nota a esse artigo se esclarece, com apoio em MORAES E SILVA á Ordenação, que nos processos summarios se toma por contestação qualquer primeira resposta que o réo offerece em juizo.

Por conseguinte, as allegações de folhas 31, ainda que não tivessem a forma de contestação, deviam e devem ser consideradas como verdadeira contestação ao pedido.

Além disso, nessas allegações a contestação ao pedido é opposta de modo formal.

A ré allega, preliminarmente, a nullidade da citação inicial, e, de *meritis*, que os documentos apresentados pela União são insufficientes para a reforma dos autos; que pela sentença de primeira instancia, que annullou a venda por falta de hasta publica, a Quinta do Cajá voltará ao dominio da

União, mas esta, além de restituir o preço da venda, será obrigada a pagar o valor das bemfeitorias, conforme se liquidar.

Ora, taes allegações constituem, sem nenhuma duvida, positiva contestação ao pedido da União, porque esta considera que os documentos que offereceu são sufficientes para a reforma dos autos perdidos e que não está obrigada ao pagamento de bemfeitorias.

A dilação obrigatoria é, pois, como se disse, termo essencial do processo (art. 90, lettra c, do decreto n. 3.084, parte 3ª).

"As nullidades supprime's, salvo as que resultarem da falta de algum termo essencial, reputar-se-hão suppridas, si as partes não as arguirem no momento em que occorrerem, ou quando lhes competir contestar, allegar afinal ou embargar a sentença." (Art. 93.).

Ora, além de que a ré não teve occasião de allegar a nullidade, porque a falta de dilação occorreu depois de sua defesa e ella não mais foi ouvida, accresce que não se reputam suppridas as nullidades resultantes da falta de algum termo essencial:

Accordam, pe'o exposto, annular o processo desde fls. 118 em diante; pagas as custas pela União.

Supremo Tribunal Federal, 24 de Dezembro de 1920. — *H. do Espirito Santo*, P. — *Hermenegildo de Barros*, relator. — *André Cavalcanti*. — *Pedro dos Santos*. — *Godofredo Cunha*. — *Sebastião de Lacerda*. — *Leoni Ramos*. — *Viveiros de Castro*. — *Pedro Lessa*. — *G. Natal*. — *Pedro Mibielli*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Revisão de processo por insufficiencia de prova — Inadmissibilidade.

SUMMARY — O réo condemnado não tem o direito de requerer a revisão do processo por insufficiencia de prova dos autos.

ACCORDAM — Vistos, relatados e discutidos estes autos de revisão criminal, requerida por Benjamin Magalhães em favor de Nestor Augusto Praça.

Este foi condemnado a tres mezes de prisão celluar, grão minimo do artigo 303 do Código Penal, por haver offendido physicamente com umas bengaladas a Aristides Galdino de Arruda.

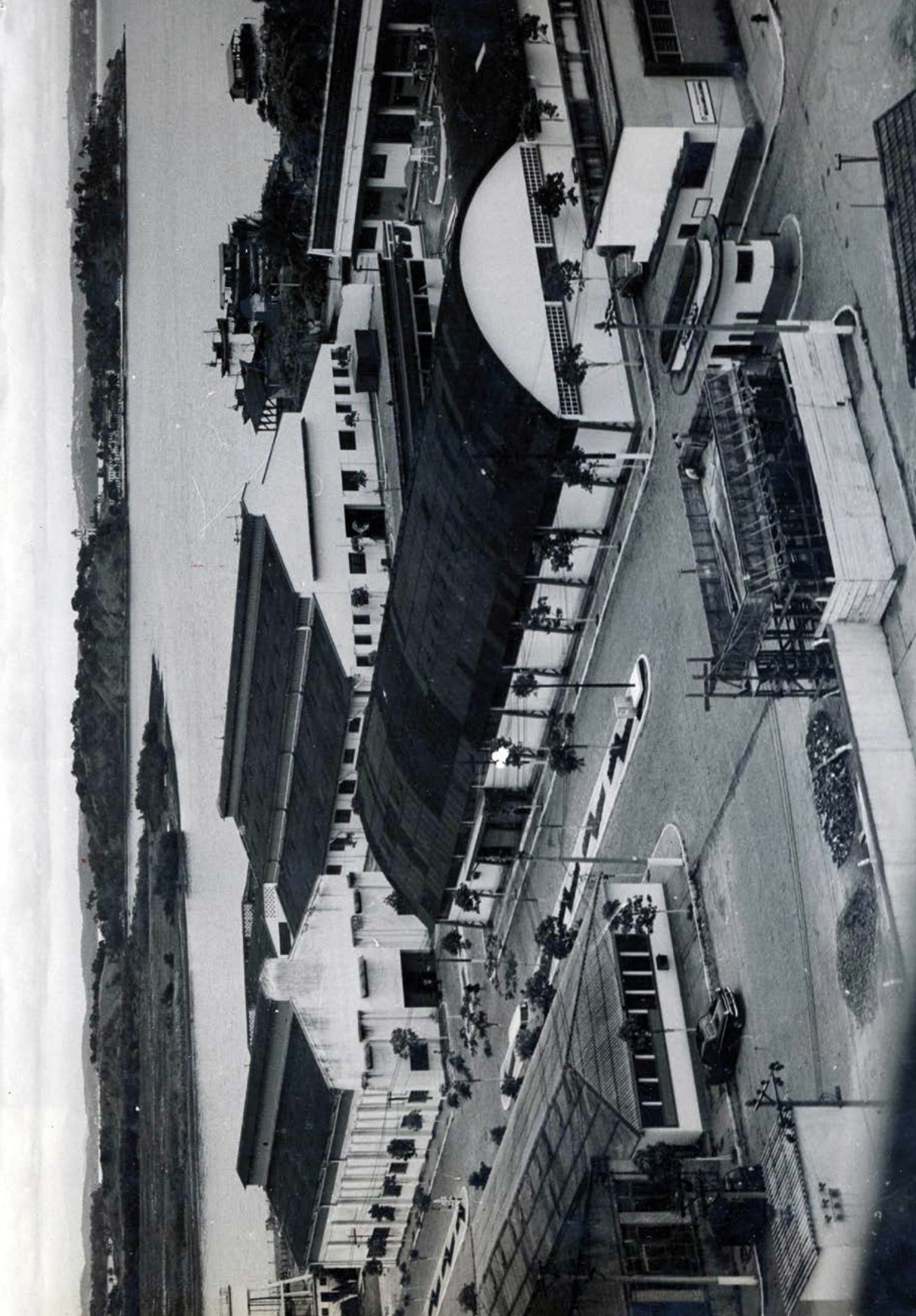
Requeru o peticionario a revisão, alegando ser nullo o processo e fraca a prova testemunhavel. Quanto á nullidade, não diz qual foi a occorrida. A insufficiencia da prova do processo não autoriza a revisão, tanto mais quanto se trata de um caso de prisão em flagrante.

Accordam, pelo exposto, indeferir o pedido de revisão e condemnar o requerente nas custas.

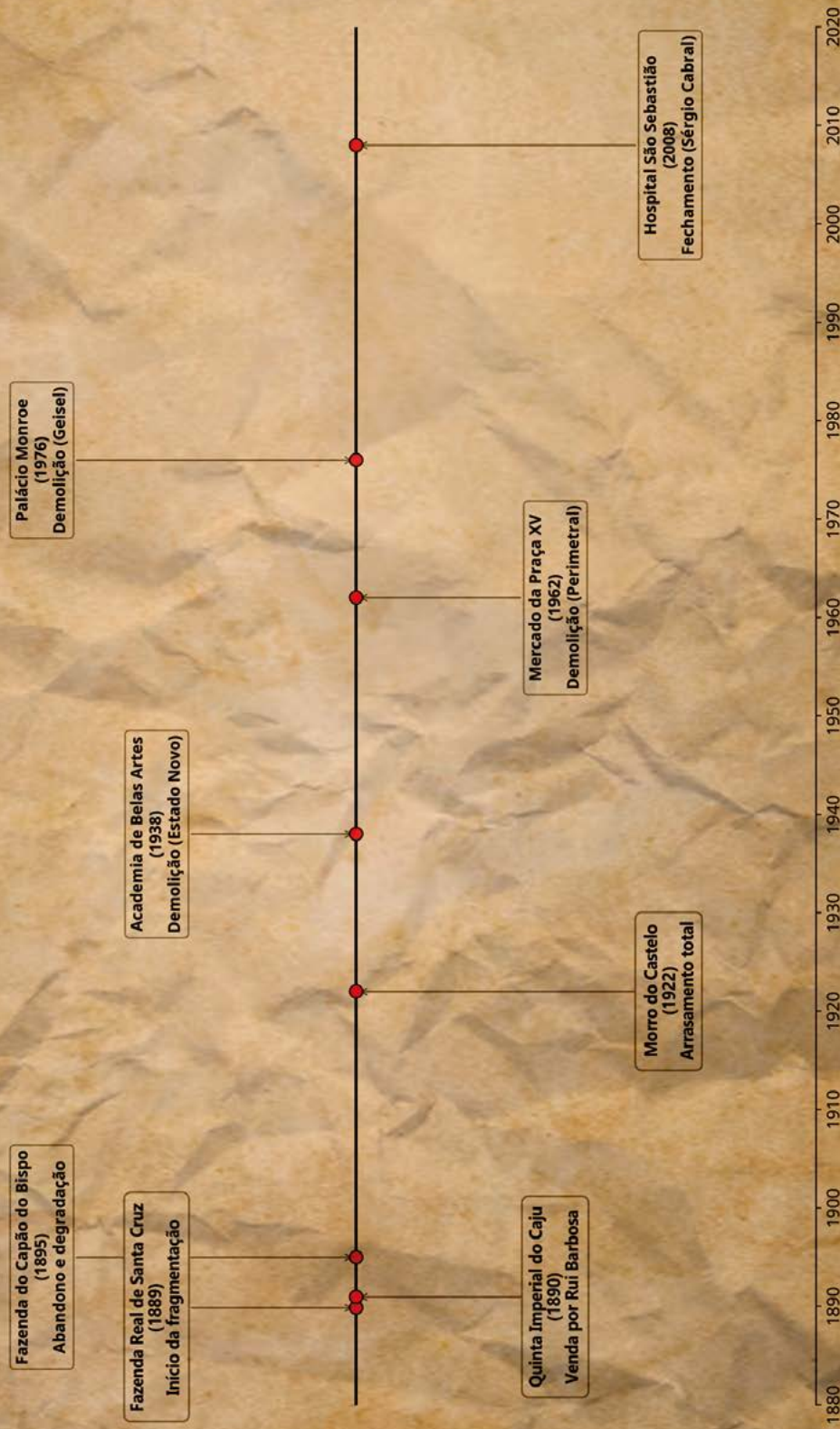
Supremo Tribunal Federal, 11 de Dezembro de 1920. — *H. do Espirito Santo*, P. — *Hermenegildo de Barros*, relator. — *Pedro Lessa*. — *André Cavalcanti*. — *Viveiros de Castro*. — *Leoni Ramos*. — *Pedro dos Santos*. — *Godofredo Cunha*. — *Muniz Barreto*. — *G. Natal*. — Fui presente, *A. Pires e Albuquerque*.

O destino da antiga Quinta do Caju, outrora palco de veraneio imperial e, mais tarde, de efervescência industrial sob a égide da Companhia Edificadora, consolidou-se definitivamente como um polo de vocação militar e tecnológica ao longo do século XX. Após o encerramento das atividades da Companhia Edificadora, em algum momento entre as décadas de 1920 e 1940, o espaço que abrigava suas vastas oficinas e depósitos foi gradualmente incorporado à infraestrutura militar da Aeronáutica, marcando uma nova fase na história do bairro. Em 1959, essa área testemunhou o surgimento da Oficina Central Especializada da Diretoria de Rotas Aéreas (OCEDRA), uma instituição que, em 1963, alcançaria autonomia administrativa, refletindo a crescente importância estratégica do local para a defesa e a logística aérea do país. Essa evolução culminou, em 1982, com sua renomeação para Parque de Material de Eletrônica do Rio de Janeiro (Pame-RJ), um nome que evoca a modernidade e a alta tecnologia, mas que, paradoxalmente, repousa sobre as camadas de um passado imperial e industrial que foi sistematicamente apagado. O processo de industrialização e, posteriormente, de militarização da Ponta do Caju, com a expansão de suas instalações e a construção de novas estruturas, varreu quase por completo os vestígios do antigo refúgio imperial. As alamedas calçadas com pedrinhas multicoloridas, de quartzo branco, granitos amarelados e pedras avermelhadas, os jardins meticulosamente cuidados e as construções coloniais que compunham a Quinta Imperial foram, ao longo das décadas, gradualmente demolidos ou absorvidos pelas novas edificações industriais e militares. Hoje, o que resta é quase nada, nem memória documental, nem fotográfica, apenas alguns fragmentos de um patrimônio histórico que o Brasil republicano, em sua ânsia por modernidade e progresso, não soube, ou não quis, preservar, deixando para as gerações futuras o desafio de reconstruir a narrativa de um lugar onde a história se sobrepõe em camadas, cada uma mais densa e complexa que a anterior.⁸

8 BARROS, Gustavo de. **O problema siderúrgico nacional na Primeira República**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://mp.ra.ub.uni-muenchen.de/57389/1/MPRA_paper_57389.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.



Linha do Tempo: Destruição de Marcos Imperiais no Rio de Janeiro



A destruição dos marcos históricos do Império

O apagamento inicial e a periferia (1889-1900)

O início da República no Brasil não trouxe apenas uma mudança de regime político; inaugurou um processo sistemático e deliberado de apagamento da memória material do Império, que se manifestou com particular vigor na capital federal. O novo governo republicano, imbuído de um fervor positivista e da necessidade urgente de legitimação, viu nos marcos arquitetônicos e nas grandes propriedades da Coroa símbolos de um passado que precisava ser superado ou, ao menos, descaracterizado para dar lugar à “modernidade” republicana¹. Esse fenômeno de “iconoclastia administrativa” não se restringiu aos grandes monumentos do centro da cidade; ele avançou silenciosamente sobre as periferias e as zonas rurais do Rio de Janeiro, onde as antigas fazendas reais e quintas imperiais foram as primeiras vítimas de uma política de

¹ SUPERINTENDÊNCIA da Fazenda de Santa Cruz (1889-1930). In: **Dicionário da administração pública brasileira da Primeira República**. [S. l.]: Arquivo Nacional, [2024]. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/555-fazenda-de-santa-cruz-2>. Acesso em: 22 abr. 2026.

fragmentação e abandono². A transição de “Imperial” para “Nacional” nas denominações oficiais não foi apenas uma alteração semântica, mas o prelúdio de um desmonte patrimonial que visava desarticular a unidade administrativa e produtiva que sustentara a Monarquia por quase sete décadas, transformando espaços de lazer e gestão da Coroa em ativos de mercado ou em ruínas esquecidas sob o pretexto da utilidade pública³.

Neste capítulo, falarei um pouco sobre a perda parcial ou inteira de patrimônios históricos importantes para a compreensão da formação e conformação do Rio de Janeiro e do país. Um dos exemplos mais dramáticos desse apagamento inicial ocorreu na Zona Oeste, com a fragmentação da Fazenda Real de Santa Cruz, que outrora fora a joia da Coroa e sede de veraneio da Família Imperial. Com a instituição da República, a agora Fazenda Nacional de Santa Cruz sofreu um processo acelerado de loteamento e remissão de foros, desmembrando o vasto latifúndio que caracterizava a região. O governo republicano, ao priorizar a liquidação de terras e a ocupação desordenada, ignorou a integridade do conjunto arquitetônico que servia à administração imperial, levando ao abandono de estruturas históricas fundamentais que, isoladas de seu contexto original, sucumbiram à degradação. Simultaneamente, na Zona Norte, a Fazenda do Capão do Bispo, no Cachambi, experimentava um destino semelhante de ostracismo; residência de figuras ligadas à Igreja e à Coroa, a propriedade foi deixada “ao sabor do tempo” pelo novo regime, que via naquelas paredes o fantasma de uma elite que não mais encontrava lugar na nova ordem social⁴. O abandono dessas sedes rurais nas periferias cariocas entre 1889 e 1900 representou o primeiro estágio de um apagamento que, ao desvalorizar o patrimônio fora do eixo central, condenou marcos seculares ao esquecimento e à ruína estrutural.

Na região portuária, o caso da Quinta Imperial do Caju destaca-se como o ápice da negligência política e da especulação que marcaram a década de 1890. O episódio da venda da propriedade pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, sem a

2 PEDROZA, Manoela; SILVA, Henrique Dias Sobral. Novos proprietários e velhas disputas pela apropriação de terras públicas na Primeira República: Fazenda Nacional de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1891-1933. **Em Perspectiva**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51658>. Acesso em: 23 abr. 2026.

3 MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. **Rui Barbosa**: cronologia da vida e da obra. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021.

4 VIEIRA, Vanessa Campos Ribas. Fazenda Capão do Bispo: o esquecimento do patrimônio histórico. **Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXXI, v. 9, n. 207, p. 1-18, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://semanacademica.org.br/artigo/fazenda-capao-do-bispo-o-esquecimento-do-patrimonio-historico-no-aglomerado-urbano>. Acesso em: 22 abr. 2026.

devida anuência do marechal Deodoro da Fonseca simbolizou a transformação do patrimônio histórico em moeda de troca política e econômica. O loteamento da Quinta para fins industriais e a subsequente ocupação por galpões e oficinas não apenas apagaram as alamedas e jardins onde a Família Imperial buscava refúgio, mas também deram início a um processo de descaracterização urbana que empurrou a memória monárquica para as margens da legalidade e da visibilidade⁵. O desaparecimento total das edificações originais da Quinta do Caju, engolidas pela expansão portuária e pela formação de comunidades, é o testemunho material de uma República que, em seus anos iniciais, preferiu o lucro imediato e o apagamento simbólico à preservação de um legado que unia a cidade ao seu passado imperial. Assim, o período de 1889 a 1900 consolidou uma política de “terra arrasada” na periferia carioca, onde o silenciamento dos marcos imperiais serviu de alicerce para uma nova capital que tentava, a todo custo, esconder suas raízes sob o manto de um progresso excludente e desmemoriado⁶.

Para alguns desses marcos há esperança; para outros, o apagamento é um sintoma de uma doença grave que atinge o país: o desprezo pelo passado e o amor pelo dinheiro em nome de um desenvolvimento e progresso que nunca chegam.

-
- 5 VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.
 - 6 SILVA, Andréa Corrêa da. **Casa de Fazenda do Capão do Bispo**: um legado ao sabor do tempo. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/trabalhos-de-conclusao-e-monografia/casa-da-fazenda-do-capao-do-bispo-um-legado-ao-sabor-do-tempo>. Acesso em: 22 abr. 2026.



826.130 AA
1964

M A P P A

da Fazenda

de S.^a Cruz.

Segunda a mediçãõ do Tombõ dos Jesuitas



ESCALA DE  HUMA LEGOA
ou 3000 bracas



A fragmentação da Fazenda Real de Santa Cruz (1889-1890)

A trajetória da Fazenda Real de Santa Cruz é uma das crônicas mais fascinantes e, ao mesmo tempo, melancólicas da formação territorial do Rio de Janeiro, representando um microcosmo das tensões entre o poder religioso, a autoridade monárquica e o pragmatismo republicano. Suas raízes remontam ao final do século XVI, quando as terras foram doadas aos padres da Companhia de Jesus, em 1589; eles transformaram o vasto latifúndio em um modelo de eficiência produtiva e administrativa sem paralelos na colônia. Sob a gestão jesuítica, Santa Cruz tornou-se um centro de criação de gado, produção agrícola e manufatura, contando com uma infraestrutura que incluía currais, olarias e uma sofisticada rede de canais para o escoamento da produção⁷. No entanto, com a expulsão dos jesuítas em 1759, por determinação do Marquês de Pombal, a propriedade foi incorporada ao patrimônio da Coroa Portuguesa, iniciando sua fase como Fazenda Real e, posteriormente, Imperial. A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, elevou Santa Cruz ao *status* de sede de veraneio, transformando o antigo convento em palácio e fazendo da região o destino preferencial de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, que viam naquelas terras não apenas um refúgio de lazer, mas um símbolo da presença majestosa no extremo oeste da capital.

O ano de 1889 marcou o início de um processo de republicanização que, longe de ser apenas uma mudança de regime, representou um ataque frontal à integridade administrativa e simbólica de Santa Cruz. Rebatizada como Fazenda Nacional de Santa Cruz, a propriedade foi alvo de uma política deliberada de fragmentação em que o novo governo buscou desarticular o antigo sistema de foros e arrendamentos que mantinha a unidade do latifúndio imperial. Entre 1889 e 1890, a Superintendência da Fazenda de Santa Cruz, agora sob o comando republicano, iniciou um processo acelerado de remissão de foros e loteamento de terras, transformando arrendatários em proprietários e incentivando a ocupação desordenada de áreas que outrora eram preservadas para a gestão da Coroa⁸. Essa fragmentação não foi apenas uma medida de reforma agrária incipiente,

7 Arquivo Nacional. Fazenda Nacional de Santa Cruz (EM): Instrumentos de Pesquisa. Governo Federal.

8 VERÍSSIMO, Antônio Augusto. Santa Cruz e a Fazenda Nacional: notas sobre a situação fundiária. **Coleção Estudos Cariocas**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1-5, ago. 2004. Disponível em: <https://estudos-cariocas.rio/ojs/article/view/50>. Acesso em: 22 abr. 2026.

mas uma estratégia política para apagar os rastros do patrimonialismo monárquico, resultando na perda da coesão produtiva que fizera de Santa Cruz uma das maiores e mais ricas fazendas do país por séculos. O impacto foi imediato: a unidade administrativa que garantia a manutenção dos prédios históricos e da infraestrutura de canais foi desmantelada, condenando o conjunto arquitetônico a um longo período de abandono e degradação.

As implicações dessa fragmentação republicana foram profundas e duradouras, moldando a paisagem urbana e social da Zona Oeste de forma irreversível. Ao desmembrar a Fazenda Nacional, o governo abriu caminho para uma ocupação que, embora visasse a colonização agrícola dirigida, acabou por gerar um mosaico de propriedades fragmentadas e disputas fundiárias que se arrastariam por décadas. O palácio que outrora abrigara imperadores foi transformado em quartel e escola, enquanto as vastas pastagens e currais foram engolidos pelo crescimento urbano desordenado e pela instalação de indústrias. A republicanização de Santa Cruz, portanto, operou como uma ferramenta de apagamento da memória imperial em que a destruição da unidade física da fazenda serviu para silenciar a importância histórica da região como centro de poder. O resultado foi um bairro que, apesar de sua riqueza documental e arquitetônica, passou a ser visto como uma periferia distante e esquecida, onde os marcos do passado monárquico sobreviviam apenas como ruínas ou como nomes de ruas em um mapa que tentava, a todo custo, ignorar suas raízes aristocráticas.

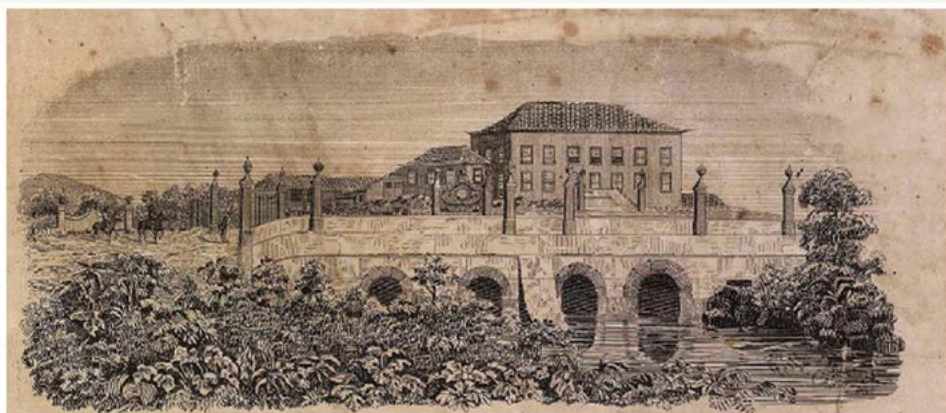
Apesar do longo período de ostracismo e degradação que se seguiu ao desmonte republicano, a memória de Santa Cruz resistiu através da persistência de seus moradores e de movimentos sociais que, ao longo do século XX, lutaram pela preservação de seu patrimônio. Esse esforço de resgate histórico culminou em um marco significativo em 17 de maio de 2022, quando o bairro recebeu oficialmente o título de Bairro Imperial de Santa Cruz, através de uma lei municipal que reconheceu sua importância fundamental na história do Brasil⁹. Essa conquista não foi apenas uma homenagem simbólica, mas um ato de reparação histórica que buscou reintegrar Santa Cruz ao roteiro cultural e turístico do Rio de Janeiro, valorizando marcos como o Palácio de Santa Cruz (atual Batalhão Escola de Engenharia), o Hangar do Zeppelin e a Ponte dos Jesuítas¹⁰. O título

9 Fundação Dom Pedro. Bairro Imperial de Santa Cruz: Reconhecimento e História. 2022. <https://www.facebook.com/santacruzreal/>

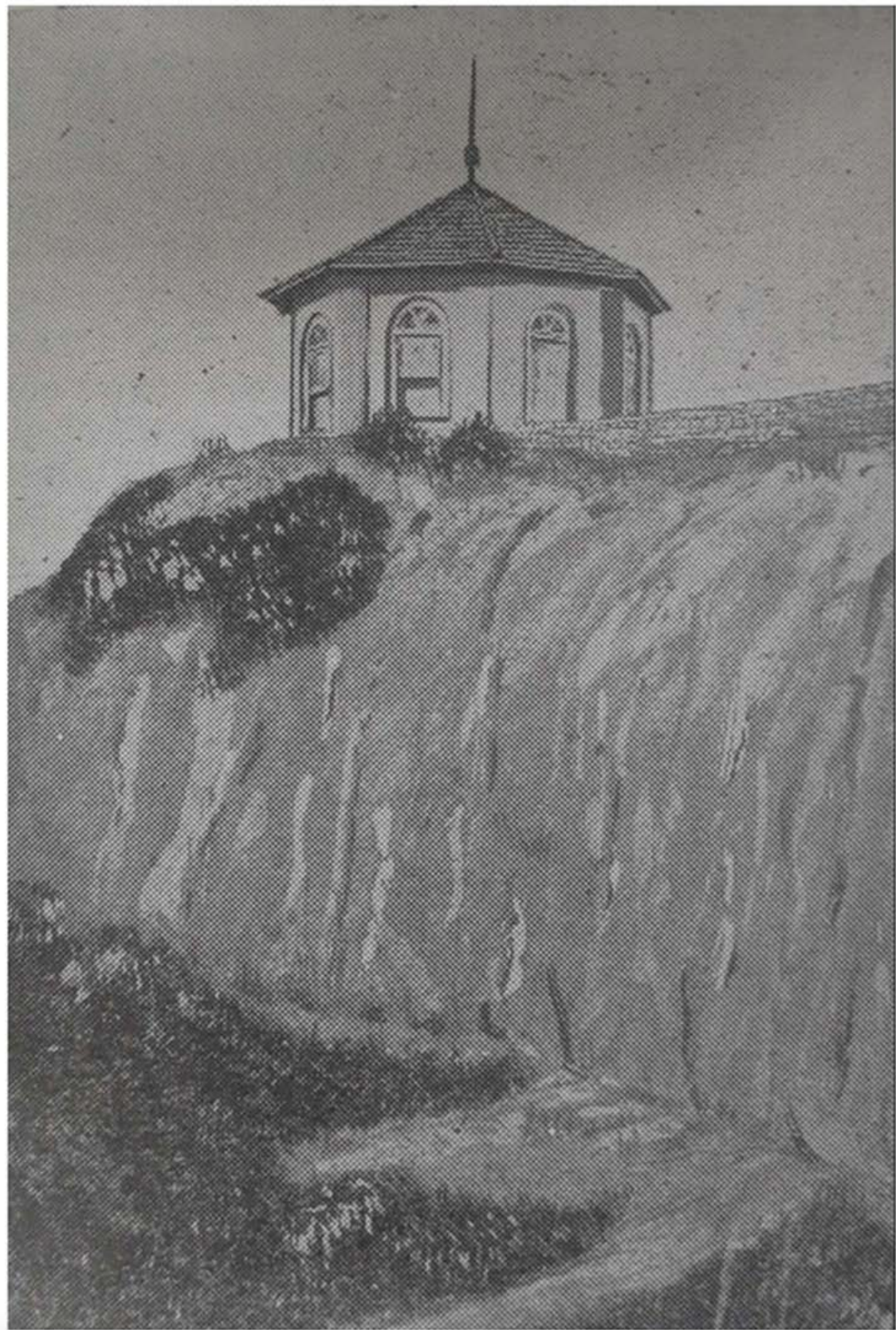
10 RIO DE JANEIRO. **Lei n.º 7.374, de 17 de maio de 2022**. Dispõe sobre o reconhecimento do Bairro de Santa Cruz como Bairro Imperial e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, [2022]. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/conlei.nsf/2e->

de Bairro Imperial representa uma vitória contra o apagamento iniciado em 1889, reafirmando que, mesmo após séculos de fragmentação e negligência, a identidade de Santa Cruz permanece intrinsecamente ligada ao seu passado como sede do poder real e imperial.

Ao olharmos para Santa Cruz hoje, percebemos que o título conquistado em 2022 é o ponto de partida para um novo ciclo de valorização que tenta reverter os danos causados pela republicanização predatória do final do século XIX. A trajetória que vai dos jesuítas ao Bairro Imperial é um testemunho da resiliência do patrimônio histórico frente às decisões políticas arbitrárias e ao descaso administrativo. O desafio contemporâneo reside em transformar esse reconhecimento oficial em políticas públicas efetivas de restauro e preservação, garantindo que os marcos remanescentes da Fazenda Real e Imperial não sejam apenas relíquias do passado, mas elementos vivos da identidade carioca. A história de Santa Cruz ensina que o apagamento da memória, por mais sistemático que seja, nunca é total enquanto houver uma comunidade disposta a reivindicar suas raízes e a lutar pela dignidade de seu território. Dessa forma, o Bairro Imperial de Santa Cruz ressurge não como uma sombra da Monarquia, mas como um símbolo de resistência cultural que, finalmente, começa a receber o devido valor no mosaico histórico da cidade do Rio de Janeiro e que precisa ser conhecido e revisitado.



Planta corographica de huma parte da provincia do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz. 1848. Ilustração de Conrado Jacob Niemeyer. Acervo da Biblioteca Nacional.





A venda e a industrialização da Quinta Imperial do Caju (1890)

A história da Quinta Imperial do Caju, frequentemente reduzida ao episódio de sua venda polêmica em 1890, guarda em suas camadas mais profundas o registro de uma convivência improvável e tensa entre o lazer aristocrático e o nascimento da indústria pesada no Brasil. Diferentemente da imagem puramente bucólica que se costuma projetar sobre os banhos de mar da Família Imperial, sobretudo durante a gestão de Pedro II, a Ponta do Caju já experimentava, desde meados do século XIX, os primeiros sinais de uma industrialização precoce que transformaria irremediavelmente a paisagem da Baía de Guanabara¹¹.

Enquanto D. Pedro II buscava o Retiro Saudoso para aliviar as tensões do Estado, o som das marretas e o vapor das caldeiras a poucos metros de sua residência de veraneio já anunciavam a chegada de uma nova era¹². Essa vizinhança entre o palacete e a fábrica não era fruto do acaso, mas de uma política imperial que, ao mesmo tempo em que preservava seus refúgios, incentivava a ocupação produtiva do litoral para garantir a defesa e o abastecimento da capital. A instalação de empreendimentos como, em 1857-1858, a Companhia Manufatora, que dependia da extração de calcário das conchas locais para a fabricação de cal, marcou o início de uma simbiose onde o solo sagrado da Monarquia passava a ser escavado em nome do progresso material. Alguns anos mais tarde, parte do terreno da Imperial Quinta do Caju foi cedido para a empresa que ficaria responsável pela construção da rede de abastecimento de água, que deu origem à Estrada de Ferro Rio D'Ouro. A apenas um mês da deposição do imperador, mais uma parte da Quinta foi tomada e outra empresa surgiu, a Companhia Industrial de Stearina, que, felizmente, tem parte de sua edificação preservada.

11 GARCIA, Cleidson. **Imperial Quinta do Caju, um patrimônio destruído e esquecido nas brumas do tempo**. [S. l.]: Especial Rio Antigo, 24 maio 2021. Disponível em: <https://especialrioantigo.blogspot.com/2021/05/imperial-quinta-do-caju-um-patrimonio.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

12 ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (Almanak Laemmert). [S. l.: s. n.], 1858-1927.



Companhia Industrial de Stearina da Ponta do Caju. <https://www.novomilenio.inf.br/santos/ho3oog38g.htm>

Essa industrialização incipiente durante o Segundo Reinado criou uma dinâmica urbana singular, em que a nobreza e o operariado dividiam o mesmo horizonte marítimo, ainda que separados por muros. A presença da Empresa Edificadora, consolidada na década de 1870, trouxe para o Caju uma infraestrutura de oficinas e depósitos que contrastava violentamente com as alamedas de pedras multicoloridas e os jardins de árvores frutíferas, sabiamente mandadas plantar por D. João VI em sua residência de recreio¹³. O Império, em sua fase final, parecia tentar equilibrar a preservação de seus marcos de prestígio com a necessidade premente de modernização ferroviária e naval, permitindo que a periferia da Quinta fosse gradualmente engolida por galpões que produziam desde vagões de trem até reparos para a esquadra. Essa ocupação precoce, no entanto, mantinha um certo decoro administrativo enquanto a Coroa era a proprietária das terras; havia uma hierarquia clara onde a indústria servia ao Estado e respeitava, ainda que minimamente, os limites do patrimônio imperial. O Caju desse período era um laboratório de modernidade onde a tradição colonial das chácaras de banho começava a ceder espaço para a fuligem das chaminés, preparando o terreno para o desmonte que viria com a mudança de regime.

13 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Prêmio Rui Barbosa 1999**: uma visão do controle do dinheiro público. Brasília, DF: TCU, 1999.

PONTA DO CAJÚ



Indicação, sempre, de uma situação anterior, em 18 de Maio, para o Estado
de São Paulo, de 18 de Maio de 1890.
Mapa por Antonio de
O. Soares.

Estado de São Paulo, 18 de Maio de 1890, em 18 de Maio de 1890.
Mapa por Antonio de
O. Soares.

Estado de São Paulo, 18 de Maio de 1890, em 18 de Maio de 1890.
Mapa por Antonio de
O. Soares.

Estado de São Paulo, 18 de Maio de 1890, em 18 de Maio de 1890.
Mapa por Antonio de
O. Soares.

Terras ocupadas indevidamente pela Compa. Edificadora na Quinta do Cajú

de 13 de Setembro de 1890
Local 1200



Legenda
1. Casas
2. Ruínas
3. Ruínas
4. Ruínas
5. Ruínas
6. Ruínas
7. Ruínas
8. Ruínas
9. Ruínas
10. Ruínas
11. Ruínas
12. Ruínas
13. Ruínas
14. Ruínas
15. Ruínas
16. Ruínas
17. Ruínas
18. Ruínas
19. Ruínas
20. Ruínas
21. Ruínas
22. Ruínas
23. Ruínas
24. Ruínas
25. Ruínas
26. Ruínas
27. Ruínas
28. Ruínas
29. Ruínas
30. Ruínas
31. Ruínas
32. Ruínas
33. Ruínas
34. Ruínas
35. Ruínas
36. Ruínas
37. Ruínas
38. Ruínas
39. Ruínas
40. Ruínas
41. Ruínas
42. Ruínas
43. Ruínas
44. Ruínas
45. Ruínas
46. Ruínas
47. Ruínas
48. Ruínas
49. Ruínas
50. Ruínas
51. Ruínas
52. Ruínas
53. Ruínas
54. Ruínas
55. Ruínas
56. Ruínas
57. Ruínas
58. Ruínas
59. Ruínas
60. Ruínas
61. Ruínas
62. Ruínas
63. Ruínas
64. Ruínas
65. Ruínas
66. Ruínas
67. Ruínas
68. Ruínas
69. Ruínas
70. Ruínas
71. Ruínas
72. Ruínas
73. Ruínas
74. Ruínas
75. Ruínas
76. Ruínas
77. Ruínas
78. Ruínas
79. Ruínas
80. Ruínas
81. Ruínas
82. Ruínas
83. Ruínas
84. Ruínas
85. Ruínas
86. Ruínas
87. Ruínas
88. Ruínas
89. Ruínas
90. Ruínas
91. Ruínas
92. Ruínas
93. Ruínas
94. Ruínas
95. Ruínas
96. Ruínas
97. Ruínas
98. Ruínas
99. Ruínas
100. Ruínas

Com a Proclamação da República, em 1889, o equilíbrio precário entre o lazer imperial e a produção industrial foi brutalmente rompido pelo que podemos chamar de republicanização predatória. O novo regime não via na Quinta do Caju um patrimônio a ser preservado, mas um Próprio Nacional — o que chamaríamos hoje de Imóvel da União — subutilizado que precisava ser liquidado para alimentar as engrenagens do Encilhamento de Rui Barbosa e da nova ordem econômica. A transição administrativa de 1890 acelerou a descaracterização da área, transformando o que era uma convivência regulada em uma ocupação desenfreada e sem critérios de preservação histórica. É importante lembrar, estimado leitor, que, muito próximo à residência de veraneio da Família Imperial no Caju, a Santa Casa havia, em 1851, estabelecido um cemitério, o qual, segundo avaliação dos moradores de São Cristóvão e da Ponta do Caju, teria desvalorizado as terras, fazendas e chácaras locais.

A venda direta de vastas porções da Quinta para a Companhia Edificadora sem a realização de hasta pública foi um duríssimo golpe na integridade daquele conjunto arquitetônico. O resultado imediato dessa política foi a fragmentação do solo, em que os jardins imperiais foram retalhados para a passagem de trilhos e construção de novos pavilhões fabris, apagando em poucos anos o que a natureza e a história haviam levado décadas para construir. A industrialização, que antes era uma vizinha incômoda, tornou-se a proprietária absoluta do território, ditando um novo ritmo de ocupação que ignorava solenemente o valor simbólico do antigo refúgio de D. João VI.

As implicações dessa industrialização acelerada e sem planejamento patrimonial foram devastadoras para a memória material do Caju. A republicanização operou como um catalisador de destruição, em que a urgência de transformar a capital em um centro cosmopolita e produtivo justificava o arrasamento de qualquer vestígio do passado monárquico. As edificações da Quinta, já fragilizadas pelo avanço industrial, foram sendo gradualmente demolidas ou incorporadas a estruturas fabris de tal forma que se tornaram irreconhecíveis. O processo de aterro da orla, necessário para a expansão portuária e para as atividades da Empresa Edificadora, alterou a linha de costa e soterrou as praias onde a Família Imperial realizava seus banhos medicinais. Esse apagamento geográfico foi acompanhado por um silenciamento documental; os registros das transações e das demolições muitas vezes perdiam-se em arquivos desorganizados ou eram deliberadamente ignorados para evitar questionamentos sobre a legalidade das alienações de bens públicos. O apagamento premeditado tem dificultado os estudos e pesquisas sobre a história local e impede a reconstrução da memória patrimonial, dando

margem a inúmeros equívocos que resultam na falta de identidade e sentimento de pertencimento dos moradores. O Caju, que poderia ter sido preservado como um parque histórico e sanitário, no sentido de lugar salutar, foi condenado a ser um enclave de ferro e fuligem, poeira e poluição onde a história imperial sobrevive apenas em fragmentos de alicerces escondidos sob o asfalto das oficinas.

Ao analisarmos o legado desse período, percebemos que a destruição da Quinta Imperial do Caju não foi um acidente de percurso, mas uma decisão política consciente de priorizar o capital industrial sobre a memória nacional. O panorama que emerge da pesquisa de Cleydson Garcia, historiógrafo, pesquisador e entusiasta da história do Rio de Janeiro, e de outros historiadores revela uma República que, em sua infância, agiu com a fúria de quem precisava apagar as provas de um crime para estabelecer sua própria legitimidade. A industrialização precoce, que no Império era vista como um braço do desenvolvimento nacional, na República tornou-se o instrumento de uma higienização patrimonial que empurrou o Caju para uma zona de invisibilidade histórica. Hoje, para quem caminha pelas ruas do bairro — ao menos os que entendem o local não somente como Cemitério, mas como um local de trabalho e residência —, o que se vê é o resultado final dessa escolha: uma área densamente ocupada por galpões, depósitos e infraestrutura portuária, onde o nome **Quinta do Caju** ressoa como um eco distante de um tempo em que a beleza das águas e a sombra dos cajueiros eram mais importantes que o lucro das escrituras. A lição que o Caju nos deixa é a de que o progresso que não respeita o passado acaba por construir um futuro sem identidade, em que a cidade perde sua alma em troca de uma modernidade que, muitas vezes, nasce velha e desmemoriada.

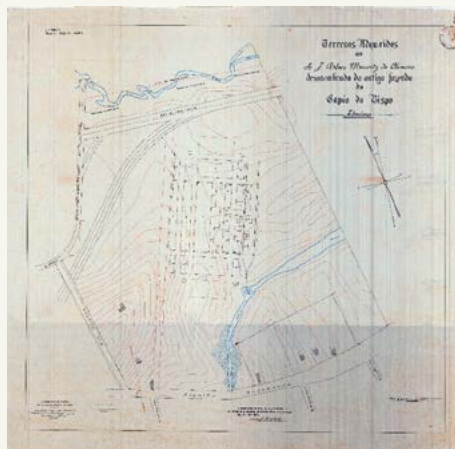




O abandono da Fazenda do Capão do Bispo (1890-1900)

Desviemos nosso olhar da orla portuária e sigamos juntos em direção à Zona Norte, onde, entre os bairros de Del Castilho e Cachambi, repousa um dos testemunhos mais silenciosos e resilientes da nossa história rural: a Fazenda do Capão do Bispo. Localizada estrategicamente no alto de uma colina, na atual Avenida Suburbana, essa propriedade não é apenas um marco geográfico, mas um relicário de tempos em que o Rio de Janeiro ainda se desenhava entre engenhos e vastas plantações¹⁴. Sua história remonta ao século XVIII, quando as terras pertenciam à influente família Castelo Branco, mas foi a figura de D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, o sexto bispo do Rio de Janeiro, que selou definitivamente a identidade do lugar¹⁵. O bispo, um homem de visão e pioneirismo, transformou a fazenda em um centro de experimentação agrícola, sendo creditado como um dos primeiros a introduzir e disseminar o cultivo do café na Baixada Fluminense, muito antes de o grão se tornar o “ouro negro” que sustentaria a economia do Império¹⁶. A arquitetura da Casa Grande, com suas varandas laterais e telhados de quatro águas, já anunciava a transição do estilo colonial para a sobriedade oitocentista¹⁷.

-
- 14 VIEIRA, Vanessa Campos Ribas. Fazenda Capão do Bispo: o esquecimento do patrimônio histórico. **Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXXI, v. 9, n. 207, p. 1-18, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/fazenda-capao-do-bispo-o-esquecimento-do-patrimonio-historico-no-aglomerado-urbano>. Acesso em: 22 abr. 2026.
 - 15 NERY, Frederico Morato. **Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco: um resgate histórico à memória do bispo carioca** 2025. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/24752>. Acesso em: 22 abr. 2026.
 - 16 LEAL, Luiz Paulo. Atlas da evolução urbana do subúrbio carioca: 1565/2015. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 41-57, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/35873>. Acesso em: 22 abr. 2026.
 - 17 OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. **Retratos de família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá: séculos XVI-XVIII**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) — Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321197184_Retratos_de_Familia_sucessao_terras_e_ilegitimidade_entre_a_nobreza_da_terra_de_Jacarepagua_seculos_XVI-XVIII. Acesso em: 22 abr. 2026.



A importância da Fazenda do Capão do Bispo transcende a sua produtividade agrícola, residindo na sua rara tipologia arquitetônica que sobreviveu aos séculos como um exemplar quase único da casa-grande senhorial carioca. Diferentemente dos palacetes urbanos, a sede da fazenda mantinha uma estrutura funcional e austera, com paredes de pedra caiada que guardavam a intimidade de uma elite que equilibrava a fé católica com a gestão de um vasto patrimônio fundiário. A capela anexa, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, era o centro espiritual da propriedade, onde se realizavam batismos e missas que reuniam não apenas a família senhorial, mas também os trabalhadores e escravizados da fazenda. Durante o Período Imperial, o local era um ponto de referência na Estrada Real de Santa Cruz, servindo de pouso e observação para viajantes que cruzavam os subúrbios em direção ao oeste. No entanto, essa relevância histórica e arquitetônica, que deveria ter garantido a sua preservação eterna, tornou-se o seu maior fardo quando os ventos republicanos começaram a soprar em 1889, trazendo consigo uma nova ordem que via no passado religioso e aristocrático um obstáculo à modernidade¹⁸.

O abandono sistemático da Fazenda do Capão do Bispo entre 1890 e 1900 foi um reflexo direto da republicanização que, como vimos anteriormente, priorizou o apagamento dos símbolos ligados à Igreja e à Coroa. Com a queda da Monarquia e a separação entre Estado e Igreja, as propriedades que mantinham vínculos com a alta hierarquia eclesiástica perderam seu *status* de proteção oficial, sendo empurradas para uma zona de invisibilidade administrativa. A família Castelo Branco, embora mantivesse a posse de partes da terra, viu-se isolada

18 FAZENDA Capão do Bispo. In: NOPH-RJ. [S. l.], 31 out. 2011. Disponível em: <https://nophrj.blogspot.com/2011/10/fazenda-capao-do-bispo.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

em um regime que incentivava a fragmentação dos antigos latifúndios para a expansão ferroviária e urbana. As razões para o abandono não foram apenas financeiras, mas ideológicas: o novo governo republicano não tinha interesse em manter sedes rurais que evocassem a autoridade de bispos e nobres, preferindo deixar que o tempo e a intempérie fizessem o trabalho de demolição silenciosa. Sem o uso oficial e sem o apoio do Estado para a manutenção de suas estruturas seculares, a casa principal começou a sofrer com infiltrações e o mato avançou sobre os jardins outrora produtores das mudas de café que ganharam o mundo¹⁹.

19 SILVA, Andréa Corrêa da. **Casa de Fazenda do Capão do Bispo: um legado ao sabor do tempo**. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/trabalhos-de-conclusao-e-monografia/casa-da-fazenda-do-capao-do-bispo-um-legado-ao-sabor-do-tempo>. Acesso em: 22 abr. 2026.



17 D. JOSÉ JOAQUIM JUSTINIANO
MASCARENHAS CASTELOBRANCO.

Ao longo da primeira década da República, a fazenda foi sendo gradualmente cercada pelo crescimento desordenado dos subúrbios, perdendo sua conexão com a paisagem rural e tornando-se um enclave de silêncio em meio ao barulho das fábricas e dos trens que passavam pela Estrada de Ferro Central do Brasil. O descaso foi tamanho que, por décadas, o local foi esquecido pelos guias oficiais da cidade, sobrevivendo apenas na memória oral dos moradores mais antigos de Del Castilho. A fragmentação urbana da Zona Norte, acelerada pela abertura de novas avenidas e pelo loteamento predatório, isolou a colina do Bispo, transformando o que era um centro de poder em uma “ilha de pedra” cercada por asfalto. Esse processo de ostracismo foi tão profundo que, mesmo após o tombamento pelo Iphan em 1947 — um ato tardio de reconhecimento de sua importância arquitetônica —, a fazenda continuou a lutar contra a negligência, sofrendo com incêndios e invasões que ameaçaram apagar de vez o legado do Bispo Castelo Branco²⁰. O abandono republicano, portanto, não foi um evento isolado, mas o início de um longo ciclo de desvalorização do patrimônio suburbano que perdura até os dias atuais.

O futuro da Fazenda do Capão do Bispo parece, finalmente, vislumbrar uma luz de esperança em meio às brumas do esquecimento. Recentemente incluída em projetos de revitalização e restauro através do Novo PAC, a promessa é de que o casarão seja transformado em um museu e centro cultural, devolvendo à comunidade de Del Castilho e Cachambi o orgulho de possuir um tesouro colonial em seu território^{21, 22}. No entanto, o leitor deve permanecer atento: a história recorrente de degradação, incêndios e desabamentos de prédios e casas históricas nos ensina que o título de “Bairro Imperial” ou o tombamento oficial não são garantias de preservação se não houver uma vigilância constante da sociedade civil e uma cobrança enfática para que o bem tombado seja, de fato, preservado. O resgate do Capão do Bispo é uma tarefa de reparação histórica que vai além

20 LYRA, Julio Cesar. Tombada pelo Iphan, Fazenda do Capão do Bispo passa por novo incêndio. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tombada-pelo-iphan-fazenda-do-capao-do-bispo-passa-por-novo-incendio-associacao-alega-negligencia-do-governo-do-estado-1-25432676>. Acesso em: 22 abr. 2026.

21 SERRA, Victor. Incluída no Novo PAC, Fazenda Capão do Bispo será finalmente revitalizada e transformada em museu. **Diário do Rio**. Rio de Janeiro, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://diariodorio.com/incluida-no-novo-pac-fazenda-capao-do-bispo-sera-finalmente-revitalizada-e-transformada-em-museu/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

22 TEÓFILO, Jan. Este raro tesouro colonial está abandonado em Del Castilho. **Agenda do Poder**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2025. Disponível em: <https://agendadopoder.com.br/este-raro-tesouro-colonial-esta-abandonado-em-del-castilho/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

da reforma das paredes; trata-se de reintegrar a Zona Norte ao mapa da memória carioca, reconhecendo que a grandeza do Rio de Janeiro também foi construída nas colinas suburbanas, sob a sombra dos capões e pelo suor dos que ali trabalharam. Que este capítulo, este desvio do assunto central do livro, sirva como um convite para que o leitor visite e reivindique esse espaço, garantindo que o “esquecimento do patrimônio” seja apenas um parágrafo superado na longa e rica história de nossa cidade.



O século XX: reformas urbanas e modernização (1900-1970)

O século XX amanheceu para o Rio de Janeiro sob o signo de uma transformação radical que, em nome da modernidade e do higienismo que vai permear toda a nossa história, alteraria para sempre a fisionomia da antiga capital do Império. O leitor deve imaginar uma cidade que, ao ingressar na nova centúria, sentia o peso de suas raízes coloniais e imperiais como um fardo que impedia sua ascensão ao status de “Paris Tropical”²³. As reformas urbanas iniciadas no governo de Rodrigues Alves sob a batuta do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, não foram apenas intervenções de engenharia, mas um projeto político e ideológico que visava regenerar o tecido urbano através da demolição sistemática de cortiços, estalagens e, inevitavelmente, marcos históricos que remetiam à Monarquia²⁴. Esse período, marcado pelo lema do **Bota-abaixo**, inaugurou uma era em que o valor do solo e a fluidez do tráfego passaram a ditar o destino de edifícios seculares, em que a picareta dos operários se tornou o instrumento de uma República que desejava apagar as marcas de sua infância aristocrática para exibir ao mundo uma face cosmopolita e saneada²⁵.

-
- 23 TEIXEIRA, Suellem Demuner. **As reformas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX (1903-1906) e sua repercussão no território nacional**. [S. l.]: Que República é Essa, 2021. Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/323-reformas-urbanas-do-rio-de-janeiro-no-inicio-do-seculo-xx>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- 24 ROSSI, Bárbara Carvalho. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: o poder da imagem na gestão da cidade**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5404/1/BCRossi.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- 25 AZEVEDO, André Nunes. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. **Tempos Históricos**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 151-183, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/12480>. Acesso em: 22 abr. 2026.



A introdução desse novo ideário urbanístico trouxe consigo uma visão utilitarista do patrimônio, em que a preservação era frequentemente sacrificada no altar do progresso e da circulação. Ao longo das primeiras sete décadas do século XX, o Rio de Janeiro testemunhou uma sucessão de intervenções drásticas que, embora justificadas pela necessidade de expansão e modernização, resultaram em perdas irreparáveis para a memória nacional²⁶. O arrasamento de morros inteiros, a abertura de avenidas monumentais e a construção de viadutos rodoviários foram acompanhados por um discurso que tentava desqualificar o passado imperial imputando a ele estigmas como atrasado ou insalubre, legitimando a destruição de igrejas, palácios e mercados que compunham a identidade da cidade^{27, 28}. Essa mentalidade, que se estendeu desde a Reforma Passos até o auge do rodoviarismo, na década de 1960, operou uma verdadeira limpeza estética e social, empurrando os vestígios da Corte para as margens da História ou para o

26 MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. **Projeto Corredor Cultural**: preservação e área central do Rio de Janeiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-25112025-142542/pt-br.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

27 PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_PAIXAO_Claudia_Miriam_Quelhas-S.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

28 SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-13, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/hcsm/a/kYWBKz589rJvC5cz69TYSVL/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.

entulho dos aterros que ampliavam a orla carioca, ao passo que iam sepultando antigas praias²⁹.

Neste cenário de mutação constante, o patrimônio imperial foi tratado como um obstáculo físico a ser removido ou uma relíquia incômoda a ser descaracterizada. A modernização varguista e, posteriormente, os planos urbanísticos dos anos 1960 consolidaram uma política de Estado que via na renovação urbana uma forma de afirmação nacional, muitas vezes à custa da destruição de ícones arquitetônicos que haviam sobrevivido a todas as crises do século XIX^{30, 31}. O leitor perceberá, ao longo deste tópico que tento desenvolver, que a perda de marcos como o Morro do Castelo, a Academia Imperial de Belas Artes e o Mercado Municipal da Praça XV não foram eventos isolados, mas capítulos de uma mesma narrativa de negligência e arrogância administrativa que se somam a outras perdas já citadas neste capítulo³².

O Rio de Janeiro de 1970, com seus elevados e túneis, era uma cidade que havia conquistado a fluidez desejada pelos planejadores, mas que, no processo, havia silenciado vozes e marcos históricos que contavam a cronologia de um Brasil que a República ainda não sabia — ou não queria — integrar à sua própria imagem³³.

-
- 29 SANTOS, Vera Lúcia Moraes dos. **Pequena África ou Paris tropical?** resistência e cidadania no ensino da reforma urbana Pereira Passos (1903-1906). 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/25033>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- 30 ALVES, Andréa Teixeira. **A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio De Janeiro (1937-1944):** um estudo de caso em torno dos discursos sobre a modernidade brasileira. 2024. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2024. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/affaf218-d15d-4028-b690-413cdad9a41b>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- 31 BITAR, Nina Pinheiro. Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 263-284, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/fR9M6CmZDbGvGPvMPVWdqt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- 32 WANDERLEY, Andrea Camara Tenório. **Série “O Rio de Janeiro desaparecido” XVI: o prédio da Academia Imperial de Belas Artes**. [S. l.]: Brasiliana Fotográfica, 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26333>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- 33 GIESE, Juliana. **Da Belle Époque à cidade olímpica:** urbanismo, arquitetura e arte pública na Praça Mauá do Rio de Janeiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) — Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6882>. Acesso em: 22 abr. 2026.



Proibido cuspir nos bondes

1911 - Para que a cidade seja civilizada, o governador permitiu se criar leis. Para isso, Pereira Passos decretou uma série de leis que passaram a mudar os hábitos dos cariocas. Por determinação do prefeito, era proibido cuspar dentro dos bondes e falar de assuntos públicos dentro de seu espaço.

Também não seria mais permitido andar pelas ruas de mãos dadas, nem usar roupas largas, nem usar chapéus de palha. A proibição de cuspar nos bondes foi uma das primeiras leis de higiene pública. Para tornar a cidade mais limpa, a população não podia mais



Pereira Passos manda demolir o Rio colonial

1911 - Com a posse do prefeito Pereira Passos, ficou claro que o Rio de Janeiro deveria de ser uma cidade limpa e moderna. Para isso, o prefeito passou a demolir as construções antigas e a construir novas. No lugar de ruas estreitas e irregulares, foram criadas ruas largas e retas. Também foram criadas avenidas e parques. A cidade passou a ser mais moderna e mais limpa. A população não podia mais andar pelas ruas de mãos dadas, nem usar roupas largas, nem usar chapéus de palha. A proibição de cuspar nos bondes foi uma das primeiras leis de higiene pública. Para tornar a cidade mais limpa, a população não podia mais

andar, e permitir a circulação livre de pessoas. Os moradores das casas antigas foram obrigados a se mudar para as novas casas. A população não podia mais andar pelas ruas de mãos dadas, nem usar roupas largas, nem usar chapéus de palha. A proibição de cuspar nos bondes foi uma das primeiras leis de higiene pública. Para tornar a cidade mais limpa, a população não podia mais

Jornal do Brasil, 5 de novembro de 2000. P. 51

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pesq=%22Com%20a%20posse%20do%20Prefeito%20Pereira%20Passos%22&pagfis=31447



1910-15-20-25

1910-15-20-25

High ground of Lima

O arrasamento do Morro do Castelo (1920-1922)

Voltemos agora nossa atenção para o centro geográfico e espiritual do Rio de Janeiro colonial: o Morro do Castelo. Situado na atual região da Esplanada do Castelo, entre as ruas Santa Luzia e São José, esse acidente geográfico não era apenas uma elevação de terra, mas o verdadeiro berço da cidade, onde Estácio de Sá consolidou a fundação de São Sebastião, em 1567³⁴. Durante séculos, o cume do morro abrigou as instituições mais sagradas e poderosas da colônia, como o Colégio dos Jesuítas, a Igreja de São Sebastião e a Fortaleza de São Tiago da Misericórdia, formando um conjunto arquitetônico que simbolizava a união entre a cruz e a espada na conquista do território³⁵. A importância do local era tamanha que ali repousavam os restos mortais do próprio fundador da cidade, tornando o Castelo um relicário vivo da memória carioca, onde cada túnel e cada pedra alimentavam lendas sobre tesouros escondidos pelos jesuítas antes de sua expulsão, em 1759³⁶. No entanto, essa centralidade histórica, que deveria ter garantido a sua perenidade, tornou-se o alvo principal de uma República que insistia em ver no passado colonial um obstáculo físico e simbólico à sua ambição de modernidade³⁷.

O desmonte do Morro do Castelo, ocorrido de forma mais incisiva entre 1920 e 1922, sob a gestão do prefeito Carlos Sampaio, representou um dos episódios mais traumáticos de iconoclastia urbana na história brasileira. As razões apresentadas para tal ato de destruição eram multifacetadas, envolvendo desde argumentos higienistas, que classificavam o morro como um foco de insalubridade e um bloqueio à circulação dos ventos no centro — mesma premissa que justifi-

34 WANDERLEY, Andrea Camara Tenório. **Série “O Rio de Janeiro desaparecido” XXVI – Conclusão do arrasamento do Morro do Castelo por Augusto Malta**. [S. l.]: Brasiliana Fotográfica, 2023. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=34365>. Acesso em: 22 abr. 2026.

35 LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; MORGADO, Andrea Jundi. Monitorando transformações: a do Morro do Castelo, Rio de Janeiro. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 28-54, 2020. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/723>. Acesso em: 22 abr. 2026.

36 KESSEL, Carlos. **Tesouros do morro do Castelo: Mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

37 RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. **A Exposição Internacional do Centenário da independência política do Brasil em 1922 e a cidade do Rio de Janeiro: suas representações nos periódicos**. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9853224. Acesso em: 22 abr. 2026.

cou o desmonte de outros três morros no centro da cidade —, até alegações de ordem imobiliária e estética³⁸. O governo, na verdade, desejava criar uma vasta área plana para a instalação, em 1922, da Exposição Internacional do Centenário da Independência — um evento que deveria projetar para o mundo a imagem de um Brasil moderno e civilizado³⁹. Para os planejadores da época, o Castelo era uma verruga na face da metrópole, um amontoado de casarios velhos e igrejas decadentes não condizentes com a “Paris Tropical” que se pretendia erguer sobre os escombros da tradição. Assim, o berço da cidade foi sentenciado à morte em nome de uma limpeza que visava não apenas sanear o ar, mas também apagar os vestígios de uma ancestralidade que a elite republicana considerava atrasada.

A execução do arrasamento foi uma operação de engenharia monumental e impiedosa, utilizando jatos d’água de alta pressão e dinamite para, em poucos meses, reduzir a pó séculos de história. As cenas dantescas de igrejas seculares sendo desmoronadas e o Colégio dos Jesuítas, uma das instituições de ensino mais antigas das Américas, sendo transformado em lama e entulho são imagens que, até hoje, assombram a memória de todos que conhecem um pouco da história de fundação do Rio de Janeiro⁴⁰.

38 PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o morro do Castelo**: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922). 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_PAIXAO_Claudia_Miriam_Quelhas-S.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

39 KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. (Memória carioca, v. 2).

40 SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 3, n. 9, p. 1-21, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9451/6190>. Acesso em: 22 abr. 2026.



Jatos d'água são usados para remoção de terra do Morro do Castelo. Tomada do fundo da Santa Casa de Misericórdia. 1922. Fotografia de Augusto Malta. Rio de Janeiro (RJ). Acervo Instituto Moreira Salles.

O impacto social foi igualmente devastador, com a remoção forçada de milhares de moradores que ocupavam as encostas do morro em habitações coletivas e cortiços, acelerando o processo de favelização em outras áreas da cidade. O desmonte não poupou sequer o solo sagrado, exigindo o traslado apressado dos restos mortais de Estácio de Sá para a Igreja dos Capuchinhos, na Tijuca — um ato que simbolizou o desenraizamento definitivo da cidade de seu local de origem. O entulho resultante do desmonte foi utilizado para aterrar a orla da Praia de Santa Luzia, criando a atual Esplanada do Castelo e alterando permanentemente a linha de costa da Baía de Guanabara⁴¹.

41 RODRIGUES, Júlia Vilhena. **Camadas de memória entre o mar e o morro: da pequena África ao Porto Maravilha**. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia) — Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6760/1/2013_JuliaVilhena-Rodrigues.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.



Charge publicada na revista *Caretta*, edição de 15 de outubro de 1921.

As consequências desse apagamento material foram profundas e duradouras, deixando um vácuo na identidade carioca que nem mesmo os modernos edifícios de escritórios conseguiram preencher. Ao destruir o Morro do Castelo, a República não apenas eliminou um obstáculo geográfico, mas também soterrou camadas de arqueologia urbana que poderiam ter revelado detalhes cruciais sobre os primeiros séculos da ocupação portuguesa. O desmonte foi acompanhado por um silenciamento crítico na Imprensa oficial, que celebrava a conquista do espaço enquanto ignorava a perda irreparável de monumentos que eram patrimônio da humanidade. A resistência de intelectuais e historiadores da época foi insuficiente para deter as máquinas, evidenciando uma mentalidade administrativa que privilegiava o lucro imobiliário e a efemeridade das exposições internacionais sobre a preservação da memória coletiva. Qualquer semelhança, prezado leitor, com a atualidade não será mera coincidência. A especulação imobiliária continua devastando a história sob novos pretextos e alegações. O Castelo tornou-se, assim, o símbolo máximo do Bota-Abaixo republicano, uma lição amarga de como a busca cega pelo progresso pode resultar em uma cidade desmemoriada e carente de referências historiográficas.

Hoje, ao caminharmos pelas ruas planas da Esplanada do Castelo, é difícil para o transeunte desavisado perceber que, sob seus pés, existiu uma montanha repleta de significados e conflitos. O que resta são fragmentos documentais, registros fotográficos de Augusto Malta e as lendas que ainda ecoam nos subter-

râneos da imaginação carioca⁴². Revisitar a história do Morro do Castelo, além de necessário, é um exercício de arqueologia da alma da cidade, um esforço de reconexão do berço perdido ao mapa da nossa consciência contemporânea. Faço um tributo às pedras que foram moídas e às vozes que foram caladas, lembrando ao leitor que a grandeza de uma metrópole não se mede apenas pela altura de seus arranha-céus, mas pela profundidade de suas raízes e pelo respeito que dedica aos seus marcos fundadores. Que a memória do Castelo permaneça viva como um alerta contra tentativas presentes ou futuras de apagar a história em nome de modernidades passageiras.



Conclusão do arrasamento do Morro do Castelo. 1928. Fotografia de Augusto Malta. Rio de Janeiro (RJ). Acervo Instituto Moreira Salles.

42 LUCENA, Felipe. História do Morro do Castelo. **Diário do Rio**, Rio de Janeiro, 4 jun. 2015. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-morro-do-castelo/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

Estatutos
da
Imperial Academia
e Escola das
Bellas Artes,
estabelecida no Rio de Janeiro
por Decreto de 23 de Novembro
de 1820 —

Dec. S/N.

Orn. 82

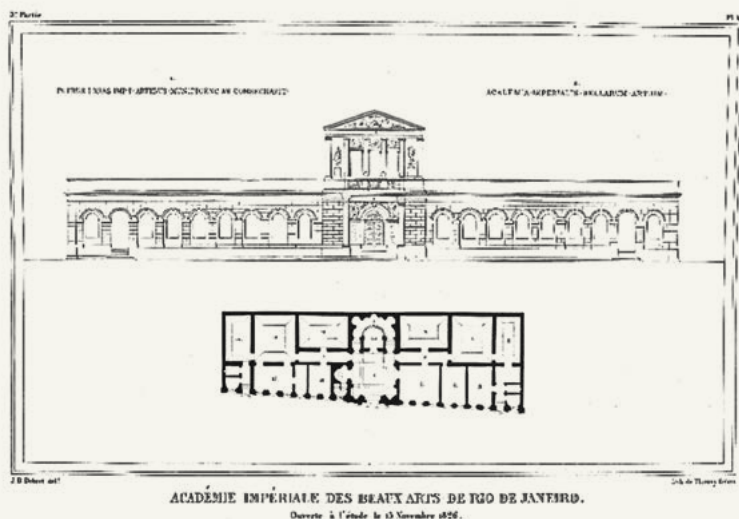
A demolição da Academia Imperial de Belas Artes (1938)

Há feridas que deixam marcas profundas, pequenas lembranças que, não se sabe ao certo a razão, foram deixadas como símbolo de uma era, enquanto outras, de igual importância, foram totalmente apagadas de nossas vistas e memória. A demolição da Academia Imperial de Belas Artes, em 1938, foi mais um dos episódios simbólicos de destruição patrimonial do século XX. Localizado na antiga Rua do Egito, atual Travessa de Belas Artes, no centro do Rio de Janeiro, o edifício era a obra-prima de Auguste-Henri Victor Grandjean de Montigny, o arquiteto que desembarcou no Brasil em 1816 como integrante da Missão Artística Francesa⁴³. Montigny foi o responsável por introduzir o rigor do neoclassicismo nos trópicos, rompendo com a tradição barroca e colonial para imprimir uma estética de ordem, simetria e proporção que condizia com as ambições de D. João VI e, posteriormente, de D. Pedro I⁴⁴. Além da Academia, inaugurada oficialmente em 1826, o arquiteto deixou um legado indelével na paisagem carioca, projetando marcos como a Praça do Comércio, atual Casa França-Brasil, e o Solar Grandjean de Montigny, na Gávea, obras que atestam sua maestria em adaptar a linguagem clássica europeia ao clima e aos materiais disponíveis no Brasil oitocentista⁴⁵.

43 WANDERLEY, Andrea Camara Tenório. **Série “O Rio de Janeiro desaparecido” XVI: o prédio da Academia Imperial de Belas Artes**. [S. l.]: Brasiliana Fotográfica, 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26333>. Acesso em: 22 abr. 2026.

44 SANTOS, Ana Maria Pessoa dos *et al.* **Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850)**. Inventário e questões de método. In: SEMINÁRIO DO MUSEU D. JOÃO VI, 6., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. v. 1. p. 68-87. Disponível em <https://rubi.casarui Barbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6866?show=full>. Acesso em: 22 abr. 2026.

45 SOLAR GRANDJEAN DE MONTIGNY: MUSEU UNIVERSITÁRIO. Rio de Janeiro, 1992-2026. *Site*. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/solar/index.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.



A Academia Imperial de Belas Artes não era apenas mais uma construção, mas o núcleo da formação artística e intelectual do país durante todo o Segundo Reinado. Suas colunas dóricas e seu frontão triangular simbolizavam a institucionalização do ensino das artes, servindo de berço para gerações de pintores, escultores e arquitetos que moldaram a identidade visual da nação⁴⁶. O edifício representava a materialização do projeto civilizatório do Império, em que a arte deveria ser o espelho da história e da grandeza nacional⁴⁷. No entanto, aquilo que deveria ter garantido a sua preservação como monumento nacional tornou-se, por sua simbologia, seu maior estigma durante o Estado Novo. Para os teóricos do novo regime, a estética neoclássica da Academia era anacrônica, uma lembrança persistente de uma Monarquia que a República varguista desejava superar através de uma modernização agressiva e centralizadora⁴⁸.

46 ACADEMIA Imperial de Belas Artes (Aiba). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicoes/76534-academia-imperial-de-belas-artes-aiba>. Acesso em: 22 abr. 2026.

47 RIBEIRO, Monike Garcia. Um estudo de caso de memória e patrimônio: o resgate do Portal da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. **O Olho da História**, Salvador, jul. 2009. Disponível em: <https://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/monike.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026.

48 NAPOLITANO, Marcos. A semana e o século: o longo Modernismo brasileiro em perspectiva histórica. **Santa Barbara Portuguese Studies**, [s. l.], v. 10, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://sbps.spanport.ucsb.edu/sites/default/files/sitefiles/volume/vol_10/Santa%20Barbara%20Portuguese%20Studies%2C%202nd%20Ser.%2C%20Vol.%2010%20-%20Modernismo-%20100%20anos.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.



Entrada da Academia Imperial de Belas Artes, com a estátua de João Caetano em frente. 1891. Fotografia de Marc Ferrez. Acervo Instituto Moreira Salles.

A demolição ocorrida em 1938, sob a gestão do ministro Gustavo Capanema, foi um ato deliberado de substituição de paradigmas estéticos e políticos. O Estado Novo buscava uma nova linguagem arquitetônica que expressasse a força e a eficiência do governo, encontrando no modernismo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer o veículo ideal para essa mensagem⁴⁹. A destruição do prédio de Montigny não foi motivada por necessidade de espaço ou ruína estrutural, como ocorrido com muitos outros marcos imperiais, mas por uma decisão consciente de, com o apagamento do símbolo físico do ensino artístico impetrado pela Coroa, dar lugar a uma nova ordem. O ato representou a vitória da modernidade sobre a tradição, em que o neoclassicismo foi rotulado como uma importação artificial, enquanto o modernismo era promovido como a verdadeira expressão da

49 SILVA, Breno Carlos da. **Gustavo Capanema**: a construção das relações entre a *Intelligentsia* nacional e o Estado no Brasil (1934-1945). 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/2257.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

alma brasileira contemporânea. O leitor perceberá que a picareta que derrubou as paredes da Academia era movida por uma ideologia que via no patrimônio histórico um obstáculo à construção de uma identidade nacional homogênea e progressista.



Demolição do prédio da Academia, em 1939. O frontispício foi preservado e remontado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1939. Rio de Janeiro (RJ). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Demoli%C3%A7%C3%A3o_da_Academia_Imperial_de_Belas_Artes_01.jpg

O impacto dessa perda para a memória arquitetônica do Rio de Janeiro foi incalculável, resultando no desaparecimento de um dos poucos exemplares puros do neoclassicismo francês nas Américas. A demolição foi tão impiedosa que restou apenas o pórtico de entrada, salvo graças à intervenção de Lúcio Costa e transportado para o Jardim Botânico, onde permanece até hoje como uma “ruína deslocada” e melancólica⁵⁰. Esse fragmento isolado serve como um lembrete constante da arrogância administrativa que prefere o espetáculo do novo à conservação do antigo. A destruição da Academia abriu caminho para a construção de edifícios funcionais e despersonalizados, alterando a escala e a harmonia

⁵⁰ RIBEIRO, Monike Garcia. Um estudo de caso de memória e patrimônio: o resgate do Portal da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. **O Olho da História**, Salvador, jul. 2009. Disponível em: <https://oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/monike.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026.

daquela região do centro histórico⁵¹. O silenciamento das vozes que defendiam a preservação do prédio evidenciou o autoritarismo do período, em que o debate sobre o patrimônio era sufocado pela urgência de uma modernização que não admitia sombras do passado⁵².

Hoje, ao visitarmos o Jardim Botânico e contemplarmos o portal solitário de Grandjean de Montigny, somos confrontados com a fragilidade da nossa memória material, ao passo que, ao visitarmos o local original da Academia, há um grande painel fotográfico colocado como um memorial. O que deveria ser uma ode às belas-artes no Brasil transformou-se em um objeto de contemplação nostálgica, despojado de seu contexto original e de sua função social. A história da demolição da Academia Imperial de Belas Artes é mais uma lição amarga de como as decisões políticas podem apagar séculos de cultura em nome de modismos estéticos passageiros. O resgate dessa narrativa é fundamental para o leitor compreender que a preservação do patrimônio não é um ato de saudosismo, mas um exercício de cidadania e respeito às raízes que nos sustentam. O portal de Montigny deve continuar a nos interrogar qual cidade desejamos construir: uma que se renova respeitando seus marcos ou uma antropofágica, que busca uma modernidade sem alma e sem história⁵³.

51 DEPARTAMENTO de Artes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC: FUNARTE : Fundação Roberto Marinho, 1979.

52 SANTOS, Ana Maria Pessoa dos *et al.* **Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850)**. Inventário e questões de método. In: SEMINÁRIO DO MUSEU D. JOÃO VI, 6., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. v. 1. p. 68-87. Disponível em <https://rubi.casarui Barbosa.gov.br/handle/20.500.11997/6866?show=full>. Acesso em: 22 abr. 2026.

53 GIESE, Juliana. **Da Belle Époque à cidade olímpica: urbanismo, arquitetura e arte pública na Praça Mauá do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) — Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6882> . Acesso em: 22 abr. 2026.



O Mercado Municipal da Praça XV (1962)

A Praça XV de Novembro, que, por diversas vezes, foi palco de momentos importantes da nossa história, durante mais de meio século representou o principal centro de abastecimento carioca: o Mercado Municipal. Inaugurado em 1907, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, o edifício era uma das maiores e mais imponentes estruturas metálicas já importadas da Europa para o Brasil, fabricada na Bélgica e montada peça por peça no litoral do Rio de Janeiro⁵⁴. Com seus cinco torreões octogonais e uma arquitetura que mesclava a leveza do ferro com a solidez da alvenaria, o mercado substituiu o antigo e insalubre Mercado da Candelária, tornando-se o principal entreposto de alimentos da então capital federal⁵⁵. Ali, o vaivém de peixeiros, açougueiros e horticultores criava uma sinfonia cotidiana de cores e cheiros que definia a identidade da região portuária, servindo como o ponto de encontro entre a produção rural que chegava pelas barcas e o consumo voraz de uma metrópole em expansão⁵⁶. A importância do mercado transcendia o comércio, sendo um marco da engenharia e do urbanismo higienista que pretendia civilizar os costumes através de espaços amplos, ventilados e organizados.

A relevância do Mercado Municipal para a vida da cidade era tamanha que ele se tornou um ícone da paisagem urbana, figurando em cartões-postais e nas lentes de fotografos como Marc Ferrez e Augusto Malta⁵⁷. Seus torreões, com cúpulas envidraçadas, abrigavam não apenas *boxes* de venda, mas também restau-

54 BITAR, Nina Pinheiro. Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 263-284, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/fR9M6CmZDbGvGPvMPVWdqnt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.

55 SANTOS, Karine de Jesus. **Memória e espaço urbano**: um mercado público para Ouro Preto. 2021. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) — Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3561/1/MONOGRAFIA_Mem%C3%B3riaEspa%C3%A7oUrbano.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

56 MARFETAN, Taiany Braga. **Feiras livres e cidade**: experiências urbanas contemporâneas na cidade do Rio de Janeiro. 2025. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/24268>. Acesso em: 22 abr. 2026.

57 RÉGIS, Nycole de Araújo. **Arte como janela**: representações pictóricas e transformações urbanas do Rio de Janeiro da Primeira República. 2025 Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-o8122025-172436/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

rantes sofisticados — como o Albamar, que, desde 1933, ocupava um dos espaços superiores, oferecendo uma vista privilegiada da Baía de Guanabara para a elite e os turistas⁵⁸. No entanto, essa vitalidade começou a ser ameaçada na década de 1950, quando o ideário rodoviarista passou a dominar o planejamento urbano do Rio de Janeiro. O mercado, outrora símbolo de progresso, passou a ser visto pelos novos planejadores como um obstáculo físico à fluidez do tráfego e à construção de vias expressas que deveriam ligar o centro às zonas Norte e Sul⁵⁹. A sentença de morte do edifício foi assinada em nome da criação de um elevado que auxiliasse a melhorar o fluxo na cidade, priorizando o asfalto sobre a história e a convivência social.



Interior do Mercado Municipal da Praça XV. 1941. <https://salacristinageo.blogspot.com/2013/11/mercado-municipal-da-praca-xv-memoria.html>

A demolição do Mercado Municipal, iniciada na manhã de 9 de janeiro de 1962, foi um dos atos mais drásticos de destruição patrimonial da era Carlos Lacerda. Sob o pretexto de abrir espaço para o segundo trecho do Elevado da Perimetral, a picareta e o trator avançaram sobre a estrutura belga, reduzindo a escombros décadas de tradição e cultura popular. O processo foi marcado por

58 Rio - Casas & Prédios Antigos. O torreão remanescente do Mercado Municipal da Praça XV. Registro Histórico. <https://www.instagram.com/reel/DMd1RQEJhtr/>

59 GIESE, Juliana. **Da Belle Époque à cidade olímpica: urbanismo, arquitetura e arte pública na Praça Mauá do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) — Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6882>. Acesso em: 22 abr. 2026.

protestos de comerciantes e frequentadores, que viam no mercado não apenas um local de trabalho, mas um pedaço da alma da cidade que estava sendo arrancado à força. A destruição foi tão abrangente que restou apenas um dos cinco torreões originais, salvo por sua importância arquitetônica e pela pressão de setores que não aceitavam o apagamento total daquele marco. Esse pavilhão remanescente, onde hoje funciona o restaurante Ancoradouro (antigo Albamar), permanece como uma sentinela solitária e melancólica, testemunhando o vazio deixado por seus companheiros de ferro e vidro.



Fachada do antigo Albamar Restaurante. Arquivo pessoal. 30/09/2023

O desaparecimento do mercado alterou profundamente a dinâmica da Praça XV, que perdeu sua função de centro de abastecimento e tornou-se um local de passagem árido, sombreado pela estrutura de concreto da Perimetral. A transferência das atividades para o recém-criado Ceasa, em Irajá, embora necessária do ponto de vista logístico, rompeu o vínculo histórico entre o porto e a mesa do carioca, descaracterizando a vocação comercial da orla. O leitor pode perceber que a demolição não foi apenas uma questão de engenharia, mas um projeto de segregação que afastou as classes populares do centro histórico, substituindo o mercado vibrante por uma via expressa que privilegiava o automóvel particular. O que restou do mercado, o torreão solitário, é hoje um monumento à resistên-

cia, mas também um lembrete da fragilidade do patrimônio diante das urgências de um progresso que raramente olha para trás⁶⁰.

Diante da demolição da Perimetral, em 2014, e da revitalização da orla através do projeto Porto Maravilha, surge inevitavelmente o questionamento: haveria possibilidade de reconstrução do Mercado Municipal? Embora a reconstrução física integral seja improvável devido às mudanças estruturais na região e ao alto custo de replicar a arquitetura de ferro belga, o debate sobre o resgate simbólico desse espaço é mais atual do que nunca. Urbanistas e historiadores sugerem que a área poderia abrigar um novo mercado gastronômico e cultural, que resgatasse a vocação de convivência e abastecimento da Praça XV, integrando o torreão sobrevivente a uma nova estrutura contemporânea⁶¹. Reconstruir o mercado não seria apenas um ato de saudosismo, mas uma forma de reparar o erro histórico de 1962, devolvendo ao Rio de Janeiro um ponto de encontro vital que a ditadura do automóvel tentou apagar. Que a memória do Mercado Municipal inspire novas formas de pensar a cidade em que o progresso e a história possam caminhar juntos, sem que um precise destruir o outro.



Demolição da Avenida Perimetral. Rio de Janeiro (RJ). <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/trecho-de-300-metros-do-elevado-da-perimetral-e-implodido-no-rio>

60 MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. **Projeto Corredor Cultural**: preservação e área central do Rio de Janeiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-25112025-142542/pt-br.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

61 SILVA, Diego Vernille da. **Mercados públicos em São Paulo**: arquitetura, inserção e contemporaneidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-22062017-144146/pt-br.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.



A Era Contemporânea: politicagem e negligência (1970-2026)

Após uma pequena viagem ao passado, quero conduzir você, leitor, através das últimas décadas do século XX e das primeiras do XXI, em uma incursão por um cenário onde a preservação da memória nacional passou a travar uma batalha desigual contra a politicagem e a negligência administrativa. A partir de 1970, o Rio de Janeiro, já consolidado como centro cultural do país, testemunhou o surgimento de uma estrutura institucional de proteção ao patrimônio, com o fortalecimento do Iphan e a criação de órgãos estaduais e municipais como o Inepac e o IRPH⁶². No entanto, a existência de leis e decretos de tombamento nunca foi suficiente para blindar os marcos imperiais contra o descaso crônico de sucessivas gestões que, muitas vezes, priorizaram o imediatismo eleitoral e a economia de recursos em detrimento da manutenção preventiva⁶³. O que se viu, na prática, foi uma patrimonialização de papel, em que edifícios de valor inestimável foram oficialmente reconhecidos como monumentos, mas deixados à mercê da ação do tempo, de invasões e de uma burocracia paralisante que transformou a conservação em um fardo político⁶⁴.

Essa negligência contemporânea não se manifestou apenas na ausência de restauros, mas em uma cultura de abandono que culminou em tragédias evitáveis e na perda definitiva de acervos que contavam a história da nossa formação como povo. O incêndio que devastou o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, em setembro de 2018, permanece como a ferida mais profunda e simbólica desse período, expondo ao mundo a fragilidade dos mecanismos de proteção e

62 SILVA, Alessandra Schimite da. **“Casa-grande da cultura”**: (re)patrimonialização e revocacionamento do Paço Imperial no Rio de Janeiro (1980-1990). 2021. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2021.

63 NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU**: incêndio no Museu Nacional é ‘perda inestimável’ para o Brasil e o mundo. Brasília, DF: Nações Unidas no Brasil, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80925-onu-inc%C3%AAdio-no-museu-nacional-%C3%A9-perda-inestim%C3%Aavel-para-o-brasil-e-o-mundo#:~:text=O%20coordenador%2Dresidente%20da%20ONU,mundo%22%2C%20afirmou%20o%20dirigente>. Acesso em: 22 abr. 2026.

64 SOUZA, Luciana Christina Cruz e. **Patrimônio e colonialidade**: a preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial. 2018. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) — Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/luciana_christina_cruz_souza.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

o abismo entre o discurso oficial e a realidade orçamentária^{65, 66}. O leitor deve ter percebido que o fogo que consumiu o Palácio de São Cristóvão não foi um acidente isolado, mas o resultado de anos de cortes de verbas, falhas de gestão e uma visão utilitarista que enxerga a cultura como um gasto supérfluo⁶⁷. A perda de milhões de itens científicos e históricos é o testemunho mudo de uma era em que a memória foi tratada como um acessório descartável, sacrificada no altar de uma política que raramente olha além do próximo ciclo de poder⁶⁸.

Apesar da sombra do descaso que se abateu sobre diversos patrimônios históricos do Rio de Janeiro, o período entre 1970 e 2026 também revelou lampejos de resistência e tentativas de resgate que buscam curar as cicatrizes deixadas pela negligência. Projetos de revitalização urbana, como o Porto Maravilha, trouxeram à tona camadas soterradas da história carioca, como o Cais do Valongo — forçando a cidade a confrontar seu passado imperial e escravocrata de forma mais direta^{69, 70}. Às vezes, o passado se mostra quase sem querer para provar que ainda há resistência. Contudo, mesmo essas intervenções monumentais são frequentemente permeadas por interesses imobiliários que ameaçam descaracterizar o entorno histórico em nome de uma modernidade higienizada⁷¹. O desafio que se

65 REGO, Tânia. A dor da perda. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, 272. ed., out. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-dor-da-perda/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

66 COMPROMISSOS do projeto. Rio de Janeiro: Projeto #museunacionalvive, [2026]. Disponível em: <https://museunacionalvive.org.br/apresentacao/compromissos/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

67 SEABRA, Roberto; SOUZA, Murilo. Para deputados, falta de recursos e falhas de gestão contribuíram para incêndio no Museu Nacional. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 4 set. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/544382-para-deputados-falta-de-recursos-e-falhas-de-gestao-contribuiram-para-incendio-no-museu-nacional/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

68 SILVA, Estevam. 200 anos para construir, 6 horas para destruir: a história do Museu Nacional. **Opera Mundi**, São Paulo, 2 set. 2025. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/pensar-a-historia/200-anos-para-construir-6-horas-para-destruir-a-historia-do-museu-nacional/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

69 GIESE, Juliana. **Da Belle Époque à cidade olímpica: urbanismo, arquitetura e arte pública na Praça Mauá do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) — Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6882>. Acesso em: 22 abr. 2026.

70 BITAR, Nina Pinheiro. Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 263-284, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/fR9M6CmZDbGvGPvMPVWdqnt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.

71 MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. **Projeto Corredor Cultural: preservação e área central do Rio de Janeiro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-25112025-142542/pt-br.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

apresenta ao leitor — e a todos nós — é o de transformar a indignação em ação e vigilância constante, exigindo que o patrimônio imperial, do Paço do Caju ao Cais do Valongo, deixe de ser um cenário de ruínas para se tornar um espaço vivo de educação e de cidadania. A história do Rio de Janeiro contemporâneo é, portanto, uma narrativa em aberto, em que a luta contra o apagamento exige mais do que tinta e argamassa: exige a coragem política de reconhecer que uma nação sem memória é uma nação sem destino. O Rio de Janeiro é, sem sombra de dúvida, um grande sítio arqueológico.



A demolição do Palácio Monroe (1976)

Estamos na antiga Cinelândia, onde, até meados da década de 1970, erguia-se uma das estruturas mais emblemáticas e controversas da República: o Palácio Monroe. Projetado pelo engenheiro militar Francisco Marcelino de Souza Aguiar, o edifício nasceu sob o signo do cosmopolitismo, servindo originalmente como o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, nos Estados Unidos, em 1904⁷². Sua arquitetura eclética, que fundia elementos clássicos e renascentistas com uma estrutura metálica moderna, rendeu-lhe o Grande Prêmio da exposição, sendo posteriormente desmontado e trazido de volta ao Rio de Janeiro para ser reerguido na Avenida Central. Rebatizado em homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, o palácio tornou-se um símbolo da inserção diplomática do Brasil no cenário internacional e, a partir de 1925, assumiu a função de sede do Senado Federal, consolidando-se como o epicentro do Poder Legislativo na então capital da República⁷³. Durante décadas, seus salões de mármore e seus imponentes leões de bronze testemunharam os debates mais acalorados da história política brasileira, representando a transição de uma estética imperial para uma identidade republicana que buscava inspiração no modelo democrático dos Estados Unidos⁷⁴.

72 WESTIN, Ricardo. Que fim levou o Palácio Monroe? **Agência Senado**, Brasília, DF, 4 maio 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/04/que-fim-levou-o-palacio-monroe>. Acesso em: 22 abr. 2026.

73 AVELAR, Lucas de Souza. **Brasilidades em disputa**: lutas de representações e narrativas nacionais no processo de demolição do Palácio Monroe (1960-1976). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16937/1/LSAvellar.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

74 LEAL, Bruno. Documentário examina a demolição do Palácio Monroe. **Agência Café História**, [s. l.], 3 maio 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/documentario-examina-a-demolicao-do-palacio-monroe/>. Acesso em: 23 abr. 2026.



Interior do Palácio Monroe, mostrando o plenário do Senado. Rio de Janeiro (RJ).

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/53/Pal%C3%A9cio_Monroe_%2815774001372%29.jpg/960px-Pal%C3%A9cio_Monroe_%2815774001372%29.jpg

A importância do Palácio Monroe transcendia sua função administrativa, sendo um marco visual e afetivo que definia a escala e a elegância da Praça Floriano. No entanto, com a transferência da capital para Brasília, em 1960, o edifício perdeu sua serventia original e passou a ser visto por setores da tecnocracia militar e do urbanismo modernista como um “monstrengo” anacrônico que obstruía a fluidez do tráfego e a visão do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial⁷⁵; pelo menos, foi essa a narrativa à época, mas que, a meu ver, tinha muito mais relação com questões políticas — afinal, o Rio de Janeiro acabara de perder o *status* de capital, mas ainda exercia influência no jogo político —, do que com questões estéticas ou quaisquer outras desculpas. A campanha pela sua demolição, iniciada de forma sistemática nos editoriais do jornal *O Globo*, rotulava o palácio como uma verruga arquitetônica, desprovida de valor artístico real por ser uma colagem de estilos europeus⁷⁶. Novamente, é possível perceber a conotação política sobressaindo à questão estética: para a ditadura militar, o

75 Macedo, C. M. V. Cinelândia: território de socialidade e de narrativas sem fim. Tese UERJ, 2013. https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15193/1/Tese_Cibele%20Mariano%20Vaz%20de%20Macedo.pdf

76 Atique, Fernando. A midiaticização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 149-175, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/svmtkPChsmLGvw8SfbcQYQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.

Rio de Janeiro não poderia ser visto como centro político, mas como uma memória que o regime desejava apagar em favor de uma modernidade centralizada e rodoviarista⁷⁷.



Palácio Monroe. 1920. Fotografia de José dos Santos Affonso. Rio de Janeiro (RJ). Acervo Instituto Moreira Salles.

A decisão final pela demolição, assinada pelo presidente Ernesto Geisel em 1976, ignorou os apelos de intelectuais, do Clube de Engenharia e até de pareceres técnicos do Iphan que recomendavam sua preservação⁷⁸. O argumento oficial de que o prédio impedia a construção do metrô e a ventilação da área foi amplamente contestado, uma vez que o traçado das linhas poderia ter sido ajustado sem sacrificar o monumento. O que torna o episódio ainda mais doloroso é o fato de que o Palácio Monroe, por sua própria natureza construtiva de estrutura metálica parafusada, poderia ter sido facilmente desmontado e transferido para outro local, como um parque ou uma nova área de expansão urbana, preservando sua integridade histórica⁷⁹. No entanto, a pressa administrativa e o desejo de

77 ALVARENGA, Daniel Levy de. **Memórias, resistências e ressonâncias no processo de destruição do Palácio Monroe**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12612>. Acesso em: 22 abr. 2026.

78 SUZUKI, Marcelo. **Lina e Lucio**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-05012011-151425/pt-br.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

79 PALÁCIO Monroe. Por que foi demolido? In: ANÁLISE CRÍTICA. [S. l.], 21 abr. 2010. Disponível em: <https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/04/21/palacio-monroe-por-que-foi-de->

um apagamento simbólico prevaleceram sobre a lógica da conservação, resultando em um espetáculo de destruição em que o mármore e o ferro foram vendidos como sucata em leilões públicos, dispersando os fragmentos de um patrimônio nacional por coleções particulares e jardins distantes⁸⁰.

Hoje, o vazio deixado pelo Palácio Monroe na Cinelândia é preenchido por um chafariz e uma praça que, embora funcionais, não conseguem restituir a dignidade arquitetônica que o edifício conferia ao centro histórico. Os leões de bronze, que outrora guardavam as escadarias do Senado, repousam agora no Instituto Ricardo Brennand, em Pernambuco, servindo como testemunhas mudas de um desenraizamento cultural que o Brasil ainda não superou. A demolição do Monroe permanece como um dos maiores erros patrimoniais da história contemporânea do Rio de Janeiro, uma lição amarga de como a intolerância estética e a conveniência política podem conspirar para destruir marcos que pertencem à alma da nação⁸¹.



molido/. Acesso em: 23 abr. 2026.

80 ACERVOS. Recife: Instituto Ricardo Brennand, [2026]. Disponível em: <https://www.institutoricardobrennand.org.br/index.php/acervo>. Acesso em: 23 abr. 2026.

81 LEITE, Thaisa Paula Rangel. **Praça Floriano, entre o espaço construído e o movimento da vida**. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social) — Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12387>. Acesso em: 23 abr. 2026.



HOSPITAL S. SEBASTIÃO
Necroterio

O Hospital Estadual de Infectologia São Sebastião (2008)

Retornemos, pois, ao solo sagrado e, por vezes, esquecido do Caju, para testemunhar o que restou de um dos atos finais da Monarquia brasileira: o Hospital Estadual de Infectologia São Sebastião.

Inaugurado em 9 de novembro de 1889, apenas seis dias antes da Proclamação da República, o hospital foi o último grande empreendimento oficial de D. Pedro II, erguido na então bucólica Praia do Retiro Saudoso como uma resposta desesperada às epidemias que assolavam a capital⁸². A escolha da Ponta do Caju não foi aleatória; sua localização estratégica permitia o isolamento necessário para tratar doenças infectocontagiosas, como a febre amarela e a varíola, longe do adensamento urbano do centro⁸³. Faço essa breve digressão no histórico do hospital para que o leitor relembre as circunstâncias que levaram o imperador a criar o hospital nessa localidade. O complexo, composto por pavilhões de arquitetura refinada e jardins que buscavam humanizar o tratamento, representava o auge do pensamento higienista da época, em que a cura passava tanto pela medicina quanto pela salubridade do ambiente⁸⁴. Sob a direção pioneira de figuras como o Dr. Carlos Seidl, o diretor mais longo e cujo nome hoje batiza a principal via do bairro, o hospital consolidou-se como um bastião da ciência, recebendo visitas de missões estrangeiras e tornando-se um centro de referência para a formação de médicos e enfermeiros em solo fluminense.

82 NEVES, Leonardo Souza das. **A ocupação Vila dos Sonhos entre memórias e esquecimento**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/20469>. Acesso em: 23 abr. 2026.

83 AMORA, Ana Maria Gadelha Albano; COSTA, Renato Gama-Rosa (org.). **A Modernidade na arquitetura hospitalar**: contribuições para a historiografia. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2019. (v. 1).

84 PORTO, Ângela (org.). **História da saúde no Rio de Janeiro**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.



Carlos Pinto Seidl. <https://www.anm.org.br/carlos-pinto-seidl/>
Autor e ano desconhecido.

Ao longo de mais de um século, os corredores do São Sebastião foram palco de batalhas épicas contra inimigos invisíveis, contando com a dedicação de mentes brilhantes da medicina nacional. Além de Carlos Seidl, nomes como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas frequentaram suas dependências, utilizando o hospital como laboratório para pesquisas que mudariam o rumo da saúde pública no Brasil⁸⁵. Médicos como Olavo Rocha e Plácido Barbosa da Silva dedicaram anos de suas vidas ao atendimento dos mais necessitados, enfrentando crises sanitárias como a Gripe Espanhola de 1918 com recursos limitados, mas com uma coragem inabalável⁸⁶. O hospital não era apenas uma instituição de saúde; era um símbolo de resistência e de um projeto de nação que valorizava a vida acima das disputas políticas. No entanto, o leitor perceberá que a mesma negligência que começou a corroer os marcos imperiais logo após a República também encontrou seu ca-

85 Brasileira Fotográfica. A Academia Nacional de Medicina e os médicos do Hospital São Sebastião. Fundação Biblioteca Nacional, 2019. <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=academia-nacional-de-medicina>

86 GOULART, Adriana da Costa. **Um cenário Mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/417/projeto/Dissert-adriana-da-costa-goulart.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

minho até os pavilhões do Caju, iniciando um lento processo de degradação que culminaria em um desfecho melancólico no início do novo milênio⁸⁷.

Depois de muito servir à saúde do país e aos estudos científicos, o ano de 2008 marcou o ponto de ruptura definitivo para o Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião, quando suas atividades foram oficialmente encerradas e o complexo foi desativado pelo governo estadual. O silêncio que se abateu sobre os pavilhões históricos não foi o de uma aposentadoria honrosa, mas o de um abandono deliberado que deixou o patrimônio à mercê da depredação e do esquecimento⁸⁸. A morte do hospital não ocorreu da noite para o dia, mas foi preparada ao longo dos anos, pautada em boatos de violência contra médicos e enfermeiros e outros pormenores que constam em discussões exaustivas nas Câmaras de Deputados e Vereadores. A mutilação física do hospital começou pouco depois, com a destruição de estruturas originais e o saque de materiais que outrora compunham a elegância neoclássica do conjunto. Pode o leitor acaso imaginar a ironia trágica de um local construído para salvar vidas ser condenado à morte administrativa, transformando-se em uma ruína que, em vez de contar a história da medicina, passou a ilustrar o descaso com a memória pública?⁸⁹ Esse apagamento não foi apenas arquitetônico, mas social, pois o fechamento do hospital retirou da região um serviço essencial, deixando um vácuo que logo seria preenchido pela urgência da sobrevivência humana⁹⁰.

Nesse cenário de escombros e promessas vazias, tantos rumores de que uma nova história iria nascer, escola, moradia... ah, moradia! Essa necessidade huma-

87 BENCHIMOL, Jaime Larry. Febre amarela e a instituição da microbiologia no Brasil (1821-1917). In: ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (História e Saúde, p. 56-97).

88 COSTA, Celia. Permanece impasse em área de antigo hospital do Caju. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 out. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/permanece-impasse-em-area-de-antigo-hospital-do-caju-17779766>. Acesso em: 23 abr. 2026.

89 CAJU - Aqui tem História! Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião, nosso eterno Hospital São Sebastião. [...]. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (ca. 1 min). Publicado pelo canal Caju Cultural. Disponível em: <https://www.facebook.com/cajucultural/videos/caju-aqui-tem-hist%C3%B3riainstituto-estadual-de-infectologia-s%C3%A3o-sebast%C3%A3o-nosso-ete/252159970179855/>. Acesso em: 23 abr. 2026.

90 BRASIL, Zenilda Ferreira. **Patrimônio industrial na cidade do Rio de Janeiro**: e a preservação dos espaços correlatos. 2022. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) — Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_zenilda_ferreira_brasil.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

na que, de tão importante, manifesta-se na Constituição como uma obrigação do Estado.

A área do antigo hospital foi ocupada no mesmo ano de seu fechamento, dando origem ao que hoje conhecemos como a Vila dos Sonhos. O nome, carregado de uma esperança quase dolorosa, reflete a realidade de centenas de famílias que, diante da falta de políticas habitacionais eficazes, encontraram nas ruínas imperiais o único refúgio possível⁹¹. Note, estimado leitor, o contraste gritante entre essa ocupação e os vultosos investimentos residenciais que, a poucos quilômetros dali, transformam a Zona Portuária através do projeto Porto Maravilha. Enquanto novos condomínios de luxo e museus monumentais são erguidos para uma elite globalizada, o Caju assiste à expansão de suas favelas sobre os restos de sua própria história, evidenciando uma segregação urbana que empurra a habitação social para as margens e para dentro de monumentos em ruínas⁹². A Vila dos Sonhos é, portanto, o retrato fiel de uma cidade que moderniza sua fachada enquanto negligencia suas raízes, permitindo que a favelização se torne o destino final de seus marcos mais nobres⁹³.

Ao encerrarmos este capítulo, o paralelo entre a destruição do Hospital São Sebastião e o desaparecimento da Quinta Imperial do Caju torna-se inevitável e perturbador. Ambos foram vítimas de uma mesma mentalidade que vê no patrimônio histórico um obstáculo ao lucro imediato ou um fardo administrativo pesado demais para ser carregado. A mutilação do hospital é o eco contemporâneo da venda obscura da Quinta, um processo contínuo de apagamento que

91 NEVES, Leonardo Souza das. Ocupação Vila dos Sonhos - Caju/RJ: uma leitura por meio de periódicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, VERDADE E TECNOLOGIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. l.], 2021. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-08/1724832000_37607c77f1a8ffb2012cb-54b325c7a3a.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

92 CARVALHO, Monique Batista; MOTTA Jonathan Willian Bazoni da; ROCHA, Lia de Mattos. **Milícias, facções e precariedade**: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023. Livro eletrônico. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369532621_Milicias_faccoes_e_precariedade_um_estudo_comparativo_sobre_as_condicoes_de_vida_nos_territorios_perifericos_do_Rio_de_Janeiro_frente_ao_controle_de_grupos_armados. Acesso em: 23 abr. 2026.

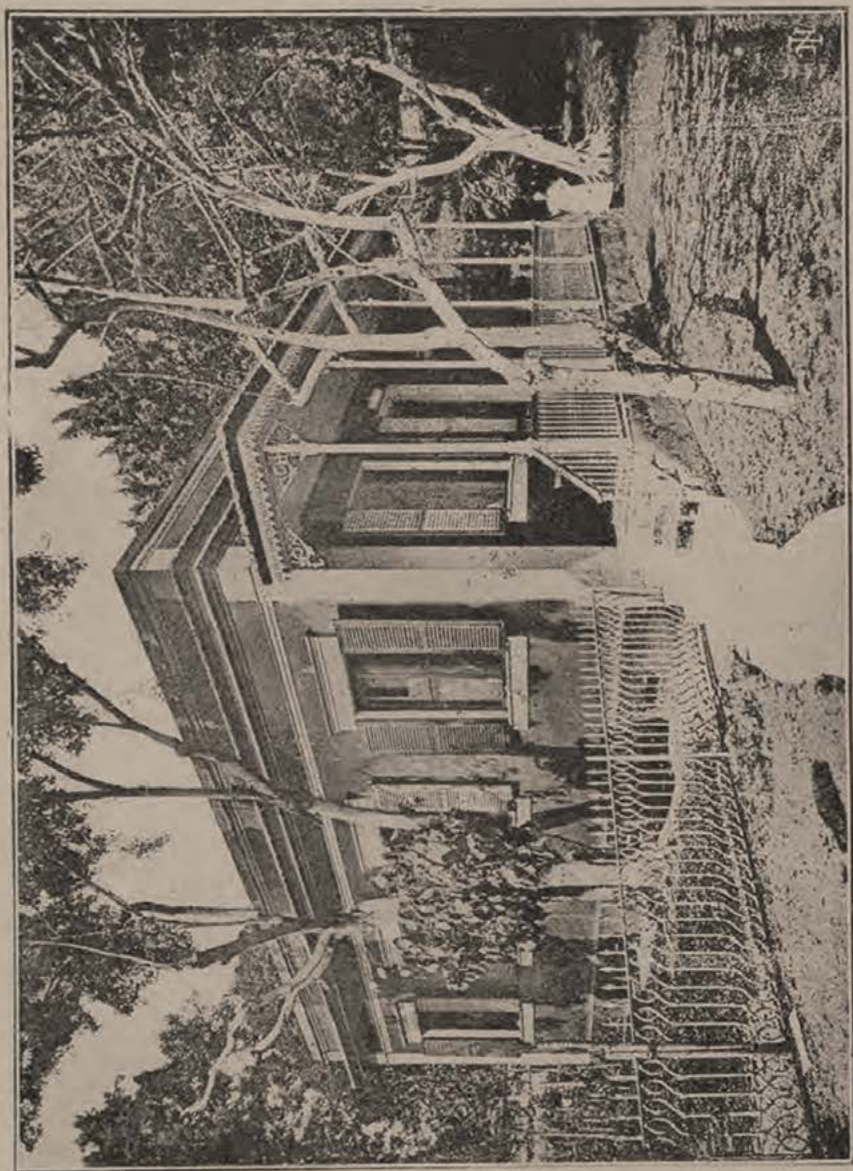
93 DIREITOS Humanos da Alerj. Luta pelo direito à cidade: a remoção de moradores da Vila dos Sonhos. In: **Direitos Humanos da Alerj**, [s. l.]: 26 nov. 2014. Disponível em: <https://medium.com/relatorio-da-comissao-de-defesa-dos-direitos/luta-pelo-direito-a-cidade-220c8f52506d>. Acesso em: 23 abr. 2026.

retira do morador do Caju o direito de se reconhecer em sua própria paisagem⁹⁴. Essa trajetória de perdas nos conduz diretamente ao tema central que permeia toda esta obra e que será o foco do nosso capítulo final: o grande **factoide** que envolve a Quinta Imperial e a polêmica Casa de Banho de Dom João VI. Sem querer antecipar os segredos que as próximas páginas revelam, convido o leitor a indignar-se comigo diante dessas ruínas, pois é nelas que reside a chave para compreendermos como o Caju, de refúgio das águas, tornou-se o palco de uma das maiores mutilações históricas do Rio de Janeiro.



HOSPITAL S. SEBASTIÃO.
Pavilhão de observação

94 HOSPITAL São Sebastião. [S. l.]: Águas do Caju, 2025. Disponível em: <https://www.aguasdocaju.com.br/hospital>. Acesso em: 23 abr. 2026.



HOSPITAL S. SEBASTIÃO

Quartos particulares

≈ Capítulo 10 ≈

Écbases¹

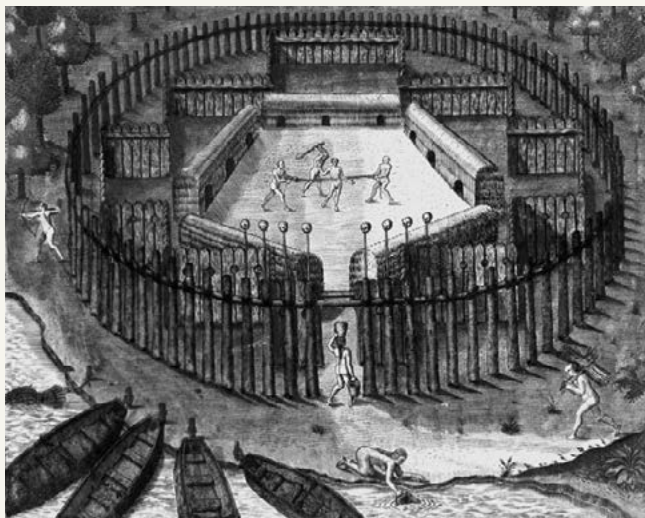
Sob o asfalto desgastado e as estruturas industriais que hoje definem o Bairro do Caju pulsa uma memória que o tempo e o descaso tentaram, sem sucesso, apagar por completo. Ao caminharmos por suas ruas, muitas vezes somos levados a crer que a simplicidade e decadência atual é a única face de sua história, mas a verdade é que esse recanto da Zona Portuária guarda em suas camadas mais profundas segredos e narrativas que desafiam as verdades estabelecidas e enraizadas no consciente coletivo. O Caju não nasceu como um subúrbio esquecido; ele foi, em tempos remotos, um cenário de beleza idílica, onde a natureza se manifestava em sua forma mais pura e exuberante. Antes que as chaminés e os aterros alterassem sua fisionomia, a região era um santuário de praias de areias brancas e águas tão cristalinas que permitiam vislumbrar a vida fervilhante no fundo da Baía de Guanabara. Cavalos-marinhos, camarões e até baleias eram visitantes frequentes desse litoral, que servia de moldura para uma paisagem que hoje nos parece saída de um sonho febril. Esse resgate da beleza original, sobre a qual falei exaustivamente no primeiro capítulo deste livro, é fundamental para que possamos questionar o véu de esquecimento que encobre o bairro, preparando o terreno para as revelações que este capítulo se propõe a desvendar, mergulhando em uma história muito mais rica e complexa do que a historiografia oficial costuma admitir.

¹ Digressão no discurso, divagação.



Praia do Retiro Saudoso. Fotografia de cerca de 1910. Imagem atribuída à Praia do Caju, onde D. João passou a se banhar no séc. XIX. “Saco do Raposo – Retiro Saudoso”, 1910 Gustavo Dall’Ara. Enciclopédia Itaú Cultural

Muito antes da chegada dos europeus, esse território já era palco de uma ocupação humana vibrante e sofisticada, protagonizada pelos povos indígenas que habitavam a Guanabara. A região era conhecida como Jabebiracica, uma das tabas tupinambás de maior destaque na baía, estrategicamente localizada próximo ao principal porto natural da região. O nome Jabebiracica, que em tupi antigo significa “arraia cotó” ou “arraia truncada”, é uma referência direta à abundância desses animais no litoral, cujos ferrões eram utilizados pelos guerreiros para confeccionar flechas de alto poder de penetração. Essa aldeia era tão importante que servia como ponto de partida e chegada para as trilhas que conectavam o litoral ao interior, sendo descrita por viajantes como Jean de Léry como um centro superpovoado e vital para a rede de comunicações indígena. A presença dos tupinambás em Jabebiracica era tão marcante que os franceses, em suas incursões no século XVI, estabeleceram ali laços estreitos, chegando a chamar o local de *Pepin*, em homenagem a um capitão normando. Essa ocupação ancestral estabelece o primeiro elo de uma corrente histórica que une o Caju ao passado mais remoto do Brasil, revelando que a vocação portuária e de acolhimento da região já estava inscrita em seu DNA muito antes de qualquer mapa colonial ser desenhado.



Representação de uma aldeia tupinambá <https://riomemorias.com.br/memoria/tupinambas/>. Gravura atribuída a Hans Staden

Com a expulsão dos franceses e a consolidação do domínio português, a aldeia de Jabeiracica passou por uma transformação radical, sendo ocupada por Arariboia e sua gente em 1568, passando a ser conhecida nos documentos oficiais como a “Aldeia de Martinho”. Essa transição marca o início de um processo de apagamento e reconfiguração do espaço em que as estruturas indígenas foram sendo gradualmente substituídas pela lógica colonial das sesmarias e das grandes propriedades rurais. A região, que outrora fora um centro de resistência e cultura tupinambá, foi fragmentada em chácaras e fazendas que aproveitavam a fertilidade do solo e a proximidade com o mar. Entre os proprietários que marcaram este período, destaca-se a figura de José Gouveia Freire, um rico comerciante português que estabeleceu na área uma ocupação que antecipava a futura valorização do Caju pela nobreza. Essa fase rural do bairro, embora menos documentada que o período imperial, é o elo perdido que explica como uma região de aldeias indígenas se transformou no refúgio predileto da Corte Portuguesa e da aristocracia no século XIX. É nesse hiato temporal que os segredos começam a se acumular e as narrativas mal contadas passam a ganhar força, alimentadas pela distância entre a realidade vivida e os registros oficiais que muitas vezes serviam apenas aos interesses dos novos senhores da terra.

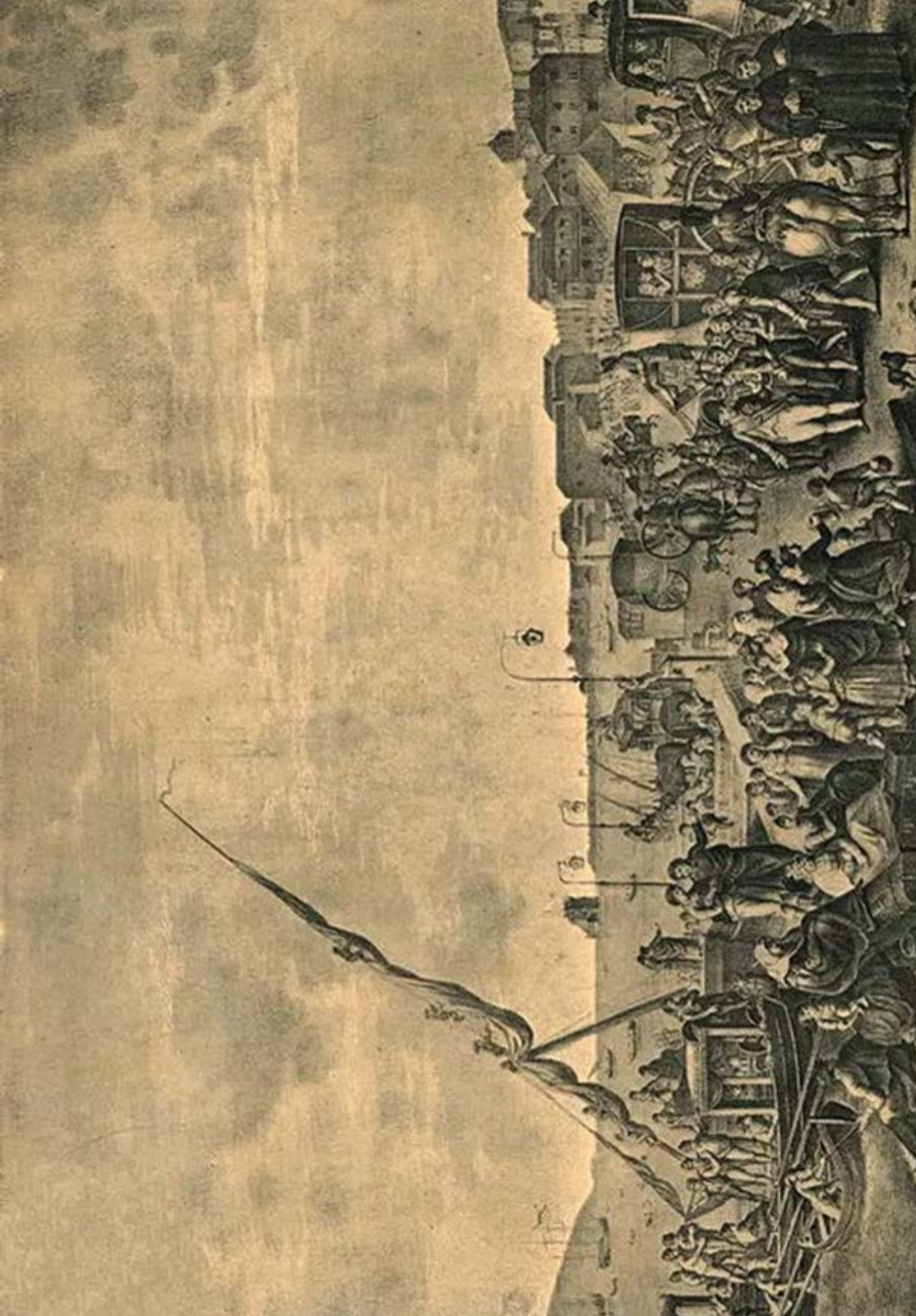
A chegada da Família Real, em 1808, agiu como um catalisador que acelerou as transformações no Caju, elevando-o da condição de área rural à de balneário da Corte. No entanto, essa “invasão real” trouxe consigo não apenas o progresso e a

urbanização, mas também a semente de uma confusão histórica que perdura até os dias atuais. A busca por refúgios que oferecessem alívio ao calor sufocante do centro da cidade e cura para os males do corpo levou D. João VI e sua comitiva a descobrirem as belezas da Ponta do Caju. A prática do banho de mar, até então incomum e vista com desconfiança, tornou-se uma moda ditada pelo próprio monarca, transformando as praias do Caju no primeiro balneário oficial do Rio de Janeiro. Contudo, é precisamente nesse ponto que a história começa a se bifurcar entre o fato e o mito. A necessidade de acomodar a vasta comitiva real e a criação de instituições em uma cidade despreparada geraram um ambiente de improviso onde propriedades foram doadas, confiscadas e renomeadas, criando um labirinto de registros que facilitou a perpetuação de equívocos. O Caju, com sua atmosfera bucólica, tornou-se o cenário perfeito para a construção de uma narrativa que, embora sedutora, esconde inconsistências que só uma análise minuciosa e desprovida de preconceitos pode revelar.

Ao encerrarmos esta introdução ao nosso último capítulo, convido-o, leitor, a manter o espírito crítico e a curiosidade aguçada. O que apresentamos até aqui é apenas a superfície de um oceano de histórias que buscam reemergir. O Bairro do Caju, em sua aparente decadência, é na verdade um palimpsesto onde cada época escreveu sua versão da verdade, muitas vezes sobrepondo-se e apagando a anterior. Para desespero de historiadores, pesquisadores e amantes do Rio de Janeiro, o Caju não foi o único lugar onde as camadas do progresso foram apagando a memória do passado. A intenção deste livro é precisamente atuar como um restaurador que remove as camadas de verniz e poeira para revelar a pintura original. Nas próximas páginas, mergulharemos nas figuras de comendadores influentes, em boatos reais que se tornaram dogmas e em tombamentos que, ironicamente, oficializaram o descaso. Prepare-se para uma jornada de desconstrução em que tudo o que foi escrito ao longo da minha narrativa culminará na revelação da verdadeira face da Quinta Imperial da Ponta do Caju. O esquecimento é uma forma de morte, mas a história, quando resgatada com rigor e paixão, tem o poder de devolver a vida e a dignidade a lugares que o mundo insiste em ignorar.



Retiro Saudoso. 1921. Fotografia de Guilherme Santos. Foto cedida pelo Museu da Imagem e do Som em 2025



Entre praias e promessas: a chegada da Família Real e a busca por um refúgio tropical



Galeota de D. João VI. <https://www.marinha.mil.br/dphdm/galeota-dom-joao-vi>
Consultado em 29/03/2026

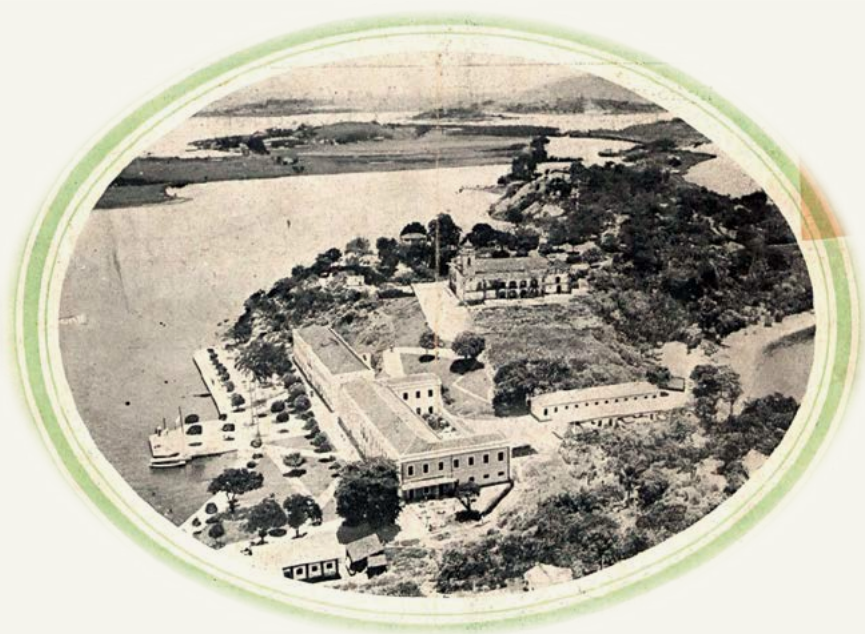
A chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808, não foi apenas um evento político de proporções continentais, mas o início de uma busca incessante por espaços que pudessem oferecer à Coroa o conforto e a salubridade que o centro da capital, com suas ruas estreitas e pântanos mal drenados, teimava em negar. É de se imaginar, caro leitor, que o príncipe regente D. João, acostumado ao frescor das colinas de Sintra e à brisa do Tejo, tenha sido subitamente confrontado com o calor sufocante e a umidade opressiva dos trópicos. Um horror! Essa necessidade de “respirar” levou a Corte a lançar seus olhos sobre a Baía de Guanabara, não apenas como uma via de transporte ou defesa, mas como um vasto jardim de delícias e refúgios potenciais. A busca por locais de recreio e veraneio tornou-se uma prioridade, e as ilhas e praias que pontilhavam a baía passaram a ser vistas como promessas de um refrigério onde a etiqueta rígida do Paço poderia, por breves momentos, dar lugar à contemplação da natureza. Essa atração pela orla marítima não era meramente estética; era uma questão de sobrevivência e bem-estar para uma nobreza que tentava recriar, em solo americano, os luxos e os hábitos de uma Europa que parecia cada vez mais distante.

Nesse cenário de exploração geográfica e sensorial, a região do Caju começou a se destacar como um destino de eleição, atraindo a atenção real por suas características singulares e proximidade com o Paço da Quinta da Boa Vista. As praias da Ponta do Caju se apresentavam como um balneário natural de águas calmas e areias finas, protegidas dos ventos fortes e oferecendo uma vista privilegiada da imensidão azul. D. João VI, conhecido por sua natureza reservada e por vezes hipocondríaca, encontrou nestas paragens o cenário ideal para seus passeios contemplativos. A proximidade com a Ilha do Bom Jesus, com a imponente Igreja do Bom Jesus da Coluna e o convento franciscano, conferia à região uma aura de sacralidade e respeito que agradava profundamente ao espírito religioso do príncipe. A beleza das ilhas vizinhas, como a Ilha das Enxadas e a Ilha do Governador, formava um arquipélago de possibilidades para a realeza, em que cada desembarque era uma oportunidade de descobrir um novo ângulo daquela natureza exuberante. O Caju, portanto, não era apenas um ponto no mapa, mas uma promessa de refúgio tropical que começava a ser silenciosamente integrada à rotina da Corte, plantando a semente de uma presença imperial que deixaria marcas indeléveis na memória do bairro.

Os confortos buscados por D. João VI iam muito além da simples sombra de um cajueiro; envolviam a criação de uma infraestrutura que permitisse ao monarca desfrutar da natureza sem abrir mão da dignidade real. A medicina da época, influenciada pelas novas teorias sobre a salubridade do ar marinho e as propriedades curativas da água salgada, passou a recomendar os banhos de mar como tratamento para diversos males, incluindo as persistentes feridas que afligiam as pernas do príncipe. No entanto, o ato de banhar-se não era uma tarefa simples para um soberano: exigia privacidade, proteção contra os elementos e, sobretudo, a manutenção do decoro. Relatos da época sugerem que D. João buscava locais onde pudesse entrar na água com o auxílio de barris ou estruturas de madeira que garantissem que seu corpo não fosse exposto aos olhares curiosos ou aos temidos caranguejos. Essa busca por um “banho seguro” e confortável foi o motor que impulsionou a valorização de certas áreas da Baía de Guanabara, transformando praias desertas em balneários exclusivos. O Caju, com sua topografia suave e águas protegidas, oferecia as condições ideais para que essas exigências reais fossem atendidas, tornando-se um laboratório para os primeiros hábitos de vilegiatura marítima no Brasil.

A Ilha do Bom Jesus, em particular, exercia um fascínio especial sobre a Família Real, funcionando como um ponto de referência espiritual e visual para quem frequentava a região do Caju. Fundada no início do século XVIII e doada aos

frades franciscanos, a ilha abrigava um convento que se tornou um local de visitas ilustres durante as festas religiosas. D. João VI era um frequentador assíduo da igreja, onde buscava conforto espiritual em meio às turbulências políticas de seu reinado. A torre sineira da Igreja de Bom Jesus da Coluna, emergindo entre as árvores da paisagem, era um marco que podia ser visto de longe, simbolizando a presença da fé e da tradição em meio à natureza selvagem. A relação da realeza com essa ilha e com as praias adjacentes, como a do Retiro Saudoso, criava um cinturão de influência imperial que ia moldando a percepção pública sobre o Caju. Embora a doação formal de terras ainda estivesse por vir, a frequência com que as galeotas reais cruzavam aquelas águas e a presença constante de membros da Corte nas missas e festividades locais já indicavam que o Caju havia sido escolhido como um dos palcos principais da vida privada da Monarquia no Rio de Janeiro.



A Pitoresca Ilha de Bom Jesus, fotografia publicada na *Revista Aeronáutica* em 1927. Autor desconhecido.

Ao percorrermos essas praias e ilhas através do olhar de D. João VI, percebemos que a história do Caju está intrinsecamente ligada a esse desejo de encontrar um paraíso particular em meio ao caos da colonização. As promessas de frescor e cura que a região oferecia foram o que realmente atraiu a Família Real, muito antes de qualquer interesse econômico ou estratégico mais evidente. Isso, caro

leitor, serve como caminho para entendermos a gênese da Quinta Imperial, mas uma vereda que ainda se mantém velada sob a névoa do tempo e das descrições poéticas dos viajantes. A beleza que hoje tentamos resgatar através de parcas gravuras e relatos era a realidade cotidiana de um monarca que via no Caju um refúgio das tarefas diárias. Ao compreendermos este fascínio inicial, estamos prontos para avançar na nossa investigação e descobrir como essas promessas tropicais se transformaram em uma realidade tão dura quanto a pedra, e como, ao longo do caminho, a verdade histórica acabou sendo obscurecida por muitos equívocos.





O comendador e a chácara: Antonio Tavares Guerra e o esplendor da Praia do Caju

A figura de Antonio Tavares Guerra emerge no cenário do Rio de Janeiro oitocentista como o arquétipo do empreendedorismo — para usar um termo moderno — que moldou a transição da economia colonial para a imperial. Nascido em Portugal e radicado no Brasil, Tavares Guerra não foi apenas um negociante de café, mas um visionário que compreendeu a importância estratégica da logística e da infraestrutura para a consolidação do comércio nacional. Sua influência estendia-se por diversas localidades, com negócios que abrangiam desde a exportação do grão de ouro até investimentos em terras e navegação. O título de Comendador, que ostentava com orgulho, era o reconhecimento oficial de sua relevância para a sociedade da época, refletindo o prestígio de uma família que se tornou sinônimo de poder e sofisticação. Ao estabelecer sua residência na Praia do Caju, Tavares Guerra não buscava apenas um local de moradia, mas um símbolo de seu sucesso, transformando a chácara em um marco arquitetônico que rivalizava com as mais belas propriedades da capital. A escolha do Caju, com sua orla privilegiada e brisa constante, demonstrava o gosto refinado do Comendador, que via naquela ponta de terra o cenário ideal para o florescimento de sua vida social e empresarial, consolidando sua posição como um dos pilares da elite carioca.





Arquivo IPHAN – Inventário de tombamento da casa da Família Tavares Guerra

A chácara, na Praia do Caju era uma obra-prima da arquitetura neoclássica, refletindo o esplendor e a opulência que caracterizavam as grandes propriedades da metade do século XIX. O solar, construído com materiais nobres e adornado com detalhes que evidenciavam a riqueza de seu proprietário, destacava-se na paisagem litorânea por sua elegância e proporções harmoniosas. Imagino, caro leitor, os salões amplos e arejados, decorados com mobiliário de jacarandá e porcelanas finas, onde a vida social se desenrolava em jantares suntuosos e saraus que reuniam a nata da sociedade imperial. A propriedade possuía uma vista desimpedida para a Baía de Guanabara, criando um ambiente de conforto e exclusividade. A vida cotidiana na chácara era marcada por um ritmo que unia a sobriedade dos negócios à leveza do lazer balneário, tornando-se um ponto de referência para quem circulava pela região. O solar, com suas colunas imponentes e valor arquitetônico inestimável, simbolizava a estabilidade e o progresso

que Tavares Guerra representava, consolidando a Praia do Caju como um endereço de prestígio e sofisticação.

Para além do esplendor de sua residência, o Comendador Tavares Guerra foi o grande impulsionador da modernização dos transportes na região, sendo o fundador da Imperial Companhia de Navegação a Vapor São Cristóvão e Caju em 1856. Essa iniciativa foi um divisor de águas para a mobilidade urbana do Rio de Janeiro, estabelecendo uma conexão regular e eficiente entre o centro da cidade e os bairros que começavam a se expandir para o norte. Os estatutos da companhia, aprovados pelo *Decreto Imperial n.º 1.785, de 16 de julho de 1856*, demonstram o rigor e a seriedade com que o Comendador conduzia seus empreendimentos. A introdução das barcas a vapor não apenas facilitou o transporte de passageiros e mercadorias, mas também valorizou imensamente as terras da Ponta do Caju, integrando-as definitivamente à dinâmica econômica da capital. Tavares Guerra compreendia que o futuro do Rio passava pelo mar, e sua companhia de navegação foi o instrumento que permitiu a muitos cariocas descobrirem as belezas e as oportunidades daquela orla. O sucesso desse negócio reforçou ainda mais sua imagem de homem de visão, capaz de transformar necessidades logísticas em oportunidades de lucro e desenvolvimento social, deixando uma marca indelével na história dos transportes brasileiros.

BARCA ESPECIAL

Começando hoje as novenas de Nossa Senhora do Socorro, a Imperial Companhia de Navegação a Vapor de São Cristóvão ao Caju informa ao respeitável público que até o próximo dia 21 haverá uma barca especial que zarpará da ponte da igrejinha de São Cristóvão para o Caju cerca de meia hora depois de acabada a novena. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1856. Alexandre Wagner, gerente da companhia.

Jornal do Commercio. Memória, 13 de setembro de 2006.

Os dias de Antonio Tavares Guerra foram marcados por uma atividade febril, dividida entre a gestão de seus vastos negócios e a dedicação à sua família e à vida comunitária. Mesmo com o peso das responsabilidades, o Comendador nunca se afastou das questões que afligiam a região do Caju, atuando como um benfeitor e um líder respeitado por todos. Sua trajetória, no entanto, caminhou para o fim em 1870, quando o influente negociante faleceu, deixando um vazio imenso na sociedade carioca e um legado de realizações que poucos poderiam igualar. O sepultamento de Tavares Guerra, ocorrido no mausoléu do Convento de Santo Antônio, foi um evento que mobilizou grandes figuras da época, prestando as últimas homenagens a um homem que dedicou sua vida ao progresso do Brasil. Sua morte não significou o fim de sua influência, pois as instituições que fundou e a propriedade que construiu continuaram a testemunhar a grandeza de sua visão. A memória do Comendador permaneceu viva nas conversas de salão e nos registros comerciais, servindo de inspiração para as gerações futuras de empreendedores que buscavam no exemplo de Tavares Guerra o caminho para o sucesso e o reconhecimento social.

Após o falecimento do Comendador, sua esposa, movida por um profundo sentimento de respeito e pelo desejo de perpetuar a memória de seu marido, dirigiu um pedido formal às autoridades municipais para que a rua confinante à sua propriedade recebesse o nome de Antonio Tavares Guerra. Esse gesto não era apenas uma homenagem pessoal, mas o reconhecimento público da importância que o Comendador teve para o desenvolvimento e a identidade daquela região. A solicitação foi atendida, e a denominação da via serviu para fixar o nome da família Tavares Guerra na geografia urbana do Rio de Janeiro, garantindo que sua história não fosse esquecida pelos que ali transitavam. A rua, que outrora fora apenas um caminho de acesso à praia, passou a carregar o peso de uma linhagem que transformou o Caju em um local de esplendor e progresso. Esse pedido da viúva encerra um ciclo de vida dedicado ao trabalho e à sofisticação, deixando para a posteridade um endereço que, embora hoje cercado por novas realidades, ainda guarda em seu nome a lembrança de um tempo em que a Praia do Caju era o cenário das grandes realizações de um dos homens mais influentes do Império.

cheiro, sou de parecer que se não pagará a importância da conservação dos dois meses de Março e Maio.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1874. —

M. Dias da Cruz. — *Approvado o parecer.*

Sobre o requerimento de D. Judith Rosa Tavares Guerra, proprietária dos terrenos à praia do Cajá n. 95, pedindo a aprovação da illina. Camara para uma rua que abrisse nos mesmos terrenos, com a denominação de rua Tavares Guerra.

Acorda do requerimento da Exma. Sra D. Judith Guerra, sou de parecer que se acite a rua, conforme as resoluções da camara a respeito e conforme a opinião do Sr. engenheiro.

Rio, 20 de Dezembro de 1873. — M. Dias da Cruz. — *Approvado e remetido à directoria para lavrar o termo de acçãoção da rua.*

Sobre o abaixo assignado do conde da Estrella e outros proprietários de terrenos no Rio Comprido, pedindo permissão e aprovação de duas ruas, que pretendem abrir com a largura de 60 palmos em seus terrenos conforme a planta que apresentaram propondo que se denominem uma, rua da Concordia, e outra, rua de Paz.

Acorda do que requerem o Exm. Sr. conde da Estrella e outros, sou de parecer que se acitem as ruas de conformidade com a opinião do Sr. engenheiro, mudando-se o nome de rua da Concordia, visto haver outra de igual nome e de conformidade com as resoluções a respeito.

Rio, 20 de Dezembro de 1873. — M. Dias da Cruz. — *Approvado o parecer, passando a denominar-se rua do Visconde de Jequitinhonha da Concordia e remetido à directoria de obras para lavrar o termo de acçãoção das ruas.*

Sobre o requerimento de Roberto Aramio & C., no qual se propõe a corrigir a architectura dos perfis das principais ruas e praças da cidade, mandando a illina. Camara para informar pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publicas: Concorrendo com a opinião dos Srs. engenheiros, sou de parecer que nesse sentido se responda á portaria de 31 de Outubro do corrente anno ao ministerio da agricultura.

Rio, 20 de Dezembro de 1873. — M. Dias da Cruz. — *Remetido ao Sr. Dr. Bezerra.*

Sobre o officio do fiscal do 2º districto da freguezia da Lagôa, cobrindo a representa-

ção dos proprietários e moradores da rua do Sapê largo da Memoria no Jardim Botânico, pedindo que se fezem algumas reformas nessas localidades, além de que desapareça o pessimo estado em que se acham e de commodo transito ao publico:

Ao Sr. engenheiro respectivo para examinar e orçar a despesa com as obras que julgar de necessidade.

Rio, 15 de Janeiro de 1874. — M. Dias da Cruz. — *Approvado.*

Sobre o requerimento de José Alfredo da Cunha Vieira, remetido pelo governo a illina: camara para informar, em o qual pretende o mesmo um privilegio por 20 annos, para a introdução de um novo systema de calçamento, experimentado em Londres e Paris:

Sou de parecer que se se remeta ao governo por cópia a informacão do Sr. engenheiro director das obras municipaes, com a qual me conformo, e assim se satisfaz o que determina o ministerio da agricultura em portaria de 20 de Outubro do corrente anno.

Rio, 20 de Dezembro de 1873. — M. Dias da Cruz. — *Approvado.*

Sobre o requerimento de Martinho de Freitas Paiva, pedindo a qualificação de flader o filicido Manoel Teixeira a cargo, empreiteiro das ruas de S. Luiz Gonzaga, Jockey Club e Barão do Bon Retiro, pedindo para enumerar as obras das mesmas ruas, com as condições dos contratos feitos com o seu offiçavel, informando o director das obras municipaes estar no caso de ser deferido:

Concorro com o parecer do Sr. engenheiro director.

Rio, 15 Janeiro de 1874. — M. Dias da Cruz. — *Approvado.*

Sobre o requerimento de João Borges Pires, solicitando approvação do modelo que apresentem de suas novas carroças de conduzir carnes do matadouro, pedindo licença para fazer uso d'ellas:

A vista do parecer do Sr. engenheiro, sou de opinião que se approve o modelo, sendo para uso particular.

Rio, 17 de Dezembro de 1873. — Dr. Soldado. — *Approvado o parecer.*

Sobre o requerimento de Antonio Marques Felix, que serve na contadoria municipal, como contínuo, pedindo a elevação de seu vencimento de 700 mensaes a 830\$33.

Julgo de justiça que seja atendido o pedido do supplicante.

O boato real: D. João VI e os banhos medicinais — a gênese de um equívoco duradouro

A presença da Família Real, posteriormente, Imperial na Ponta do Caju não foi um evento fortuito ou um simples capricho de veraneio — podemos assim dizer a esta altura do livro, mas sim um capítulo estruturante da ocupação aristocrática do Rio de Janeiro que se estendeu por quase todo o século XIX². Diferentemente do que o senso comum muitas vezes propaga, o Caju não foi apenas um local de passagem, mas um refúgio consolidado onde D. João VI, em 1810, estabeleceu as bases de uma tradição que seria mantida por seus sucessores até

2 LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 44-96 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsml/a/tQF6yH5DFS8d5BRfXX5YJdJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2026.

os últimos dias da Monarquia, em 1889³. A gênese dessa relação profunda está intimamente ligada a um incidente médico ocorrido logo nos primeiros anos da Corte no Brasil: uma persistente infecção cutânea nas pernas do príncipe regente⁴, causada por picadas de carrapatos durante suas incursões pelas matas de Santa Cruz⁵. Diante da ineficácia dos tratamentos convencionais da época, a junta médica da Corte — composta por figuras como o cirurgião-mor José Correia Picanço — prescreveu os banhos de mar como o remédio definitivo⁶. O Caju, como lugar paradisíaco e muito próximo do Palácio Real de São Cristóvão, apresentava-se como o cenário ideal para essa prática que, na época, era cercada de protocolos de Estado. Para garantir a privacidade e o decoro exigidos por um monarca que, por natureza, era avesso à exposição pública, D. João VI mandou construir um palacete real na região, estabelecendo ali não apenas um local provisório para se curar, mas uma residência de recreio que transformaria a bucólica Ponta do Caju no primeiro balneário oficial do Império, um local onde a saúde e o lazer aristocrático se fundiam sob a proteção da Coroa Portuguesa⁷.

A prática dos banhos medicinais no Caju, embora iniciada por uma necessidade patológica de D. João VI, não foi uma exclusividade sua, mas um hábito que envolveu toda a família Bragança durante sua estada em solo brasileiro. Documentos históricos e relatos de cronistas da época confirmam que tanto a rainha D. Carlota Joaquina quanto os príncipes e infantas frequentavam as águas da Baía de Guanabara, buscando os benefícios da balneoterapia que a ciência médica de então, influenciada por tratados europeus de hidrologia, considerava essencial para a manutenção do equilíbrio dos humores⁸. Carlota Joaquina, no entanto, preferia os banhos em Botafogo. O mar era visto como um agente purificador e fortificante, capaz de curar desde afecções nervosas até problemas respiratórios e circulatórios. Essa presença constante da realeza na região por longos anos, que se estendeu do Período Joanino até o Segundo Reinado, consolidou

3 ARQUIVO NACIONAL. Registros da Mordomia-Mor da Casa Real e Imperial (1808-1889). Fundo Série Interior. Documento disponível para consulta presencial.

4 EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Editora Conquista.

5 MOURA, Athos. Mordida de carrapato popularizou o banho no Brasil. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/mordida-de-carrapato-popularizou-o-banho-no-brasil/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

6 ANAIS DA ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA. Relatórios sobre a salubridade das águas da Baía de Guanabara (Século XIX). Documento disponível para consulta presencial no Arquivo Nacional.

7 SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

8 ARQUIVO NACIONAL. Fundo Ministério do Império (1822-1889).

o Caju como um espaço de prestígio inigualável⁹. A permanência da Família Imperial no local não se limitou aos banhos; o Caju tornou-se um ponto de encontro da Corte, onde a proximidade com o Paço de São Cristóvão facilitava os deslocamentos frequentes, fazendo com que a Ponta do Caju fosse, de fato, uma extensão da vida palaciana, um território sagrado da monarquia onde o mar servia de moldura para o exercício da soberania e do cuidado com a saúde real¹⁰.

A reação da sociedade carioca à presença de D. João VI e sua família nas águas do Caju foi de uma imediata e reverente imitação, desencadeando o que historiadores chamam de “nascimento do hábito balneário” no Brasil. Antes da recomendação médica ao monarca, as praias eram vistas com desconfiança e até medo pela população, sendo associadas a perigos naturais e ao descarte de resíduos. Contudo, ao ver o próprio soberano buscar a cura e o repouso nas águas, a elite fluminense passou a ver no banho de mar um símbolo de distinção social e de modernidade. O Caju tornou-se o epicentro de uma nova moda urbana: as famílias mais abastadas da cidade começaram a adquirir chácaras na região, buscando não apenas os benefícios medicinais das águas, mas, principalmente, a proximidade física com a Família Real. Esse fenômeno sociológico transformou a paisagem da orla, com o surgimento de edificações luxuosas e jardins planejados que tentavam emular o esplendor do palacete real. O banho medicinal deixou de ser apenas um protocolo clínico para se tornar um evento social de grande relevância, em que a etiqueta da Corte se adaptava ao ambiente praiano. A valorização imobiliária e cultural do Caju nesse período foi tamanha que a região passou a ser descrita em jornais e relatos de viajantes como o “Paraíso do Rio”, um local onde a pureza do ar e a serenidade das águas ofereciam um contraste bem-vindo à agitação e à insalubridade do centro comercial da capital, elevando o *status* da Ponta do Caju a um patamar de exclusividade que perduraria por décadas.

A continuidade dessa presença da realeza é atestada por inúmeros registros de visitas imperiais ao longo de todo o Segundo Reinado, culminando em eventos de grande importância social, bailes, jantares e exibições de poderio bélico. Um marco simbólico dessa ligação duradoura ocorreu em 1889, o ano fatídico da Proclamação da República, quando D. Pedro II esteve presente no Caju para a inauguração do Hospital São Sebastião — evento já pormenorizado por mim neste livro. Esse ato final de sua gestão na região não foi apenas uma cerimônia burocrática, mas o testemunho de um compromisso histórico com o território

9 EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis**. Rio de Janeiro: Conquista, 1956.

10 ARQUIVO NACIONAL. Registros da Casa Real. Disponível para consulta presencial.

que acolhera sua família por quase oitenta anos. O Caju que o imperador visitou pela última vez já não era apenas a praia bucólica de seu avô, mas uma área que integrava a modernidade hospitalar e industrial da capital, mantendo, contudo, o palacete real como o símbolo máximo de sua linhagem. A presença da Família Imperial no Caju atravessou gerações, moldando a identidade do bairro e deixando um legado que, embora muitas vezes obscurecido por equívocos posteriores, permanece impresso na história urbana do Rio de Janeiro como o mais longo refúgio da Coroa à beira-mar.

Embora a documentação pictográfica seja inexistente ou, pelo menos, difícil de ser encontrada, a presença da Família Real e a consolidação da tradição oral sobre os banhos medicinais de D. João VI no Caju devem ser compreendidas dentro desse arco temporal extenso, esse hiato na história que causa inúmeras incertezas e levanta suspeitas sobre essa parte dos relatos sobre esse pequeno trecho do Rio de Janeiro. O boato real não é uma mentira, mas uma simplificação de uma realidade muito mais rica e complexa: a de que o Caju foi o primeiro e mais importante centro de saúde e lazer da Monarquia brasileira. Ao investigarmos por que os banhos de mar eram considerados medicinais, mergulhamos em um mundo em que a ciência buscava na natureza as respostas para as mazelas do corpo e da alma, e onde o Caju oferecia as condições perfeitas em suas águas salinas. A persistência dessa memória na opinião pública, mesmo após o desmonte republicano e o apagamento físico de muitos de seus marcos, revela a força simbólica da presença imperial. O Caju não foi apenas o lugar onde um rei curou uma ferida de carrapato; foi o palco onde uma dinastia europeia se tropicalizou, aprendendo a conviver com o mar e transformando esse convívio em um legado cultural que ainda hoje ressoa nas praias de todo o país. Entender essa gênese é essencial para desconstruir os equívocos que, ao longo do tempo, tentaram reduzir a importância do Caju ou associá-lo a propriedades que não pertenciam à Coroa. O verdadeiro Caju Imperial é aquele que se estende de 1810 a 1889, uma narrativa de continuidade, saúde e prestígio que faz da Ponta do Caju um dos marcos históricos mais significativos e, paradoxalmente, mais mal compreendidos da história do Império do Brasil.



Paisagem da Guanabara em 1817. Thomas Ender - <https://masp.org.br/acervo/obra/paisagem-da-guanabara>



FI LH O
FIL 2
JESUS

DEUS
PAI

DEUS

19

GENTIL

CRRIADO

UNIV PVE

O Iphan e a confusão: o tombamento de um engano histórico

A história da preservação do patrimônio no Brasil, iniciada formalmente com a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), conhecido hoje como Iphan, é marcada por uma trajetória de intenções nobres que, nem sempre, encontraram eco na realidade prática das cidades. Ao longo das décadas, o surgimento de órgãos estaduais como o INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, no Rio de Janeiro, e municipais como o IRPH, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, buscou capilarizar essa proteção, mas o que observamos é um fenômeno de **tombamento de papel**, em que o reconhecimento oficial não garante a integridade física do bem. No Rio de Janeiro, essa confusão institucional é latente, com uma sobreposição de competências que muitas vezes serve apenas para diluir as responsabilidades sobre a manutenção de marcos fundamentais da nossa memória urbana.

Um exemplo contundente dessa falha sistêmica pode ser observado no tombamento de manifestações artísticas populares, como os murais e painéis que adornam a cidade. O caso dos painéis do Profeta Gentileza, pseudônimo de José Datrino, é emblemático; o homem que pregava “Gentileza gera Gentileza” nos 55 pilares do Viaduto do Gasômetro, também conhecido como Viaduto do Caju, deixou um legado visual que precisou de intensa mobilização social para ser reconhecido e restaurado, após quase ser apagado pela própria administração pública que deveria protegê-lo¹¹. Gentileza, que dedicou décadas de sua vida a inscrever mensagens de paz e crítica social no concreto da cidade, tornou-se um símbolo da resistência cultural carioca, mas sua obra permanece vulnerável às intempéries e ao descaso — revelando que o tombamento, por si só, é insuficiente se não for acompanhado de uma política ativa de conservação e educação patrimonial que envolva a comunidade local.

11 LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 44-96 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tQF6yH5DFS8d5BRfXX5YJdJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2026.



Nesse mesmo cenário de arte urbana e memória popular, destaca-se a figura de Nilton Bravo, o “Michelangelo dos botequins”, cuja obra é uma crônica visual da boemia e da vida cotidiana do Rio de Janeiro no século XX¹². Bravo, que aprendeu o ofício com seu pai e não teve formação acadêmica, espalhou afrescos de rara beleza por centenas de bares e restaurantes, incluindo um painel significativo e ainda existente na região do Caju. Sua técnica, que misturava realismo e uma sensibilidade única para capturar a alma carioca, conferiu a esses estabelecimentos comerciais um *status* de galerias de arte popular, mas a falta de um

¹² VEJA obras Nilton Bravo, o ‘Michelangelo dos botequins’, que resistem ao tempo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/veja-obras-nilton-bravo-michelangelo-dos-botequins-que-resistem-ao-tempo-25324016>. Acesso em: 23 abr. 2026.

inventário sistemático e de proteção efetiva levou ao desaparecimento de grande parte de seu acervo devido a reformas impensadas ou ao fechamento dos estabelecimentos. No Caju, o painel remanescente é testemunha silenciosa de uma época em que a arte não estava restrita aos museus, mas dialogava diretamente com o povo no balcão do bar. São raros os momentos em que essa obra pode ser visitada, fotografada e ter sua história contada.

Nos guiamentos que faço durante o Passeio Cultural e Histórico Ponta do Caju, tive algumas oportunidades de mostrar a obra de Nilton Bravo escondida no Bar Balcão, na Praia do Caju, aberto, esporadicamente, de acordo com o desejo e vontade de seu dono. Nem mesmo o próprio dono sabe da importância do painel, quase apagado pela ação do tempo, em seu estabelecimento.

O tombamento dessas obras, quando ocorre, esbarra na dificuldade de manutenção em propriedades privadas e na ausência de incentivos para os proprietários, resultando em uma deterioração progressiva que ameaça apagar um dos registros mais autênticos da nossa identidade visual. A confusão entre o que é arte maior e arte popular no olhar dos órgãos de preservação contribui para esse apagamento, deixando figuras como Nilton Bravo à margem das políticas públicas de restauro, enquanto o tempo e a umidade consomem as cores que um dia alegraram o cotidiano dos trabalhadores e moradores do bairro. Restam, hoje, 17 obras desse artista autodidata — que, reza a lenda, já havia pintado quase dois mil painéis antes mesmo de Pelé ter feito mil gols.



Painel de Nilton Bravo, no Caju. Acervo pessoal.



O mesmo painel restaurado por Inteligência Artificial.

Ainda no território do Caju, o tombamento de algumas casas na Vila Militar São Lázaro exemplifica como a proteção legal pode se tornar um fardo para os moradores e um entrave para a própria preservação do conjunto arquitetônico¹³. Essas edificações, que guardam a memória da presença militar e da organização urbana da região no início do século XX, sofrem com a falta de recursos para reformas que respeitem as exigências rigorosas dos órgãos de patrimônio, levando muitos imóveis ao abandono ou à descaracterização clandestina¹⁴. Historicamente, o Rio de Janeiro tem antecedentes de tombamentos que não atingiram o efeito esperado de salvaguarda, servindo muitas vezes apenas para congelar o imóvel em um estado de ruína iminente. A ausência de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, aliada a uma burocracia excessiva, faz com que o proprietário veja o tombamento como uma punição, e não como um reconhecimento do valor histórico de sua propriedade. No Caju, essa realidade é agravada pelo isolamento geográfico e pela desvalorização econômica da área, transformando

13 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012: Investimentos em Cultura. <https://portaldoiss.prefeitura.rio/a-lei-do-iss/>

14 COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA ALERJ. Relatório sobre o estado de conservação dos museus estaduais e municipais (2015). <https://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aab9cac8032564fe0065abb4/d9efbced9957bb9483257e8a005fc958?OpenDocument>

vilas históricas em espaços de precariedade, onde a história resiste apenas na estrutura das paredes que, sem manutenção, sucumbem gradualmente ao peso dos anos e da negligência administrativa.

Ainda há os bens tutelados que, em minha consideração, tendo ainda maior valor arquitetônico e do ponto de vista histórico, não estão salvos de serem demolidos e, assim, apagados definitivamente da história.



Guia do Patrimônio Cultural Carioca. Bens Tombados 2014. 5ª Edição revista e ampliada.

DECRETO Nº 14.464

DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

Determina o Tombamento dos imóveis que menciona no Caju, I R.A., e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo nº 12/002.1 93/92,

CONSIDERANDO que as construções em madeira situadas na Rua da Indústria nº 18 e na Rua Mestre Camargo nº 3 apresentam tipologia construtiva típica da área, representando parte da história da ocupação do bairro do Caju;

CONSIDERANDO sua importância história e cultural para a Cidade do Rio de Janeiro e, em especial, para a comunidade local;

CONSIDERANDO que estas construções são as últimas remanescentes de um conjunto de excepcional interesse, já praticamente inexistente, e

CONSIDERANDO o pronunciamento unânime do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam tombados definitivamente, nos termos do art. 4º da Lei nº 166, de 27 de maio de 1980, os imóveis situados na Rua da Indústria nº 18 e na Rua Mestre Camargo nº 3, no bairro do Caju, I R.A.

§ 1º Estão incluídos no tombamento referido no "caput" deste artigo todos os elementos estruturais e ornamentais desses imóveis, suas fachadas e telhados, esquadrias, treliças, pisos internos em madeira e guarda-corpos.

§ 2º Não estão incluídos neste tombamento os acréscimos realizados anteriormente à data da publicação deste Decreto, os quais deverão ser adequados à tipologia dos

bens tombados de acordo com os critérios estabelecidos pelo Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro pronunciar-se quanto às seguintes medidas, aprovando-as quando for o caso:

- a) demolição, no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção do bem tombado pelo Município;
- b) expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial no imóvel tombado pelo Município;
- c) a prática de qualquer ato que, de alguma forma, altere a aparência, a integridade estética, a segurança ou a visibilidade do bem tombado pelo Município.

Art. 3º Fica criada a área de proteção do entorno dos bens tombados por este Decreto, definida pelos logradouros mencionados no Anexo I, no qual estão listados os bens preservados e os bens tutelados.

Parágrafo único. Os imóveis tutelados poderão ser modificados ou demolidos, porém quaisquer reformas e novas edificações a serem erguidas no local deverão ser previamente aprovadas pelo órgão de tutela.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1995 - 431ª de Fundação da Cidade

CESAR MAIA

D.O. RIO 21.12.1995

ANEXO I

IMÓVEIS PRESERVADOS

Rua Monsenhor Manoel Gomes 591 e 593

IMÓVEIS TUTELADOS

Rua General Altair, números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 12.

Rua Major Doutor Azevedo, números 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13.

Rua General Wiedmann s/nº (galpão).

O ápice dessa confusão histórica e administrativa no Caju encontra-se no imóvel da Praia do Caju, 115 (atual número 385), tombado pelo IPHAN ainda em 1938, recebendo, posteriormente, a denominação de “Casa de Banhos de D. João VI”¹⁵. Esse tombamento precoce, embora tenha tido o mérito de salvar o Bem de Tombamento Nacional (BTN) por décadas, baseando-se nos preceitos da arquitetura e das belas artes — uma interpretação errônea ou, quem sabe, proposital —, levou a criar mitos acerca do local que o tempo e a pesquisa documental viriam a questionar. Na verdade, até o momento, salvo alguns moradores mais antigos e o historiador Cleydson Garcia, sou uma das poucas vozes que denunciam o que pode configurar o maior erro da história carioca. Em 14 de agosto de 1996, na gestão do então prefeito César Maia, o imóvel foi transformado no Museu da Limpeza Urbana, sob a administração da Comlurb, em uma tentativa de dar um uso social e cultural ao espaço¹⁶. Por um período, o museu cumpriu seu papel, abrigando exposições sobre a história do saneamento e da higiene na cidade, além de servir como um centro de referência para a memória do bairro — ainda que apenas um pequeno pedaço da história tenha sido representado, justamente aquele que reafirma o bairro como lugar de luto, como cemitério. No entanto, a sustentabilidade desse modelo de gestão mostrou-se frágil diante das mudanças nas prioridades políticas e da falta de um plano de manutenção a longo prazo para a estrutura física da casa. O uso do imóvel como museu serviu como um fôlego temporário, mas não resolveu as questões estruturais de um prédio centenário exposto à salinidade e à umidade da orla, evidenciando que a transformação em museu sem um fundo de reserva para restauro contínuo é uma solução paliativa que apenas adia o problema da degradação patrimonial.

As circunstâncias do fechamento do Museu da Limpeza Urbana em 2012, durante a gestão do Prefeito Eduardo Paes, revelam o descaso final com esse marco histórico do Caju. Sob o pretexto de reformas estruturais necessárias e de uma suposta baixa visitação — e, até mesmo, sob relatos infundados de violência —, o museu foi lacrado, e seu acervo, removido, mas as obras prometidas nunca foram efetivamente iniciadas de forma a garantir a reabertura do espaço. O fechamento ocorreu em um contexto de grandes transformações urbanas na cidade para os eventos internacionais, quando o foco dos investimentos foi desviado para a região do Porto Maravilha, deixando o Caju e seus monumentos em um segundo

15 IPHAN. Livro do Tombo Histórico, Inscrição nº 115. Documento cedido pelo órgão de patrimônio.

16 SNH2025 ANPUH. A história da Casa de Banhos e os usos do passado. Artigo acadêmico.

plano de invisibilidade. Desde então, a casa está em um processo acelerado de deterioração; infiltrações, cupins e o vandalismo consomem o que restou da arquitetura que o Iphan tentou proteger em 1938. Até o momento da escrita deste livro, nenhuma providência concreta havia sido tomada pelo poder público para a reforma integral do imóvel, que permanece cercado por tapumes e mato — simbolizando o fracasso de uma política de preservação que se limita ao ato do tombamento e ignora a gestão do bem no tempo. O Museu da Limpeza Urbana tornou-se, ironicamente, um exemplo da sujeira administrativa e do abandono que marcam a relação do Rio de Janeiro com suas raízes periféricas, deixando para o leitor a amarga constatação de que a história, quando não cuidada, transforma-se em entulho sob o olhar omissivo das instituições que deveriam ser suas guardiãs.



Convite de inauguração da Casa de Banho D. João VI. 1996. <https://suburbiosdorio.blogspot.com/2012/08/casa-de-banho-de-dom-joao-vi.html>

A verdade revelada: um mito e várias contradições

Chego até aqui, caro leitor, com esperanças de que este livro possa dissipar os equívocos da administração pública, dando lugar à verdade documental sobre a presença da Coroa na Ponta do Caju. Os capítulos 5 e 8, se não serviram para consolidar a importância histórica do Bairro do Caju, que tenham, ao menos, servido para desfazer a narrativa popular e até mesmo a oficial que consolidaram

a ideia de que a “Casa de Banhos” de D. João VI seria o imóvel localizado na atual Praia do Caju, n.º 385, embora os poucos registros históricos narrem uma história radicalmente diferente e muito mais fascinante.

A genuína Quinta Imperial do Caju, o verdadeiro refúgio onde o monarca buscava a cura para suas feridas e o descanso para sua alma, não nasceu de uma transação comercial comum, mas de um gesto de lealdade profunda: em 1815, Luiz José de Gouveia Freire, então tenente-coronel, e sua esposa, Anna Josefa Elias dos Santos, doaram formalmente suas terras à Coroa Portuguesa para que ali se estabelecesse a residência de recreio do príncipe regente. Essa propriedade, situada exatamente na Praia do Retiro Saudoso e posicionada de frente para a Ilha do Bom Jesus, era o epicentro da vida balneária da família Bragança, um complexo que incluía o palacete real, a capela de Santo Amaro e os jardins de mangueiras que descrevemos anteriormente. A localização era estratégica e bucólica, oferecendo a privacidade que o monarca exigia e a proximidade necessária com o Paço de São Cristóvão, contrastando severamente com a chácara de Antonio Tavares Guerra, que, embora seja um belo exemplar da arquitetura colonial, jamais serviu de morada a D. João VI.

A desconstrução desse mito exige que olhemos com rigor para as datas, esse carrasco implacável das lendas mal contadas. Enquanto a doação de Gouveia Freire e Anna Josefa ocorreu em 1815, em pleno Período Joanino, a chácara de Antonio Tavares Guerra só atingiu sua configuração arquitetônica atual por volta de 1833, mais de uma década após o retorno do monarca a Portugal e ainda em posse da mesma família. Tavares Guerra, conforme já relatei e com base no Inventário do Iphan, construiu sua residência na Praia do Caju, n.º 115 (atual 385) — em um terreno vizinho, confinante ao de um tal João Damasceno, mas distinto daquele que compunha a Quinta Imperial. A confusão que se perpetuou por mais de um século nasceu da proximidade geográfica das propriedades e da denominação genérica “Ponta do Caju”, que englobava toda a península. Os técnicos do Iphan, anos após a realização do tombamento, deixaram-se seduzir, sem contestação, pela imponência da casa de Tavares Guerra, que ainda estava de pé e preservada, enquanto o verdadeiro palacete real da Praia do Retiro Saudoso já sofria com o abandono e as primeiras investidas da industrialização. Assim, oficializou-se um erro histórico: tombou-se a casa do comendador, embora o documento não a cite como se fosse a do rei; mas, com o passar dos anos, o próprio órgão foi criando uma “pista falsa” monumental que desviou o olhar da posteridade da verdadeira joia da Coroa que, silenciosamente, desapareceu sob os aterros e galpões da região portuária.

O contraste entre a genuína Quinta Imperial e a chácara de Tavares Guerra é a chave para entendermos como o patrimônio histórico pode ser “inventado” ou “deslocado” por conveniência ou ignorância técnica. A propriedade doada por Luiz José de Gouveia Freire era um Próprio Nacional, um bem inalienável da Coroa que, como detalhamos no capítulo 8, foi alvo de uma venda polêmica por Rui Barbosa, em 1890, para a Companhia Edificadora. Já a casa de Tavares Guerra permaneceu como propriedade privada de sua família, passando, em seguida, para mãos de empresas, mantendo-se visível e íntegra. A verdadeira Quinta foi retalhada e vendida por 105 contos de réis em uma transação que quase derrubou o governo de Deodoro da Fonseca e, embora não o tenha feito, criou uma crise institucional que se arrastou por longos anos.

É doloroso constatar, leitor, que a história oficial protegida pelo Estado brasileiro por décadas foi, na verdade, um equívoco geográfico. Enquanto o Iphan zelava, com justiça, pelas paredes da Praia do Caju, 385, a verdadeira história da doação de 1815 e do palacete do Retiro Saudoso era soterrada pela fuligem das oficinas de vagões e, mais tarde, pelas instalações militares que ocupariam o terreno da Quinta original. É desolador saber que o museu que outrora visitamos — imóvel que lamentamos ver em ruínas hoje — nunca foi o lar de D. João VI, mas uma espécie de factóide que, por ser amplamente difundido, arrefeceu o desejo de aprofundamento na história da Quinta Imperial do Caju.

A perpetuação desse engano por gestores municipais e pela opinião pública mostra como uma narrativa, uma vez oficializada, torna-se quase inexpugnável, mesmo diante de evidências documentais contrárias. A transformação da casa de Tavares Guerra em Museu da Limpeza Urbana, em 1996, sob a justificativa de ser a Casa de Banhos de D. João VI, foi o ápice dessa oficialização — um esforço político que, embora bem-intencionado na salvaguarda do BTN, reforçou uma mentira histórica. Luiz José de Gouveia Freire e Anna Josefa Elias dos Santos, os nomes que deveriam figurar nos livros de História como os benfeitores que permitiram a criação do primeiro balneário imperial do Brasil, foram relegados ao esquecimento das escrituras de 1815, enquanto a figura de Tavares Guerra foi, involuntariamente, alçada a um papel que nunca desempenhou na Era Joanina. Esse factóide patrimonial é um sintoma da nossa dificuldade em lidar com a periferia histórica; o Caju, por ser uma área industrial e degradada, teve sua história simplificada e comprimida em um único imóvel sobrevivente, ignorando-se a vasta e complexa rede de propriedades que compunha a verdadeira Ponta do Caju Imperial. Revelar essa verdade é um ato de justiça com os personagens

reais que moldaram o território e com o próprio leitor, que merece conhecer a geografia exata da soberania brasileira no século XIX.

A verdadeira Quinta Imperial do Caju não está em ruínas na Praia do Caju, 385; ela simplesmente não existe mais fisicamente, tendo sido engolida pelo progresso industrial e pela expansão militar que descrevi no encerramento do capítulo 8. O que o Iphan tombou em 1938 foi uma bela e importante chácara do século XIX, e só. A verdadeira Quinta, aquela da Praia do Retiro Saudoso, vive agora apenas nestas páginas.

A constatação de que o maior marco histórico do bairro foi vendido, demolido e, por isso, substituído por uma versão mais conveniente — que, ironicamente, agora também sucumbe ao abandono — é aterradora, mas real. Este livro, contudo, não encerra a questão em si, mas lança luz sobre o que poderá um dia vir a ser a reparação, ainda que simbólica, de um dos mais graves crimes contra o patrimônio e história da cidade do Rio de Janeiro.

O legado invisível

O destino da Ponta do Caju, ao longo do século XX, é uma das crônicas mais melancólicas do urbanismo carioca, em que o progresso acelerado e a necessidade de expansão logística operaram como verdadeiras ferramentas de apagamento da memória imperial¹⁷. A venda da Quinta para a Companhia Edificadora em 1890 não foi apenas uma transação imobiliária, mas o primeiro golpe de uma marreta que, paulatinamente, derrubaria alamedas e palacetes para dar lugar a galpões, chaminés e, por fim, contêineres. O aterro sistemático da orla que outrora recebera os banhos medicinais de D. João VI e da Família Imperial transformou as bucólicas praias do Retiro Saudoso, São Cristóvão e Caju em um território árido de asfalto, concreto e viadutos, soterrando fisicamente a geografia da soberania brasileira sob camadas de aterros portuários e industriais. Esse “progresso” excludente não apenas destruiu as evidências materiais da Quinta de Luiz José de Gouveia Freire, mas também empurrou o Caju para uma invisibilidade estratégica, em que o bairro deixou de ser o refúgio da Coroa para se tornar **área de serviços** da capital, um espaço de passagem onde o que importa é o fluxo de mercadorias e não a permanência da história e, menos ainda, quem

17 REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos: Evolução Urbanística da Cidade. Prefeitura do Rio. <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/livros/o-rio-de-janeiro-e-seus-prefeitos-evolucao-urbanistica-da-cidade>

aqui vive¹⁸. A urbanização desordenada e a formação de favelas no entorno das antigas propriedades reais foram, em grande medida, o resultado dessa negligência estatal que — ao desvalorizar o solo histórico — permitiu que a precariedade se instalasse sobre as ruínas de um passado que a República preferiu esquecer ou estigmatizar como uma área de degradação irreversível.

Essa estigmatização do Caju como cemitério, como se existisse no mundo um bairro inteiro só para uma necrópole ou puramente industrial, criou um preconceito arraigado na opinião pública, que passou a enxergar a região apenas através das lentes da morte ou do abandono urbano. É fascinante e, ao mesmo tempo, terrível observar como a história oficial opera esse mecanismo de seleção: preservam-se os palácios e prédios históricos em determinados lugares que se quer considerar de grande importância, enquanto o Caju, que acolheu três monarcas por quase oitenta anos, é relegado a uma nota de rodapé ou a um equívoco de tombamento, como salientei anteriormente. O legado imperial tornou-se invisível não apenas porque as paredes caíram, mas porque a narrativa de um “Caju nobre” tornou-se inconveniente para uma cidade que buscava projetar uma modernidade higienista e litorânea voltada para o sul. Ao transformar o Caju em um território de exclusão, apagou-se também a identidade de um país que se tropicalizou a partir daquelas águas; o preconceito contra o bairro é, em última análise, um preconceito contra a nossa própria história mal resolvida, em que a beleza do Retiro Saudoso foi trocada pelo Porto sem que houvesse um rastro de remorso documental por parte das instituições que deveriam ser as guardiãs dessa memória. O legado invisível do Caju é, portanto, o fantasma de uma grandeza que ainda habita o subsolo daquelas ruas, desafiando a lógica do esquecimento que tenta reduzir um dos berços da Monarquia brasileira a um simples entroncamento rodoviário desprovido de alma e de passado. É preciso que se diga: o Caju é um grande sítio arqueológico.

Refletir sobre esse apagamento exige de nós a coragem de questionar por que o que é real muitas vezes cede espaço ao que é palpável ou politicamente conveniente. A verdade oficial, que por décadas protegeu a casa de Tavares Guerra como se fosse a de D. João VI, é o exemplo perfeito de como a história pode ser simplificada para caber em um único imóvel sobrevivente, ignorando-se a complexidade de um local que foi retalhado e vendido à revelia da própria preservação. A doação de Gouveia Freire e a subsequente venda por Rui Barbosa mostram um Estado que, desde o nascimento da República, tratou o patrimônio

18 VALLADARES, L. A Gênese da Favela Carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/?format=pdf&lang=pt>

histórico como moeda de troca ou como um entrave ao desenvolvimento. É preciso refletir que o que gerou uma briga judicial por décadas não foi a venda do bem em si, mas o valor pelo qual foi vendido. Esse processo de “desmonte” não foi acidental; foi uma escolha política que privilegiou o lucro imediato e a industrialização pesada sobre a continuidade simbólica do território. O Caju tornou-se invisível porque era preciso que ele o fosse, para que as oficinas da Edificadora pudessem se expandir sem o incômodo das restrições de patrimônio que hoje tentamos, em algumas linhas, rememorar — já que não nos contam a história completa, já que inúmeros registros foram apagados. A história oficial, nesse sentido, agiu como um cúmplice silencioso do trator, oficializando enganos geográficos para encobrir a perda de bens inalienáveis da nação que foram liquidados por preços irrisórios em transações que deveriam ter custado a estabilidade e o governo provisório de Deodoro da Fonseca.

É neste cenário de sombras e silêncios que *Akaïú* — *um cajueiro de histórias* assume o seu verdadeiro propósito: não apenas o de registrar fatos, mas o de atuar como um documento de reescrita e iluminação das narrativas ocultas do bairro. Este livro busca ser o contraponto necessário ao esquecimento, devolvendo a Luiz José de Gouveia Freire e Anna Josefa Elias dos Santos o lugar que lhes é de direito na fundação do Caju Imperial e desfazendo os nós cegos de uma historiografia que se deixou seduzir por falsas pistas e narrativas. Reafirmar a existência da verdadeira Quinta na Praia do Retiro Saudoso é um ato de resistência cultural que desafia o leitor a olhar para além das paredes do Museu da Limpeza Urbana e a enxergar a geografia da soberania que ainda pulsa sob o asfalto do Pame-RJ.

Ao resgatar essas histórias esquecidas, não busco apenas fazer arqueologia de papel, mas devolver a dignidade a um território que foi sistematicamente despojado de sua nobreza. *Akaïú* é, em sua essência, um convite para que o Caju deixe de ser visto como uma periferia estigmatizada e passe a ser compreendido como o que de fato foi: terra indígena, balneário imperial, um laboratório de cura e palco de tensões políticas que moldaram o Brasil moderno — revelando que a memória, quando iluminada pela verdade documental, tem o poder de transformar ruínas em monumentos de identidade e pertencimento.

Concluo esta jornada não com um ponto final, pois ainda há muitas histórias a serem contadas, mas com um desafio lançado a cada leitor que me acompanhou por entre os mangues, restingas, chácaras repletas de mangueiras, galeotas e processos judiciais: o desafio de um novo olhar sobre o Caju. Que este livro sirva para que, ao passarem pelas ruas hoje cinzentas e barulhentas, vocês consi-

gam ouvir o eco dos passos de D. João VI nas pedrinhas multicoloridas e o som das águas da Baía de Guanabara vindo do Retiro Saudoso.

O Caju não precisa de piedade, mas de reconhecimento; não precisa de novos aterros, mas de um resgate profundo de suas raízes — que o progresso não conseguiu, apesar de todo o esforço, erradicar por completo. O legado imperial pode ser invisível aos olhos apressados da modernidade, mas ele é eterno na alma da cidade para aqueles que se atrevem a ler as entrelinhas dos documentos e a ouvir o que as pedras — escondidas sob camadas espessas de asfalto — ainda tentam nos dizer. Que a história da genuína Quinta Imperial, agora revelada, seja a semente de um novo cajueiro de memórias que cresça forte e frondoso, sombreando as mentiras oficiais e frutificando em uma consciência patrimonial que nunca mais permita a venda do nosso passado por 105 contos de réis.

O Caju existe e resiste. Esse *Akaîú* floresce, e a verdade, enfim, repousa onde sempre deveria ter estado: na luz da história que agora, juntos, ajudamos a reescrever para as gerações que virão a descobrir que o Rio de Janeiro começou a ser balneário do mundo justamente aqui, nas curvas desta ponta de terra.

Epílogo

Agora sim, últimas palavras

Não haverá reparação. Ainda que coloquem placas indicando o verdadeiro local da Quinta Imperial — e deveriam, de fato, fazê-lo —, o Palacete não será reerguido com seus bosques sem caça, suas frondosas mangueiras e ruas de pedrinhas multicoloridas. As praias, outrora tão louvadas, que serviram aos três monarcas, servindo também de palco para regatas, banhos de mar a fantasia e sustento dos pescadores da região, não serão restituídas ao lugar de onde jamais deveriam ter saído.

Este livro não enseja ser um tratado histórico, muito menos um livro didático a ser usado em salas de aula, mas uma espécie de protesto. Nós, que não tivemos a honra de conhecer as praias, o Palacete Imperial ou a Capela de Santo Amaro, merecemos ter conhecimento das causas que fizeram com que este bairro, que nunca recebeu o *status* de imperial, fosse considerado o pior bairro do Rio de Janeiro, a área de serviços da Cidade Maravilhosa.

Os jovens precisam ter conhecimento da história do lugar onde vivem para que, no mínimo, tenham orgulho e força para mudar o *status quo*.

O livro conta a história do bairro do Caju desde a colonização portuguesa até os dias atuais. Ele traz informações sobre os povos indígenas da região, a ocupação pelos jesuítas, as muitas épocas e dificuldades que o bairro passou, e também desmente histórias muito contadas sobre a tão falada *Quinta do Caju*. Será verdade tudo o que se sabe atualmente sobre a Casa de Banhos? Quais são os fatos reais sobre a origem dos cemitérios e a precarização do bairro? A verdadeira Quinta Imperial ainda existe? A autora fala sobre tudo isso e muito mais neste livro, mostrando que o Caju é um verdadeiro Cajueiro de Histórias.

“É muito difícil encontrar dados históricos sobre o bairro, é como se tudo tivesse sido propositalmente apagado.”

- Fabiana Keller

